

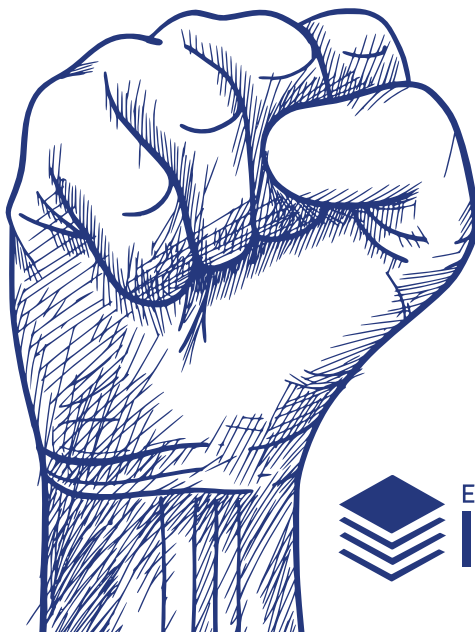
• ORGANIZAÇÃO •

Jean Sales
Rafael Araújo
Ricardo Mendes
Tiago Silva



REVOLUÇÃO CUBANA

ECOS, DILEMAS E EMBATES NA AMÉRICA LATINA



 EDITORA
IFS

• ORGANIZAÇÃO •

Jean Sales
Rafael Araújo
Ricardo Mendes
Tiago Silva



REVOLUÇÃO CUBANA

ECOS, DILEMAS E EMBATES NA AMÉRICA LATINA



Copyright © 2019 • IFS

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

**PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GRÁFICA**

André Azevedo

PROJETO GRÁFICO DA CAPA

André Azevedo

DIAGRAMAÇÃO

André Azevedo

REVISÃO

Verônica Maria Alves Lima

DIRETORA DE PUBLICAÇÕES

Vanina Cardoso Viana Andrade

EDITORAÇÃO

Diego Ramos Feitosa

Jéssika Lima Santos

Kelly Cristina Barbosa

Júlio César Nunes Ramiro

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R449 Revolução Cubana [recurso eletrônico]: ecos, dilemas e embates na América Latina. / Organizado por Jean Sales ... [et al.]. – Aracaju: IFS, 2019.

304 p. : il.

Formato: e-book

ISBN 978-85-9591-081-2

1. Revolução Cubana. 2. Cuba - História 3. América Latina - História. I. Araújo, Rafael. II. Mendes, Ricardo. III. Silva, Tiago. IV. Título.

CDU: 94(729.1)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária **Célia Aparecida Santos de Araújo** (CRB 5/1030)

[2019]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Avenida Jorge Amado, 1551. Loteamento Garcia, Bairro Jardins.

Aracaju/SE. CEP: 49025-330.

Tel.: +55 (79) 3711-3222. E-mail: edifs@ifs.edu.br.

Impresso no Brasil



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
(IFS)**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Alexandro Ferreira de Souza

REITORA DO IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Chirlaine Cristine Gonçalves

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6

PARTE I: A ILHA E A REVOLUÇÃO 11

Da Frente Única à Sierra Maestra:
os comunistas cubanos nos últimos anos
da luta insurrecional em Cuba, 1957-195812

Cuba: Os Caminhos do Poder
Popular e as Reformas Políticas38

Cuba em transformação:
socialismo e as reformas econômicas
do 6º Congresso do Partido Comunista68

PARTE II: IMPRENSA E REVOLUÇÃO CUBANA 95

O Fausto das Antilhas:
a revolução Cubana nas páginas do OESP96

Prensa Latina (1959-1961):
frente de batalha no processo revolucionário cubano 120

Jules Dubois e a Revolução Cubana:
imparcialidade da imprensa ou ação política 146

PARTE III: REVOLUÇÃO CUBANA E MOVIMENTOS DE LUTA ARMADA..... 171

A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960 172

“O mar de todos”: a polêmica da Revolução Cubana no anarquismo argentino, brasileiro e uruguaiocubano 196

Nuestra América: A Revolução Cubana e o Internacionalismo das Esquerdas Revolucionárias na América do Sul 222

Cuba e Chile: diálogos revolucionários para América Latina..... 246

Apropriações da Revolução Cubana pela esquerda latino-americana no início do século XXI 274

SOBRE OS AUTORES 302



APRESENTAÇÃO

Em janeiro de 1959, o Movimento Revolucionário 26 de Julho, liderado por Fidel Castro, derrubou a ditadura de Fulgencio Batista em Cuba. A partir desse acontecimento, a pequena ilha do Caribe se tornou epicentro da política latino-americana. Questões como o do enfrentamento em relação ao imperialismo norte-americano, a implantação de um sistema socialista nas Américas, os debates ideológicos da Guerra Fria, as diversas manifestações de apoio e repúdio aos revolucionários cubanos foram objeto do debate que envolveram a ilha caribenha e os seus vizinhos americanos.

Se no plano político o tema cubano representou uma inflexão na história da América Latina, a historiografia e a intelectualidade do continente também foram marcadas por perspectivas muitas vezes conflituosas sobre o processo revolucionário. Aspectos como o significado da revolução para o continente, a sua relação com a chamada teoria da dependência, as influências das ideias cubanas sobre a esquerda continental, a reação de grupos conservadores contra a suposta implantação de um comunismo na América e a utilização do caso cubano como justificativa para a implantação de regimes ditatoriais no continente estão entre os temas mais debatidos no continente.

Este livro utiliza a efeméride dos 60 anos da chegada dos revolucionários cubanos ao poder para reunir uma série de estudos sobre a história da Revolução Cubana e da recepção do seu ideário em diversos países da América Latina. Mesclando abordagens de historiadores recém egressos de programas de mestrado e doutorado com trabalhos elaborados por pesquisadores que já apresentam certa trajetória acadêmica, a proposta é fruto de uma concepção de que o diálogo entre novos e velhos percursos impõe uma dinâmica importante à historiografia.

A obra está organizada em três partes. Na primeira, o foco está na Ilha de Cuba. Abordará aspectos relacionados com o desenvolvimento em si da Revolução, do mito das vinculações entre Independência e Revolução, do envolvimento do Partido Comunista na luta e nos primeiros momentos após a chegada ao poder, bem como fatores vinculados à institucionalização do processo estão presentes.

No primeiro capítulo, Ana Paula Cecon Calegari debate a atuação dos comunistas cubanos na luta insurrecional encaminhada contra Fulgencio Batista destacando, entre outros aspectos, as tensões entre a tradição comunista e a heterodoxia representada pelos guerrilheiros do Movimento Revolucionário 26 de Julho.

Nos dois capítulos seguintes, o foco permanece na Ilha de Cuba, mas voltando-se principalmente para os dilemas enfrentados pelo governo diante da crise do socialismo real, termo utilizado por Eric Hobsbawm para caracterizar a queda do Muro de Berlim, o fim das repúblicas populares do Leste europeu e o ocaso da União Soviética. Nesse sentido, os trabalhos de Luiz Eduardo Mergulhão Ruas e Julian Araújo Brito abordam questões muito pouco avaliadas pela historiografia. Mergulhão Ruas atenta para as características marcantes do funcionamento do sistema político cubano denominado por Poder Popular, enquanto Julian Araujo Brito discute as transformações econômicas sofridas por Cuba após a realização, em 2011, do sexto congresso do Partido Comunista Cubano diante dos problemas advindos do novo cenário da hegemonia norte-americana e neoliberal.

A segunda parte conta com um conjunto de trabalhos que atenta para as relações entre Imprensa e Revolução, realçando que o embate em torno das questões que envolviam a Revolução também se efetivou no plano discursivo. Jacqueline Ventapane, analisa o aparecimento e papel da Prensa Latina como parte das disputas políticas desses anos iniciais. Discute a experiência da Prensa Latina - agência de comunicação criada pelo governo cubano para divulgar as atividades políticas do novo regime -, contrapondo-se, de forma desigual, com o olhar articulado a partir da majoritária direita midiática.

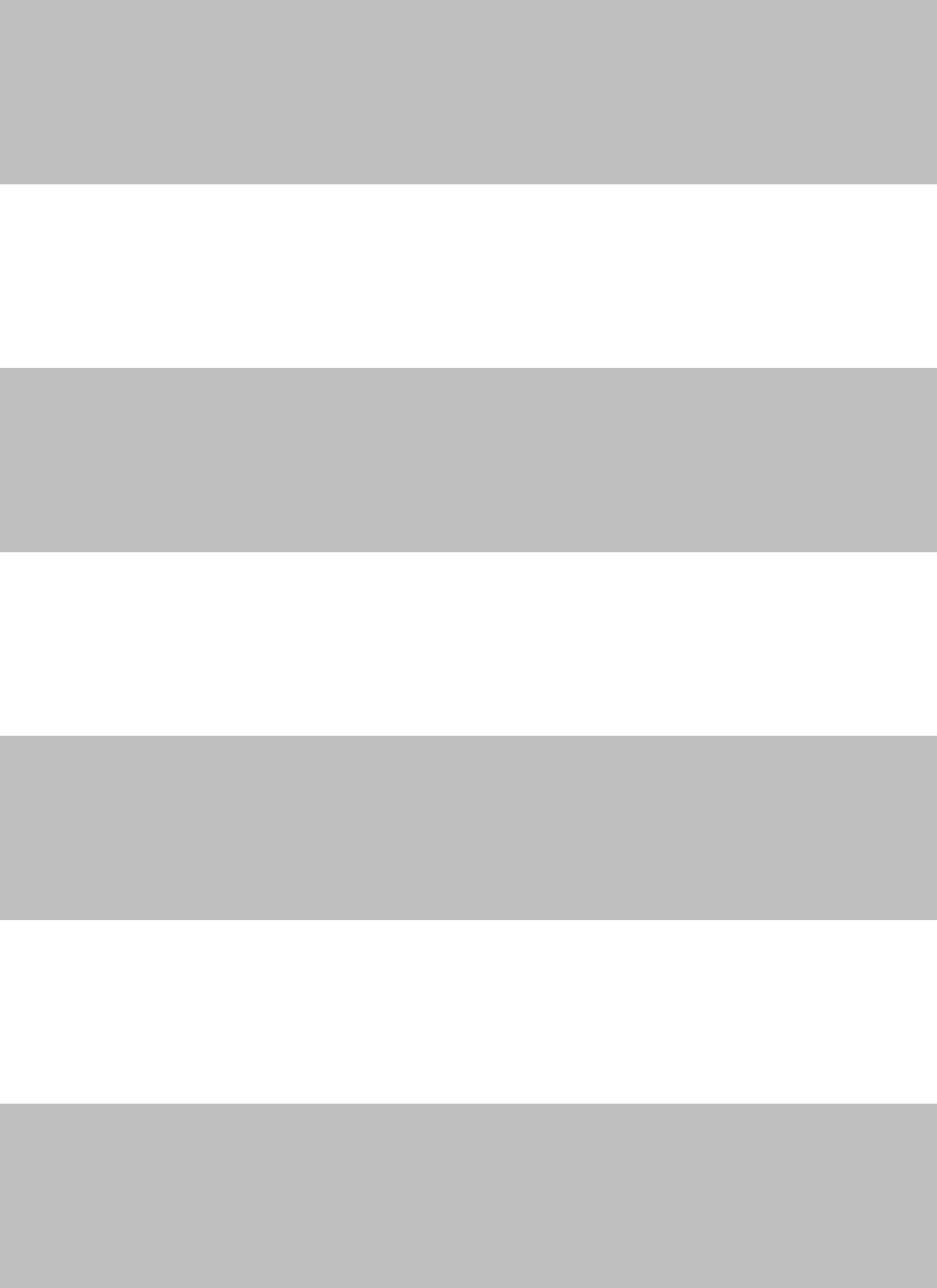
Também com foco na Imprensa, Rafael Moreira Ferraz problematiza a forma pela qual o periódico brasileiro liberal-conservador O Estado de São Paulo, retratou tanto a luta quanto os primeiros anos do governo revolucionário após a chegada ao poder, focando nos anos 1958-1962. Fechando essa segunda parte, o trabalho de Ricardo Mendes e Jacqueline Ventapane busca discutir um personagem central no confronto discursivo assinalado acima. Através da análise da trajetória e de algumas reportagens elaboradas por Jules Dubois, o vínculo entre o Estado norte-americano, agências de notícias e correspondentes internacionais em torno de uma dada forma de retratar os caminhos da Revolução se destaca.

Na terceira parte, mas ainda recaindo sobre o impacto da Revolução no continente, um conjunto de trabalhos aborda os efeitos nas esquerdas da região dos eventos ocorridos na Ilha, tanto no século XX quanto, ainda que de forma tardia, no século XXI. Analisando alguns dos diversos grupos que aderiram à luta armada após a chegada ao poder do grupo de Sierra Maestra, Jean Sales aborda a influência das ideias cubanas nas trajetórias

da organização Ação Popular, grupo político brasileiro que surgiu no início dos anos 1960 a partir de bases católicas e estudantis. Já Rafael Viana da Silva trata da recepção e das polêmicas em torno da Revolução Cubana no seio dos movimentos anarquistas no Brasil, Uruguai e Argentina, apresentando como contexto os anos 1960 e 1970. Também focando nesse período, Izabel Pimentel da Silva desataca as relações de grupos da esquerda latino-americana com o ideário revolucionário cubano para a constituição de projetos internacionalistas por parte dessa esquerda.

Comparando a experiência vitoriosa cubana com o projeto de socialismo presente nos anos da Unidad Popular no poder, o trabalho escrito à quatro mãos por Elisa de Campos Borges e Joana Salém Vasconcelos discute o diálogo entre essas diferentes experiências revolucionárias a partir da visita de Fidel Castro ao Chile. Encerrando essa parte e a obra, Rafael Araujo e Tiago Silva fazem um balanço das apropriações da Revolução Cubana por parte das esquerdas latino-americanas no século XXI a partir da experiência venezuelana durante o governo de Hugo Chávez Frias, entre 1998 e 2013.

Unindo os organizadores nessa empreitada esteve a perspectiva de apresentar questões que tivessem sido pouco visitadas pela historiografia sobre a Revolução, além do entendimento de que, apesar de passados 60 anos da chegada ao poder dos líderes de Sierra Maestra, Cuba ainda continua a despertar debates apaixonados. No nosso entendimento, sinal claro da permanência de uma série de questões e problemas que estavam presentes nos anos da Revolução ao longo de toda a região.





PARTE I

A ILHA E A REVOLUÇÃO

(p. 12) Da Frente Única à Sierra Maestra: os comunistas cubanos nos últimos anos da luta insurrecional em Cuba, 1957-1958

Ana Paula Cecon Calegari

(p. 38) Cuba: Os Caminhos do Poder Popular e as Reformas Políticas

Luiz Eduardo Mergulhão Ruas

(p. 68) Cuba em transformação: socialismo e as reformas econômicas do 6º Congresso do Partido Comunista

Julian Araujo Brito

Ana Paula Cecon Calegari

Na historiografia cubana e naquela que se refere à história insular produzida fora de Cuba, diversos acontecimentos, conflitos, atividades intelectuais e muitos aspectos da Revolução de 1959 carecem de explicações e problematizações pelas ciências humanas. A trajetória dos comunistas cubanos pertencentes ao Partido Socialista Popular (PSP) é um desses assuntos que possui escasso material de análise e foram as lacunas interpretativas relacionadas a esse objeto que motivaram o esforço deste artigo. O objetivo principal do texto é dissertar sobre a cultura política comunista, conceito definido por Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 21) como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. O conceito abrange diversas possibilidades investigativas, entretanto nos focaremos em uma questão específica, que é a transformação da concepção tática do PSP ao longo dos anos de 1957 e 1958 tendo em vista as matrizes ideológicas que orientavam o partido e as relações estabelecidas com o Movimento 26 de Julho (M-26-7) e as guerrilhas.

O texto divide-se em três partes. Inicialmente, apresentamos um panorama histórico da trajetória do PSP, destacando as opções táticas do partido e o relacionamento dele com as demais agrupações políticas insulares nos primeiros anos da década de 1950. Em seguida, analisaremos as problemáticas internas que influenciaram o debate sobre a manutenção da tática da frente única e sobre a mudança da perspectiva comunista acerca das guerrilhas, com ênfase no papel da geração de militantes que dirigia o PSP e nas diretrizes soviéticas que orientavam as decisões do partido. E por fim, abordaremos a participação dos comunistas na luta armada e a relação deles com o M-26-7 e com Fidel Castro.

O comunismo em Cuba organizou-se desde o final do século XIX em pequenos grupos que contribuíram para a difusão do marxismo dentro da ilha e para a formulação de projetos políticos de esquerda, com um forte discurso pautado na urgência de transformações sociais radicais e na realização de uma revolução socialista que tivesse os trabalhadores como protagonistas. No ano de 1925 surgiu o Partido Comunista de Cuba (PCC) através dos esforços de um pequeno grupo formado por 25 componen-

tes, dentre os quais estavam Júlio Antonio Mella¹ e Fabio Grobart². O PCC atuou na clandestinidade nos treze primeiros anos de sua existência e, apesar disso, desenvolveu diversas atividades políticas, especialmente ações dentro dos sindicatos e a organização de greves ao longo da década de 1930. Somente no contexto da Segunda República³ foi que o partido pode atuar com maior liberdade devido a legalidade desfrutada pelas organizações partidárias. Nesta época, o PCC passou a se chamar Partido Socialista Popular (PSP)⁴ e participou de todos os pleitos e coalizões em que foi aceito. Também desenvolveu intensa atividade nos sindicatos por meio da atuação na Confederação dos Trabalhadores Cubanos (CTC), criada em 1939 pela iniciativa dos comunistas e que se converteu na principal central de reivindicações trabalhistas da ilha, reunindo diversas categorias profissionais. Na primeira metade da década de 1940, o número de filiados e de votos do PSP foi crescente. O partido chegou a ter 157 mil filiados de acordo com o cadastramento eleitoral do ano de 1946, convertendo-se em um dos mais expressivos PC's da América Latina. Além disso, os comunistas possuíam um jornal chamado Notícias de Hoy (publicado de terça a domingo), a revista teórica Fundamentos, a editora Páginas, uma rádio chamada Mil Diez e grupos de teatro espalhados pela ilha.

A situação política interna deteriorou-se para o partido com o advento da Guerra Fria, da Doutrina Truman, do macarthismo e o aumento da perseguição aos comunistas na região. Ainda nos anos 1940, durante a presidência de Carlos Prío Socarrás (1948-1952), a sede de Notícias de Hoy foi destru-

¹ Julio Antonio Mella foi um jovem intelectual marxista fundador do PCC e também da Federação dos Estudantes Universitários (FEU). Mella se destacou na produção de textos de análise da conjuntura com viés marxista e enfrentou problemas com o direção do PCC quando, estando preso, iniciou uma greve de fome, considerada pelos dirigentes partidários como uma tática alheia à teoria marxista. Exilou-se no México por causa do endurecimento das perseguições políticas do ditador Gerardo Machado e foi assassinado em 1929 a mando do ditador.

² Fabio Grobart, cujo nome verdadeiro era Abraham Grobart, era um judeu de origem polaca que chegou à ilha em 1924 e logo se ambientou politicamente junto aos grupos socialistas de Havana. Fabio foi o militante e intelectual que atuou de maneira mais longa no partido, pois esteve em sua fundação e manteve-se vinculado a ele até a dissolução do PSP em 1961.

³ Período compreendido, pela historiografia, entre os anos da promulgação da constituição de 1940 e o golpe de estado de Fulgencio Batista em 1952.

⁴ Durante os anos de 1938 e 1939 existiram dois partidos comunistas em Cuba. Em 1938, os membros do PCC tentaram registrá-lo no Supremo Tribunal Eleitoral e diante da negativa deste, registraram o Partido União Revolucionária (PUR), que coexistiu com o PCC. Em 1939, aconteceu a junção dos dois partidos sob a sigla de Partido União Revolucionária Comunista (PURC), que em 1944 passou a se chamar Partido Socialista Popular.

ida e o jornal saiu de circulação por um ano. Além disso, a rádio Mil Diez foi fechada. O número de filiados caiu para 59 mil em 1952 e as perseguições políticas provocaram o assassinato de líderes sindicais, como Jesus Menendez⁵ e Aracelio Iglésias⁶. O cenário se complicou quando, em 10 de março de 1952, o general do exército Fulgencio Batista tomou o poder por meio de um golpe de estado, provocando a fuga do presidente Carlos Prío do país e a suspensão das garantias constitucionais. Logo após o golpe, os partidos políticos perderam o registro eleitoral e mesmo com abertura de um novo período de inscrição no Tribunal Superior Eleitoral no final de 1952, o PSP não conseguiu se registrar devido à exigência não atingida pelos comunistas de 4% de filiação do eleitorado nas fileiras da organização⁷. Nos dias após a tomada do poder, o PSP se pronunciou condenando o novo governo, acusando Batista de suspender a ordem democrática e as liberdades políticas e civis, demandando a renúncia do general e a realização de eleições livres, seguindo o calendário que previa um pleito para novembro daquele ano.

Um elemento fundamental para entender a cultura política comunista é observar as influências que as diretrizes soviéticas desempenhavam sobre as opções e comportamentos políticos dos PC's. Nas circunstâncias do golpe, os comunistas cubanos adotavam a tática da frente única, cuja opção, feita em meados dos anos 1930, vinculava-se a razões externas à realidade insular e resultou das preocupações soviéticas quanto a expansão do nazi-fascismo dentro da Europa naquela década. Na concepção dos dirigentes da União Soviética (URSS), a divisão das esquerdas facilitava a ascensão de governos de direita ou extrema direita e a frente única, caracterizada pela ação conjunta entre partidos e grupos de esquerda, poderia conter a expansão de tais movimentos. A partir de 1935, o Comintern⁸ adotou o "frentismo" prevendo que "os partidos comunistas ocidentais só podiam se aliar a partidos compro-

⁵ Líder sindical do setor açucareiro assassinado em 1948 pelo capitão do exército Joaquín Casillas após a negação de Menendez em cumprir uma ordem da autoridade militar.

⁶ Líder sindical dos trabalhadores portuários assassinado dentro do sindicato portuário de Havana em 1948.

⁷ Muitos partidos se dividiram ante a possibilidade de registro eleitoral, o que deu origem ao desmembramento de alguns deles. Por exemplo, o Partido Revolucionário Cubano (autêntico) se dividiu entre o inscrito representado por Ramón Grau San Martín e outro não inscrito chefiado por Antonio Varona. O mesmo aconteceu com os partidos Demócrata e do Povo Cubano. Novas organizações foram criadas durante a ditadura, fruto, quase sempre, do desmembramento dos partidos político. Dentre elas, citamos: o *Movimiento de la Nación* organizado por Jorge Mañach e Jose Pardo Llada, o Partido Frente Unido Nacional dirigido por Pablo Abreu, *Movimiento de Liberación Radical* chefiado por Amalio Fiallo e o *Movimiento Nacional Revolucionario* de Rafael García Bárceñas.

metidos com um programa radical, anticapitalista, como forma de prelúdio à revolução” (PRIESTLAND, 2012, p.235). Apesar da orientação acerca da natureza das coalizões, em Cuba, o PSP realizou acordos políticos com partidos desvinculados das orientações formuladas na URSS. Ao longo da Segunda República cubana, a frente única possibilitou aos socialistas populares a concertação de diversas coalizões e, por causa delas, os comunistas estiveram à frente de ministérios, prefeituras e em várias instâncias legislativas⁹.

Após a derrocada dos regimes nazifascistas, o “frentismo” foi mantido como tática adequada para alcançar o amadurecimento das condições políticas para a tomada definitiva do poder. O movimento comunista internacional acreditava em etapas do desenvolvimento do processo revolucionário e aceitava a aliança com setores da burguesia na fase da libertação nacional. Nessa fase, os partidos, através de eleições, chegariam ao poder, podendo ou não realizar alianças para isso, e iniciariam a conscientização dos trabalhadores para tomada definitiva do Estado e a instalação de uma ditadura do proletariado. Para os comunistas cubanos, o regime democrático era sistema por meio do qual se daria a ruptura da dependência política e econômica cubana com os Estados Unidos, o que abriria o caminho para a soberania nacional que, aliada à consciência das massas de sua condição de exploração no sistema capitalista, desembocaria na implantação da ditadura socialista.

No contexto ditatorial, as alianças buscadas pelos comunistas tinham como finalidade a formulação de ações conjuntas para a mobilização das massas a fim de que o movimento popular (greves, paralisações, protestos) derrubassem o governo. A lógica da tática era a de que se os dirigentes partidários mobilizassem seus filiados e paralisassem o país, não haveria outra opção à Batista senão renunciar. Além disso, os comunistas acreditavam que somente a queda do governo não resolveria o problema de Cuba. Por isso apregoavam a instalação de um governo de unidade após o fim da di-

⁸ O termo refere-se aos vários movimentos comunistas a nível internacional. A partir da Revolução Russa iniciou-se a etapa da III Internacional ou Comintern, cujo objetivo era criar uma União Mundial das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

⁹ Dois exemplos que ilustram bem a situação. O primeiro foi a aliança com Fulgencio Batista nas eleições de 1940, após anos de ditadura dentro da ilha comandada pelo citado general. Durante a presidência de Batista, os dirigentes comunistas Carlos Rafael Rodríguez e Juan Marinello foram ministros sem pasta da gestão durante alguns meses no final do quadriênio presidencial. O outro aconteceu nas eleições municipais de 1946 quando os comunistas aliaram-se com o Partido Revolucionário Cubano (autênticos) para garantir a vitória na prefeitura de Havana. Batista e os autênticos não possuíam um programa anticapitalista com horizontes revolucionários, o que aponta para uma contradição na aplicação da tática de frente única.

tadura que pudesse dar cabo às reformas sociais e políticas, como a vigência da constituição de 1940, a reforma agrária, o combate à corrupção e ao gangsterismo, a defesa da indústria nacional e a estatização das empresas estrangeiras que forneciam serviços básicos como a telefonia, o transporte e a energia elétrica. Para conseguir a formação de uma aliança, os socialistas populares enviaram comunicados para os partidos e políticos considerados como possíveis aliados e publicaram em seus meios de comunicação chamados para a formação da unidade dos opositores. As tentativas foram em vão, pois o PSP não recebeu nenhuma resposta às suas iniciativas, contudo manteve-se fiel à frente ao “frentismo” e condenou as opções táticas feitas pelos demais grupos insulares, o que se nota na passagem abaixo:

A despeito da campanha de divisão dos chefes da oposição burguesa e não obstante as táticas falsas que impuseram a seus partidos (quietismo, insurreccionismo, putschismo, eleitoreirismo, etc.), o movimento de massas, impulsionado incansavelmente pelo PSP, cresceu e se desenvolveu não só em torno das demandas econômicas e das demandas específicas imediatas, mas também por demandas políticas cada vez mais orientadas para o caminho de solução da crise [...] (PSP, 4/1/1956, p.2)

No texto, o partido condenou o “quietismo,” que correspondia à leitura que os comunistas fizeram da postura de Roberto Agramonte, presidente do Partido do Povo Cubano (PPC, chamado também de Ortodoxo), porque ele não se pronunciou diante dos problemas políticos conjunturais. O PSP criticava esta postura, intitulado-a de abstencionista, dizendo que ela favorecia o regime quando se eximia de criticá-lo e acusava Agramonte de perder a oportunidade de mobilizar as massas ortodoxas contra a ditadura. Os comunistas criticavam também os acordos que a oposição fez com o governo através da *Sociedad de Amigos de la Republica* (SAR)¹⁰, organização que mediou encontros, chamados de “diálogo cívico”, entre o ditador e alguns opositores¹¹ no final do ano de 1955 e nos primeiros meses de 1956. Apesar do ânimo inicial com a iniciativa da *Sociedad*, o PSP condenou a tática de conciliação, taxando-a de excludente e desvinculada dos anseios populares, fato este motivado, em nossa perspectiva, pela exclusão dos comunistas das reuniões e pelo arranjo entre elites políticas que, de fato, ex-

cluíram os movimentos sociais das mesas de negociação.

Os socialistas populares criticaram também os políticos que defendiam a realização de eleições por considerarem o pleito uma maneira de dar legitimidade ao regime. A posição do PSP em relação à ocorrência de eleições mudou no decorrer na ditadura, pois em 1954, quando aconteceu o pleito presidencial que opôs o general Batista à Ramón Grau San Martín, candidato do Partido Revolucionário Cubano (PRC, também chamado de autêntico), o PSP apoiou a candidatura deste por considerar que a unidade oposicionista poderia resultar em vitória nas urnas e no consequente alijamento do ditador. Mas, diante do resultado, com a confirmação da permanência de Batista na presidência, e das irregularidades do processo, os comunistas se convenceram de que a manipulação seria usada pelo regime em ocasiões similares àquela para se perpetuar no poder. Mesmo com essa perspectiva, consideravam que, se fosse possível a realização de eleições democráticas e livres, sem a interferência das forças armadas, esta seria a melhor opção política para a ilha, postura mantida até o final da luta insurrecional em 1958.

Os comunistas também condenaram a insurreição e o *putsch*, entendidos como a ação de ataque aos quartéis, guarnições e centros de poder político ou militar, assim como o movimento armado, pois diziam que tais táticas representavam interesses pequeno-burguês e eram alheias à vontade das massas. Quando ocorreram os assaltos aos quartéis de Moncada e de Carlos Manuel de Céspedes, sob a liderança de Fidel Castro, em 26 de julho de 1953, o partido criticou a ação dos “assaltantes” alegando que aquele ato não provocaria a queda da ditadura e, em contrapartida, o regime se tornaria mais violento nas perseguições políticas. O PSP salientou as boas intenções de Castro e de seu movimento, mas defendeu que o fracasso do ataque se deveu à pouca experiência política de seus integrantes e ao erro na escolha da tática.

No final de 1956, às vésperas do início da guerra de guerrilhas, os comunistas já haviam condenado o isolamento de alguns políticos, as elei-

¹⁰ A SAR foi uma instituição cívica criada por Cosme de la Torriente em 1948 com o objetivo de aconselhar a presidência autêntica de Carlos Prío sobre algumas reformas estatais. Seguiu atuando desde então e desempenhou a função de agregar parte da oposição durante a ditadura com o objetivo de encontrar uma solução pacífica para a crise política cubana dos anos de 1950. Apesar dos esforços de Torriente, as reuniões com o governo não propiciaram acordos entre a oposição e o regime.

¹¹ Entre os opositores da ditadura que participaram de algumas negociações ou estiveram presentes nos atos públicos convocados pela SAR estão: os ex-presidentes Ramón Grau San Martín e Carlos Prío Socarrás, José Pardo Llada, Manuel Antonio Varona, Amalio Fiallo, Raul Chibás, José R. Andreu.

ções, os arranjos entre a oposição e o governo, os assaltos militares, como aquele que ocorreu em Moncada, e a luta armada. Também já haviam entrado em contato com muitos partidos políticos para articularem a frente única. Não receberam respostas aos chamados feitos, mas, ainda assim, mantiveram-se fieis ao “frentismo”. Naquela ocasião, a situação partidária e dos militantes comunistas era bastante precária. Após o assalto ao quartel de Moncada, cuja autoria foi atribuída pela ditadura aos comunistas, as atividades do partido foram consideradas ilegais dentro da ilha, dando a início a uma nova fase da clandestinidade do PSP. O jornal *Noticias de Hoy* foi fechado um dia após Moncada. Em 1955, a ditadura criou o *Buró de Represión de Actividades Comunistas* (BRAC), como parte do aparelho repressivo responsável pela detecção e combate àquilo que o próprio órgão considerava como ações subversivas. O BRAC prendeu, torturou e assassinou membros do PSP e militantes de diversas outras ideologias que não o comunismo. Um exemplo do movimento repressivo é o episódio conhecido como *Pascuas Sangrentas*, que resultou na morte de 22 pessoas, a maioria comunista, conforme relato minucioso do PSP na Carta Semanal¹².

Blas Roca, Edith García Buchaca, Joaquin Ordoqui e Fabio Grobart são alguns dos membros da direção partidária que viveram no exílio durante a ditadura. E todos eles, ao lado de Juan Marinello e Salvador García Agüero, estiveram presos durante um período em algum momento dos anos 1950. O clima político vivenciado pelos socialistas populares pode ser observado nos seguintes termos:

[...] ninguém sabe já se ao se levantar outro dia amanhecerá em sua casa, ou pendurado em uma árvore, ou levado uma surra ou jogado em qualquer calabouço, vítima da matilha desbocada do SIM e do BRAC, ou dos grupos especiais de assassinos organizados por Cowley, Carratalá, Salas Cañizares, Ventura e Cia., ou simplesmente dos agentes selecionados para o crime na estação de polícia ou o posto rural mais próximo (PSP, Carta Semanal, 12/6/1957, p. 1)

Para a avaliação da trajetória do PSP não se pode desconsiderar também a força do anticomunismo dentro de Cuba e de que forma este sentimento mobilizava ações de combate ao partido. Rojas Blaquier (2010) e Massón Sena (2013) concordam que as organizações burguesas evitavam o

contato com o PSP, seja por sentimentos anticomunistas, pelo preconceito em relação à aliança do PSP com Fulgencio Batista nas eleições de 1940, evento comemorado no meio político para frisar a desconfiança de alguns atores quanto às relações dos comunistas com o ditador, seja pelo receio da perseguição que recairia àqueles que se vinculassem oficialmente ao partido¹². Quando pensamos nas opções políticas dos comunistas não podemos perder de vista as questões colocadas acima: perseguições, prisões, assassinatos, censura da imprensa partidária, exílios e o anticomunismo. No contexto imediatamente anterior às guerrilhas, o PSP estava bastante isolado e atuando na clandestinidade, as iniciativas de formar uma frente haviam fracassado e as ações de massas (paralisações e greves) encabeçadas ou estimuladas pelo partido obtiveram êxito em alguns momentos, mas não foram capazes de derrotar a ditadura. Além disso, o PSP possuía uma cultura política repleta de simbologias, ideologias e diretrizes que fundamentavam seu comportamento e sua trajetória política. Muitos destes elementos, especialmente as orientações ideológicas e resoluções dos congressos do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), eram encarados pelos cubanos como verdades inquestionáveis – o que em algumas ocasiões impediu o partido de fazer avaliações mais realistas do contexto insular.

• AS ADEQUAÇÕES TÁTICAS NO CONTEXTO DA LUTA INSURRECIONAL

Em novembro de 1956, os integrantes do Movimento 26 de Julho desembarcaram em Cuba com a pretensão de iniciar uma guerrilha na parte oriental da ilha. A chegada do iate *Granma* já era esperada pelas tropas do general Batista que, em meio a troca de tiros na praia de *Las Coloradas*, mataram diversos expedicionários. Os sobreviventes se dispersaram na região e conseguiram se unir, dias depois, nos picos da *Sierra Maestra*, dando início a formação do exército guerrilheiro. Diante do caos oriental, os comunistas convocaram seus membros, simpatizantes e demais grupos políticos a saírem em defesa de Fidel Castro e dos homens sob o comando dele. O PSP alegava que,

¹² Uma característica do anticomunismo insular era a difusão de informações deturpadas sobre a realidade política, social e econômica vivida na URSS. Uma observação rápida do jornal *Diario de la Marina* (disponível em: <http://dloc.com/cuba/results/?t=diario>) dá dimensão do conteúdo que se veiculava sobre o bloco socialista, o qual incluía notícias acerca da generalizada escravidão vivenciada na URSS (9/1/1957, p. 4a) ou como as tarefas socialistas afetavam o desempenho da “missão materna” (2/3/1957, p. 4a).

apesar da diferença tática, nutria simpatias por Fidel por causa da coragem do líder e pela estratégia comum que ambos tinham de derrubar a ditadura.

Naquela conjuntura marcada por diversos atos de violência, a defesa do pacifismo era uma das tonalidades do discurso político dos socialistas populares. Esta perspectiva se acentuou gradativamente nas orientações soviéticas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nas palavras do historiador Jayme Fernandes Ribeiro (2003, p. 92), o mito do pacifismo no imaginário comunista impulsionou, na década de 1950, as campanhas pela paz, o combate à produção das bombas atômicas e das armas nucleares e os esforços para impedir a emergência de novos conflitos bélicos. Além disso, presenciemos e o combate à política externa “imperialista” norte-americana, que representava o “verdadeiro inimigo” dos comunistas. Imbuído de tais crenças, o PSP reafirmou sua condenação à luta armada no momento em que as guerrilhas começavam a se desenvolver em Cuba, o que comprovava, novamente, a subordinação do partido ao PC da URSS. Conforme Frank Marek (1987, p. 308), após o XX Congresso do PCUS, realizado em fevereiro de 1956, as diretrizes oriundas do evento afirmavam a possibilidade de evitar os conflitos mundiais, propugnava-se uma política de coexistência pacífica e a manutenção de táticas e ações políticas não-violentas. Para os socialistas populares, estas orientações serviram como padrão para avaliar e agir politicamente no contexto insular¹³, o que se nota no trecho abaixo:

Em particular, nós consideramos acertadas as ideias expostas naquele congresso [XX Congresso] – e discutidas já antes na imprensa soviética e em órgãos do movimento comunista mundial, a respeito de dois problemas essenciais: a possibilidade de chegar ao socialismo por diversas vias e através de diversos procedimentos. A possibilidade de evitar as guerras neste período da história e, por conseguinte, a possibilidade de coexistência pacífica entre países regidos por sistemas capitalistas e sistemas socialistas (PSP, 19/7/1957, p. 2)

¹³ Caridad Massón Sena (2013, p. 245) trouxe um depoimento da líder comunista Edith García Buchaca no qual ela comenta sobre os debates realizados em 1956 em um ciclo de conferências realizados pelo PC Chinês em que confirma os pressupostos táticos defendidos pelo movimento comunista internacional que desconsiderava a possibilidade de uma revolução em Cuba por causa da ausência de condições objetivas para sua realização, disse Buchaca: “Por aquela época imperava o critério de que as revoluções armadas vitoriosas só podiam se dar nos países que reunissem determinadas características, entre elas um amplo território e possibilidades de autoabastecimento em momentos críticos, atribuindo-se grande importância às zonas montanhosas para a guerra de guerrilhas. De acordo com isso, se excluía a Cuba de toda a possibilidade de uma vitória pela via insurrecional”.

Não há dúvidas de que a referência ideológica dos comunistas chocava-se com a guerra de guerrilhas que se desenvolvia dentro de Cuba. Os debates internos, se ocorreram, não puderam ser recuperados pois não há atas de reuniões do PSP no contexto da ditadura disponíveis para a consulta¹⁴. Os resquícios desse passado só podem ser acessados através da documentação da imprensa partidária, onde não se publicava as interrogações de seus membros quanto às decisões e ao contexto político, mas sim documentos oficiais resultantes da síntese e concordância de opiniões formuladas pela direção socialista popular. Pela leitura dessas fontes é possível apreender a lenta transformação sobre a concepção tática vivenciada pelo PSP, mas a forma como essas mudanças se deram internamente é um tecido narrativo cuja historiografia dificilmente poderá tecer, pois os fios que lhe dão forma se perderam no tempo.

A primeira dessas transformações aconteceu durante o ano de 1957, quando os comunistas adotaram a chamada “linha de agosto,” referência à mobilização popular de agosto de 1933 que provocou a derrubada do ditador cubano Gerardo Machado¹⁵. Imbuído daquele exemplo histórico, o PSP passou a defender a união da oposição e das massas e o escalonamento das mobilizações sindicais e da sociedade civil¹⁶. Para Angelina Rojas Blaquier (2010, p. 169), a mudança tática, apesar de ainda prever a união dos opositores, deslocava o acordo dos partidos burgueses para as massas, isto é, implicava o abandono da união por cima (entre os políticos e partidos) em detrimento da ampliação do apoio e unidade das bases. Apesar dos esforços, a “linha de agosto” também não surtiu efeito, a nosso modo de ver, por algumas razões. Como já desenvolvido neste trabalho, o recrutamento e a organização de ações políticas de combate dos comunistas se tornava mais difícil com a clandestinidade. O maior número de filiados ao PSP se concentrava em Havana, onde o BRAC desenvolvia intensa atividade. Desde 1947 os comunistas estavam afastados da direção da CTC e com pouca influência dentro dos sindicatos, o que era mais um entrave aos movimentos e ações de massas.

¹⁴ A documentação partidária foi encontrada no arquivo do Instituto de História de Cuba.

¹⁵ Naquela ocasião, diversas greve paralisaram o país e Machado abdicou do cargo em razão da pressão popular.

¹⁶ Consoante com Caridad Massón Sena (2013, p. 246), a nova linha previa o recurso à violência em meio ao impulso do movimento de massas, entretanto, as fontes mencionam a defesa da insurreição popular, sem explicitar quais as ações o PSP considerava como válidas.

A historiadora cubana Caridad Massón Sena (2013, p. 252) destacou seis razões pelas quais os comunistas não puderam dirigir a última etapa do processo revolucionário, sem, contudo, se aprofundar nas explicações sobre tais causas. A primeira delas foi exatamente o programa político do PSP que previa a solução pacífica e as vias parlamentárias para a crise nacional. A segunda refere-se ao isolamento político do partido que decorria diretamente do forte apelo anticomunista existente na ilha, o que impossibilitava a aproximação com outros grupos devido ao preconceito e desconfiança que existia em relação ao PSP. A terceira vincula-se à confiança que o partido depositava no proletariado, especialmente urbano, mesmo sabendo que este não constituía a maioria dos trabalhadores cubanos e que muitos sindicatos estavam ocupados por direções anticomunistas, limitando ainda mais a ação naquela que deveria ser, na perspectiva comunista, a vanguarda da luta de libertação. A quarta razão foi a falta de dinamismo para se desprender do “frentismo” e adotar a luta insurrecional. A quinta refere-se à crença partidária de que os Estados Unidos não aceitariam um governo dirigido pelos comunistas e que o derrubaria. E a sexta razão foi a equivocada leitura contextual comparativa com o ano de 1933, que desconsiderava as especificidades da conjuntura insurrecional de 1957 e 1958.

Outro fator, além dos citados por Massón, que distanciava os comunistas dos movimentos guerrilheiros era a diferença entre as gerações que compuseram ambos os movimentos. É possível dizer que os membros da direção do PSP faziam parte de uma mesma geração, a qual chamaremos de “geração de 30,” que não se vinculava necessariamente por possuir idades próximas, apesar deste também ser o caso da direção¹⁷, mas por compartilhar a mesma experiência e história política. De acordo com Serge Berstein (1998, p. 361), a geração caracteriza-se pela existência de um grupo “submetido à mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos”. Jean-François Sirinelli (2006, p.136/7) destacou que a geração serve como uma unidade de medida para a análise das relações sócio-políticas e, se

¹⁷ O membro mais velho da direção do PSP era Juan Marinello que tinha nascido em 1898. Os demais haviam nascido entre 1905 e 1915. Quando a guerra de guerrilha começou, em 1957, a direção partidária era composta, majoritariamente, por homens que tinham entre 45 e 59 anos.

estamos interessados no relacionamento do PSP com o M-26-7, a avaliação da geração que dirigiu ambas as organizações pode fornecer elementos para entendermos as opções e a trajetória política de cada uma das agremiações.

Um fato que indica a existência de uma geração de dirigentes socialistas populares é a perpetuação de alguns nomes nos principais cargos partidários. Em 1938 foi empossada uma direção no então PURC, reafirmada com algumas poucas alterações na VII Assembleia Nacional do Partido Socialista Popular de 1952. No pleito interno ocorrido naquele ano, a mesa executiva nacional ficou composta por Blas Roca, que já era secretário geral desde 1933, Juan Marinello, presidente do partido desde 1939, Joaquín Ordoqui, César Vilar, Aníbal Escalante, Lázaro Peña, Manuel Luzardo, Salvador García Agüero e Segundo Quincosa. Além deles, outros 21 membros também integravam a direção, dos quais destacam-se o poeta Nicolás Guillen, Fabio Grobart, Severo Aguirre, Carlos Rafael Rodríguez, Edith García Buchaca e César Escalante. Todos os citados estiveram submetidos a uma mesma conjuntura, como disse Berstein, e compartilharam experiências políticas significativas, quais sejam: a entrada no partido no final dos anos 1920 e início da década seguinte, e a ascensão à direção do PCC por volta de 1935, sendo que todos eles fizeram parte do bureau ou do comitê central do partido na década de 1930.

Ainda nos anos 1930, as sociabilidades geradas na edição de jornais e revistas foram importantes para a criação de experiências comuns e de laços de amizade. Como exemplo podemos citar a publicação da revista cultural *Mediodía*, dirigida por Guillén e na qual participaram do conselho editorial Marinello, Buchaca e Carlos Rafael Rodríguez. Os dois últimos, ao lado de Salvador García Agüero, também editaram o semanário *Resumén*. Rodríguez ainda foi o responsável pela edição da revista teórica *El comunista*, publicada entre 1938 e 1940 e para qual todos aqueles citados membros do PSP contribuíram com artigos e análises da conjuntura política. Na época, Edith García e Carlos Rafael, casados, formaram o grupo cultural *Ariel*, com o objetivo de debater problemas políticos e literários. Posteriormente, o casal se divorciou e Edith casou-se com Joaquín Ordoqui, que fora professor de Carlos Rafael na universidade. No final dos anos 1930, foi criado o jornal *Noticias de Hoy*, dirigido por Aníbal Escalante, e em sua redação mais vínculos foram criados, uma vez que os citados membros publicavam quase que semanalmente no periódico. No início de 1940, o PSP lançou a revista mensal *Fundamentos* (que existiu até 1959 com interrupções na periodicidade na

época da ditadura de Batista), principal documento político do partido onde se publicavam textos autorais dos intelectuais comunistas cubanos mais reconhecidos e de personalidades do movimento comunista internacional. Blas Roca era o diretor geral da revista e o comitê editorial era composto por Juan Marinello, Aníbal Escalante, Severo Aguirre, Edith García, Ladislao Gonzalez Carbajal, Carlos Rafael, Jacinto Torras e Jorge Castellanos¹⁸.

Além das experiências intrapartidárias, os citados membros da mesa executiva ainda compartilharam o exílio e a prisão. Com exceção de Segundo Quincosa, cujos dados biográficos não puderam ser acessados, todos os demais foram condenados e cumpriram pena na década de 1930 por causa do envolvimento político em atividades do PCC e alguns deles conviveram no cárcere. Outros viveram no exílio por causa da perseguição interna, como é o caso de Fabio Grobart. Alguns, como Aníbal Escalante, Blas Roca, Sergio Aguirre e Ordoqui, visitaram a União Soviética naquela mesma década, participando de congressos, recebendo treinamento ou estudando nas escolas russas. É notório que, ao longo dos anos 1930, a direção do PSP teve experiências comuns determinantes na configuração do comportamento político partidário, pois geraram concepções ideológicas tipicamente cubanas para cultura política comunista insular¹⁹. O predomínio da “geração de 30” na direção partidária durante três décadas proporcionou àquele grupo, em nossa visão, a hegemonia na tomada das decisões políticas²⁰. Não desconsideramos, certamente, a existência de divergências entre seus membros, cujas nuances não aparecem nos documentos da época. Acreditamos que a coesão de ideias e experiências da “geração de 30” distanciava o partido de ações políticas, como as guerrilhas, pois essas se chocavam com os pressupostos ideológicos defendidos pela organização.

O elemento geracional aparece inclusive na documentação do PSP,

¹⁸ Para se ter uma ideia da predominância da direção do PSP nas publicações de *Fundamentos*, entre os anos de 1941 e 1952 foram lançadas 129 edições da revistas, para as quais Blas Roca contribuiu com 83 artigos, Edith García Buchaca com 14, Lázaro Peña 13, Fabio Grobart 15, Severo Aguirre 17, Juan Marinello 24, Carlos Rafael Rodríguez 37, Aníbal Escalante 46, Jorge Castellanos 12, Jacinto Torras 20.

¹⁹ Como referenciais genuínos desta cultura política comunista insular citamos, por exemplo, o uso do martelo e do machete, instrumento usado no corte da cana, ao invés da foice, no emblema partidário, a referência ao herói da guerra de independência, José Martí, e o uso de seus escritos para fundamentar o programa político socialista popular.

²⁰ O único membro que não continuou no PSP foi César Vilar, expulso em 1954 por causa de conflitos dentro da direção partidária acerca de divergências interpretativas sobre o assalto ao quartel de Moncada e a postura dos comunistas que haviam sido presos acusados de participação no evento.

quando os comunistas se referiam aos membros do M-26-7 em passagens como “Temos que dizer isso e convencer a esses jovens e a todos os jovens que como eles pensam, que o caminho é o da luta de massas [...]” (PSP, 20/10/1953, p. 1) ou “Exijamos anistia para os meninos de Moncada [...]” (PSP, 24/7/1954, p. 5). Em ambos os trechos aparece a referência à forma como os comunistas viam os moncadistas (jovens, garotos, meninos) e essa era uma forma de salientar a diferença de experiência que separava as duas agremiações, sendo que o PSP se autointitulava como o conhecedor da realidade nacional e possuidor da única solução política para crise, enquanto o M-26-7 representava, apesar das boas intenções do movimento, um grupo inexperiente que recorria a táticas ineficientes²¹.

Além da diferença de experiência política e de idade entre a direção de ambos os movimentos²², corroboramos com a perspectiva de Alberto Aggio (2015, p. 88) para quem outra distinção do M-26-7 em relação às demais agrupações políticas era a rebeldia como um elemento aglutinador, como parte do discurso político da revolução e que era caracterizada pelo recurso às armas, pelas guerrilhas e a formação do exército rebelde como instrumento para a derrocada da ditadura, destoando do pacifismo defendido pelos comunistas. Os membros do Movimento 26 de Julho, inclusive, se reconheciam como a “geração do centenário”, numa alusão ao assalto de Moncada que aconteceu em 1953, quando José Martí completaria cem anos. Há também um esforço feito pelos “moncadistas” de se diferenciar dos demais grupos políticos insulares por meio de manifestações visuais, como o uniforme verde-oliva, a bandeira vermelha e preta e a barba dos guerrilheiros. Ademais, Rafael Saddi Teixeira (2009, p. 21) apontou que alguns membros da insurreição dos anos 1950 eram netos de revolucionários que lutaram nas guerras de independência do século XIX e também possuíam vínculos familiares com políticos e intelectuais que participaram da revo-

²¹ Esta perspectiva fica clara na passagem, quando os comunistas faziam referência à Moncada: “[...] se comprovou, enfim, que os jovens que participaram desta aventura não eram os ‘criminosos ferozes’ que quis pintar a propaganda eleitoral, mas simplesmente, meninos com ideais, desesperados pela situação que padece Cuba e equivocados em quanto aos métodos a empregar na luta para trazer a nossa pátria a democracia.”

²² A direção do M-26-7 nasceu, quase toda ela, entre meados da década de 1920 e 1930, dentre eles estão: Fidel Castro (1926), Raul Castro (1931), Juan Almeida (1927), Ernesto Guevara (1928), Camilo Cienfuegos (1932), Melba Hernandez (1921), Haydee Santamaria (1923), Ramiro Valdes (1932), Frank País (1934), Reinaldo Benítez (1928), Celia Sanchez (1920). Somente Crescencio Perez nasceu antes desta geração, em 1895.

lução de 30. Todos estes fatores moldaram as problemáticas políticas que marcaram o cenário no qual a “geração do centenário” iniciou suas lutas. O golpe de estado de Batista foi estopim que desencadeou a abandono por esses “jovens” das vias pacíficas e parlamentares e a opção pela luta armada.

Para o Partido Socialista Popular, aceitar a luta armada significava não somente reconsiderar a validade do “frentismo,” mas engajar-se nas guerrilhas. Lutar em *Sierra Maestra* era uma ação difícil para aquela geração de dirigentes políticos do PSP, pois muitos estavam no exílio e os que viviam na ilha teriam que abandonar suas famílias e a proteção que o aparelho clandestino fornecia para se subordinar militarmente aos chefes do Movimento 26 de Julho. Esta é uma das razões, em nossa opinião, para a resistência comunista em aceitar as guerrilhas como uma tática eficaz e pela percepção de que as ações de Castro eram uma aventura pequeno-burguesa.

O PSP manteve a mesma postura quando os estudantes do Diretório Estudantil Revolucionário (DER) atacaram o palácio presidencial com o objetivo de assassinar Batista em março de 1957. O partido também considerou as boas intenções e o heroísmo dos assaltantes, mas manteve-se convicto de que atos como aquele não provocariam a queda do regime. De modo geral, as derrotas do movimento armado²³ alentavam as esperanças comunistas de que a tática de frente única era realmente o caminho correto, pois tais ações estavam fracassando ao menos até o final de 1957. Além disso, o PSP via nas greves e paralisações²⁴ que ocorreram naqueles anos o amadurecimento das massas para a realização da greve revolucionária que provocaria a queda do ditador.

O partido também continuou condenando a divisão da oposição. Quando, em julho de 1957, Fidel Castro, Raul Chibás e Felipe Pazos fizeram chamadas para a união da oposição, os socialistas populares responderam positivamente, mas pediram para que os organizadores deixassem claro a abrangência da coalizão, pois não sabiam se estavam incluídos nela. O Movimento 26 de Julho assinou, ao longo de 1957, o Manifesto Político-Social

²³ Como exemplo, citamos o assalto ao quartel de Moncada, o ataque ao palácio presidencial em 1957 organizado pelo DER, o desembarque do Granma e do iate *Corinthya* e as sublevações militares aplastadas pelo regime, a primeira organizada pelo coronel Ramón Barquín que conspirou para depor Batista em 1955 e a segunda foi um levante na base naval de Cienfuegos em setembro de 1957.

²⁴ Em 1955, ocorreu uma greve geral iniciada no setor açucareiro. Em agosto de 1957, novamente outra greve geral paralisou o país por ocasião do assassinato de Frank País.

desde a *Sierra Maestra* (12/7/1957) e a Carta à Junta de Libertação Cubana (1/11/1957) juntamente com Carlos Prío, Carlos Hevia, Manuel Antonio de Varona e Roberto Agramonte, todos eles representantes dos partidos Revolucionário Cubano e do Povo Cubano não inscritos. O PSP foi excluído de todas essas iniciativas e alegou que a inexistência de acordo amplo se devia unicamente à recusa das demais agrupações em aceitá-lo.

Ao fim de 1957, a repressão interna havia aumentado para conter as guerrilhas e as ações violentas empreendidas contra a ditadura. Ao contrário do prognóstico comunista, o M-26-7 não minguou, mas, ao contrário, as guerrilhas expandiram o domínio dos territórios na *Sierra Maestra* e cresceram em número de membros e organização interna. A inexistência de pactos baseados na frente única frustrou a opção tática comunista e, enquanto isso, a oposição acordava diversos programas de ação e não incluía o PSP em seus arranjos políticos. O movimento de massas (greves, paralisações), principal aposta socialista após a adoção da “linha de agosto”, não parecia ter forças para derrubar a ditadura. Diante da conjuntura, o PSP iniciou a reconsideração tática que o encaminhou para a luta armada. O passo inicial para a mudança foi a viagem dos comunistas Carlos Rafael Rodríguez e Jorge Risquet pela América Latina para informar aos partidos comunistas da região sobre as peculiaridades da realidade insular, buscar solidariedade para a Revolução que se avizinhava e afirmar a convicção de que a mesma não aconteceria sem o Partido Socialista Popular.

• RUMO À SIERRA MAESTRA

Angelina Rojas Blaquier (2010, p. 204) apontou que desde o final de 1957 o PSP havia dado a autorização a seus militantes para se incorporar às forças rebeldes, informação retirada de um depoimento do militante socialista popular Pelegrín Torras para o intelectual Lionel Martin. Ainda segundo a autora, a reconsideração da opção tática iniciou-se dentro do partido após a vitória rebelde de *El Uvero*²⁵, ocorrida em maio de 1957. Essas informações não aparecem na documentação partidária da época, mas, ao contrário, o que se observa é a reafirmação da condenação da luta insurrecional, con-

²⁵ Ataque do exército rebelde ao quartel situado em *El Uvero*, que resultou em diversas baixas das forças ditatoriais e a tomada das armas do quartel pelos rebeldes. Paula R. Serrano (1994, p. 132) escreveu que a batalha aumentou o prestígio da guerrilha e marcou o fim do seu nomadismo.

tradizendo a informação da pesquisadora cubana. A situação descrita por Blaquier instiga a imaginação do historiador sobre os eventos que se passaram nos bastidores políticos, em especial os acordos e encontros secretos promovidos entre as lideranças. No entanto, na ausência de documentos comprobatórios, optamos por tecer uma narrativa, nesta parte final como ao longo do texto, baseados nas fontes oficiais que estão disponíveis. O que se pode afirmar com certeza é que, desobedecendo as ordens partidárias, diversos membros do PSP subiram à *Sierra Maestra* antes que o partido desse seu aval para tal ação, sendo que muitos dos comunistas foram incorporados, principalmente, às tropas de Raul Castro na II Frente Oriental.

Foi a partir de março de 1958 que os comunistas mudaram oficialmente a perspectiva que tinham da luta armada. O primeiro momento em que declararam publicamente apoio às guerrilhas foi na edição de 12 de março da Carta Semanal quando publicaram uma reportagem intitulada “Porque nosso partido apoia a *Sierra Maestra*”, e nela reafirmaram a opção partidária pelo pacifismo, mas admitiram que se o inimigo resistia, então era aceitável recorrer à luta armada, à insurreição e à ação guerrilheira. Observa-se que não houve um abandono do “frentismo”, mas a aceitação de outras táticas que deveriam ser adotadas ao mesmo tempo. A condição para o apoio às táticas violentas não era somente para impulsionar a queda do regime, mas também pela vinculação do movimento armado com as massas, como reconheceu o partido: “Tão logo a ação armada se tornou realmente uma ação guerrilheira, ligada com as massas camponesas da região e o povo, teve de imediato nossa solidariedade” (PSP, 12/3/1958, p. 1). Na passagem, nota-se que os comunistas não viam mais as guerrilhas como um movimento isolado, sem ligação e apoio da população. Na visão do PSP, os camponeses e operários ajudaram e ingressaram no exército rebelde porque identificaram nele uma forma de derrubar o regime, o que tornou a luta armada uma tática de massas e, partindo dessa perspectiva, o partido apoiou as guerrilhas com base na justificativa de que finalmente havia uma vinculação entre os anseios populares e a luta insurrecional. Em outra passagem, os comunistas alegaram: “Nós procuramos, além de ajudar a atividade das forças patrióticas que operam na *Sierra Maestra*, impulsionar o enlace entre a ação guerrilheira e a luta de massas em toda a zona fronteiriça” (PSP, 12/3/1958, p. 1). É interessante observar que o partido se colocava como o impulsionador do vínculo entre as guerrilhas e as massas,

como o intérprete e mobilizador dos trabalhadores, quer dizer, como um mediador entre a população e a luta armada.

Em conformidade com Blaquier (2010, p. 220), os comunistas organizaram em fevereiro de 1958 um destacamento guerrilheiro chamado Máximo Gómez, na zona de *Jobo Rosado*, município de *Yaguajay*, antiga província de *Las Villas*, sob o mando do comunista Félix Torres. Ainda segundo a autora, o objetivo da frente era unir-se às tropas do M-26-7 alocadas na região, mas os militantes comunistas só conseguiram se incorporar às tropas castristas com chegada da coluna Antonio Maceo, liderada por Camilo *Cienfuegos*, em outubro de 1958. A junção das tropas foi prejudicada pelos preconceitos anticomunistas de Regino Machado, chefe do M-26-7 em *Jobo Rosado*, que não aceitou a incorporação dos socialistas populares em suas fileiras. Nenhum dos intelectuais que comentou a abertura da frente guerrilheira em *Yaguajay* apontou as razões dos comunistas para a escolha daquela região. Acreditamos que isso foi motivado pela influência política que o partido tinha na cidade, pois havia ocupado sua prefeitura antes do golpe e porque aquela era uma área onde outros movimentos armados se desenvolviam²⁶, mas, sem dúvida, é intrigante pensar que os comunistas abriram uma frente guerrilheira independente antes de se vincularem oficialmente ao M-26-7 com o envio de Carlos Rafael Rodríguez como representante do PSP em Julho daquele ano para a *Sierra Maestra*.

Quando o movimento grevista se espalhou pelo país, no começo de abril de 1958, o PSP saudou as paralisações com entusiasmo, pois via nelas o crescimento do movimento de massas tão defendido pelo partido. A greve geral revolucionária também era discutida desde os primeiros momentos das guerrilhas na *Sierra Maestra*, debate este que gerou atritos dentro do M-26-7 acerca de como a greve deveria ser constituída, uma vez que, disse Nora A. Santana (1994, p. 140), a direção do *llano* (facção do M-26-7 que atuava nas áreas urbanas) considerava que existiam condições para realizar a ação e os militantes da *Sierra Maestra* não compartilhavam desta assertiva e defendiam a necessidade de ampliar o movimento armado antes de convocar a greve revolucionária. Apesar do atrito, Fidel Castro e Faustino

²⁶ Operavam em Las Villas um grupo guerrilheiro chefiado por Faure Chomón organizado no começo de 1958 com os membros do Diretório Estudantil 13 de Março. Na região da Sierra de Escambray estava um acampamento dirigido por Eloy Gutiérrez Menoyo integrado também por membros do Diretório e a Organización Auténtica (AO) comandada por Carlos Prío.

Pérez, líder na resistência cívica em Havana do M-26-7, lançaram um manifesto intitulado “Guerra Total contra a tirania” em março de 1958, conclamando a população para aderir à greve revolucionária que seria convocada em breve e reconheciam a *Federación Obrera Nacional* (FON), órgão sindical chefiado pelo Movimento 26 de Julho, como o único dirigente da greve. Esta foi marcada para 9 de abril, data conhecida somente dentro do movimento rebelde, e deveria ser antecedida e acompanhada por atividades de sabotagem e explosão de bombas. Os comunistas responderam com entusiasmo à proposta e convocaram seus membros e simpatizantes para aderir ao movimento, pois viam nele uma forma de unidade da oposição e de fomento de uma ação pacífica aceitável como tática.

Em diversas províncias ocorreram paralisações obreiras, patronais e profissionais. O problema foi o que se passou na capital do país e tais acontecimentos causaram divergências interpretativas inclusive dentro da historiografia. O historiador inglês Richard Gott (2006, p. 187) defende que a direção do M-26-7 em Havana não incluiu os comunistas na organização da greve. Comungam com esta perspectiva os trabalhos de Caridad Massón Sena (2013, p. 248) e Angelina Rojas Blaquier (2010, p. 214), para as quais a direção do M-26-7 não realizou os contatos e a organização necessária a fim de alcançar o sucesso das paralisações. Já o cientista político brasileiro Luis Alberto Moniz Bandeira (2009, p. 186) salientou a disposição do PSP em sabotar a greve de abril.

O chamado feito aos trabalhadores por David Salvador, representante da FON, em Havana, não alcançou o resultado esperado e as tropas ditatoriais desmobilizaram rapidamente as paralisações que se concretizaram e impediram diversas outras quando os trabalhadores tentavam ocupar fábricas e oficinas. De acordo com os comunistas, o chamado de Salvador foi unilateral, sem um acordo prévio e por isso surpreendeu a oposição e as massas, gerou confusão e dispersão, motivando o fracasso da greve na capital. Para o PSP, a paralisação só poderia ser convocada pelos comitês de greve, muitos dos quais chefiados pelos comunistas, e não da forma como ocorreu, “de maneira ligeira, por simples chamada através da rádio, com métodos que não são os da classe obreira” (PSP, 16/4/1958, p. 1). O insucesso da ação também foi representado pelos comunistas como uma prova de que a divisão da oposição e a falta de coordenação de suas ações permitiam o prolongamento do regime. O PSP acusou a direção do M-26-7 de Havana de usar uma tática “comandista”, entendida como uma ação de

comando oriunda somente da direção FON, sem o acordo e organização prévios das massas, crítica que aparece de maneira evidente na citação:

[...] uma ordem de greve geral improvisada, estridente, sensaciona- lista, sem base organizada, sem contar com as massas. Não houve mais organização, mais preparação, nem mais ordem de greve, que uns chamados exaltados, porém sem fundo organizativo, que foram produzidos desde algumas estações de rádio que, seguindo uma tática aventureira, foram tomados de surpresa, sem a partici- pação consciente de seus trabalhadores. (PSP, 23/4/1958, p. 3)

Apesar das críticas ao M-26-7, o PSP também considerou a importân- cia das paralisações que ocorreram na ilha, alegando que o povo mantinha em alta o espírito da luta e a greve geral continuou sendo considerada uma tática importantíssima na derrocada do regime, tanto pelos comunistas quanto pelo M-26-7. Após a fracasso da greve, Castro se reuniu com a dire- ção do Movimento 26 de Julho e juntos concluíram que fora adotado um errôneo princípio com o qual se preparou aquela ação e decidiram substi- tuir David Salvador por Níco Torres (Blaquier, 2010, p. 216). Posteriormente, foi criada a Frente Obreira Nacional Unida (FONU), chefiada pelas lideranças da oposição²⁷, para reorganizar o movimento trabalhista. Ficou estabeleci- do na reunião que a direção máxima e única da guerra se encontrava na *Sierra Maestra* e era conduzida por Fidel Castro na condição de comandante do exército rebelde, o que deu a ele, definitivamente, a chefia das milícias que, até aquele momento, de acordo com Santana (1994, p. 141), estavam sob o comando dos dirigentes do M-26-7 do *llano*²⁸.

²⁷ A FONU representava o movimento organizado de trabalhadores que estavam vinculados à alguns grupos políticos insu- lares. Havia na organização a seção obreira do M-26-7 e do Diretório e os trabalhadores ligados à ortodoxia. Na bibliografia pesquisada não encontramos menção à ação dos comunistas no seio da FONU.

²⁸ As milícias urbanas do M-26-7, vinculadas ao Movimento de Resistência Cívica (MRC), braço armado vinteseitista das cidades, continuaram atuando mesmo depois do fracasso da greve geral de abril de 1958. Entretanto alguns de seus diri- gentes, aqueles que atuavam no *llano*, como Faustino Pérez, responsável pelo movimento em Havana, foram transferidos para a *Sierra Maestra* a fim de reunir esforços para os confrontos finais contra a ditadura. É importante salientar também que diversos outros membros importantes do M-26-7 trabalharam fora da *Sierra*. Este é o caso, por exemplo, de Haydée Santamaria, designada para a sessão de subministração de armas, alimentos e outros bens necessários ao exército rebelde. Para realizar sua função, Santamaria se deslocou por diversas cidades cubanas e esteve algumas vezes nos Estados Unidos recolhendo os citados materiais para o Movimento. Célia Sanchez foi outra importante militante, pois esteve incumbida, ao longo dos anos de 1957 e 1958, de viajar algumas vezes entre as regiões da *sierra* e do *llano* trazendo e levando informa- ções e suprimentos. Jorge Alberto Serra Almer (2008, p. 230), ao recordar sua atuação no MRC, apontou a essencial função de Armando Hart, que realizava entrevistas com várias personalidades com o objetivo de organizar a resistência nas prin- cipais cidades insulares. O autor citou o protagonismo de Raul Chibás Ribas, Mario Llerena Rodríguez, Remberto Junquera, Felipe Pazos, Miguel Santos Buch, Enrique Oltuski Ozacki nas ações urbanas do M-26-7.

Em julho 1958, diversos setores da oposição²⁹ firmaram o Pacto de Caracas com base em um texto redigido por Fidel Castro, criando uma Frente Cívica Revolucionária, defendendo a insurreição armada como o pilar da união das forças oposicionistas e a greve geral revolucionária como a culminação do esforço de unidade. Posteriormente, outras agrupações declararam apoio ao documento e dentre elas estava o PSP, que considerou positiva a iniciativa, apesar de seus organizadores não terem convidado os comunistas. O PSP, então, instou seus signatários a permitirem que qualquer tática política fosse considerada útil na etapa final do conflito contra a ditadura. A continuidade da defesa do pacifismo também se perpetuou, mostrando a dificuldade dos comunistas em abandonar a diretriz ideológica oriunda das resoluções soviéticas:

[...] em quanto a tática, o PSP insiste com toda a veemência na necessidade de que a frente unida da oposição diga ao povo que está disposta a esgrimir todas as formas de ação de massas (desde o simples protesto em um centro de trabalho até a ação guerrilheira, a greve geral política, a insurreição popular, com expressa exclusão, claro, da atividade terrorista, que não é de massas e que, como é sabido, não só não ajuda a luta obreira e popular, mas que a prejudica porque tende a paralisa-la), porém, em primeiro lugar, levanta a bandeira da paz e deixa a responsabilidade da guerra civil nas mãos exclusivas do governo tirânico e de suas protetores estrangeiros. (PSP, 13/8/1958, p. 2)

No segundo semestre de 1958, as tropas guerrilheiras varreram a ilha de leste a oeste e os conflitos armados se intensificaram com os choques entre os exércitos rebelde e regular que, naquela ocasião, ocorreram em diversas localidades e não mais somente na Província de Oriente, onde estava a Sierra Maestra. Mesmo nestas circunstâncias, o PSP continuou defendendo as táticas pacíficas contra o regime, denunciando, por exemplo, as eleições presidenciais que ocorreram em novembro de 1958 e chamando

²⁹ Alguns dos signatários do Pacto de Caracas foram: Carlos Prío Socarrás (Organização Autêntica), Enrique Rodríguez Loeche (Diretório Revolucionário), Unidade Obreira, Lincoln Rodán (Partido Democrata), José Puente e Omar Fernández (FEU), Justo Carrilo Hernández (Grupo Montecristi), Angel María Santos Buch (Movimento de Resistência Cívica) e José Miró Cardona.

a população para boicotá-las. Na ocasião do pleito, o PSP enviou uma carta aos opositores sugerindo a formação de uma frente cívica-nacional com o objetivo de “fortalecer a luta das massas contra a tirania nas duas vertentes daquela: a ação civil e a ação armada, derrotar o governo de Batista e fazer triunfar a solução de paz e democracia que necessita Cuba” (PSP, 1/10/1958, p. 4). Nas vésperas da Revolução, o PSP ainda defendia a frente única, revelando que não houve um abandono do referencial soviético, o que mostra a coerência socialista popular em relação a esse elemento de sua cultura política. Porém, ao mesmo tempo, ao aceitar a pluralidade tática e o reconhecimento da eficiência das guerrilhas, o que, num primeiro momento parece contraditório, os comunistas mostraram sua capacidade de leitura contextual e adaptação a ele. Como disse Massón (2013), o PSP, de fato, não dirigiu a última etapa do processo revolucionário, mas transformou seu programa e sua relação com as agrupações políticas insulares para que pudesse participar como elemento central na condução da revolução ao lado das demais agrupações que participaram da luta insurrecional.

• CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa perspectiva, o apego ao frentismo e a dificuldade em abandoná-lo indica o quão enraizado estava este elemento na cultura política comunista insular. Isso se comprova ao analisar que, mesmo após a declaração de apoio às guerrilhas, o PSP continuou considerando que a frente única e as ações políticas pacíficas eram tão ou mais importantes que as ações armadas. Acreditamos também que questões pragmáticas influenciaram a dualidade do comportamento político dos comunistas na defesa da diversidade tática. A geração dirigente do PSP, com exceção de Carlos Rafael Rodríguez, não subiu à *Sierra Maestra* e, em nossa perspectiva, o partido oscilou sobre a mudança da tática exatamente pelas peculiaridades da geração que o comandava. Uma parte dela estava no exílio (Roca, Edith García, Ordoqui, Grobart) e quase todos os que ficaram na ilha tinham mais de cinquenta anos e possuíam famílias constituídas, fatores que certamente influenciaram quando tiveram que decidir entre sair da clandestinidade e de certa proteção que o aparelho partidário fornecia para se subordinar às lideranças da “geração do centenário”. Isso quer dizer que abandonar a frente única também implicava na tomada de uma posição, isto é, aderir efetivamente à luta armada,

o que muitos dirigentes comunistas não podiam fazer por causa do exílio, ou não queriam assumir por questões pessoais. Sobre esta última assertiva, Fabio Grobart Sunchine, filho do velho comunista Fabio Grobart, disse para autora deste artigo, em dezembro de 2015, que diante da constante violência policial, o pai decidiu deixar a ilha e atestou que dificilmente um homem como Grobart, que em 1957 tinha 52 anos, abandonaria a esposa e o filho para aderir a um movimento que, no fundo, assim como outros comunistas, ele não acreditava que sairia vitorioso. Em contrapartida, ao longo de toda a guerra revolucionária, a oposição recusou firmar acordos com os comunistas. Inclusive, alguns pactos foram assinados quando Carlos Rafael Rodríguez estava na *Sierra Maestra*, mas o PSP não apareceu neles. As razões para essa ausência permanecem obscuras na historiografia e a documentação partidária não elucidou qualquer indício quanto às causas. Como dissemos, o anticomunismo não pode ser desconsiderado como fator que impediu a movimentação do PSP no tabuleiro político. Carlos Franqui, por exemplo, dirigente do M-26-7, fundador da rádio rebelde e do jornal *Revolución*, era assumidamente anticomunista e carregava contendas com a direção do PSP da época em ele tinha participado de suas fileiras.

A trajetória do PSP no contexto da luta insurrecional mostrou que a análise das culturas políticas nem sempre desvela ao investigador a coerência entre os valores e a ideologia e a ação prática dos membros do partido. A contradição também foi uma chave para compreender a progressiva transformação das concepções dos comunistas cubanos frente às alterações contextuais provocadas pela guerra de guerrilhas.

Se os comunistas se mantivessem totalmente fieis à Moscou, não teriam validado e aderido à luta armada, se tivessem abandonado totalmente o pacifismo, grande parte de seus membros teria se subordinado à direção do M-26-7. Mas não foi isso o que ocorreu. O PSP escolheu abrir as perspectivas partidárias quando passou a defender a pluralidade das táticas, liberou seus membros para subirem à *Sierra* sem colocar qualquer obrigatoriedade aos socialistas populares senão o apoio ao movimento de massas e o suporte às guerrilhas quando as tropas do M-26-7 começaram a se deslocar pela ilha. Acreditamos que o comportamento político dos comunistas só pode ser lido a partir das considerações feitas anteriormente (a cultura política e a vinculação à matriz ideológica soviética, o anticomunismo, a geração dirigente, a violência e o exílio), pois quando se perde de vista tais

aspectos conjunturais dificilmente se entende as razões das opções feitas pelo partido e as contradições inerentes das experiências humanas, partidárias e políticas.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. *Um lugar no mundo. Estudos de história política latino-americana*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2015.

ALMER, Jorge Alberto Serra. El Movimiento de Resistencia Cívica en La Habana (de 1957 al 8 de enero de 1959). In: Ozacki, Enrique Oltuski; Llompart, Héctor Rodríguez; Torres-Cuevas, Eduardo (Organizadores). *Memorias de la Revolución I*. La Habana: Imagem Contemporanea, 2008.

BANDEIRA, Moniz L. A. *De Martí a Fidel: A revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Rioux & Sirinelli (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BLAQUIER, Angelina Rojas. *El primer partido comunista de Cuba*. Tomo 3. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2010.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GOTT, R. *Cuba: uma nova perspectiva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MAREK, Franz. A desagregação do estalinismo. In: BADALONI, Nicola [et. al.]; coordenação de Eric Hobsbawn. *História do marxismo. O marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do estalinismo*. Volume 10. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá[org.]. *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

PRIESTLAND, David. *A bandeira vermelha: uma história do comunismo*. São Paulo: Leya, 2012.

Partido Socialista Popular. *A los partidos, grupos y sectores opositores y a sus partidarios*. Carta Semanal, época II, número 207, 31 de julho de 1957.

_____. *Comentarios al margen de una derrota del gobierno*. Carta Semanal, época II, número 10, 20 de outubro de 1953.

_____. *Declaraciones del PSP: las mentiras del gobierno sobre la huela y la situación*. Carta Semanal, época II, número 244, 16 de abril de 1958.

_____. *La nueva detención de Marinello*. Carta Semanal, época II, número 49, 24 de julho de 1954.

_____. *Llamamiento*. Carta Semanal, época II, número 186, 6 de março de 1957.

_____. *Los sucesos de la URSS*. Revista Respuestas, Año II, número 126, 19 de julho de 1957.

_____. *Manifiesto*. Carta Semanal, época II, número 200, 12 de Junho de 1957.

_____. *Manifiesto del PSP*. Carta Semanal, época II, número 268, 1º de outubro de 1958.

_____. *Orientación del día*. Carta Semanal, época II, número 245, 23 de abril de 1958.

_____. *Panorama político*. Carta Semanal, época II, número 156, 8 de agosto de 1956.

_____. *Panorama político*. Carta Semanal, época II, número 125, 4 de janeiro de 1956.

_____. *Panorama político*. Carta Semanal, época II, número 184, 20 de fevereiro de 1957.

_____. *Por qué nuestro partido apoya a la Sierra Maestra*. Carta Semanal, época II, número 239, 12 de março de 1958.

_____. *Propone el Partido Socialista Popular a los firmantes del Pacto de Caracas la inmediata convocación de la reunión de partidos y sectores opositores*. Carta Semanal, época II, número 261, 13 de agosto de 1958.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os "Combatentes da paz:" a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

SANTANA, Nora Alcázar. La lucha revolucionaria durante 1958. In: *Historia de la Revolución Cubana*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1994.

SENA, Caridad Massón. *El Partido Socialista Popular y la Revolución Cubana*. Caliban Revista Cubana de Pensamiento Crítico, abril-mayo-junio, 2010.

_____. *Los comunistas cubanos y las luchas por el poder en los años 50*. Revista de Estudios e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 7, nº 2, 2013.

SERRANO, Paula Rodríguez. Desarrollo de la lucha revolucionaria, desde el desembarco del Granma hasta las acciones victoriosas de 1957. In: *Historia de la Revolución Cubana*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1994.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TEIXEIRA, Rafael Saddi. *O ascetismo revolucionário do Movimento 26 de Julho: o sacrifício e o corpo na Revolução Cubana*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2009.

Luis Eduardo Mergulhão Ruas

• INTRODUÇÃO

A reflexão sobre as formas de representação política em Cuba após a Revolução e sua orientação socialista sempre foi bastante negligenciada, tanto por suas diferenças frente à democracia liberal hegemônica no continente quanto por uma dificuldade advinda do próprio marxismo produzido do século XX na análise do funcionamento da esfera política dos países que buscaram construir o socialismo. O objetivo deste artigo é apresentar, em linhas gerais, as raízes, características e funcionamento de um dos elementos centrais da organização política da Ilha, denominada Poder Popular, buscando deixar clara sua relação com uma forma diferenciada de democracia. Analisar, ainda que pontualmente, alguns elementos estruturantes da Revolução, fundamentais na conformação do Estado Cubano e na construção de toda uma ideologia que legitima este Poder Popular é fundamental para a compreensão mais precisa sobre o significado, limites e potencialidades desta importante instância de participação política da ilha socialista, que vive agora uma nova etapa de sua Revolução após o VI Congresso do PCC, realizado em 2011.

• ELEMENTOS CENTRAIS DA REVOLUÇÃO CUBANA

A Revolução Cubana de janeiro de 1959 representou a vitória de um determinado projeto político que buscou superar as profundas contradições vividas pela sociedade cubana a partir de sua Independência. Uma revolução nacionalista e anti-imperialista, democrática e popular, em um país marcado pelo desenvolvimento de um capitalismo dependente e associado, onde a presença dos EUA se deu de forma marcante após a derrota de um projeto de independência liberal radical liderado por Jose Martí. Essa presença ativa na vida econômica e política da república independente nos anos iniciais do século XX se deu, em princípio, com a incorporação da *Emenda Platt* à primeira constituição do país, permitindo a intervenção militar direta dos marines, articulada com a concessão de uma parte do território para a organização de uma base militar americana em Guantánamo. Estavam então dadas as condições para que os meios de produção do país fossem progres-

sivamente controlados por empresas vinculadas aos EUA, que se tornaram o principal parceiro comercial da Ilha (BANDEIRA, 1998). A superexploração do trabalho, as desigualdades sociais e a ingerência política estadunidense caracterizavam Cuba como uma república neocolonial, onde governos se sucediam mediante uma vida político-partidária marcada pela fraude, por intensa repressão aos movimentos sociais e presença decisiva dos EUA³⁰.

A questão nacional passou a ser tema central para os segmentos políticos que buscavam o desenvolvimento econômico com maior soberania, na qual a relação com os EUA sempre foi assunto relevante e repleto de discórdias, a ponto de surgirem os mais diversos tipos de nacionalismos. Essas várias nuances estiveram presentes, por exemplo, no processo conhecido como Revolução de 1933, que derrubou o ditador Machado e determinou o fim da Emenda Platt, gerando uma nova ordem política estruturada em torno da Constituição de 1940, bem progressista para a época. O avanço político e social fez surgir partidos mais estruturados, porém sem gerar uma mudança prática efetiva no cotidiano dos cubanos e na institucionalidade ou qualquer incômodo aos interesses estadunidenses no controle de 90% das minas, 50% das terras, 67% das exportações, 75% das importações cubanas (CHARLES, 1978, p. 35). Em meio a denúncias de corrupção e a possibilidade do nacionalista Partido Ortodoxo vencer as eleições - cujo líder do seu setor juvenil era ao advogado Fidel Castro - houve, em 1952, um golpe comandado por Fulgêncio Batista, militar que já havia ocupado a Presidência da República³¹.

Necessário observar que um nacionalismo popular foi articulado por setores da pequena burguesia e camadas médias radicalizadas associadas ao proletariado urbano. Liderado por Antônio Guiteras, o nacionalismo popular teve um caráter anti-imperialista, com defesa de reformas sociais e direitos sociais para os trabalhadores. Essas bandeiras políticas estiveram presentes no projeto que orientou o fracassado *Assalto ao Quartel Moncada* em 1953, visando a derrubada de Batista. Esse projeto buscou ampliar sua base teórica e respaldo político-ideológico ao se apresentar como herdeiro

³⁰ Os conceitos de capitalismo dependente e República Neocolonial podem ser bem observado nas obras de Florestan Fernandes apontadas na bibliografia.

³¹ O Partido do Povo Cubano (Ortodoxo) surge no final da década de 40 a partir de uma cisão do Partido Revolucionário Cubano defendendo nacionalização de setores da economia, reforma agrária e criticando com veemência a corrupção na vida política, com seu lema "vergonha no lugar de dinheiro". Seu principal líder, Eduardo Chibas, se suicidou em agosto de 1951 ao não ter comprovações da corrupção do governo Grau San Martín.

das ideias de José Martí, e como um continuador das lutas pela independência real do país. Foi também componente fundamental do programa aplicado pela frente política integrada pelo Movimento 26 de julho, o Partido Socialista Popular e o Diretório Revolucionário, construída ao longo de todo o processo de luta revolucionária, que possibilitou a queda de Batista e a vitória da revolução em janeiro de 1959. Esse projeto político, nacionalista e democrático, não parecia ameaçar a ordem burguesa e capitalista. Sua aplicação prática e decidida pela direção logo após a vitória da Revolução gerou um incômodo para os setores da classe dominante, até então participantes do processo que levou ao fim da ditadura de Batista.

O distanciamento político foi se tornando cada vez mais claro e explícito com a crescente participação proletária e popular após janeiro de 1959, requerendo justiça social e gerando a formação de uma série de entidades representativas – como a federação de mulheres, organização de combatentes, comitês de defesa da revolução (CDR), uma nova central sindical (CTC), todas com ações protagônicas nas campanhas de alfabetização, na defesa da reforma agrária, da reforma urbana e das nacionalizações das empresas estadunidenses. O período entre janeiro de 1959 até abril de 1961, quando Cuba formalmente se declarou socialista, foi extremamente rico pelos projetos de sociedade em disputa, um deles claramente identificado com a ordem liberal capitalista, sem questionar a fundo a presença estadunidense. Acabou sendo vitorioso aquele que viu na ruptura da ordem burguesa capitalista o único caminho para o desenvolvimento econômico com soberania nacional e democracia social. Muito antes da decretação do caráter socialista, em abril de 1961, setores da burguesia cubana, até então aliada da Revolução, já se descolavam do projeto em paralelo ao crescente boicote movido pelo governo dos EUA. A defesa de uma pátria livre e soberana já ganhava um outro contorno, tendo como base uma visão de classe, algo nítido no discurso de Fidel:

Quem tem as armas? São as mãos de senhoritos? São mãos de ricos? São mãos dos exploradores? Que mãos levantam estas armas? Não são mãos operárias? Não são mãos camponesas? Não são humildes do povo? E qual é a maioria do povo? Os milionários ou os operários? Os exploradores ou explorados? Os privilegiados ou os humildes (...) (CASTRO, 1986, p. 446)

A questão de classe já estava bem clara, como observamos acima, e a opção pelo socialismo se deu como uma das formas de encaminhamento das contradições internas. Porém, também foi resultante das contradições externas, com uma clara oposição pontual ou sistemática dos EUA, principalmente após 1945, a qualquer projeto nacional capaz de colocar em risco seus interesses, ainda que fossem inscritos nos marcos do capitalismo. A orientação socialista cubana, embora resultante da opção política de um setor dirigente da Revolução como consequência da aplicação das medidas democráticas, populares e nacionalistas, obedecia também à necessidade de atrair a URSS, líder do bloco socialista e com laços cada vez mais estreitos com a Ilha, para defender o projeto revolucionário na arena internacional, tornando-se também uma ativa parceira comercial. Uma aproximação com Cuba era interessante para a URSS pelo seu compromisso ideológico com países anti-imperialistas, garantindo um melhor posicionamento no movimento comunista internacional, haja vista a disputa com a China. Um aliado socialista na América lhe conferia uma interessante forma de pressão no xadrez da Guerra Fria com os EUA. A intensa participação de massa, intensificada com a derrubada de Batista, e que contribuíra para a radicalização do processo, fez nascer no país uma nova forma de participação política, tendo colocado na ordem do dia uma outra maneira de pensar a democracia, agora com agudo conteúdo social e igualdade real, distante teoricamente tanto da sua vertente liberal como da prática política presente durante toda a República. A ênfase no desejo de se afastar da forma de democracia anterior a Batista, sempre embutida na defesa da soberania nacional, fazia parte do projeto de nação que se dava a partir das classes populares, como aponta Fidel:

La democracia que existía aquí era el derecho de se comprar libremente las conciencias, era el derecho de corromper al pueblo, era el derecho de la oligarquía gobernar, nunca el derecho del pueblo. Y la democracia que nosotros vamos a implantar es una democracia donde el gobierno sea de verdad un gobierno del pueblo, y que el gobierno del pueblo no sea el gobierno de la oligarquía, sino un gobierno de la mayoría del pueblo. (CASTRO, 1983, p. 402)

O desafio passou a ser como estruturar essa nova forma de poder, posto que não bastava a destruição da estrutura de Estado que serviu, his-

toricamente, à burguesia e ao capitalismo cubano, e sim erguer um novo Estado, diferenciado em termos de conteúdo de classe e nas suas funções específicas – um Estado Socialista. Esse processo de construção foi permeado por dificuldades e contradições e demonstraram tanto a potencialidade da participação de massas, a forte riqueza autóctone e criativa da Revolução Cubana e seu socialismo, como também a pujante presença do modelo soviético hegemônico àquela época. Uma melhor compreensão do Poder Popular, necessariamente, deve ter como base essas duas linhas de influência, com uma interação nem sempre confortável, fosse na prática da construção de um novo Estado ou nas discussões teóricas em torno da construção do socialismo, marcando profundamente o socialismo cubano.

• A FORMAÇÃO DO PODER POPULAR E SEU FUNCIONAMENTO

Entender o surgimento e a importância do Poder Popular na construção do socialismo em Cuba deve ter como premissa dois elementos centrais. Por um lado, a ressignificação da democracia por parte do povo cubano após a Revolução, entendida como a garantia para as amplas massas da população dos direitos econômicos e sociais através da igualdade real. Uma percepção distante da igualdade formal e mais ainda da disputa pluripartidária marcada pelas eleições fraudulentas e a corrupção anteriores à Revolução. Por outro, a necessidade de uma nova forma de organizar a participação política exigida por essa democracia, agora associada à socialização da propriedade e à Revolução nas relações sociais de produção, incorporando a população, principalmente o proletariado urbano e os camponeses, à gestão do Estado Socialista³². O Poder Popular seria o espaço de consolidação e reprodução dessa hegemonia proletária popular, já presente na direção do estado socialista, tendo como função fundamental democratizar cada vez mais o Estado em termos de controle pelos trabalhadores e da crescente incorporação desses trabalhadores através de suas organizações na gestão do Estado, contribuindo para a eficiência do processo de socialização econômica.

³² Na tradição marxista do século XX, a utilização do termo “popular” passava a definir um conteúdo de classe oposto à democracia liberal burguesa, baseada na propriedade privada e no mercado. Por isso, a denominação de assembleias em assembleias populares, assim como democracias populares ou até Repúblicas Populares pelos países socialistas.

Em Cuba, houve a formação das várias organizações, posteriormente chamadas “organizações de massa”, e a participação política se deu espontaneamente ou através dessas organizações, em intenso apoio às políticas revolucionárias. Fora estabelecida também a “democracia direta”, na qual o povo participava dos comícios junto com os dirigentes revolucionários, votando nas opções apresentadas. Era uma época de grande motivação revolucionária e de incisivo apelo ideológico centrado na capacidade das massas de mudarem a história e, rapidamente, criarem uma nova sociedade, superando as limitações concretas impostas pela realidade. Por outro lado, o bloqueio estadunidense se intensificava, as oposições internas eram mais visíveis e atuantes, chegando alguns setores a ações armadas contra o governo e, por isso, caracterizadas pelo novo governo socialista como contrarrevolucionárias. Foi diante desse contexto, no qual a inexperiência político-administrativa tanto das massas como dos dirigentes revolucionários gerava improviso e desorganização, que foram montadas as primeiras estruturas políticas do novo Estado, cujos limites logo ficaram explícitos.

Curiosamente, embora essa a estruturação do Estado Cubano – necessária e capaz de potencializar a participação ativa da população – fosse um aspecto central na construção do socialismo, o tema não teve a mesma atenção que o referente ao modelo econômico socialista a ser seguido pela Ilha, que suscitara debates profundos envolvendo a experiência de outros países do Leste Europeu e da própria URSS. Os processos de burocratização nos países socialistas e as contradições do poder popular lá existentes, que já contavam com diversas avaliações críticas do campo do marxismo, embora pontuais, não foram objeto de uma análise mais pormenorizada. A direção da revolução identificava, sim, os problemas, mas a crítica permanecia, em geral, na valorização da consciência e incentivos morais, que deveriam ser o centro da construção do socialismo, mas que estavam sobrepostos aos estímulos puramente materiais. Tal crítica apenas tangenciava os problemas quando mencionava a confusão partido-estado-administração e a burocracia, porém, sem apontar uma alternativa concreta mais abrangente, um desenho político diferenciado. Essa menor atenção a um dos aspectos da esfera política do socialismo cubano está relacionada a questões teóricas e históricas. A primeira, de origem teórica, consiste na pouca discussão, por parte dos marxistas do século XX, sobre a política e o Estado no socialismo, principalmente após Lenin. E essa não se trata de uma críticaa Marx,

já que este não pode acompanhar o desenvolvimento de um país socialista.

Os marxistas e socialistas em geral foram levados a subestimar os problemas que devem surgir na organização e administração de uma sociedade socialista” (MILLIBAND apud BLACKBURN, 1993, p. 25). Essa subestimação estava também ligada a uma visão mecanicista sobre a relação entre economia e política, onde o desenvolvimento das forças produtivas e novas relações de produção acarretariam o fim do Estado, tendo a ação política do sujeito e a superestrutura política, as instituições representativas e participativas um papel secundário. No que se refere à situação histórica, a experiência soviética se tornara vitoriosa e predominante através da liderança de um partido revolucionário único, definido como vanguarda na liderança do estado socialista e muitas vezes com ele confundido, sendo, porém, capaz de manter o poder e desenvolver o socialismo em um país com baixo nível de desenvolvimento e acossado pelo imperialismo. Por mais que fosse a iniciativa da direção da Revolução na luta por incorporar os trabalhadores às decisões, havia dificuldades tanto de ordem objetiva como também a de ser discutida e criada uma alternativa que pudesse superar dialeticamente o modelo político dos países socialistas, implementando uma gestão do poder mais participativa e coletiva. Como apontou um participante do debate sobre o modelo econômico e crítico das reformas de mercado no Leste Europeu, Ernest Mandel:

Hay no obstante una contradicción entre esta línea de masas y la práctica política cotidiana del gobierno revolucionario cubano. El campo de la gestión de la economía y, más claramente, el de la gestión de la industria, estuvo sólidamente inmunizado contra toda intervención directa de las masas. (MANDEL, 2012, p. 56)

Esa forma de perceber a construção do socialismo, reproduzida ainda que com críticas localizadas pela direção da revolução, sedimentou o processo de fusão das três organizações dirigentes da revolução em um só partido, buscando garantir a unidade do povo cubano através da criação do PCC, em 1965. A justificativa de um só partido por parte da direção remete às lutas independentistas de Martí e à unidade do povo, ficando, porém, bem clara a influência histórica do modelo soviético, onde o partido de vanguarda era o dirigente do governo e do Estado Socialista. O funcionamento das orga-

nizações de massa e a organização tanto do Poder Popular como do Estado Socialista devem ser entendidos nessa relação com o partido de vanguarda dirigente do processo, não havendo espaço, portanto, para a organização de um pluralismo partidário socialista, muito menos de uma oposição burguesa.

A construção do socialismo cubano, entretanto, foi um processo híbrido, onde as características particulares da revolução acabaram por contribuir para o desenvolvimento de um marxismo próprio nos anos sessenta, em permanente interação com a força desse modelo hegemônico soviético. Desenvolveu-se, assim, um socialismo com profundas raízes cubanas, embora interferências soviéticas ocorressem. A organização do partido teve como ponto central a escolha de seus membros a partir dos coletivos de trabalhadores, justamente para que essa organização fosse realmente ampla e representativa. Isso gerou uma controvérsia dura com setores advindos do PSP, de matriz pró-soviética, defensores de um partido mais seletivo em termos de composição, acabavam por privilegiar os “velhos comunistas” e “sábios do marxismo”, sendo rechaçado pelos seus métodos considerados sectários, seletivos e “stalinistas”. Contribuíram, também, para esse marxismo genuinamente cubano e crítico as reflexões de Che e Fidel sobre a construção do socialismo sem as “armas meladas do capitalismo” e já com marcas do comunismo, no qual a necessidade do exemplo do revolucionário e do trabalho voluntário eram integrantes na construção de um homem novo regido por uma nova moral, com um partido de vanguarda presente no cotidiano da sociedade e controlado pelas massas. A revolução produziu, dentro dos limites dados, um marxismo em que o sujeito da história era elemento central, distanciando-se de um marxismo economicista no qual a consciência seria um resultado mecânico do desenvolvimento das forças produtivas. Essa forma de pensar o socialismo gerou um ritmo e uma forma diferenciada ao socialismo cubano, influenciando decisivamente na ideologia da revolução, na forma de atuação política e na construção do Poder Popular.

No início dos anos sessenta, ainda que de forma espontânea em função das necessidades cotidianas e diante de toda a inexperiência, as já classificadas organizações de massa foram incorporadas à gestão de Estado, sendo estruturadas as JUCEI (Juntas de Coordenação, Execução e Inspeção) nos municípios e províncias da Ilha, que substituíam as comissões nomeadas pelo governo revolucionário. Nesta difícil fase inicial, a tarefa central era desenvolver a planificação de recursos do município, estabelecendo sua li-

gação com o governo central, potencializando a participação política local. Em 1966, as JUCEI foram substituídas pelas administrações locais dirigidas cada uma por seus Comitês Executivos, dirigidos por um presidente, um secretário e os secretários gerais das organizações de massa. Cada Comitê era formado pelo presidente e secretários, vários deles ligados às organizações de massa e integrados por dez delegados eleitos pela população, selecionados em assembleias nos centros de trabalho e bairros (ANPP, 1987). O presidente desses Comitês, em todas as instâncias – local, municipal e regional –, eram eleitos em assembleias de militantes do Partido Comunista, já se apresentando na prática como partido dirigente.

Essa experiência, mesmo levando em conta como o partido foi formado e organizado, buscando estar presente nas massas com o revolucionário dando seu exemplo moral, também teve seus limites. A ausência de demarcação entre as tarefas do partido, do governo e dos organismos de massa geravam na prática uma confusão ante as tarefas administrativas e as propriamente políticas e ideológicas (I Congresso do PCC, 1975). Essa desorganização contribuiu para o insucesso de algumas metas econômicas apontadas, como a safra das dez milhões de toneladas de cana. Diante disso, não poderia mais tardar a organização do estado socialista cubano tal como uma estrutura política clara que coordenasse a produção e organizasse a vida política e social, rompendo com métodos burocráticos e administrativistas ou, com um certo espontaneísmo político, muito em torno do cumprimento de palavras de ordem³³.

Realizando o Partido Comunista de Cuba (PCC) seu Primeiro Congresso em 1975, foi feita uma autocrítica em relação à década anterior, classificada como uma fase idealista, passando a ser valorizada a experiência dos países socialistas. Essa aproximação claramente influenciou na organização institucional do Poder Popular, que seguiu um aspecto piramidal, obedecendo um modelo caracterizado pela autonomia das empresas e a descentralização econômica e uma estrutura socialista de representação política vinculada à soberania popular. Foi sendo criado todo um arcabouço jurídico, buscando a construção de uma legalidade socialista mais sólida e integrada, capaz de regular todo o funcionamento do país, a Lei Orgânica do Sistema Judicial, a formulação de um Código de Leis Trabalhistas³⁴, etc.

³³ Dentro desse quadro de crise e necessidade de reorganização política e econômica, o início da década de 70 caracterizou-se pelo estreitamento dos laços com países socialistas, passando Cuba a fazer parte do Conselho de Assistência Econômica Mútua (CAME), um órgão que reunia a maioria do países socialistas europeus a Mongólia e a URSS, buscando construir uma nova forma de intercâmbio comercial e produtivo diferente dos mercados capitalistas.

O experimento de construção do Poder Popular na província de Matanzas sofreu pequenas modificações apontadas pelo I Congresso de PCC em 1975, tornando-se a base do socialismo representativo que iria posteriormente vigorar em todo o país. Iniciado em 1973 e finalizado em julho de 1974, participaram do processo de elaboração do Poder Popular, através do voto secreto e facultativo, os maiores de 16 anos, que elegeram diretamente a Assembleia Municipal. Os representantes municipais eleitos, por sua vez, escolheram a Assembleia Provincial. O anteprojeto de constituição foi massivamente discutido através de todo um trabalho integrado das entidades de massa, organizando 168 mil assembleias, gerando a participação de seis milhões de pessoas que fizeram modificações em cerca de 60 dos 141 artigos originais. Esses órgãos de representação popular elegeram seus respectivos governos e passaram a assumir a administração de 5600 unidades produtivas e de serviços, tarefa até então exercida por funcionários indicados pelo Conselho de Ministros (BRIGOS, 1998).

É preciso ter claro que a “institucionalização da revolução”, via representação política, não é distante da ideia de permanente busca em alterar radicalmente as relações existentes, algo já alinhado por Lenin na sua polémica com os anarquistas e outros grupos de esquerda após a revolução, sobre a relação entre sindicatos, soviets, partido e estado socialista (LENIN, 1985). Era dado um novo passo para a construção de um Estado de novo tipo, sendo mais uma esfera importante de produção e reprodução da hegemonia proletária e o avanço das relações socialistas. Esse processo de institucionalização realmente foi um marco importante para a democratização do poder, porque o governo revolucionário acabava concentrando muitas das decisões e era preciso que o controle e a presença ativa dos trabalhadores cubanos ultrapassassem o nível municipal, como apontou Fidel:

en este instante el Gobierno Revolucionario transfiere a la Asamblea Nacional, el poder que desempeñó hasta hoy. Con ello el Consejo de Ministros pone en manos de esta Asamblea las funciones constituyentes y legislativas que ejerció durante casi 18 años, que es el período de más radicales y profundas transformaciones políticas y sociales en la vida de nuestra patria. ¡Que la historia juegue objetivamente esta época! (CASTRO, 1975, p.50)

³⁴ Nos sindicatos, por exemplo, vinculados à única central sindical, a Central dos Trabalhadores Cubanos (CTC), em 1971, 3.250.000 trabalhadores debateram leis trabalhistas, dentre elas as que disciplinaram o trabalho, as relações entre os trabalhadores e administradores, critérios de gestão e eficiência como a lei contra o ócio, em 115.000 assembleias por toda a Ilha. (FRESTON, 1985).

O Poder Popular, cujos fundamentos foram sendo desenvolvidos de maneira muito espontânea e assimétrica por toda a década de 60 a partir da participação local, foi sendo organizado em todos os níveis e permanentemente renovado, caracterizando-se como um importante veículo de participação política do cubano comum, ainda que não fosse o único. Para viabilizar as bases dessa forma de representação, calcada na soberania popular através de uma participação contínua, priorizou-se a organização por área de moradia, justamente por ser aquela onde o poder político administrativo possa ser exercido diretamente ou com um mínimo de mecanismos indiretos, sendo o delegado eleito mais próximo ao seu eleitor e mais facilmente por ele controlado, com a formação de assembleias e conselhos voltados para a gestão do poder local. Importante ressaltar que o Partido Comunista não indicava nenhum candidato, diferente de outras experiências socialistas. Os leitores no seu local de moradia sugeriam e votavam nos postulantes a delegados de circunscrição e nunca houve campanha eleitoral e muito menos uso de qualquer recurso financeiro particular por qualquer candidato. Os eleitos só recebiam o salário de sua profissão e a grande maioria continuava trabalhando. Todos os eleitos obrigados a prestar contas periodicamente, podendo ter seus mandatos revogados. Esses são aspectos fundamentais da organização do Poder Popular que singularizam a democracia socialista cubana até hoje, cujo funcionamento vamos resumidamente apontar a seguir.

A instância primária – organização do Poder Popular – é a circunscrição eleitoral (um conjunto de quadras) com a média em torno de 508,2 eleitores. Quem dirige todo o processo são as comissões eleitorais municipais provinciais e nacionais – a comissão eleitoral de cada circunscrição, e realizam a primeira fase do processo: a eleição de delegados através das “Asembleas de Nominación”, com data pré-fixada e bem divulgadas entre todos os eleitores da área. Com a presença de, no mínimo, cinquenta por cento dos cadastrados na área a partir dos dezesseis anos, iniciam-se os trabalhos e ocorrem, abundantemente, as indicações de candidatos, com, no mínimo, dezoito anos. Há a defesa de cada nome, sendo a palavra aberta para quem quiser também corroborar com a indicação ou se opor a ela. Cada eleitor só pode votar em um candidato, que pode também ser indicado em outras áreas da circunscrição. É feita a escolha de forma aberta e direta, conhecida como eleições com as *Manos Alzadas* e, então, cada um é eleito em uma área respectiva. São indicados, portanto, através do voto direto, os candidatos à Assembleia Municipal.

Após 30 dias, esses candidatos, indicados pelas áreas da circunscrição – no mínimo dois e no máximo oito –, têm divulgadas suas fotos e seus currículos, as chamadas biografias, não havendo a chamada campanha eleitoral. O mais votado, em sufrágio secreto, na lista entre dois e oito candidatos, é eleito delegado de circunscrição, tendo que obter a maioria dos votos. Os eleitos pelas circunscrições passam a compor as Assembleias Municipais do Poder Popular (ANPP, 1987). De cinco em cinco anos, ocorrem eleições para as Assembleias Provinciais e a Assembleia Nacional. Nesta fase do processo eleitoral, os candidatos são apresentados por listas preparadas pelas comissões de candidatura de todas as instâncias, presididas, nesta época abordada, pelo PCC. Respeitando o critério legal de nessas listas estarem até 50 por cento de delegados municipais, portanto, eleitos pelo voto popular, são apresentados nomes de quadros políticos ou técnicos destacados, provenientes das organizações de massa e outras associações que, por uma razão ou outra, não tenham disputado as eleições nas circunscrições, e que sejam pessoas competentes que poderiam contribuir nas discussões, principalmente técnicas e administrativas (HARNECKER, 1979). Os integrantes das assembleias municipais elegiam as provinciais e essas, também seguindo o mesmo critério, elegiam os deputados à Assembleia Nacional do Poder Popular. O processo chega ao seu final quando a Assembleia Nacional do Poder Popular inicia sua sessão e elege seu presidente, vice-presidente e secretário, formando também o Conselho de Estado pelo voto secreto.

Cabe destacar que todas as assembleias eleitas não funcionam com sessões permanentes, como nos parlamentos das democracias burguesas capitalistas. Isto porque, logo após a solenidade de posse e eleição dos respectivos comitês executivos, são também formadas comissões de trabalho responsáveis pelas mais diversas atividades relacionadas à administração e outras demandas da sociedade. Essas comissões eram integradas, no caso das assembleias municipais, por delegados e diversos cidadãos da área de circunscrição, especialistas ou técnicos, ajudando ainda mais a fortalecer essa incorporação das massas ao Poder Popular.

Era fundamental para a democracia socialista desenvolver uma sólida representação política popular com base no debate, aproximando permanentemente delegados e deputados dos eleitores, e potencializando a participação local, integrando o povo à gestão, principalmente nas condições da existência de um partido único (CASTRO, 1991). Essa tentativa da

direção cubana em aprofundar a participação, superando as insuficiências, se manteve, em que pese a maior crise vivida pela revolução com o fim do socialismo europeu e da URSS. Foi no período da década de 90 que o Poder Popular se revelou central na sobrevivência do projeto, sem deixar de demonstrar suas insuficiências, que motivam hoje as discussões, ainda iniciais, sobre a esfera política do socialismo cubano.

• O PERÍODO ESPECIAL E OS DESAFIOS DO PODER POPULAR

A defesa da soberania nacional e a busca por um socialismo resultante da sua cultura revolucionária sempre estiveram presentes nas reflexões da direção revolucionária de vários intelectuais da Ilha, comprometidos com o socialismo. É dessa maneira que podemos entender uma importante etapa, nem sempre valorizada pelo seu curto tempo de existência, denominada *Período de Retificación* dos Erros e Tendências Negativas. Levando em consideração os limites do artigo, podemos apenas chamar atenção para o fato de que esse processo buscou uma autocrítica em relação ao modelo econômico aplicado na década de 70, tendo como base teórica e ideológica as ideias de Che e de Martí, buscando a construção de um socialismo de acordo com as raízes cubanas em meio a fortes críticas às mudanças vividas pelo socialismo europeu, notadamente a “perestroika soviética”. Esse esforço apontava a necessidade da revitalização ideológica e uma maior participação política via organização de coletivos de base, brigadas de construção, tendo como base o trabalho voluntário e, nesse aspecto, o Poder Popular é mais uma vez objeto de reflexão, em que é explícita a crítica ao excesso de verticalismo e uma certa formalidade na participação. Foram estudados novos mecanismos de participação que empoderasse os eleitores, com a necessidade de uma ação mais efetiva dos delegados e deputados.

As mudanças foram sendo amadurecidas a partir de reuniões e pesquisas durante anos, como a pesquisa realizada pela revista *Bohemia*, *Que Piensa el Pueblo de su Poder* (CARROBELLO, CAMPOS, TERRERO, 1990). A pesquisa ouviu cerca de mil pessoas, com resultados interessantes e, em parte, contraditórios³⁵. Nesse estudo feito por Harold Dilla, 33% das pessoas viam as

³⁵ O Poder Popular servia, à época, para cerca de 40% dos entrevistados, não servia para 3,6% e necessita de melhoras para 55,8%. Dos entrevistados, 75% conhecia seu delegado, 59,1% nele confiava e 60,7% sentia que participava do governo do país, 26,3% opinaram que essa participação era restrita demais; 70,5% achava que o partido e o governo deveriam buscar métodos mais ágeis e eficientes na gestão do poder, sem mudar radicalmente os alicerces fundamentais

“assembleias de indicação” como meio importante e eficaz para que tomassem o conhecimento do candidato a delegado de sua área³⁶. Muitos foram bem enfáticos ao dizer que o partido em nada influenciou a votação e somente 2% consideram a condição de “militante do PCC ou da UJC” condição para ser votado. De forma curiosa, se revelou serem as pessoas votadas porque eram consideradas revolucionárias, significando, portanto, a ênfase nas qualidades éticas sobre as políticas. Assim, qualidades como “solidariedade com os vizinhos”, “sensibilidade social”, “boas relações humanas”, “abnegação”, “decência” ou “boa família” eram as mais usualmente destacadas. Muito próximo a elas, mas em segundo plano, apareciam os valores políticos, (“lealdade à Revolução”, “combatividade política”) e, em terceiro lugar, referências ao potencial de eficiência dos candidatos nas atividades próprias do cargo.

Esse processo se desenvolvia lentamente, porém, foi interrompido pela grave crise que sofreu a Ilha em função da crise dos países socialistas, que culminou com o fim da URSS. Foi, então, iniciado o Período Especial em Tempo de Paz, caracterizado pelo intenso racionamento energético e alimentar, sem que fosse abandonado o projeto revolucionário, salvando as conquistas da revolução e do socialismo, em um contexto de forte ofensiva ideológica conservadora e recrudescimento do bloqueio econômico estadunidense³⁷. Tendo realizado seu IV Congresso em 1991, o partido aprova uma série de mudanças democráticas: os cristãos são autorizados a fazer parte do partido, que continua se baseando no marxismo-leninismo, mas torna o partido de vanguarda da nação cubana também orientado pelas ideias de Martí. Do ponto de vista do Poder Popular, foram realizadas algumas mudanças importantes na Lei eleitoral, sendo também implementada uma Reforma Constitucional com os direitos e liberdades fundamentais. As instituições do Poder Popular foram aperfeiçoadas e democratizadas em termos de estruturas e formas de composição, visto que foi aprovado o

³⁶ São popularmente conhecidas como “Asambleas de Manos Alzadas”, a base fundamental do Poder Popular, onde os moradores em cada circunscrição indicam seus candidatos a assembleia municipal.

³⁷ O termo Período Especial referia-se a uma situação de guerra a ser vivida pelo país após um bloqueio ou uma invasão inimiga. Passou a ser usado em diversos documentos e discursos das lideranças da ilha em 1990 e mais acentuadamente com o fim da URSS em 1991, quando o governo foi obrigado a executar um rígido programa de racionamento alimentar e energético, sendo cunhada a expressão “Período Especial em Tempos de Paz”. Cuba passou pela pior crise de sua história, em apenas três anos o PIB caiu 23,8 por cento, os níveis de investimentos diminuíram 57 %, tendo a Ilha perdido 85% de suas relações comerciais, sendo o bloqueio estadunidense aprofundado com as Leis Torricelli e Helms-Burton (CERVERA, 1992).

voto direto do povo cubano em todas as instâncias, a permissão de debates de campanha – e não propaganda eleitoral –, o fim do juramento de fidelidade ao PCC dos eleitos, e o Partido não mais estar presente nas comissões de candidatura, a partir de então presidida pela Central de Trabalhadores Cubanos (CTC)³⁸. Houve um revigoramento da discussão em torno dos métodos de funcionamento e a necessidade de revitalizar as organizações de massa, para que reforçassem sua representatividade diante de suas bases, apontando suas demandas reais. Foram também criados os Parlamentos Obreros e os Conselhos Populares por áreas, buscando aproximar o eleitor da gestão local, na tentativa de organizar a população na resistência cotidiana, de acordo com a palavra de ordem “Salvar a Pátria, a Revolução e o Socialismo” que abria os documentos de convocação do IV Congresso, devendo o povo cubano mais uma vez demonstrar seu grau de unidade e defesa da soberania frente ao império (IV Congresso do PCC, 1990).

Mesmo nesse quadro de duríssima crise cotidiana que gerava incertezas ideológicas e uma debacle moral perceptível no cotidiano – a pressão internacional era vasta e era opinião comum que Cuba não resistiria pela duríssima crise –, o governo manteve as eleições, que assumiram um caráter plebiscitário, em torno da revolução e do socialismo cubano e obteve uma vitória surpreendente, com uma contundente vitória: 99.62% de comparecimento; e 95.7% dos votos foram a favor da candidatura completa, o chamado voto unido, em toda a chapa proposta, o que era visto como sinal de unidade e confiança em todos os candidatos³⁹. Esses resultados e a manutenção da direção, oriunda da revolução, no governo, revelou que a linha de construção de consciência, a centralidade nos valores coletivos com a valorização da cultura cubana – a “cubanidad” – e a associação entre soberania nacional e o socialismo foram bastante eficazes e, na hora decisiva, mostraram sua vitalidade. Não houve nenhuma concessão de princípio e mudanças bruscas na esfera política, “pluripartidarismo e as eleições como politicagem, mostrando como se pode praticar a democracia com

³⁸ Essas modificações estão presentes na Constituição de Cuba, fruto do processo de reforma eleitoral em 1992 e na Lei Eleitoral, também aprovada neste mesmo ano.

³⁹ O Voto Unido ou Voto por Todos foi amplamente divulgado como uma forma de confiança no governo, nas suas instituições e na revolução, a lembrar que o voto seria direto tanto para a Assembleia Provincial como para Assembleia Nacional do Poder Popular. Essa lista foi organizada pelas assembleias municipais e provinciais, sendo compostas por delegados de base e outros candidatos indicados pelas organizações de massa.

um partido” (CASTRO, 1993). As mudanças foram feitas seguindo um cronograma cuidadoso, já apontado desde o *Período de Retificación*, e baseadas nos marcos do socialismo cubano. Inversamente o que se pensou, a vida política não recrudescer, havendo mais liberdade de discussão e posicionamentos claros, sendo cada vez mais enfatizada a participação das massas e a importância do Poder Popular (VILLABELLA, 2000).

As organizações de massa passaram por mudanças em seu trabalho cotidiano e houve um salto de qualidade no debate político e na proximidade de todas as organizações políticas com o povo. O *Período de Retificación*, foi fundamental para este resgate da discussão política e ideológica, tendo como base aspectos fundamentais da história cubana, sua revolução autóctone, o seu marxismo e seu socialismo. Caso essa reorganização política e ideológica não tivesse acontecido, os caminhos dos anos 90 teriam sido outros (DILLA; GONZALEZ; VICENTELLI, 1993).

Dentro da complexidade da construção do socialismo cubano, caracterizado pelo hibridismo entre as características próprias da revolução e do seu marxismo, com a inevitável influência soviética, a originalidade foi mais vigorosa e decisiva que a cópia. Respondendo às contínuas pressões internacionais e aos chamados “dissidentes” organizadores do Projeto Varela⁴⁰, defensor da liberdade de expressão e a economia de mercado, é organizado um contundente movimento patrocinado por oito organizações de massa, que gerou um projeto de emenda constitucional assinado por 8.198.237 pessoas, mais de 90% dos eleitores (GRANMA, 2003 – documentos), propondo a irrevogabilidade do socialismo e seu sistemas político e social a serem estabelecidos constitucionalmente, o que foi aprovado pela Assembleia Nacional do Poder Popular. Por outro lado, foram feitas mudanças econômicas importantes que reposicionaram o país em um mundo globalizado pelo capitalismo, abrindo maiores possibilidades para os investimentos estrangeiros, havendo, portanto, um avanço das relações monetárias e mercantis com uma presença mais marcante do mercado. Importante dizer que essas concessões ao mercado eram vistas, à época, com desconforto e lamentação pelo governo, como um recuo diante das circunstâncias para

⁴⁰ Felix Varela (1788-1853) foi um sacerdote e intelectual cubano. O projeto que levava seu nome foi organizado pelo Movimento Cristão de Libertação cuja liderança era Osvaldo Payá (1952-2012). Tendo como base o artigo 88 da Constituição cubana, esse projeto foi apresentado e rejeitado pela Assembleia Nacional do Poder Popular.

salvar as conquistas sociais e não como um reconhecimento do mercado como elemento central e estratégico para o socialismo.

Passada a situação de maior crise econômica e os processos eleitorais dos anos 90, caracterizados pelo caráter plebiscitário acerca do projeto revolucionário, foi crescendo ainda mais o espaço para o debate em torno do funcionamento do Poder Popular, embora ainda tímido se comparado com as intensas discussões sobre o modelo econômico. Era visível o alcance das reformas políticas que arejaram o debate, incentivaram a crítica da população, dando um maior poder do delegado de circunscrição. A interação do delegado de circunscrição incidia na resolução dos problemas imediatos junto aos conselhos populares e aos governos municipais, dentro de um claro processo de gestão descentralizada. Não obstante a essa maior busca de participação ativa da população e dos órgãos representativos e base – ou seja, mais diretamente ligados à população –, alguns problemas permaneceram e outros foram sendo criados.

Fundamental termos em conta que todas as discussões, desde os anos 90, com crescente pluralidade sobre a democracia e o Poder Popular, se dão em torno do projeto que garantiu a soberania nacional com igualdade real. Esses marcos são estabelecidos por alguns princípios centrais como a propriedade estatal e social dos meios de produção, o planejamento econômico, um partido de vanguarda dirigente, e um profundo anti-imperialismo, no qual o nacionalismo martiano⁴¹ interagiu decisivamente com o marxismo, sendo estabelecida a unidade frente ao império por um marxismo próprio, que produza práticas políticas e sociais marcantes em termos de construção socialista.

A “sociedade civil” em Cuba, conceito que já é extraordinariamente complexo, é composta pelas organizações de massas e outras dezenas de associações e não se opõe ao Estado, participando ativamente com ele da construção socialista, de acordo com suas atribuições. Essas instituições fazem parte do poder político e a ele buscam se integrar. A crítica à presença de um só partido, martiano e marxista-leninista – ao nosso ver, uma influência do marxismo-leninismo europeu, é também justificada pela necessária unidade, tendo em vista as pressões do bloqueio estadunidense e a base militar de Guantánamo – sendo que há opiniões minoritárias que susten-

⁴¹ O nacionalismo martiano é caracterizado pela soberania nacional anti-imperialista combinada com a construção da nação com acentuada presença participação popular, sendo a cultura, a educação e a ética elementos centrais na construção do país.

tam só ser possível qualquer discussão em torno do tema com o fim, tanto do bloqueio como da relação muito próxima entre o governo estadunidense e os “dissidentes” que vivem na ilha⁴². Outros defendem que essa unidade em torno de um partido tem origens históricas e fundamentais para a sobrevivência em quaisquer situações (HEREDIA, 2005; BRIGOS, 1998)⁴³. A crítica que não tem uma origem liberal e provém do marxismo, a pluralidade socialista em termos de pluripartidarismo (SAES, 1998), enfatizando a necessidade de concorrência e disputa política dentro do socialismo – que, importante salientar, já elimina a possibilidade da presença de uma oposição burguesa – carece de exemplos históricos práticos.

Isso não quer dizer que não existam observações críticas sobre o papel do partido em todo o processo político e social, nem tanto nas eleições, mas no funcionamento prático, administrativo do Poder Popular. Elas não se referem à presença contundente dos membros do partido ou da união da juventude comunista nos parlamentos. Dentro do imaginário dos cubanos e da cultura política revolucionária criada pela revolução, a grande maioria de membros do Partido Comunista nas assembleias tem relação com sua condição de vanguarda. Sendo assim, existe a exigência que seus militantes sejam os mais destacados e exemplares, o que pressiona moralmente seus membros a se candidatarem. Como apontou a pesquisa mencionada anteriormente, ser do partido ou não é o menos importante para o eleitor escolher um candidato. Vários membros do PCC foram e são derrotados nos processos eleitorais que, na escolha primária na circunscrição, em nível municipal, são profundamente democráticos, a ponto de, nas eleições de 2015, ter ocorrido o seguinte:

Este domingo 19 de abril se celebran elecciones municipales en Cuba. En las boletas de dos barrios de los municipios habaneros Plaza de la Revolución y Arroyo Naranjo aparecen dos candidatos singulares para el sistema político cubano: Hildebrando Chaviano, un abogado de 65 años, y Yuniel López, un trabajador informal de 26. Chaviano, publica como “periodista independiente” en el sitio web Diario de Cuba, un duro crítico del Gobierno de la isla. Y López milita en el ilegal partido Cuba Independiente y Democrática (CID). Los dos opositores ganaron el mes pasado el respaldo mayoritario de sus vecinos en votaciones públicas, a mano alzada. Son apenas dos de los más de 27.000 candidatos a más de 12.000 puestos en las Asambleas Municipales del Poder Popular, los órganos de base del sistema político vigente en país. (IPS, 2015, s/p)⁴⁴

O disidente Hildebrando Chaviano, el cual obtuvo 138 votos, menos del 20%, detrás de otros tres candidatos, con 272, 201 y 194 votos respectivamente defensores de la revolución. Chadiano después de haber reconocido que el conteo y el voto fueron limpios, admitió ante los medios de difusión nacionales y extranjeros, que la gran mayoría del pueblo cubano sigue apoyando la Revolución. (MOREY, 2015, s/p)⁴⁵

Foi uma demonstração da importância de, ao menos, se relativizar essa crítica centrada na “ausência de propostas distintas e de participação de visões opostas”, principalmente, em se tratando da fase inicial do processo eleitoral. O partido já revelara, em vários momentos, uma presença real, interativa e de liderança na sociedade porque, do contrário, não haveria a possibilidade de resistência em torno do governo e do projeto revolucionário no Período Especial. Transpor o processo de burocratização e afastamento do povo, observado em alguns países do euro-socialismo para Cuba, a partir de algumas semelhanças dos modelos socialistas, é um equívoco grave. Se um dos traços mais gerais da construção do socialismo foi um distanciamento do Estado e do próprio Partido do controle dos produtores diretos, esse fenômeno se manifestou de forma muito mais atenuada pelas características de sua revolução e da forma com que foi concebida a construção do socialismo. A discussão da presença do partido, da maior pluralidade e sua relação com o funcionamento efetivo do Poder Popular se dão em outros termos: um deles se refere à questão da administração. Muitas vezes, a prática vem demonstrando que militantes do partido, “abnegados, honestos, leais à Revolução e com sensibilidade social”, características fundamentais apreciadas

⁴² Refiro-me às colocações de Eloy Gutierrez Menoyo (1934-2012) antigo opositor que voltou a viver na ilha em 2003 sem ser incomodado, sendo, por isso, alvo de críticas dos anticastristas. A representante do Instituto de Política Mundial, Lissa Weinman, também salientou essa “estranha” proximidade ao ser entrevistada pelo Programa Sem Fronteiras, exibido pela Globo News em 2003, ao relatar a visita à casa do secretário de interesses americanos em Havana e encontrá-lo em reunião com todos os famosos “oposicionistas”.

⁴³ Na verdade, essa crítica contundente ao unipartidarismo, e ainda associando a uma ditadura na Ilha, é ínfima no país, sendo que as demonstrações claras no mundo, principalmente no continente, da existência de vários partidos, nada tem de democrático, seja em termos de participação política e, principalmente, de gestão política, não ocorrendo a “circulação de poder”, o que ajuda a perceber a origem ideológica de tal posicionamento.

⁴⁴ Ver: <http://www.ipscuba.net/elecicones>.

⁴⁵ Ver: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=198249>.

pelos eleitores na escolha dos candidatos como a pesquisa demonstrou (CARROBELLO, CAMPOS, TERRERO, 1990), por vezes não se revelavam competentes na atuação parlamentar e, menos ainda, na administração. Essa questão leva a um outro nó: a confusão entre administração do governo e o papel do partido, em que pese essa constatação e tentativas de solução remontarem o *Período de Retificación* nos anos 80 e tal assunto ser sempre retomado. Essa confusão entre partido, governo e Estado, sem que haja uma delimitação clara, leva a comportamentos e avaliações, como a seguir:

Yo vuelvo a votar cuando me dejen elegir al secretario municipal del Partido Comunista, que es el que realmente tiene poder y puede cambiar las cosas" (apud GUANCHE, 2014, p. 26).

O problema aqui é uma determinada característica política do nosso modelo que está muito além do partido ou de vários partidos. E sim uma tradição de estabelecer regras de cima para baixo. Sou dirigente da FEU, e tradicionalmente sempre esperamos orientações de cima, muitas delas corretas sim, mas o fluxo inverso sofre muito mais dificuldades. Porém isso vem melhorando muito. Na verdade, aqui a discordância mais real sempre foi muito estigmatizada pela presença, também verdadeira, da contrarrevolução interna, e essa situação acabou quitando a polêmica. Bom, sou otimista, mesmo com o peso dos de cima, dos dirigentes, da hierarquia ainda muito grande, se ouve muito mais os de baixo⁴⁶.

A declaração de Antônio, por mim entrevistado em uma das minhas viagens à Ilha nos anos 90, completa a fala anterior mostrando como o peso das pressões externas associadas ao modelo soviético criaram um grau de verticalização nas deliberações, além de uma confusão na relação do partido-vanguarda reconhecido pelo artigo quinto da Constituição com a administração estatal e organizações de massa. As comparações com a experiência soviética também deram origem a alguns estereótipos diante da discordância entre povo e partido, o que acabou favorecendo ao enriquecimento do debate em determinados momentos. Para além da legitimidade política e ideológica construída e demonstrada na sociedade cubana, certamente esse pode ser um dos motivos de tamanha presença do parti-

⁴⁶ Antônio, músico, em entrevista concedida ao autor em 1999.

do nas eleições, um trânsito mais fácil dos seus membros na resolução dos problemas que, por vezes, como parece, acaba se sobrepondo ao poder de um delegado ou deputado eleito. Há confusão entre funções administrativas e políticas, do partido com o governo, das organizações de massa com o partido – o que leva também a um elevado percentual da presença do PCC entre os candidatos propostos à Assembleia Provincial e Nacional pois seus membros também fazem parte das organizações de massa. A constatação desse problema já é feita há algum tempo e sempre está presente nas intervenções do governo e dos cidadãos cubanos. Não superar essas contradições, talvez um dos principais problemas do Poder Popular, pode realmente acabar levando todo o processo eleitoral e a representatividade do Poder Popular ao desprestígio e à formalidade.

Por outro, fazendo parte de todo o processo de construção do socialismo, há uma contradição permanente em torno da centralização e a hierarquização verticalizada por um lado, e as diversas iniciativas de descentralização e horizontalidade por outro, em termos de administração e no funcionamento político das organizações de massa. Essas contradições se fazem presentes em qualquer tipo de Estado mas, na construção do socialismo, se mostram mais explícitas e preocupantes em função das propostas estratégicas de construção de um estado de novo tipo que deve ser progressivamente controlado pela sociedade. A realidade concreta de acossamento, como no caso cubano, acaba criando condições propícias para um viés mais centralizado. Uma demonstração da força dessa centralização hierárquica com a concentração de poderes nas instâncias superiores em termos de política institucional é demonstrada em um estudo recente sobre a relação entre a instância maior do Poder Popular e do Estado Cubano, a Assembleia Nacional, e aquele que é por ela formado, o Conselho de Estado. Mesmo levando em conta que o Conselho pode legalmente emitir decretos-leis e modificar leis da Assembleia, elas deveriam ser novamente ratificadas e até anuladas por esta última. Foram, contudo, emitidos, desde 1977 até a data do estudo, 310 decretos-leis por parte do Conselho de Estado, enquanto a Assembleia só aprovou 118 leis (PINEDA, 2015).

Essa necessidade de dar cada vez mais peso às instâncias representativas, combinando com a maior autonomia das organizações de massa, e uma superação da prática da unanimidade que acabou prevalecendo e distorcendo a ideia de unidade, é apontada por Júlio Guanche (2013) como fundamental para a construção de um socialismo ainda mais democrático. A construção coletiva a partir de baixo, atentando para a diversidade

da sociedade cubana, seria ponto central dessa tentativa de superação dos “nós górdios” do socialismo cubano. Harnecker (2012) valoriza os novos processos latino-americanos na Venezuela e Bolívia, que incentivam o poder comunal e diversas formas de participação cidadã, potencializando um poder popular, chamado de “novo constitucionalismo latino-americano” de superação dessas relações hierarquizadas em nome do incentivo de formas de gestão coletivistas e horizontalizadas baseadas no poder comunal.

Brigos e Pineda, apontam como fundamental uma maior preparação dos delegados para exercerem as suas funções, devendo o partido e as organizações de massa realmente indicarem candidatos de maneira mais aberta e participativa, sem limites de participação de até 50 por cento para os delegados de circunscrição. Isso porque, quando as organizações de massa sugerem seus candidatos às Assembleias Municipais e Provinciais, muitas vezes os eleitores não conhecem os candidatos, ficando até difícil organizar, de fato, as assembleias de prestação de contas. O Poder Popular vem tentando superar esses problemas com calendário de reuniões desses candidatos com os eleitores, debates organizados entre candidatos, etc. A questão apontada por Brigos é importante, porém como buscar maior preparação para os delegados, se grande parte deles exerce sua função em paralelo às atividades profissionais? Não abriria um espaço para a formação do político profissional com salários diferenciados?

Uma proposta que vem sendo discutida e, de fato, representa um aprofundamento da democracia socialista, é a indicação diretamente pelo povo, nessas assembleias de circunscrição. Outra se refere às listas de votação preparadas a partir das Assembleias Municipais serem aprovadas e substituídas pelos cidadãos em assembleias semelhantes à de nomeação, o que geraria, por outro lado, um processo muito mais demorado. O cidadão cubano vem manifestando preocupação com esses problemas e mostrando sua insatisfação, como se revela nesta carta ao jornal *Granma*, ao comentar os problemas.

Tengo derecho a saberlo porque yo también aporto a ese Presupuesto por medio de impuestos y porque hace muchos años me enseñaron que ESTE ES EL PODER DEL PUEBLO Hasta que no funcione así no volveremos a tener las asistencias a las reuniones que teníamos años atrás ni los mismos resultados porcentuales en los procesos electorales, donde hoy hay familias y peor aún jóvenes, que nos dicen que no asisten a eso que no resuelve nada. Y eso no ocurría años atrás. Y por cierto, mi Delegada no es un lleva y trae. Ella es de las que, cuando sale de su trabajo, se va a los organismos que tengan que ver con cada planteamiento directamente. A veces hasta cogiendo guaguas. Tiene unas ganas de resolver problemas que a mí me entusiasma a unírmele. Pero también ha sufrido el peloteo, las respuestas que no satisfacen a nadie y mas” (Leitor Rx, Granma, janeiro de 2016).

Fica claro que foi construído um tipo de democracia socialista em Cuba de acordo com uma determinada visão do marxismo, com um desenho institucional e funcionamento estável nas duras condições de um país subdesenvolvido e assediado pelo imperialismo estadunidense, localizado a cerca de cem milhas da ilha e nela presente com uma base militar. A discussão dos *lineamientos* novamente foi um exemplo da ativa participação popular⁴⁷, demonstrando a força e prestígio do Poder Popular, enquanto instância política, responsável pela organização e sistematização de toda a discussão. As eleições em Cuba vêm demonstrando os resultados importantes, com um grau elevado de comparecimento em torno de noventa por cento, levando em conta que não há obrigatoriedade do voto. Há, por outro lado, uma diminuição do chamado voto unido, que sempre simbolizou a confiança em todos da chapa preparada pelas assembleias. Talvez isso se dê porque realmente a expectativa não pode ser a mesma dos difíceis e decisivos anos noventa, com o cidadão resolvendo escolher melhor um ou outro candidato.

É bem perceptível, a necessidade urgente de um exame dos pontos negativos e encaminhamento de soluções. A carta escolhida tem o mesmo tom de tantas outras e mostram a necessidade de o Poder Popular ser ágil e eficiente na resolução dos problemas mais concretos do cotidiano, relacionados à competência administrativa. Interessante observar que, em muitas dessas cartas, como na que citamos, estão presentes os comentários de leitores a artigos de jornalistas e intelectuais da Ilha no jornal do partido, o *Granma*, sempre reconhecendo a dedicação dos delegados, algo politicamente fundamental, porém, afirmando e reafirmando a questão da eficiência diante de determinados problemas cotidianos, que nada ou pouco têm relação com a dificuldade econômica sofrida pela Ilha, que atinge todos os setores da vida e obviamente a administração.

O Poder Popular é mais que decisivo na realidade atual do país e sua função realmente deve ser cada vez mais abrangente e eficaz. O governo cubano tomou, desde o início dos anos noventa, medidas fundamentais para superar a crise mais aguda, medidas econômicas que dinamizaram relações

⁴⁷“*Lineamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución*”: nome dado um novo projeto de reformas econômicas que dão base a uma atualização do socialismo cubano, realizado pela população com 163.000 reuniões onde qualquer cidadão pode participar, independentemente de sua filiação ideológica ou necessidade de fazer parte de qualquer associação, intervenções diversas que modificaram 181 dos 291 pontos debatidos, sendo mais trinta e seis acrescentados.

de mercado, reforçando as ideias e grupos sociais favoráveis à sua ampliação e, certamente, contraditórios e até antagônicos ao socialismo. As dificuldades econômicas da Ilha e os erros políticos e administrativos levaram a atitudes desvinculadas das relações e da ética baseada em décadas de revolução, bem como a toda uma dúvida da capacidade de superar esse quadro pelo socialismo. E, sem dúvida, esses grupos podem, direta ou indiretamente, expressar seus interesses e visões de mundo em torno da defesa do capitalismo. O quadro internacional atual e as dificuldades da Ilha nos dão a certeza do crescimento dessas reformas de mercado, ainda que submetidas à presença estatal e outras formas de propriedade socialista estatal e cooperativada.

As reformas do Poder Popular devem estar voltadas para a garantia dessa hegemonia proletária, popular e socialista na defesa e ampliação das conquistas frente ao mercado e qualquer outro grupo formado a partir dessas reformas com interesses próprios antagônicos ao socialismo. Ressalte-se que tais reformas ocorrem em um ambiente muito mais complexo e cheio de dificuldades se compararmos com as três primeiras décadas de revolução. Então, o Poder Popular deve ampliar as suas funções, já que para a construção do socialismo é fundamental unificar as esferas econômica e política, buscando uma nova organização da sociedade. A eficiência socialista, capaz de generalizar relações descoladas do mundo do mercado, está associada à gestão democrática e socializada. O Poder Popular, em cada instância, deve buscar uma maior intervenção na gestão social produtiva em um sentido amplo, não se limitando à fiscalização ou na distribuição. Isso passa por uma reorganização do governo e suas relações com outras instituições que compõem o socialismo cubano, principalmente os sindicatos e a central de trabalhadores dentro de sua área de atuação, construindo, assim, alternativas para anular e derrotar todos os fenômenos negativos desenvolvidos com as relações produzidas com o fortalecimento do mercado. Por um lado, buscando o controle das empresas privadas; por outro, impedir, com as propostas ainda que relativas de autonomia das empresas estatais, que o poder político não seja controlado pelos “administradores socialistas” e, sim, pelo coletivo da empresa que possa com ele discutir e gerir a produção, em interação permanente com as orientações apontadas pelo planejamento central. Não é tarefa simples; porém, é uma forma de organização capaz de construir as bases para uma continuidade das relações, com uma maior identificação entre propriedade estatal com a produção e gestão coletiva socialista.

Não resta dúvida que essa Cuba em transe, sua democracia e seu Poder Popular em permanente discussão e modificação em torno do socialismo, devem ser vistas como um grande laboratório de experiências de grande importância para qualquer proposta democrática e popular do século XXI.

REFERÊNCIAS

AEC. *Elecciones 2005. Oficina Nacional de Estadísticas*. La Habana: Anuario Estadístico de Cuba, 2005, 2008.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BLACKBURN, Robin. O socialismo após o colapso. In: BLACKBURN (org.) *Depois da Queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1993.

BANDEIRA, Luis Alberto Muniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BRIGOS. Jesus P. Garcia. *Governabilidad e Democracia: Los Órganos Del Poder Popular em Cuba*. La Habana, Editorial Ciências Sociais, 1998.

_____. (org). *Cuba Propiedad Social y Construcción Socialista*. La Habana. Ediciones del Poder Popular: 2011.

_____. *Democracia, Estado y autogobierno social: Los Consejos Populares en Cuba*. Ágora. Revista de Ciências sociais, nº III.1997.

_____. *Dirigentes y Dirigidos*. Havana: Editorial Ciências Sociais,2007.

BRIGOS, Jesus Pastor [et. al.]. *Cuba: Propiedad social y Construcción Socialista*. Havana: Ed. Ciências Sociais, 2012.

CARROBELLO, Caridad, CAMPOS, Martha, TERRERO, Ariel. *Que piensa el pueblo de su poder?* Bohemia, ano 82, numero 27, Havana 1990

CASANOVA, Pablo Gonzalez. *O Colonialismo Global e a Democracia*. Rio de Janeiro, Editora Brasiliense, 1995

CHARLES, Gerard Pierre. *Gênese de la Revolución Cubana*. México, Siglo Veintiuno, 1978.

DILLA, Haroldo (comp.). *La participación en Cuba y los retos del futuro*. La Habana: Ediciones CEA, 1996.

DILLA, Haroldo; GONZALEZ, Gerardo; VICENTELLI, Ana T. *Participación popular y desarrollo en los municipios cubanos*. La Habana: Centro de Estudios sobre América, 1993.

DILLA, Haroldo; FERNANDEZ, Armando. *Las elecciones municipales en Cuba: Un estudio de caso*. Havana, Editorial Política, 1990.

FRESTON, Paul. *Cuba e Nicaragua: Uma análise dos Processos Revolucionários*. Abu Editora, 1985.

GOTT, Richard. *Cuba: Uma Nova história*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

GRIFFITHS J E P (ORG). *Cuba: The Second Decade*. Londres. Writers and Readers Publishing Cooperative. 1979.

GUANCHE, Julio Cesar. *El continente de lo posible: Un examen sobre la condición revolucionaria*.- La Habana: Ruth Casa Editorial/ICIC Juan Marinello, 2008.

_____. *El poder y el proyecto: Un debate sobre el presente y el futuro de la revolución en Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009.

_____. La Participación Ciudadana en el Estado Cubano. *Revista Temas*. Número 70 – junho, 2014.

_____. *Estado, participación y representación políticas en Cuba*. Diseño institucional y práctica política tras la reforma constitucional de 1992. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20140217102213/guanche.pdf>

HARNECKER, Marta. *Cuba: Los Protagonistas de un Nuevo poder*. Havana: Editora Ciências Sociais, 1979.

HARNECKER, Camila. Visiones sobre el socialismo que guían los cambios actuales en Cuba. Havana: *Revista Temas*. nº 70, 2012.

_____. Empresas no estatales en la economía cubana: construyendo el socialismo? *Revista Temas*. nº 67, 2011.

HEREDIA, Fernando. *En el horno de los 90*. Havana: Ed. Ciencias Sociales, 2005.

HERNANDEZ, Rafael; DILLA, Haroldo: "Cultura Política y Participación popular en Cuba Cuadernos Nuestra America", v. 10, 1993.

LÊNIN, Vladimir I. *Obras Escolhidas em seis tomos*. Lisboa: Avante, 1985.

MANDEL, Ernest. *El gran debate sobre la economía en Cuba, 1963-1964 / Ernesto Che Guevara [et al.]* 3. ed. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales, 2012.

MOREY, Bartolomé Sancho. Son libres y democráticas las elecciones en Cuba? *Rebelión*. 30 de abril, 2015. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=198249> Acesso em novembro de 2018.

PINEDA, Daniel. El sistema Electoral cubano: De la Representación Formal a la Participación Real. *Cuba Siglo XXI – Política*. Número CXXXII - Abril 2015. Disponível em: https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/politica/rafuls_310315.pdf Acesso em: nov. 2018.

SAES, Decio. Pluralismo Político no socialismo. *Crítica Marxista*. São Paulo, junho, 1998.

VILLABELLA, Carlos. El modelo estatal municipal cubano. Breves apreciaciones sobre sus instituciones. *Temas de Derecho Constitucional*, de Marta Prieto y Lisette Pérez. La Habana: Félix Varela, 2000.

DOCUMENTOS

ANPP (Asamblea Nacional del Poder Popular). *Organos del Poder Popular*-Havana. ANPP, 1979

ANPP (Asamblea Nacional del Poder Popular). *Información mínima sobre los procesos electorales en los órganos del Poder Popular*. Havana, ANPP, 1987

CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DE CUBA - ACTUALIZADA SEGÚN LA LEY DE REFORMA POLITICA DE 12 DE JULHO de 1992 La Habana, Editorial Ciencias Sociales, 1996.

Esta en Nosotros la Victoria: Debates de los Parlamentarios cubanos en la ANPP – texto e ley Electoral – Conclusiones del Presidente del Consejo de Estado. Havana: Política, 1992

Este es el Congreso mas democrático, Resoluciones, Principales Intervenciones IV Congreso Do PCC –Havana, Política 1991

Indicaciones a las Asambleas Municipales. 4 de abril de 2006. : ANPP, 2006.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. Objetivos de trabajo del Partido Comunista de Cuba aprobados por la Primera Conferencia Nacional. 29/01/2012. Disponible em: <http://www.cubadebate.cu>. Acesso em 29/07/2014.

_____. I Congreso del PCC: Tesis y Resoluciones (1975). Disponible em: <http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/03/I-Congreso-PCC.-Tesis-y-Resoluciones-sobre-la-Plataforma-Program%C3%A1tica-del-Partido.pdf>

_____. III Congreso do PCC- Informe Central, 1986.

_____. Llamamiento al IV Congreso del Partido Comunista de Cuba – Havana Política 1990.

VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. Información sobre el resultado del debate de los Lineamientos de la política económica e social del Partido y la Revolución. Mayo de 2011. Disponible em: <http://cubadebate.cu>. Acesso em 20/05/2011.

Poder Popular- Reglamentos de la Asamblea Nacional – Normas Reglamentarias de las Asambleas Provinciales y Municipales. Havana, Editorial Ciencias Sociales, 1982

_____. Resolución sobre los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución. 18/04/2011. Disponible em: <http://pcc.cu>.

Cuba XXI – *Uma Reflexão sobre Cuba*- Diversos Artigos <http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/>

Diário Granma. Havana, 1993,1996, 1999, 2003, 2010, 2012,2015... Disponible em: <http://www.granma.cu/archivoeleccionesenCuba>

<http://www.granma.cu/cartas> 2015

Dossier: El Proceso electoral en Cuba 1992-1998. Havana, Editado pelo CEA (Centro de Estudios sobre América) 1998

DISCURSOS E ENTREVISTAS DE FIDEL CASTRO

CASTRO, Fidel. *A História me Absolverá*. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 1982, p. 44.

CASTRO, Fidel. *El Pensamiento de Fidel Castro, Discursos Escogidos*. La Habana: Ciencias Sociales, 1986.

_____. *Al Pasado no Regresaremos jamás*- Habana, Política, 1991.

_____. *Pueblo y Democracia*- Selección Temática, 1986-1990.

_____. "Resistir Por la Patria". *Granma*, 8 de março de 1993.

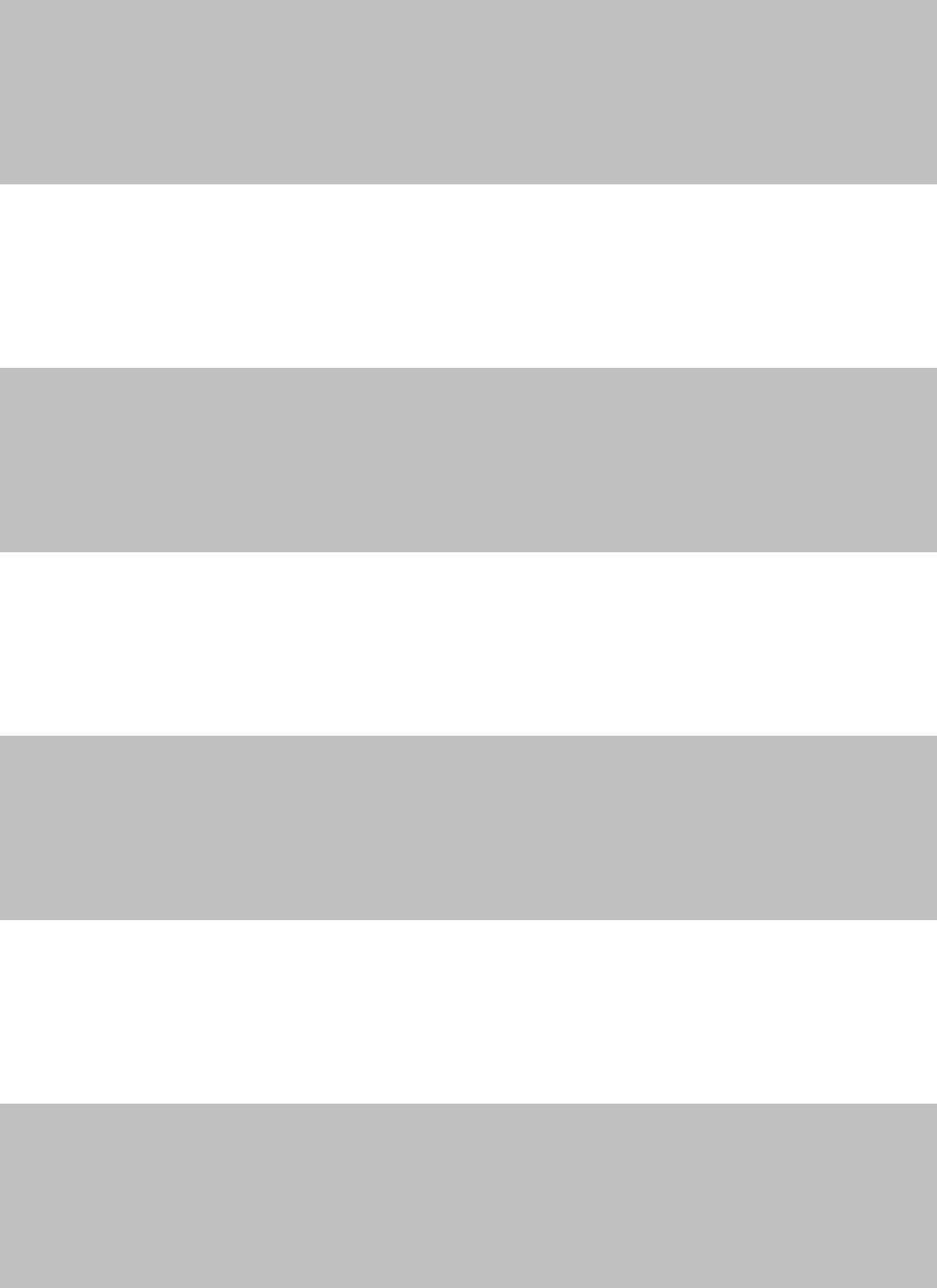
_____. Conferencia de prensa de Fidel Castro y el presidente Echeverría. La Habana: agosto, 1975.

ENTREVISTAS

MENOYO, Alan Gutierrez. Entrevista. *El País, Madrid / Julio, 2004*.

RUAS, Luis. Entrevista com Antônio, músico, 30 anos. Janeiro de 1999.

WEINMAM, Lissa. Entrevista. Programa Sem Fronteiras – GloboNews, 2003.



Julian Araújo Brito**• INTRODUÇÃO**

Há pelo menos uma década a sociedade cubana vem passando por importantes mudanças patrocinadas pelo governo de Raúl Castro, posto que assumiu em 2006 quando Fidel Castro afastou-se da presidência de Cuba⁴⁹. Após o afastamento do líder máximo da Revolução Cubana, o acontecimento político mais significativo da história recente do país foi o anúncio de mudanças econômicas profundas e a realização de um congresso partidário, depois de mais de uma década sem realizá-lo⁵⁰. Em 2009, Raúl Castro mencionou que seria necessário “atualizar o modelo econômico” cubano. No ano seguinte o Partido Comunista de Cuba (PCC) lançou um documento de reformas econômicas para consulta pública e ao mesmo tempo foi anunciado a convocação do seu 6º congresso, que se realizou em 2011. O congresso – instância máxima responsável pela definição da linha política do partido dirigente – teve como objetivo central debater e aprovar aquele documento, o qual se tornaria a base de um programa reformista que deveria ser implementado pelo governo.

Desta forma, foi inaugurado um novo período no país denominado “Atualização do Modelo Econômico e Social”, ou simplesmente “atualização do socialismo cubano”, cuja meta é alcançar uma “sociedade socialista próspera e sustentável”. Ainda que seja perceptível um grande cuidado dos dirigentes cubanos quando se trata de reformas no socialismo, inclusive ao usar certas palavras e expressões, as primeiras observações apontam para transformações substantivas no ordenamento econômico e social do país e,

⁴⁸ Este artigo se baseia na dissertação de mestrado de mesmo título, defendida pelo autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ) em 2014. Para uma análise mais detalhada ver BRITO (2014a).

⁴⁹ Em 2006 Fidel Castro se afastou da presidência por razões de saúde e designou seu irmão Raúl Castro como seu substituto. Em 2008, Raúl foi eleito presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros pela Assembleia Nacional do Poder Popular (Parlamento), tornando-se oficialmente o presidente. Desde 2007 medidas importantes estão sendo tomadas, tais como: reordenamento do governo e do Estado; diminuição de estruturas estatais; fim das proibições para a compra e venda de casas e automóveis; liberação de venda à população de produtos eletroeletrônicos; fim das restrições à hospedagem de cubanos nos hotéis reservados ao turismo; entrega de terras estatais ociosas a agricultores, etc.

⁵⁰ Segundo o estatuto partidário, o Congresso deveria realizar-se regularmente a cada 5 anos, salvo em caso de situações excepcionais. O V Congresso foi realizado em 1997.

em menor medida, políticas. No entanto, este processo suscita importantes questionamentos: Qual seria o sentido desta “atualização”? Como a liderança política vinha justificando estas transformações? O que mudaria em relação ao modelo socialista tradicionalmente adotado pela Revolução Cubana?

De forma resumida, a proposta de mudanças saída do 6º Congresso apontava para uma abertura econômica gradual, retomando as discussões sobre a possibilidade de reformar a economia socialista, definida historicamente pela estatização dos meios de produção e a planificação centralizada, conforme consagrou o modelo soviético (FERNANDES, 2000). Reformas análogas já foram observadas em outras experiências socialistas (na ex-União Soviética, China e Vietnã), portanto, o processo reformista cubano atual coloca novamente a problemática da ampliação dos mecanismos de mercado e a diversificação das formas de propriedade (inclusive a propriedade privada capitalista) em processos de transição socialista. Portanto, este é o tema central que iremos abordar neste artigo. A partir dos questionamentos acima, o foco deste trabalho é a reforma do socialismo cubano decorrente das mudanças aprovadas no 6º Congresso do PCC em 2011. Grande marco do governo de Raúl Castro, este congresso representa um acontecimento essencial para entendermos os desdobramentos atuais da Revolução Cubana e as mudanças no seu projeto socialista.

• AS REFORMAS APROVADAS NO 6º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA

O documento no qual se baseia a plataforma reformista da “atualização do socialismo cubano” é denominado “*Lineamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución*” (“Diretrizes da política econômica e social do Partido e da Revolução”), lançado em novembro de 2010, submetido a debate na sociedade, e posteriormente analisado e ratificado em abril de 2011 no 6º Congresso do PCC, o qual realizou-se fundamentalmente (e estrategicamente) para discutir “temas econômicos”⁵¹. Por sua vez, este mesmo Congresso acordou que seria convocada uma Conferência Nacional do PCC, onde se discutiria temas diretamente políticos destinados

⁵¹ Não há diferença substantivas entre o documento proposto e o documento aprovado, no entanto agregou-se que as reformas devem ser implantadas de forma gradual, sem desamparar ninguém; além de enfatizar a centralidade da planificação frente ao mercado.

a revisar o funcionamento interno do partido e “atualizar” métodos políticos e concepções dos seus quadros e militantes em consonância com a tarefa prioritária de implementação das reformulações ao modelo econômico (CASTRO, 2011).

Embora apareçam poucas menções conceituais ao socialismo neste documento, sendo ele um programa mais amplo que orienta políticas governamentais concretas, tais menções tocam em questões essenciais: referem-se às formas de propriedade dos meios de produção; aos mecanismos de coordenação da economia; às formas de distribuição da riqueza e à política social. Ou seja, são reformas econômicas e sociais que vão incidir sobre: (1) as relações de propriedade e a sua gestão, no intuito de diversificá-las; (2) as relações entre a planeamento estatal e o mercado, em busca de maior descentralização econômica; (3) a forma de distribuição da riqueza social, especialmente em seus aspectos onde a distribuição igualitária estaria evidenciando traços de deformação, isto é, na política salarial do setor estatal, propondo-se que seja de acordo o “trabalho”; (4) e em determinados segmentos da política social universalista – estas, segundo o governo, devem se pautar pelo princípio da “igualdade” e não pelo chamado “igualitarismo” de até então (VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a).

Basicamente a plataforma econômica reformista se articula em dois eixos. Por um lado, segundo a visão do PCC, não se abre mão da natureza socialista do sistema econômico, que continuará baseando-se na propriedade social dos meios de produção fundamentais, que compreende o predomínio das empresas estatais e as cooperativas na economia nacional; no primado do planejamento sobre o mercado como a forma principal de regulação da atividade econômica; na vigência do princípio socialista da distribuição da riqueza, no setor estatal, de acordo com o trabalho realizado: isto é, “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo seu trabalho”; e na manutenção de uma política social que “não deixará ninguém desamparado”, porém, que não mais se orientará por uma perspectiva “igualitarista”, senão pelo princípio de que igualdade significa “igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos” (VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Por outro lado, as mudanças mais significativas estão ligadas a diversificação da estrutura de propriedade e dos atores econômicos correspondentes. Com esta proposta há um nítido objetivo de criar um setor pro-

utivo não estatal⁵² mais amplo e efetivo, especialmente de cooperativas, pequenas empresas privadas, trabalhadores autônomos e investimento estrangeiro (direto ou associado ao Estado, nas formas de empresas mistas e associações econômicas mercantis)⁵³. Para tal não se pretende uma privatização simples, mas a concessão da propriedade estatal nas formas de arrendamento (em especial de pequenos serviços urbanos), usufruto (da propriedade agrícola), além do incentivo à formação de cooperativas. Estes estabelecimentos se mantêm formalmente como propriedades estatais, mas passam a formas de gestão não estatais, o que também inclui a gestão privada (VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a). E com isso espera-se que o Estado possa se concentrar em determinados ramos e atividades estratégicas, com vistas a melhorar o desempenho do setor estatal da economia, depois de um longo período de precarização.

Outra mudança notável é a permissão da contratação de força de trabalho, ainda que limitada, nos pequenos negócios privados. Anteriormente, nesses negócios se permitia apenas o emprego de familiares, uma vez que se considerava o trabalho assalariado privado uma forma de exploração e, conseqüentemente, levaria a uma polarização de classes na sociedade⁵⁴. Contudo, também se estabelece que não será permitida a concentração da propriedade no setor não estatal (VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a). Apesar do crescimento esperado deste setor, ele deverá conviver com um setor estatal ainda majoritário. Para lograr essa readequação, as empresas estatais passarão por processos de reestruturação organizacional, sobretudo com enxugamento do seu quadro de funcionários, visto que há um diagnóstico consensual entre economistas próximos ao governo de que existe um contingente excessivo de trabalhadores “subocupados” em empresas e entidades estatais, os quais devem ser transferi-

⁵² Segundo a economista cubana Camila Harnecker (2011), denomina-se de setor “não estatal” porque além de contemplar a propriedade privada simples (trabalhadores autônomos e empresas familiares que não contratam força de trabalho permanente) e não-simples (pequenas empresas com contratação de força de trabalho permanente), contemplam-se as cooperativas que são uma forma de propriedade coletiva.

⁵³ Em 2014, foi aprovada uma nova lei de Investimento Estrangeiro, com o objetivo de atrair o capital internacional mediante maiores incentivos fiscais e segurança jurídica nos setores que sejam de interesse do governo. Faz parte desta estratégia a reconstrução do Porto de Mariel, projetado para ser uma Zona Especial de Desenvolvimento.

⁵⁴ Em 2013 foi aprovada uma nova legislação laboral (o chamado Código de Trabalho) que, entre outras atribuições, regula a contratação de trabalhadores assalariados por agentes privados.

dos gradualmente às atividades do setor não estatal⁵⁵. Sem dúvida, essas modificações têm por objetivo a retração de funções econômicas diretas sob a responsabilidade do Estado, principalmente em segmentos considerados não estratégicos, como nos pequenos serviços urbanos (restaurantes, salões de beleza, lanchonetes etc.).

Destaca-se ainda, como uma importante mudança, um papel mais ativo atribuído às relações mercantis. Especificamente, reconhece-se o mercado enquanto um mecanismo de alocação que deverá ser levado em conta pela planificação, respeitando suas próprias dinâmicas de funcionamento e, ao mesmo tempo, buscando controlá-lo (VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a). Diante da ineficácia da gestão excessivamente verticalista das empresas pelo Estado – fruto da planificação centralizada e dos métodos puramente administrativos –, o objetivo é descentralizar certos níveis de decisão econômica nas empresas estatais, através da autonomia financeira e de gestão, conferindo maiores responsabilidades aos administradores e, eventualmente, maior participação dos trabalhadores (CASTRO, 2011). Soma-se a isso a descentralização que acompanhará a expansão das atividades econômicas no setor não estatal, as quais deverão atuar basicamente mediante a oferta e a procura.

Com efeito, espera-se uma transformação significativa da planificação centralizada que supere os métodos diretos, de alocação administrativa, em favor dos métodos indiretos – isto é, capazes de induzir o comportamento dos agentes. Para as empresas estatais, a formulação do plano deverá ser mais flexível – sendo que uma parte da produção será determinada pelo Estado, enquanto outra poderá ser vendida no mercado. Assim, a planificação funcionará essencialmente através de mecanismos econômico-financeiros e, ocasionalmente, de mecanismos administrativos. A contribuição ao aparato estatal será realizada via impostos e de parte da produção. No setor estatal, portanto, prevalecerá uma planificação indireta, indicativa, mediante as políticas macroeconômica e fiscal.

Ademais, há uma clara intenção do governo de modificar sua política social de caráter mais universalista rumo a uma intervenção mais seletiva,

⁵⁵ Segundo o economista cubano Oscar Estrada (2011), em 2009, cerca de 84% do total da força de trabalho estava empregada em entidades estatais e mistas. Não obstante, este dado deve ser entendido dentro de um contexto particular, sublinhando que parte considerável desta mesma força de trabalho também fazia parte do setor privado (como trabalhadores autônomos), de maneira informal.

focalizada. Esta será destinada aos que realmente precisam do suporte estatal, mantendo, porém, serviços gratuitos e subsídios em áreas específicas. Os sistemas de saúde e educação permanecem estatais e gratuitos. Pretende-se, em especial, revisar os subsídios generalizados a produtos oferecidos ao consumo coletivo. Por outro lado, modifica-se a forma de distribuição dos salários no setor estatal até então caracterizada por pequena diferenciação de cargos e funções – considerada “igualitarista”, além de estar desvinculada dos resultados produtivos –, em direção a um padrão mais diferenciado que corresponda aos resultados do trabalho de cada indivíduo e sua empresa (VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a). Consequentemente, almeja-se reforçar os incentivos materiais, conferindo maior poder aos salários como meio para a satisfação das necessidades, além de propiciar que os salários cumpram seu papel de incentivo ao trabalho⁵⁶.

Em outras palavras, com a redução dos fundos sociais de consumo pretende-se transitar de um modelo com grandes subsídios estatais, que proporcionava um nível relativo de homogeneidade social (atualmente nivelada por baixo) rumo a um modelo mais compartilhado nos papéis do Estado e do indivíduo para satisfação das necessidades individuais e familiares. Logo, um maior protagonismo da renda do trabalho fará com que diminua a dependência dos subsídios estatais. Nesse aspecto, incidem as principais críticas que o próprio governo vem fazendo ao modelo até então existente, quando considera que muitas das atuais deformações econômicas e sociais vinculam-se às políticas baseadas no “igualitarismo” e no “paternalismo estatal”.

Como um todo, o objetivo declarado destas medidas é eliminar certas travas burocráticas que estariam impedindo o desenvolvimento das forças produtivas e, consequentemente, aumentar a produção material além de elevar a eficiência da economia nacional. E, com isso, possibilitar um maior equilíbrio entre produção, consumo e investimento. Chegou-se a tal ponto de problemas econômicos acumulados – aos quais acrescenta-se possivelmente uma situação de risco político – que, de fato, o que está em jogo é a sustentabilidade do projeto socialista cubano, já que o modelo existente até então (excessivamente estatista e centralizado) tornou-se insustentável

⁵⁶ A crise e as medidas tomadas na década de 1990 produziram sérias deformações sociais, uma delas é que o salário recebido por via legal, do Estado, não garante a satisfação das necessidades na esfera individual, ao mesmo tempo em que as fontes de consumo social satisfazem, em condições mínimas, as necessidades coletivas. Diante disso, foi gerado um quadro de desincentivo ao trabalho produtivo e legalizado, aumentando as atividades informais, ilegais ou clandestinas (CARRANZA, 2002).

(TRIANA, 2012, p.84). Isto é, o país não consegue produzir o suficiente para assegurar a reprodução econômica e, ao mesmo tempo, garantir os inúmeros direitos sociais da população (em condições razoáveis) distribuídos, fundamentalmente, pela via estatal por meio de altos subsídios e serviços gratuitos. A manutenção desse modelo, combinada à expansão de um mercado subterrâneo desregulado – o chamado mercado negro –, conduziu a graves deformações econômicas e sociais. No entanto, o Partido Comunista e o Governo reivindicam a transformação do “modelo de funcionamento econômico” e não uma mudança do “sistema econômico”, diferenciação medular que nos permite denominar as medidas em curso como um tipo de reforma econômica (ESTRADA, 2011, p.4).

Portanto, as medidas aprovadas no 6º Congresso visam reformar um modelo econômico socialista marcado pela estatização e a centralização administrativa, de inspiração soviética (que se manteve após os ajustes conjunturais na década de 1990). Seu fundamento teórico confunde-se com uma concepção do socialismo que identificou o avanço da socialização com a estatização da propriedade, e na qual a planificação centralizada foi assumida essencialmente com a utilização de métodos diretos, o que conferiu à gestão empresarial um aspecto altamente verticalista. A distribuição igualitária, por sua vez, aspirava a maiores níveis de homogeneização social – o que em décadas anteriores (1970-80) constituía, de acordo com a concepção vigente, uma importante meta de avanço do socialismo. Isso resultou em um modelo socialista marcado pelo absoluto protagonismo estatal que impedia ou (obstaculizava) o desenvolvimento de atividades econômicas autônomas (privadas ou coletivas) (ESTRADA, 2011; ESPINA, 2008).

• ASCENSÃO DE RAÚL CASTRO E A CRÍTICA OFICIAL AO MODELO ESTATISTA E CENTRALIZADO

O general Raúl Castro, comandante das Forças Armadas Revolucionárias (FAR), assumiu a presidência do país em 2006 de forma interina, após o afastamento de Fidel por razões de saúde, e foi confirmado oficialmente em 2008. Embora represente a continuidade do processo revolucionário cubano, Raúl marca um estilo diferente de liderança, considerada comumente pelos analistas como mais discreta e pragmática.

Neste novo momento que se abriu, podemos destacar um tom mais

crítico do discurso oficial cubano, especialmente de Raúl Castro. Ao reconhecer publicamente os problemas e falhas do sistema, ele sinaliza uma guinada na atenção do governo para as questões internas do país. Passado o período mais dramático da crise econômica dos anos 1990, pode-se perceber uma mudança de foco da liderança cubana que já não enfatiza como antes o “inimigo externo” e o bloqueio estadunidense para justificar as dificuldades internas (BRITO, 2014b). Admite-se, por sua vez, que este é apenas um problema e, portanto, muito mais importante é combater os erros próprios. Desta forma, o governo estaria sinalizando uma atenção especial ao enfrentamento das questões internas mais prementes, que afetam a vida cotidiana da população – o que acabou por resultar no aumento de expectativas de mudanças no país.

Em 2007, quando participava de um ato em comemoração aos 54 anos do assalto ao Quartel Moncada, Raúl salientou que o país ainda não havia saído do “Período Especial”⁵⁷ – já que permanecia a austeridade da vida cotidiana para a maioria da população –, e reconheceu publicamente a insuficiência dos salários pagos pelo Estado. Nesta mesma ocasião, falou do imperativo de que o país elevasse sua produção, principalmente de alimentos, para o qual haveria que introduzir “mudanças estruturais e de conceitos onde forem necessárias” (CASTRO, 2007). Esse discurso teve um impacto significativo ao fomentar a discussão dos problemas nacionais – em um “debate crítico dentro do socialismo”, como delimitou Raúl. Consequentemente, este clima mais aberto possibilitou um nível de debate inusitadamente elevado e original, como não se via em Cuba desde os anos 1960 (VALDÉS PAZ, 2009).

Em um contexto de ampliação da discussão econômica, os temas comumente abordados eram as debilidades da economia e como enfrentá-las sem colocar em xeque os limites sistêmicos do socialismo, isto é, a planificação e o predomínio da propriedade estatal. Há pelo menos um amplo consenso entre os especialistas de que o funcionamento econômico do país é ineficiente, e se manifesta em: descontrole na administração das empresas estatais; planos rígidos que não se cumprem; baixa produtividade do trabalho e baixos salários; restrição de oferta; problemas de distribuição e desabastecimento; dupla circulação monetária, etc. Portanto,

⁵⁷ O chamado “Período Especial em Tempos de Paz”, iniciado em 1990, foi a expressão utilizada pelo governo cubano para designar o novo momento do país após a queda do muro de Berlim e a desapareção do Bloco Socialista, marcado por uma forte crise econômica.

tornava-se urgente uma ampla reestruturação econômica. Enquanto isso, na visão do Partido Comunista, as principais causas desta ineficiência estariam relacionadas à desorganização da esfera econômica, à burocracia, ao paternalismo estatal (que se associa ao “igualitarismo”) e à falta de previsão e exigência na gestão das empresas estatais (VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011c). Consequentemente, essas causas foram assumidas essencialmente como efeito de deformações do modelo socialista estatista e centralizado que se quer modificar. Desta forma, esse modelo se tornaria o alvo da crítica explícita dos dirigentes cubanos devido a sua insustentabilidade: seja pela falta de recursos estatais suficientes para reproduzi-lo, ou pelo reconhecimento dos problemas econômicos e sociais que estaria gerando. Em resumo, deixou de ser viável.

A necessidade de introduzir mudanças no modelo socialista está associada, em grande parte, à manutenção da crise econômica iniciada nos anos 1990 com a desagregação do bloco socialista. Cuba conseguiu superar o período mais dramático da crise, porém não conseguiu retornar ao seu nível socioeconômico de 1989, anterior à crise⁵⁸. A novidade, agora, é o reconhecimento oficial de que a essência desta crise resulta de causas internas, isto é, do mau funcionamento de um modelo econômico que inclusive poderia colocar em risco as conquistas sociais da Revolução. Por outro lado, a crise capitalista internacional desatada em 2007 gerou fortes incertezas nas relações econômicas externas de Cuba, impactando negativamente o país, em especial no aumento do déficit da balança comercial e na restrição de divisas. Isso aprofundou a sensação de um agravamento da crise interna, cujo contexto político, apontou o ex-ministro de Economia e Planificação José Luís Rodríguez (2011a, p.73), já não haveria espaço para tomar medidas drásticas, como o rebaixamento ainda maior do consumo⁵⁹. Dito isso, pode-se entender que este fator conjuntural funcionou como catalisador para desatar um novo ciclo reformista (BRITO, 2014a).

Desta forma, enfrentar decisivamente a “questão econômica” significa assumir que já não se trata de “sobreviver”, como na década de 1990,

⁵⁸ A partir dos anos 2000 houve uma melhoria da situação econômica que se deveu, sobretudo, às condições favoráveis do setor externo, em especial da associação econômica com a Venezuela, das exportações de serviços profissionais e do turismo (VILLANOVA, 2009).

⁵⁹ De acordo com Rodríguez (2011b), a economia cubana é altamente depende da importação de alimentos, em torno de 60% do consumo total é importado.

fazendo adaptações ou arranjos tópicos em um modelo socioeconômico com sinais de esgotamento, senão fazer modificações substanciais com vistas a retomar as bases do desenvolvimento do país. Em outros termos, não basta apenas que o governo siga enfatizando a resistência do povo em nome do socialismo, mas também encaminhar propostas para viabilizar outro modelo socialista (ALONSO, 2011; BORÓN, 2010). Ainda que se reconheçam problemas econômicos derivados de um modelo que se tornou insustentável frente às mudanças mundiais e às novas circunstâncias que a economia cubana teve de encarar, as modificações propostas visam uma transformação no “modelo” econômico e social, e não na “essência socialista” do sistema econômico. Nesse sentido, Raúl Castro esclareceu:

Aos que creem nessas infundadas ilusões (desmontar o regime econômico e social), vale recordar outra vez o que já expressei: não me elegeram presidente para restaurar o capitalismo em Cuba e tampouco entregar a Revolução. Fui eleito para defender, manter e continuar aperfeiçoando o socialismo, não para destruí-lo. As medidas que estamos aplicando e todas as modificações que forem necessárias à atualização do modelo econômico estão dirigidas a preservar, fortalecer e tornar o socialismo verdadeiramente irrevogável (CASTRO, 2010b, s/p).

Frente a um cenário com fortes desequilíbrios financeiros externos, agravado pela ineficiência do setor estatal da economia, Raúl Castro começou a chamar a atenção para a sobrecarga que recai sobre o Estado, que não tem conseguido administrar com eficácia a maioria das atividades produtivas do país, além de oferecer bens e serviços de baixa qualidade na lógica da gratuidade ou dos subsídios generalizados. Diante de um quadro de restrição orçamentária e risco de endividamento acentuado, o presidente anunciou a necessidade de cortar gastos, em especial do que considera “gratuidades indevidas e subsídios excessivos”, além de pedir aos cidadãos uma mudança de mentalidade sobre o que se entende por socialismo. Raúl conclamou:

É necessário mudar a mentalidade dos quadros [políticos e empresariais] e de todos os compatriotas ao encarar o novo cenário que começa a delinear-se. Trata-se simplesmente de transformar conceitos errôneos e insustentáveis acerca do socialismo, bastante enraizados em amplos setores da população durante anos, como consequência do excessivo enfoque paternalista, idealista e igualitarista instituído pela Revolução em busca da justiça social. Muitos cubanos confundem o socialismo com as gratuidades e subsídios, a igualdade com igualitarismo, não poucos identificam a libreta [caderneta de racionamento de alimentos subsidiados] como uma conquista social que nunca deveria desaparecer. Quanto a isso, estou convencido que vários dos problemas que hoje enfrentamos têm sua origem nesta medida de distribuição (...) [a libreta] constitui uma expressão manifesta de igualitarismo, que beneficia da mesma forma os cidadãos que trabalham e os que não trabalham, além dos que não precisam, gerando práticas de troca e revenda no mercado negro. (CASTRO, 2010b, s/p).

O ideal socialista de uma igualdade substantiva não meramente formal, que perpassou a construção histórica do modelo cubano, assumiu a intenção (mais ou menos radical) de uma igualdade quase absoluta das condições materiais de vida, entendidas como a concretização de direitos de cidadania sob a responsabilidade do Estado (ESPINA, 2008). Este princípio orientou a criação de um Estado de bem-estar social cujo provimento estatal de bens e serviços adquiriu dimensões praticamente monopólicas, retirando-os da esfera mercantil e privada, a fim de possibilitar a universalização do acesso. Com o passar dos anos, apesar dos benefícios, este modo de conceber o acesso aos direitos – combinado a outras deformações econômicas – teria manifestado efeitos negativos sobre a sociedade. Em outras palavras, ocorreu uma espécie de degeneração do seu objetivo inicial no qual algumas políticas teriam convertido o ideal de igualdade no chamado “igualitarismo”, ou seja, uma igualação como fim em si mesma, com pouca retribuição econômica dos cidadãos. Ademais, denuncia-se o chamado “paternalismo estatal” que teria reduzido a autonomia e a iniciativa do indivíduo.

A política social sob o processo revolucionário compreendeu como direitos essenciais à dignidade dos cidadãos: o acesso ao trabalho, que se manifestou na busca do pleno emprego; o acesso aos serviços de saúde,

educação e previdência social, gratuitos em todos os níveis; alimentação, transporte e acesso à cultura e esportes subsidiados. Isso possibilitou o acesso gratuito ou a preços módicos a toda população, sem nenhum tipo de condicionalidade ou contrapartida individual (ESPINA, 2008). A forte condenação que o governo vem fazendo ao “igualitarismo” pode ser entendida como uma crítica ao sentido deturpado que tomou a distribuição igualitária que, associada a outras distorções, estaria contribuindo para problemas de falta de incentivo ao trabalho além de sobrecarregar as contas do Estado, e assim se tornando insustentável economicamente. Neste particular, as políticas igualitárias mais criticadas são a de empregos (e salários) e a distribuição de alimentos subvencionados.

Intimamente ligado ao “igualitarismo”, outro alvo da crítica oficial é o “paternalismo estatal”. Mais um reflexo da absolutização do Estado, ele se expressa na proeminência do orçamento do Estado como fonte de financiamento de diversos bens e serviços oferecidos à população. Esta, por sua vez, está submetida um padrão salarial contraído, marcado nos últimos vinte anos por um baixíssimo poder de compra. Em contrapartida, o Estado aumentava os subsídios de produtos e serviços. Inicialmente, este ordenamento resultou em benefícios coletivos e uma limitada autonomia individual para a satisfação das necessidades, uma vez que, em grande parte, estes eram assegurados no âmbito estatal. Entretanto, com a crise econômica do “Período Especial” verificou-se uma deterioração dos serviços estatais, o que conduziu a um nivelamento por baixo das condições de vida, sobretudo do consumo familiar. Além disso, o “paternalismo” também se expressa no sistema empresarial estatal, onde se adotam práticas de socorro a empresas que operam com perdas permanentes (despesas maiores que a receita) e que, entretanto, devem manter o seu funcionamento.

Raúl Castro vem insistindo que as políticas baseadas no “igualitarismo” e o “paternalismo” devem dar lugar ao fortalecimento dos salários no setor estatal, buscando assegurar a distribuição (socialista) conforme o trabalho, e para tal deve-se estabelecer uma maior diferenciação salarial que seja proporcional a quantidade, qualidade e os resultados do trabalho. Com a proposta de mudança da distribuição “igualitarista” dos salários e da alimentação subsidiada a todos, o governo visa incentivar que as pessoas vivam da renda do trabalho legal (no setor estatal ou não), combatendo uma situação existente até então em que grande parte da população teve de recorrer a

fontes de renda extralegais. Por outro lado, salienta-se que o Estado mudará a sua política social de subsídios coletivos (de produtos) na direção de subsídios individuais “aos que realmente necessitam”. Entretanto, o remanejamento dos gastos estatais terá limites, devendo-se manter gratuitos serviços como saúde, educação, seguridade e assistência social, cultura e esportes.

Uma diferença importante das reformas aprovadas no 6º Congresso é que as atividades privadas, como o trabalho autônomo e as pequenas empresas (de gestão privada) não são mais entendidas como uma concessão capitalista temporária, mas que podem contribuir à construção do socialismo através da elevação da oferta de bens e serviços, dentro de limites, e orientadas pela ação do Estado Socialista. Para efetiva-las é necessário despir-se de certos preconceitos contra a atividade privada – o que se verificou com a limitada abertura econômica dos anos 1990 e manteve-se na mentalidade dos dirigentes –, conforme Raúl Castro afirmou em discurso:

Se chegamos à conclusão de que o exercício do trabalho por conta própria [ou trabalho autônomo] constitui uma alternativa para os cidadãos em idade laboral, o que corresponde ao Partido e ao Governo, em primeiro lugar, é facilitar sua gestão e não gerar estigmas e preconceitos frente a eles, muito menos demonizá-los, e para isso é fundamental modificar a apreciação negativa existente em muitos de nós acerca desta forma de trabalho privado. Os clássicos do marxismo-leninismo, ao projetar os traços que deviam caracterizar a construção da nova sociedade, definiram – especialmente Lenin – que o Estado, na representação de todo povo, manteria a propriedade dos meios de produção fundamentais. Nós tornamos este princípio absoluto e instituímos a propriedade estatal em quase todas as atividades econômicas do país. Os passos que estamos dando e daremos na ampliação e flexibilização do trabalho por conta própria, são fruto de profundas reflexões e análises, e podemos garantir que desta vez não haverá retrocesso (CASTRO, 2010b, s/p).

Embora com um tom discreto, as mudanças reconhecem um maior papel aos mecanismos de mercado (que deverão atuar nas formas privadas de produção e serviços), o qual representa uma novidade e uma transformação significativa no modo de conceber a construção socialista em Cuba. Apesar disso, ressalta-se que a planificação vai prevalecer sobre o mercado.

Quanto a isso, Raúl Castro observou criticamente as vicissitudes do “modelo excessivamente centralizado” e expôs o que se pretende:

O modelo excessivamente centralizado que caracteriza atualmente nossa economia deverá transitar, com ordem, disciplina e participação dos trabalhadores, para um sistema descentralizado, no qual primará a planificação, como traço socialista de direção, mas que não deve ignorar as tendências presentes no mercado, o que contribuirá para a flexibilidade e permanente atualização do plano. A experiência prática nos ensinou que o excesso de centralização conspira contra o desenvolvimento da iniciativa na sociedade e em toda cadeia produtiva, onde os quadros se acostumaram que tudo se decidisse ‘acima’ e em consequência deixavam de sentir-se responsabilizados com os resultados da empresa que dirigiam. Nossos administradores, salvo exceções, se acomodaram à tranquilidade e à segurança da ‘espera’ e desenvolveram alergia ao risco inerente à tomada de decisões, ou seja, acertar ou equivocarse (CASTRO, 2011, s/p).

Não se pode desconsiderar que um processo reformista desta natureza coloca sérias implicações políticas ao regime, basicamente em dois aspectos: o primeiro diz respeito à dinâmica política propriamente dita da implementação das mudanças pela burocracia estatal e partidária, ou seja, do apoio necessário ou possíveis resistências que possam existir frente a elas (NOVE, 1989). O segundo aspecto, não menos essencial, diz respeito à transferência de poder que qualquer modificação acarreta, isto é, coloca a questão do controle político das transformações, tendo em vista que um objetivo claro do governo cubano é evitar uma desagregação da ordem sociopolítica existente com um desfecho trágico, conforme atestou a experiência de reformas na ex-União Soviética (BRITO, 2014b).

As medidas destinadas a “atualizar o modelo” se fundamentam ideologicamente na noção de que já não existe modelo único para o socialismo e, portanto, reivindicam um “socialismo com características próprias” – inspirada na formulação desenvolvida pelo Partido Comunista Chinês – e por isso há maior espaço para propostas específicas relacionadas aos diferentes contextos nacionais e circunstâncias de cada país. Ainda que não pudéssemos afirmar que Cuba estaria adotando um programa econômico

similar ao da reforma chinesa iniciada em 1978, parece haver uma clara inspiração na experiência chinesa quanto à estratégia reformista de transformações da economia estatal de planejamento centralizado, mantendo-se essencialmente a estrutura política de partido único; sobretudo se a compararmos com a estratégia de reformas sintetizadas na *Glasnost* e na *Perestroika*, que fracassou na União Soviética (VAZQUEZ, 2012). Sem dúvida, esta representa uma lição “negativa” para os dirigentes cubanos. Apesar disso, Raúl Castro ponderou que Cuba não pretende copiar ninguém, haja vista as vicissitudes da influência soviética sobre o processo revolucionário cubano. Destaca-se, assim, a perspectiva de construção de um modelo próprio que, entretanto, não desconsidera outras experiências, como bem expressou Raúl ao defender o programa de reformas perante o Parlamento:

Ninguém deve se enganar, os Lineamientos assinalam o rumo em direção ao futuro socialista, ajustado às condições de Cuba, não ao passado capitalista e neocolonial derrocado pela Revolução. A planificação e não o livre mercado será traço distintivo da economia e não se permitirá a concentração da propriedade (...). A construção do socialismo deve se realizar em correspondência com as peculiaridades de cada país. É uma lição histórica que aprendemos muito bem. Não pensamos em voltar a copiar ninguém, isso já nos trouxe bastante problema, e ainda por cima, muitas vezes copiamos mal. Apesar disso, não ignoramos as experiências de outros [países] e aprendemos com elas, incluindo as [experiências] positivas dos [países] capitalistas (CASTRO, 2010, s/p).

Isto posto, é importante salientar que as reformas econômicas e sociais desencadeadas a partir do reconhecimento da sua necessidade pelas altas instâncias de poder do Partido e do Governo, inicialmente, só virão acompanhadas de modificações políticas pontuais (porém significativas), e em grande parte caudatárias dos ajustes necessários à implementação daquelas reformas⁶⁰. Ou seja, o Partido Comunista vai conduzir este processo sem abrir mão do seu poder dirigente exclusivo. Após o 6º Congres-

⁶⁰ Por exemplo: fala-se da necessidade de separação entre as funções do Partido e do Estado, diferenciando-se o papel de cada um; da separação entre as funções estatais e as funções empresariais; limitação do tempo de permanência nos principais cargos políticos e estatais a um máximo de dois mandatos consecutivos de cinco anos (PCC, 2012).

so, que discutiu “temas econômicos”, realizou-se a 1ª Conferência Nacional do Partido em 2012, dedicada a tratar das “questões diretamente políticas”, com o objetivo de revisar o funcionamento interno do Partido e “atualizar” métodos políticos e concepções dos seus dirigentes em consonância com a tarefa prioritária de implantação das reformas.

Nesta ocasião, Raúl Castro aproveitou para reafirmar a manutenção do sistema político de partido único, justificando-o não como uma essencialidade política da construção do socialismo, mas como necessário diante da pressão externa que os EUA exercem sobre Cuba. O sistema de partido único se relaciona com o projeto socialista apenas indiretamente, ou seja: na medida em que é este sistema político que garante a soberania e a independência nacional, através do qual foi possível sustentar um projeto alternativo de sociedade, cercado por uma potência hegemônica que se opõe, e que historicamente utilizou-se dos mais variados meios para derrubar o regime revolucionário. Portanto, a resistência de Cuba não seria possível sem a “arma estratégica da unidade” que o Partido assegura. Neste sentido Raúl Castro o justificou:

Nossos adversários e até alguns que simpatizam conosco, abstraído a história de permanente agressão, bloqueio econômico, ingerência e cerco midiático (...) nos exigem, como se tratasse de um país em condições normais e não uma fortaleza sitiada, a reinstauração do modelo multipartidário que existiu em Cuba sob o domínio neocolonial dos Estados Unidos. Renunciar ao princípio do partido único equivaleria, simplesmente, a legalizar o partido ou os partidos do imperialismo em solo pátrio e sacrificar a arma estratégica da unidade dos cubanos, que tornou realidade os sonhos de independência e justiça social (CASTRO, 2012, s/p).

A preocupação com o risco de reversibilidade do socialismo em meio a problemas econômicos graves é um tema recorrente, e neste sentido Raúl se referiu chamando atenção para as prioridades econômicas do momento: “a batalha econômica constitui hoje, mais do que nunca, a tarefa principal e o centro do trabalho político e ideológico dos quadros, porque dela depende a sustentabilidade e preservação do nosso sistema social” (CASTRO, 2010a, s/p). Inclusive, a necessidade de reformar o socialismo é entendida como um pressuposto para “salvar a Revolução”. O líder cubano vem insistindo que é preciso uma mudança de mentalidade, que os dirigentes se

esforcem para superar os “dogmas e critérios obsoletos” ainda existentes. Em tom dramático, ele destacou a gravidade da situação econômica em relação às responsabilidades do governo, ressaltando que a não viabilidade do “novo modelo” – por falta de compromisso de alguns funcionários – poderia mesmo colocar em risco a própria continuidade do regime:

Se quisermos salvar a Revolução haverá que cumprir o que acordamos e não permitir que depois do VI Congresso – como tem sido até agora em muitos casos significativos – que se abandonem os documentos ‘ao sono eterno das gavetas’(...). Já acabou o tempo de seguir beirando o precipício: ou retificamos ou nos afundamos e afundaremos junto o esforço de gerações inteiras (CASTRO, 2010b, s/p).

É provável que Raúl seja o último líder da chamada “geração histórica” a presidir o país, o que revela um aspecto importante a ser considerado para a continuidade do regime. Se por um lado estes dirigentes possuem prestígio e legitimidade perante amplos setores da população, por outro lado, em poucos anos deixarão de ocupar os principais cargos de direção política do país (BRITO, 2014b)⁶¹. Ciente disso, ao discursar perante o Parlamento cubano em 2010, o presidente deixou claro que a “geração histórica” deveria aproveitar a sua “autoridade moral” para deixar o rumo traçado da estratégia de mudanças a ser seguida.

• PARA ALÉM DAS REFORMAS

O impacto do desaparecimento do bloco soviético e a crise terminal do “socialismo real” foi muito significativo para Cuba, e especialmente grave. Por um lado, impôs uma crise “externa” ao sistema econômico cubano, que passou a carecer de recursos básicos ao seu funcionamento em condições normais; por outro lado, colocou em xeque um modelo de socialismo baseado essencialmente na estatização dos meios de produção, no planejamento econômico centralizado e no monopólio do poder estatal

⁶¹ Pertencem a “geração histórica” os líderes que participaram da Revolução Cubana em 1959 e fundaram o regime revolucionário; posteriormente, passaram a ocupar importantes cargos no Estado e no Partido. Fidel e Raúl Castro são as principais figuras.

pelo Partido Comunista. Ou seja, a crise colocava em dúvida a permanência (e a articulação) do seu sistema social e político como um todo, a partir de uma intensa desestabilização da esfera econômica (BRITO, 2013). Neste momento, o historiador britânico Robin Blackburn (1993, p. 107) sublinhou, ao analisar a derrocada do “socialismo real”, que um dos desafios de países que mantinham a perspectiva socialista (Cuba inclusive), seria “descortinar um modelo econômico novo e viável”.

O modelo socialista estatal e centralizado poderia permanecer nos marcos de um só país, sem os apoios externos de outrora? Era possível manter um sistema de partido único e economia estatal, em um contexto mundial em que o neoliberalismo alcançou hegemonia nos governos da América Latina e do Leste Europeu? Não se deve esquecer, entretanto, que um fator problematizador seguia sendo a hostilidade norte-americana que intensificou as pressões por mudanças internas na Ilha. Em suma, o que estava em jogo era capacidade do regime cubano de se inserir em um novo contexto global, diferente do qual se processou a Revolução e a sua opção socialista.

Em 2011, passados 20 anos do desaparecimento da União Soviética, o regime revolucionário cubano conseguiu sobreviver à crise do “socialismo real”. Resistiu frente aos EUA que pressionavam por mudanças políticas e econômicas, e à adoção de políticas neoliberais que levariam a uma reversão completa do seu sistema social. Esta resistência evitou o pior, porém teve pesados custos (BRITO, 2013).

Durante o momento mais crítico do chamado “Período Especial” na década de 90, a liderança cubana, com Fidel Castro a frente, recorreu a uma controlada abertura vista muito mais com caráter emergencial, basicamente como uma imposição das circunstâncias, e não como uma estratégia reformista mais ampla (MESA LAGO, 2012; VAZQUEZ, 2011). Diferentemente da estratégia desenvolvida pelos Partidos Comunistas da China e do Vietnã, Cuba estava disposta a preservar essencialmente aquele modelo socialista, dando-o uma sobrevida mediante um tipo de abertura mais restrita e controlada da economia. Para isso, adotou-se uma estratégia de concessões às relações capitalistas – isto é, medidas tomadas a contragosto e algumas de caráter temporário (RODRIGUEZ, 2010)⁶². Dito de outra forma, ocorreu

⁶² Veja-se, por exemplo, a irregularidade com que se permitiu e se restringiu a pequena atividade privada (familiar) de serviços gastronômicos, os chamados *Paladares*.

uma espécie de recuo tático. Não houve uma mudança estratégica no sentido de assumir a propriedade privada e os mecanismos de mercado como instrumentos orgânicos da economia socialista⁶³ (BRITO, 2014a). Nestes termos a liderança da Revolução, sobretudo Fidel Castro, sempre receou que as prioridades econômicas ganhassem alguma autonomia – o chamado “economicismo” – e assim manteve sempre ativa a mobilização política da sociedade contra os hábitos ou valores capitalistas que poderiam surgir.

Aquele foi considerado um momento de sobrevivência e resistência do governo cubano e do projeto socialista frente a uma devastadora crise que atingiu não só a economia, mas também os referenciais socialistas (HEREDIA, 2014). Preferiu-se manter o que foi alcançado, com ênfase nos direitos coletivos e nos serviços públicos – ou seja, as “conquistas sociais da Revolução”. No entanto, houve uma forte desorganização econômica e social imposta pela crise e os ajustes, produzindo inúmeras relações socioeconômicas à margem das instituições e regulações oficiais. Isto acarretou uma queda vertiginosa nas condições de vida, refletindo, por sua vez, na elevação do descontentamento popular e, conseqüentemente, o amplo consenso majoritário com que a Revolução contava foi abalado (BRITO, 2013). Posteriormente, a partir de 2003, quando a crise foi aliviada retrocedeu-se ao fortalecimento da estatização e do controle central frente às conseqüências negativas que emergiram na última década (MESA LAGO, 2009; MONIZ BANDEIRA, 2009; TRIANA, 2012). Desta forma, Cuba adiou ou postergou uma reforma econômica sustentada e coerente e, portanto, pouco se fez para descortinar um modelo econômico socialista novo e viável. Questões estruturais não teriam sido enfrentadas e depois iriam cobrar atenção, como justamente mencionou Raúl Castro em 2007.

Como discutimos anteriormente, a etapa iniciada sob o mote da “atualização do socialismo” em 2009 coloca na ordem do dia transformações significativas no modelo econômico e social até então vigente, de inspiração soviética, e não são poucos os que consideram estas mudanças as mais ambiciosas na trajetória do socialismo cubano desde a década de 1960.

⁶³ A China e o Vietnã iniciaram reformas que reordenaram a estrutura econômica, respectivamente a partir de 1978 e 1986, apostando em uma economia mista com forte presença do mercado – abertura à iniciativa privada e ao investimento estrangeiro, juntamente com a permanência de empresas estatais em setores estratégicos -, dispostas à competição no mercado global. O Partido Comunista Chinês denominou esta formação como uma economia de mercado socialista (ou “socialismo com características chinesas”).

Podemos perceber que ela está sendo marcada pela busca de outros instrumentais econômicos capazes de enfrentar com êxito as consequências da prolongada crise que se seguiu à derrocada do Bloco Socialista, e que acabou por estreitar as bases de apoio do regime revolucionário.

De forma resumida, as reformas econômicas aprovadas em 2011, no 6º Congresso do PCC, visam articular um novo modelo econômico pois o que existia até então, segundo o próprio governo, se tornou insustentável. A incapacidade de superar a crise econômica, para além dos condicionamentos externos, estava relacionada à crise do modelo socialista baseado na estatização quase absoluta e na gestão centralizada por métodos diretos – cujos sinais de esgotamento remontam ao final da década de 1980. Isso fez com que a economia perdesse capacidade de uma reprodução ampliada que pudesse, inclusive, sustentar os próprios direitos e conquistas sociais – que a Revolução tanto se orgulha – estabelecidos nas décadas de bonança das relações com a União Soviética, sobretudo nos anos 1970 e 1980. As circunstâncias políticas e econômicas mundiais mudaram, portanto, é preciso adaptar o projeto socialista aos novos tempos – agora, inclusive, com boa dose de pragmatismo. Ao que parece, está prevalecendo uma avaliação de que já não há mais espaço para soluções voluntaristas.

Como vimos acima, Raúl Castro apresentou de forma grave e urgente a necessidade de reformar o modelo socialista estatal e centralizado, colocando-se como objetivo estratégico alcançar um “socialismo próspero e sustentável”. Deste modo, busca-se viabilizar um novo modelo com predomínio da propriedade estatal e da planificação, sem negar a importância do mercado e das formas privadas de produção. E, com isto, possibilitar um maior desenvolvimento econômico, fundamentalmente que seja capaz de produzir mais bens e serviços para proporcionar uma elevação do padrão de vida tão deteriorado nas duas últimas décadas – em especial, aliviar o consumo básico familiar. Ademais, busca-se ampliar a base produtiva necessária à sustentação de um Estado de bem-estar social que, em parte, pretende-se manter. O Estado desempenhará um papel mais reduzido na garantia da satisfação das necessidades da população, concentrando em algumas áreas, como apontamos acima, e, conseqüentemente, vai conferir à iniciativa individual a responsabilidade de prover outras demandas.

A necessidade de reestruturação do papel do Estado está amparada em uma crítica significativa a determinados aspectos da concepção do

socialismo que historicamente orientou a construção socialista em Cuba. Justamente porque tal concepção fundamentou um modelo econômico e social marcado pela hipertrofia do Estado e pela centralização exacerbada. Essa concepção identificou a estatização da propriedade e a sua gestão centralizada como um nível superior de socialização, e devido a radicalização deste preceito em períodos anteriores, configurou-se ali um ordenamento econômico altamente estatizado, com baixíssima presença de atividades privadas ou cooperativas. Essa concepção do socialismo veio acompanhada de uma noção de planificação centralizada por métodos diretos que conduziu a gestão verticalista das empresas estatais, retirando sua autonomia. Assim, portanto, enfraqueceu a participação dos trabalhadores e dos administradores nos resultados da empresa. No entanto, o que se critica não é propriedade estatal em si mesma, e tampouco a planificação – que são considerados traços fundamentais da economia socialista –, senão a absolutização desta forma de propriedade e a excessiva centralização da gestão econômica pelo Estado, e os seus efeitos negativos.

• CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que aqueles princípios sistêmicos do socialismo permaneçam, as reformas atuais – orientadas por um novo entendimento das relações de propriedade, do mercado e da distribuição da riqueza – possivelmente vão conduzir, no médio prazo, caso tenham êxito, a muito mais do que uma atualização do modelo estatal e centralizado, mas a uma modificação substancial deste modelo. Ou seja, o Estado vai abrir mão de uma postura quase exclusivista de intervenção socioeconômica em favor de outros atores econômicos associados a um maior dinamismo das relações de mercado. Desta forma, pretende-se que o Estado seja um ator econômico essencial – como “empresário”, mas também na regulação dos mercados, além de provedor de determinados direitos fundamentais. Portanto, fica claro que se trata de uma redefinição do projeto socialista cubano à medida que busca incorporar um setor reconhecidamente mercantil da economia (que se quer tentar controlar), juntamente com a proeminência de um setor estatal mais descentralizado e autônomo que opere com mais eficiência.

Por fim, alguns estudiosos têm ressaltado que, seguramente, novas desigualdades vão surgir, entretanto Raúl Castro parece não negar esta

possibilidade quando afirma que esta será uma “sociedade menos igualitária, porém mais justa” (CASTRO, 2013). Diante dos sinais de esgotamento do modelo anterior e da concepção de um ‘socialismo estatista’ que o fundamentou, as reformas são entendidas pelo Governo e o Partido, dentro do contexto interno e externo no qual Cuba está inserida, como a única maneira de preservar e desenvolver o socialismo. Portanto, ao que parece, a intenção é transitar de um modelo socialista baseado no sistema soviético para um “socialismo com características nacionais” que consiga responder aos desafios contemporâneos e, certamente, a tarefa prioritária do governo é enfrentar o subdesenvolvimento econômico.

Para concluir, as reformas econômicas também podem ser analisadas desde uma perspectiva política. Por um lado, elas têm o propósito de conferir uma relegitimação material ao “socialismo”. Ou seja, evitar o risco de que um “socialismo sem resultados econômicos” apenas favoreça a percepção, em última instância, que um retorno ao capitalismo possa ser a alternativa para os problemas do país. Por outro lado, as reformas buscam reforçar a legitimidade política da Revolução para assegurar a estabilidade do regime em um período de transição geracional na direção do país – como observamos, não está em discussão o comando do Partido Comunista como partido único. De um ponto de vista mais amplo, porém, o que está em jogo é a própria sobrevivência da Revolução cubana como um processo político transformador e a sua capacidade de reinventar um projeto socialista de novo tipo, de acordo com as condições do século XXI e a sua experiência histórica.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Aurélio. “Cuba: a sociedade após meio de século de mudanças, conquistas e contratempos”. In: Revista Estudos Avançados. São Paulo: USP, vol.25, nº 72, 2011, p. 7-18.

BLACKBURN, Robin (Org). Depois da Queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1993.

BORÓN, Atílio. O socialismo no século XXI: Há vida depois do neoliberalismo? São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.

BRITO, Julian. “Pátria ou morte”: crise e sobrevivência do regime revolucionário cubano nos anos 90. In: Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.14, 2013. p. 287-315.

_____. Cuba em transformação: socialismo e as reformas econômicas do 6º Congresso do Partido Comunista. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014a. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9160

_____. Cuba em transformação: regime político e o contexto da “atualização do modelo econômico e social”. In: Cadernos Prolam/USP - Brazilian Journal of Latin American Studies. São Paulo, Vol. 13, nº 24, 2014b, p.109-124

CARRANZA, Júlio. “La economía cubana: balance breve de una década crítica”. In: Revista Temas. Havana, nº 30, 2002. p. 4-17.

ESPINA, Mayra. Viejas y nuevas desigualdades en Cuba. Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad nº 216, 2008.

ESTRADA, Oscar Fernandez. El modelo de funcionamiento económico en Cuba y sus transformaciones. Seis ejes articuladores para su análisis. In: Observatorio de la Economía Latinoamericana, nº153, 2011.

FERNANDES, Luis. O enigma do Socialismo Real. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2000.

HARNECKER, Camila. “Empresas no estatales en la economía cubana: construyendo el socialismo?” In: Revista Temas. Havana, nº 67, 2011. p. 68-77.

HEREDIA, Fernando. En Cuba tenemos que combinar bien el realismo terco con la imaginación (2014). Disponível em: http://www.cubadebate.cu/opinion/2014/02/11/en-cuba-tenemos-que-combinar-bien-el-realismo-terco-con-la-imaginacion/#.U9b_k5RdXrQ. Acesso em 28/07/2014.

MESA LAGO, Carmelo. Cuba en la era de Raúl Castro. Reformas económico-sociales y sus efectos. Madrid: Ed: Colibrí, 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NOVE, Alec. A economia do socialismo possível. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

RODRIGUEZ, José Luis. “Cincuenta años de revolución en la economía cubana”. In: Revista Espacio Critico. Bogotá, nº 13, 2010.

_____. Cuba: "un modelo centralizado en las decisiones estratégicas pero con gestión descentralizada y participación de los trabajadores. In: Revista Realidad Económica nº 265. Buenos Aires. 2011a.

_____. El período especial veinte años después. In: Revista Temas nº 65, 2011b.

TRIANA, Juan. "Cuba: de la actualización del modelo económico al desarrollo?". In: Revista Nueva Sociedad. Buenos Aires, nº 242, 2012. p. 84-91.

VALDÉS PAZ, Juan. El espacio y el límite. Estudios sobre el sistema político cubano. Havana: Ruth Casa Editorial, 2009.

VAZQUEZ, Julio Diaz. "Un balance crítico sobre la economía cubana. Notas sobre dirección y gestión". In: Revista Temas. Havana, nº66, 2011. p. 123-133.

_____. "Actualizar el modelo económico en Cuba: ¿patrón chino o vietnamita?" In: Analisis y pensamiento iberoamericano sobre China. Baiona: Ed. Observatorio de la Política China, 2012.

VILLANOVA, Omar Everleny Pérez (org). Cincuenta años de la economía cubana. Havana: Ed. Ciencias Sociales, 2010.

DISCURSOS E DOCUMENTOS

CASTRO, Raúl. Discurso pronunciado en el acto por el aniversario 54 del asalto al Cuartel Moncada, en la ciudad de Camaguey, el día 26 de Julio de 2007. Disponible em: <http://www.granma.cu/granmad/secciones/Raúl26/>. Acceso em 29/07/2014.

_____. Discurso pronunciado en la clausura del IX Congreso de la Unión de Jóvenes Comunistas. 04/04/2010a. Disponible em <http://www.cubadebate.cu>. Acceso em 15/03/2013

_____. Discurso pronunciado en la clausura del Sexto Período Ordinario de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. 18/12/2010b. Disponible em: http://www.cubadebate.cu/especiales/2010/12/18/raul-castro-discurso-en-la-asamblea-nacional/#.W_8F55NKjIU Acceso em 29/07/2014

_____. Informe Central al VI Congreso del Partido Comunista de Cuba.

16/04/2011. Disponível em <http://www.cubadebate.cu>. Acesso em 15/03/2013.

_____. Discurso pronunciado en la clausura de la Sesión de Constitución de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. 24/02/2013. Disponível em <http://www.cubadebate.cu>. Acesso em 15/03/2013.

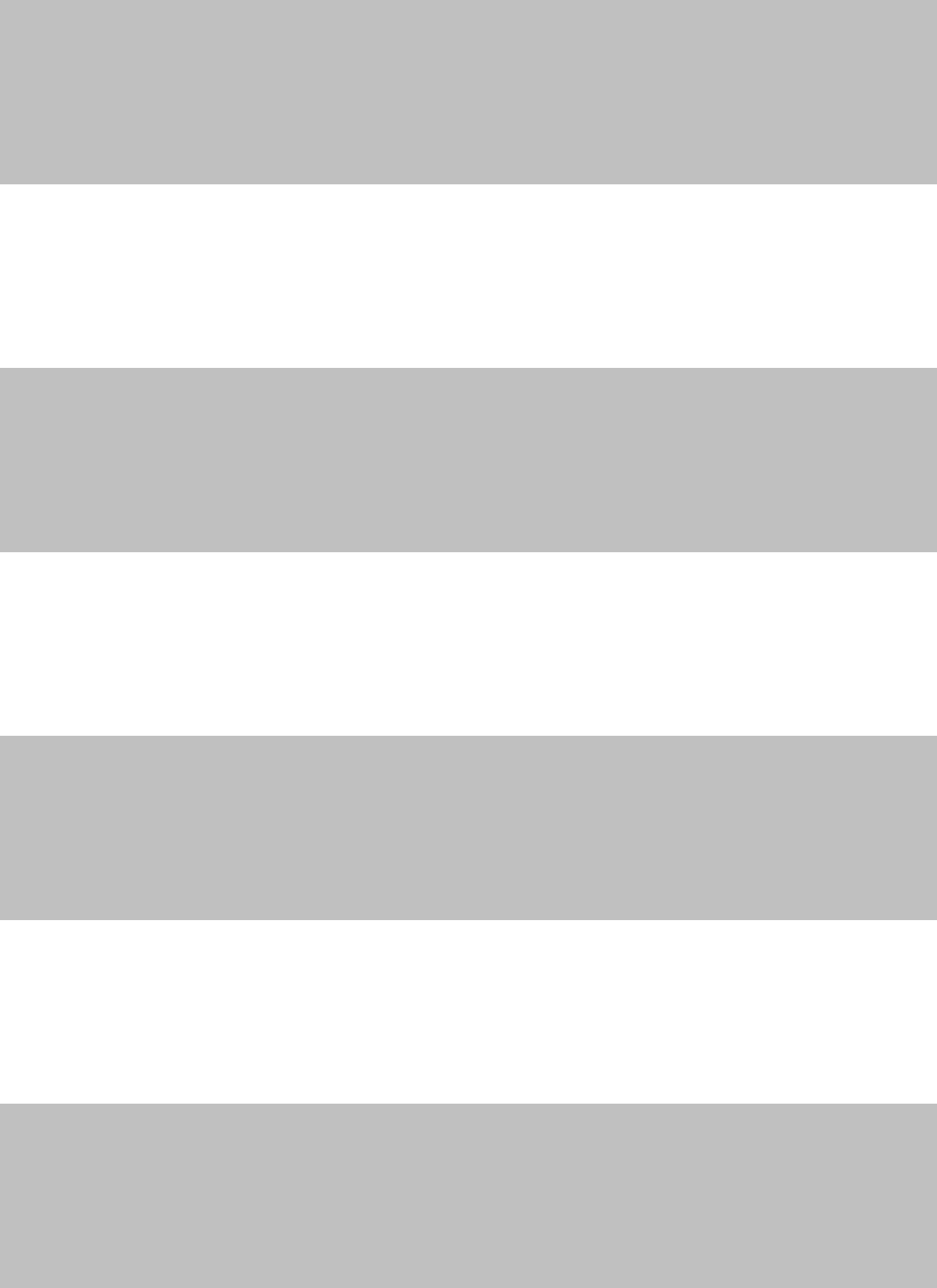
PCC – PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. Proyecto de Lineamientos de la Política Económica y social. Noviembre de 2010. Disponível: <http://www.cubadebate.cu>. Acesso em 25/05/2014.

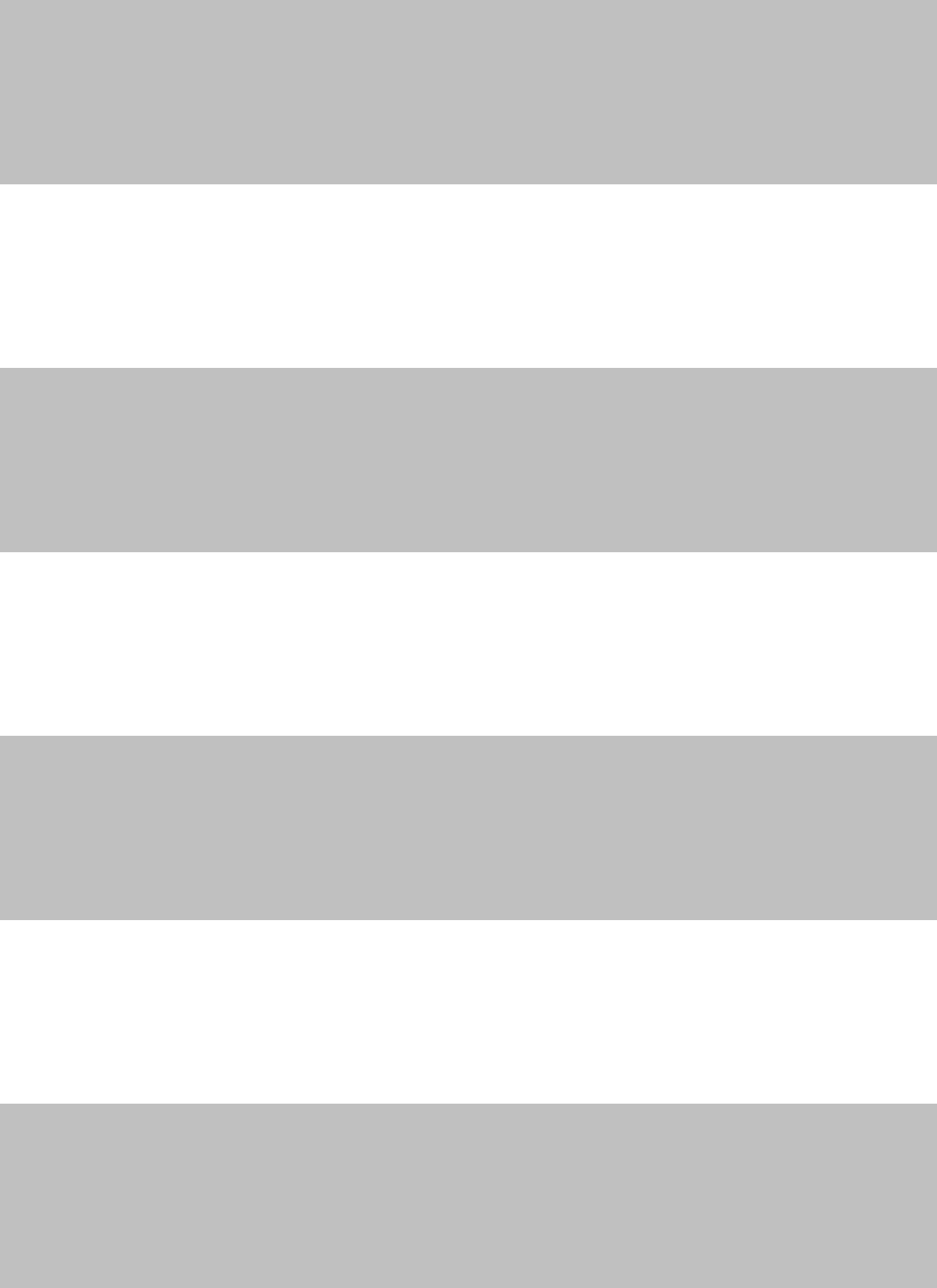
_____. Objetivos de trabajo del Partido Comunista de Cuba aprobados por la Primera Conferencia Nacional. 29/01/2012. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu>. Acesso em 29/07/2014.

VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. Información sobre el resultado del debate de los Lineamientos de la política económica e social del Partido y la Revolución. Mayo de 2011a. Disponível em: <http://cubadebate.cu>. Acesso em 20/05/2011.

_____. Resolución sobre los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución. 18/04/2011b. Disponível em: <http://pcc.cu>. Acesso em 25/05/2014.

_____. Resolución sobre el Informe Central al VI Congreso del PCC. 18/04/2011c. Disponível em: <http://cubadebate.cu>. Acesso em 20/05/2011.







PARTE II

IMPrensa E REVOLUÇÃO CUBANA

**(p. 96) O Fausto das Antilhas: a revolução
Cubana nas páginas do OESP**

Raphael Moreira Ferraz

**(p. 120) Prensa Latina (1959-1961): frente de
batalha no processo revolucionário cubano**

Jacqueline Ventapane

**(p. 146) Jules Dubois e a Revolução Cubana:
imparcialidade da imprensa ou ação política**

**Ricardo A. S. Mendes &
Jacqueline Ventapane**

Raphael Moreira Ferraz

Em seu estudo, Capelato e Prado (1980) apontam características constantes e coerentes que são próprias de “O Estado de São Paulo” (OESP) em sua trajetória dentro do quadro da imprensa brasileira: “defensor dos postulados liberais; a constante autodefinição como ‘órgão de oposição’ aos governos constituídos” e “a permanente e sempre reiterada preocupação política do jornal de – para além da função informativa – se apresentar como ‘órgão modelador da opinião pública’”. E nesse sentido, saltam aos olhos a tônica da postura do jornal, posicionamentos que irão influenciar diretamente sobre a produção das suas narrativas: o “conservadorismo, o elitismo e a postura de classe dominante” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 129).

Em 1927, Júlio de Mesquita Filho assume a direção do OESP dando continuidade ao projeto do recém-falecido pai. Junto a Plínio Barreto, representavam os jornalistas ligados ao OESP que ajudaram a fundar a UDN, em 1945, ao redor do antigetulismo, o elo capaz de reunir um heterogêneo quadro (BENEVIDES, 1981, p. 29).

Outro nome que representa bem a vinculação entre a UDN e o OESP é o próprio Ruy Mesquita, também alinhado ao partido e escolhido justamente para realizar a cobertura do jornal quando a Revolução Cubana dava seus primeiros passos. Ruy esteve presente desde o início do novo governo revolucionário, enviando informações diretamente ao periódico como enviado especial (LEITE, 2013)⁶⁴. Sobre isso, vale destacar trecho de marcante entrevista ao programa *Roda Viva*, em 2006:

[...] eu também participei e apoiei desde o primeiro momento o movimento fidelista, fui agraciado pelo Fidel Castro, [...] os dois únicos jornalistas brasileiros convidados [...] para a primeira comemoração do 26 de julho [...] fui eu e o Armando Gimenez que era “comuna”, [...] meu companheiro daquela época, só nós dois. Eu fui apresentado à multidão na Plaza de La Revolución, como o jornalista que mais tinha defendido a revolução de Sierra Maestra. [...] A revolução de Sierra Maestra foi uma brincadeira que deu certo, porque eram 21 ou 22 malucos que desembarcaram nas costas de Cuba, né? E ficaram lá [...] não houve grandes combates, não houve tiroteio nem nada, o Batista acabou caindo de podre e o Fidel Castro assumiu, naquelas condições em que ele assumiu. Quer dizer, a possibilidade de acontecer isso naquela época e o que sustentou o Fidel Castro foi, como eu digo sempre, [...] ele se vendeu ao comunismo como garantia de que os americanos não poriam a mão lá.⁶⁵

No final dos anos 1950, no período em que eclodiu a Revolução Cubana, Ruy Mesquita, como já destacado, dirigia a seção internacional do jornal, fornecendo inclusive apoio inicial aos “rebeldes” de Fidel. Nesta seção, Ruy dividiu com Giannino Carta a escrita diária de uma espécie de editorial, uma coluna de comentários sobre os acontecimentos internacionais denominada “De um dia para o outro”. Logo, notaremos como é notória a influência dos representantes da família Mesquita nos pareceres do jornal sobre o processo revolucionário cubano, tendo em vista que o OESP, como também os principais jornais do eixo Rio-São Paulo, são ou foram durante muito tempo empresas familiares.

• O ENCANTO: A SIMPATIA INICIAL DO OESP

No dia 27 de agosto de 1958, o OESP destacava em nota um editorial do *NYT*, segundo o qual a situação em Cuba era de uma calma que precedia “a tempestade”, pois estaria a prosseguir uma “trágica luta” entre “um ditador militar que se apegava com todas as suas forças ao poder” e “uma geração de jovens lutando para reconquistar a liberdade. Salientamos que durante os últimos 5 meses daquele ano, em meio às 61 matérias publicadas sobre Cuba, não há ocorrência de nenhum editorial (“Notas e Informações”) ou comentário na seção “De um dia para outro” tratando dos acontecimentos na ilha de Fidel. No entanto, já naquele momento é veiculada a opinião do *New York Times*, indicando que o jornal norte-americano poderia ser uma importante referência para os produtores do OESP sobre o tema. No último trimestre de 1958, o “Bravo Matutino” publicava duras críticas com relação a um aspecto deveras incômodo do governo de Fulgêncio Batista, já caracterizado pelo jornal como uma ditadura: a censura à imprensa. Em outubro, era destacada no periódico a Assembleia Anual da Associação Interamericana de Imprensa (All), que ocorria em Buenos Aires, com declarações como a de Guillermo Martinez Marquez, do jornal *El País*, de Havana, afirmando não ter conhecido “em 40 anos de jornalismo em Cuba uma censura tão arbitrá-

⁶⁴ Afoi inclusive, junto a outro jornalista brasileiro, Armando Gimenez, convidado a participar da primeira comemoração do 26 de julho, depois que Fidel assumiu o poder.

⁶⁵ ENTREVISTA com Ruy Mesquita. **Memória Roda Viva**, 24 de abr. 2006. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/137/entrevistados/ruy_mesquita_2006.htm> Acesso em: 31 jul. 2014.

ria como a que estamos sofrendo agora”⁶⁶. Dias depois, era publicada uma passagem do relatório elaborado na assembleia, segundo o qual 6 milhões de pessoas em Cuba encontravam-se sem acesso a informações devido a “uma das censuras mais duras já estabelecidas na América”, que havia sido “imposta com o objetivo de ocultar ao mundo as bárbaras atrocidades cometidas por um ditador contra homens, mulheres e crianças”⁶⁷.

A série de embates entre os revolucionários e o governo Batista publicados pelo OESP não indicavam aproximação de paz e aumentavam a impressão de uma iminente vitória dos rebeldes. No dia 27 de dezembro, o OESP destacava em sua capa que, pela primeira vez, os insurretos haviam conseguido ocupar lugares habitados, ao invés de, como havia acontecido até então, recuarem rapidamente em virtude de ataques surpresa lançados pelo governo. Ocupavam agora cidades que formavam um círculo ao redor da capital.

No dia seguinte, o OESP publicava com destaque na “Última página” a seção “De um ano para outro”⁶⁸, um balanço sobre a situação política mundial em meio a Guerra Fria. Era salientada a situação na América Latina onde, segundo o jornal, “a vitória da democracia” só não era completa porque em Cuba, no Paraguai e na República Dominicana ainda subsistiam regimes totalitários⁶⁹. E concluía prevendo serem “boas as perspectivas políticas latino-americanas para 1959”⁷⁰.

No dia 3 de janeiro de 1959 o primeiro editorial do OESP sobre a vitória dos revolucionários apresentava um “processo de adaptação à democracia das nações latino-americanas”. Segundo Júlio de Mesquita Filho, “Fidel Castro foi o ponto de aglutinação em torno do qual se reuniram todos aqueles que não se conformavam com a extrema abjeção a que o caudilho reduzira o Estado”, denominando de “luta admirável” a revolução iniciada quatro anos antes pelo Movimento 26 de Julho.

⁶⁶ INICIADA a assembleia anual da All na capital argentina (UPI). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 07 out. 1958. p. 11. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

⁶⁷ A CENSURA à imprensa ainda não foi abolida na América (AP). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 10 out. 1958. p. 8. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

⁶⁸ Uma alusão à seção “De um dia para outro”.

⁶⁹ Referindo-se, além da ditadura de Batista em Cuba, ao governo de Alfredo Strossner no Paraguai e de Rafael Trujillo na República Dominicana.

⁷⁰ DE um ano para outro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 28 dez. 1958. p. 72. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

A vitória dos rebeldes fora recebida pelo OESP com notável entusiasmo. A primeira página do dia 08 de janeiro de 1959 veiculava uma foto de Castro falando ao povo, junto a uma entrevista exclusiva do líder cubano fornecida ao correspondente José Quiroga: “Esta é uma revolução que não produziu generais, nem sequer um coronel. Eu a fiz baseada no heroísmo de toda Cuba”⁷¹, dizia Fidel. Vale notar a tentativa de enquadrar o líder cubano desde já no estereótipo do que o jornal considerava como um herói ideal, e nesse sentido é emblemático que a foto escolhida para ilustrar a edição trouxesse a imagem de Fidel fazendo um sinal da cruz com os dedos, segundo informava a legenda.

Na “Última página” do dia 18 de janeiro, destaque para a reprodução da coluna da revista semanal francesa *L'Express*, sob título “Os ideais de julho de 1789 inspiram os homens de Cuba”, apresentando um panorama sobre o movimento de Fidel Castro que pretendia, segundo o texto, “acima de tudo, ser o arauto da democracia e da virtude”, embora já reconhecesse nele “um forte cunho de antinorte-americanismo”⁷². Além do catolicismo, citado anteriormente, o jornal parecia buscar identificar o processo revolucionário com um dos valores que lhe eram caros: a vinculação aos ideais liberais. Ainda na mesma edição, a coluna “De uma semana para outra” afirmava que se Castro quisesse “proceder à obra gigantesca da reforma econômico-social”, só poderia fazê-la “cooperando com os Estados Unidos e com os capitalistas norte-americanos de Cuba”. E nesse sentido, teria de “enfrentar a resistência tanto da alta burguesia cubana, como dos comunistas. Os primeiros resistirão às reformas, os segundos à cooperação com os norte-americanos”⁷³. Uma demonstração clara de que o jornal não acreditava no caráter nacionalista e autóctone da revolução, tratando como imperiosa a vinculação a um dos blocos que polarizavam o mundo naquele momento.

A coluna “De um dia para outro” do dia 14 de fevereiro, assinada por Ruy Mesquita, inscrevia o processo revolucionário cubano como um dos

⁷¹ FIDEL Castro fala a “O Estado”: “alteramos as teorias militares; ratificar-se-á a reforma agrária”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 08 jan. 1958. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

⁷² OS IDEAIS de julho de 1789 inspiram os homens de Cuba (*L'Express*). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 18 jan. 1959. p. 120. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

⁷³ DE uma semana para outra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 18 jan. 1959. p. 10. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

grandes eventos a favor da democracia na região da América Latina⁷⁴. Nesse mesmo mês, o evidente entusiasmo do OESP pareceu atingir seu ponto máximo a partir da visita de parte dos companheiros de luta de Fidel aos Estados Unidos. No dia 24, matéria acompanhada por foto informava, com o subtítulo “‘Barbudos’ em Nova York”, que uma “grande multidão” havia recebido no dia anterior a delegação de dez guerrilheiros do Movimento 26 de Julho, sob a liderança de Camilo Cienfuegos⁷⁵.

No início de abril, ganhava destaque a visita da delegação cubana a São Paulo. O jornal do dia 5 publicava matéria de página inteira sobre a “missão de boa vontade e de esclarecimento sobre o sentido da Revolução Cubana”⁷⁶, veiculando fotos com a descrição (idade, breve histórico e função nas batalhas) dos seis componentes da comitiva. Divulgava também uma “saudação dos Revolucionários”, escrita em papel, e exposta em meia página, com os seguintes dizeres: “Exército Rebelde de Fidel Castro. Brasil e Cuba Nações irmãs - América Unida. Ao *O Estado de São Paulo*, exemplo para o continente por seu labor e progresso”. O espaço dedicado pelo OESP refletia o grande interesse gerado pela comitiva, recepcionada no palácio pelo próprio governador de São Paulo, Carvalho Pinto.

Ainda em abril, a visita de Castro à sede da ONU, em Nova York ganhou a manchete da edição do dia 23. O correspondente norte-americano do OESP, John Macvane, relatava que “em pouco mais de três horas” Fidel teria convencido “duzentos jornalistas de todas as partes do mundo de que ele é uma das pessoas mais ágeis mentalmente e espiritualmente atraentes que até hoje visitara a sede das Nações Unidas”⁷⁷.

Opinião corroborada três dias depois na seção “De uma semana para outra”, assinada por Ruy Mesquita:

Sua viagem aos Estados Unidos deu-nos a oportunidade para compreender melhor o homem e as dificuldades que enfrenta. Hoje, ninguém duvida que ele é um líder autêntico. Ninguém, honestamente, poderia duvidar da sua sinceridade quando afirmava que a revolução se baseou essencialmente na determinação de conquistar liberdade, decência, honestidade administrativa e justiça⁷⁹.

O OESP se posicionava de forma oficialmente favorável ao processo revolucionário cubano no editorial do dia 30 de abril, quando enfatizava o clima

de “otimismo” presente nos discursos proferidos em Buenos Aires, na sessão da “Comissão dos 21” (comissão de repúblicas formada para estudar meios de pôr em prática a OPA - Operação Pan-Americana⁷⁹). Era destacada a presença da “singular figura” de Fidel Castro, “poucos dias depois de haver conquistado a opinião pública norte-americana [...] e de revelar qualidades que o colocam entre as grandes personalidades do continente”, qualificando-o como “possuidor de uma visão ampla e amadurecida dos problemas com que luta seu país” e uma “figura de primeira grandeza, que sabe o que quer e para onde vai”⁸⁰.

Ainda em maio, a assinatura da segunda Lei de Reforma Agrária representou um caminho sem volta para o processo revolucionário cubano, significando o aprofundamento das propostas do novo governo e o inevitável caminho de confronto com os interesses dos proprietários norte-americanos na ilha (AYERBE, 2004, p. 61). Até então a Casa Branca não desejava, porém, o ônus que uma intervenção direta poderia acarretar junto a outros países latino-americanos e a saída fora monitorar de perto cada etapa das novas medidas adotadas pelos “barbudos”⁸¹. Tendo em vista a forte referência que os EUA representavam para o OESP, é fundamental verificarmos como as narrativas produzidas pelo jornal dialogaram com a maneira como a reforma agrária

⁷⁴ DE um dia para outro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 14 fev. 1959. p. 7. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

⁷⁵ BARBUDOS desembarcam em Nova York (Radiofotografia AP). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 24 fev. 1959. p. 10. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

⁷⁶ OPERAÇÃO verdade: 6 companheiros de Fidel Castro expõem aos paulistas a verdade sobre a revolução. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 05 abr. 1959. p. 20. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

⁷⁷ MACVANE, John. Fidel Castro esteve ontem na sede das Nações Unidas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 23 abr. 1959. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

⁷⁸ Ao final, Ruy Mesquita ponderava, porém, que “nesta mesma semana ouvimos o irmão de Fidel, o jovem Raul Castro, pronunciar algumas das mais conhecidas e ‘surradas’ cantilenas do arsenal propagandístico comuno-nacionalista”. DE uma semana para outra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 26 abr. 1959. p. 12. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

⁷⁹ Proposta do governo brasileiro de Juscelino Kubitschek que tinha por base a ideia de que apenas a eliminação da miséria no continente americano propiciaria a contenção do comunismo e a expansão da democracia.

⁸⁰ Editorial. FIDEL Castro e a Conferência dos 21. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 30 abr. 1959. p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

⁸¹ Em virtude do crescente sentimento de antiamericanismo, detectados na década de 1950 durante as três viagens realizadas pelo irmão do presidente Eisenhower e nas duas do vice-presidente Nixon pela América Central e do Sul. (MENDES, 2009, p. 8).

cubana fora recebida por setores do Congresso e da imprensa estadunidense.

Dois dias depois, a já aguardada notícia da conversão em lei do Programa de Reforma Agrária ganhava espaço no jornal, que informava as principais medidas adotadas, divulgando, como de praxe, a recepção das mesmas nos EUA. A imprensa norte-americana acompanhava o clima de alarde. A edição do OESP de 26 de junho, por exemplo, veiculava editorial do *New York Herald Tribune* intitulado “A hora da realidade na Cuba de Castro”, argumentado que a “severa lei de reforma agrária” fazia “frente ao descontentamento causado pelas execuções e suspeita de possível influência dos comunistas em seu governo”. Acrescentava que o crédito de Cuba parecia estar “desaparecendo”, com o declínio dos preços da dívida pública cubana na Bolsa de Nova York, o que, segundo o texto, indicava que havia chegado a hora do “realismo econômico” na ilha.

Porém, mesmo diante de todos os protestos advindos dos EUA, a posição do jornal favorável ao governo revolucionário ficava evidente em comentários como o da seção “De uma semana para outra” do dia 07 de junho, argumentando que a América Latina estaria passando pela sua “segunda revolução”, uma “luta revolucionária pela sua liberdade interna” contra “a tirania e o subdesenvolvimento”, destacando a formulação de “rara felicidade” de Fidel na reunião do Comitê dos 21⁸²: “Os povos da América Latina não querem pão sem liberdade, nem liberdade sem pão”⁸³. Estava presente ainda o elogio à proposta de reforma agrária de Castro “que pela sua luta militar lendária derrubou a oligarquia política e agora procura destruir a oligarquia econômica e social e distribuir mais justamente as riquezas nacionais”. A preocupação central dos produtores do jornal se revelava no alerta para o fato de a miséria criar “uma atmosfera particularmente propícia para a agitação comunista”, pois “o que está em jogo no nosso hemisfério não são os 300 milhões de dólares de capital norte-americano aplicado em Cuba, mas saber se o desenvolvimento econômico será alcançado nos

⁸² O Comitê das 21 Repúblicas Americanas – o chamado “Comitê dos 21” –, realizado em maio, em Buenos Aires, tinha o objetivo de estudar as principais questões das economias latino-americanas e elaborar medidas de cooperação entre os governos.

⁸³ DE uma semana para outra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 07 jun. 1959. p. 12. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

moldes da democracia ou do totalitarismo da extrema esquerda”⁸⁴.

Diante das crescentes denúncias de “infiltração comunista”, intensificadas com a lei da Reforma Agrária cubana e difundidas a partir das agências estrangeiras, a edição do dia 17 de julho veiculava em sua manchete um editorial do *NYT* escrito pelo correspondente Herbert Mathews. O jornalista afirmava que naquele momento a Revolução passava por “um período de criação, gestação e transformação”; que Castro tinha amplo apoio popular e ganharia qualquer eleição com “maioria arrasadora”; e que aquela não era uma revolução comunista “em nenhum sentido da palavra”⁸⁵. Na mesma edição era publicada a resposta do ministro de Estado cubano, Raul Roa, sobre a nota de protesto do governo norte-americano propagada naqueles dias e o parecer do jornal, exposto na seção “De um dia para outro”, assinado por Ruy Mesquita:

*O governo de Cuba respondeu anteontem à nota norte-americana a respeito dos interesses dos cidadãos dos EUA atingidos pela reforma agrária. É uma resposta digna, polida, mas ao mesmo tempo, cheia de insinuações que não demandam grande perspicácia para serem compreendidas. Dá todas as explicações sobre a decisão do governo revolucionário, justifica amplamente as medidas previstas pela nova lei e ressalva as prerrogativas de nação soberana de Cuba. É um documento que demonstra que [...] o governo de Fidel Castro possui homens maduros, à altura das responsabilidades que assumiram.*⁸⁶

⁸⁴ DE uma semana para outra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 07 jun. 1959. p. 12. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015. Neste ponto, é relevante destacar o discurso dissonante dos produtores do OESP em relação à UDN, que não coadunava com o ponto de vista da justiça da Reforma Agrária. O programa de 1957 do partido, por exemplo, destacava que a UDN “[...] lutará para que haja no país o maior número possível de proprietários, donos de sua terra [...]. Qualquer política que, sob pretexto de servir à coletividade, atente contra a propriedade legítima, especialmente a pequena propriedade, é política anti-humana e portanto antissocial. DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo** no Brasil. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1986. p. 151. Assim, o apoio do jornal até esse momento corrobora com a perspectiva desta pesquisa que considera o “Bravo Matutino” como ator político autônomo (embora identificado com a cultura política do udenismo). Além disso, aponta ainda para as divergências expressivas entre as UDN’s regionais, ou, no mínimo, para a diversidade de perspectivas dentro dos diferentes periódicos de direita da área RJ-SP.

⁸⁵ EXAMINA o New York Times a situação em Cuba (AP). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 17 jul. 1959. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

⁸⁶ DE um dia para outro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 17 jun. 1959. p. 8. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

A aproximação entre a defesa de Herbert Mathews no *NYT* e a argumentação de Ruy Mesquita não é uma mera coincidência. No dia 4 de outubro, o OESP publicara em sua primeira página um pronunciamento do próprio Júlio de Mesquita Filho aos jornalistas presentes na reunião da Comissão de Liberdade de Imprensa da Associação Internacional de Imprensa (All), realizada em São Francisco (EUA). O proprietário do “Bravo Matutino” pedia “paciência” com Fidel Castro, para que a situação em Cuba fosse “normalizada” com o tempo⁸⁷. Quatro dias depois, o jornal veiculava ainda um pedido de Mesquita Filho, feito na mesma reunião, para que não se colocasse Fidel “no mesmo nível de Trujillo ou Somoza”⁸⁸. No dia 11, o OESP destacava mais uma análise do próprio Mathews, em que o jornalista assegurava que a Revolução Cubana era “uma revolução da juventude: idealista, utópica e feita por neófitos” e que o governo de Castro era o primeiro “completamente honesto que Cuba conheceu nos 450 anos de sua história”⁸⁹.

A simpatia em relação ao incipiente governo revolucionário cubano predominante até meados de outubro de 1959 nas áreas de opinião do OESP pode ser atribuída a dois fatores aparentemente interligados: a ressonância da opinião dos próprios membros da família Mesquita no jornal, e a influência das perspectivas apresentadas pelo *NYT*.

Quanto à amplitude das avaliações da família Mesquita, vale mencionar que Ruy Mesquita, além de chefiar a seção internacional do jornal desde 1956 e assinar diversas vezes a seção “De um dia para outro”, teve atuação de destaque no apoio ao novo governo de Fidel⁹⁰ no final de década de 1950. Além de Ruy, também seu pai, Júlio de Mesquita Filho, apresentou pareceres favoráveis ou que ao menos buscavam justificar as medidas adotadas por Fidel – que nesse período já eram alvos de severas críticas

⁸⁷ DEVE dar-se tempo a Castro para que normalize a situação (UPI). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 04 out. 1959. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

⁸⁸ MESQUITA Filho: é cedo ainda para julgar Fidel (AFP). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 08 out. 1959. p. 12. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

⁸⁹ JORNALISTA do *N.Y. Times* analisa a Revolução Cubana (UPI). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 11 out. 1959. p.16. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

⁹⁰ Mino Carta fornece a curiosa informação de que Ruy Mesquita, com o qual trabalhara no Jornal da Tarde, chegara a enviar um trator para ajudar na reconstrução de Cuba pelos revolucionários nesse período. DEFENSOR da liberdade de imprensa e inovador do jornalismo brasileiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, RJ, 21 mai. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/defensor-da-liberdade-de-imprensa-inovador-do-jornalismo-brasileiro-8458965>>. Acesso em 10 fev. 2015.

de setores conservadores da imprensa e Congresso norte-americanos (difundidas pelas agências de notícias), como também de diversos periódicos brasileiros de grande tiragem do eixo Rio-São Paulo⁹¹.

Com relação à importância das opiniões difundidas pelo *NYT* nas narrativas elaboradas pelo OESP sobre Cuba nesse primeiro período, vale dizer que dos 72 editoriais de periódicos estrangeiros publicados pelo OESP (57 norte-americanos), os de maior incidência (20) eram justamente do *Times*, todos na íntegra e sempre precedidos por destaque nos subtítulos⁹².

O próprio Ruy Mesquita, em entrevista recente, destacou a importância do *NYT* para o OESP, afirmando que o periódico norte-americano servia de modelo para o veículo da família Mesquita, pois era “o melhor jornal do mundo”⁹³. Por sua vez, a perspectiva do *NYT* sobre a incipiente Revolução Cubana fora fortemente influenciada por Herbert Mathews, um de seus editorialistas já citados anteriormente. O experiente correspondente estrangeiro ficou famoso pela bombástica entrevista que realizara com Fidel Castro na Sierra Maestra, ainda em 1957⁹⁴, revelando ao mundo o líder cubano (PALMA, 2006)⁹⁵, com o qual desenvolveu grande empatia. O próprio Fidel, referindo-se em certa feita a Mathews, reconheceu que “sem a sua ajuda e a do *NYT*, a revolução em Cuba jamais teria acontecido”⁹⁶.

⁹¹ MENDES, Ricardo Antônio Souza. “Por dentro da notícia: Fidel Castro nas páginas da imprensa carioca”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais** (1946-1964). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2011. p. 102-121.

⁹² Para efeito de comparação, as outras publicações norte-americanas que têm seus editoriais veiculados pelo OESP e o número de vezes em que aparecem em 1959 (em ordem decrescente): *The Washington Post*, 5; *New York Herald Tribune*, 4; *The Wall Street Journal*, 4; *New York Daily Mirror*, 4; *New York Daily News*, 2; *New York World Telegram and Sun*, 2; *Washington Daily News*, 1.

⁹³ MOLINA, Matías M. Ruy Mesquita destacou-se em momento de renovação nos anos 60, com “JT”. **Valor Econômico**, São Paulo, SP, 21 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3133806/ruy-mesquita-destacou-se-em-momento-de-renovacao-nos-anos-60-com-jt>>. Acesso em 28 dez. 2014. p.1>.

⁹⁴ Segundo Gott, os relatos de Mathews ajudaram a “criar, tanto em Cuba como no estrangeiro, a imagem duradoura de um líder carismático e invencível”. (GOTT, 2006. p. 181).

⁹⁵ Mathews revelara na ocasião seu encantamento com Fidel, “um homem de ideais, de coragem e de notáveis qualidades de liderança”, um “radical, democrático e, portanto, anticomunista” (PALMA, 2006. p. 190).

⁹⁶ O próprio Mathews recebera uma medalha especial de Fidel com as inscrições: “Missão de Imprensa na Sierra Maestra: para nosso amigo americano Herbert Mathews com gratidão de Fidel Castro” (PALMA, 2006, p. 190).

• O DESENCANTO: O “PACTO” COM O MEFISTÓFELES SOVIÉTICO⁹⁷

Conforme afirma Bandeira, no final de 1959 foram destruídas todas as possibilidades de entendimento entre os governos dos Estados Unidos e Cuba, fazendo com que Fidel acelerasse os preparativos para o confronto (BANDEIRA, 1998, pp. 208-209). O histórico recente de intervenções com sucesso em países como Irã (1953) e Guatemala (1954) estimulou o governo norte-americano a adotar o modelo de ações encobertas pela CIA, que não implicavam em grandes custos políticos.

Embora seja perceptível a simpatia com que fora recebida a Revolução Cubana, principalmente nas áreas opinativas do OESP, a desconfiança em relação às tendências comunistas e o antiamericanismo sempre representaram pontos de tensão no posicionamento expresso pelo periódico. Já no último trimestre de 1959, a percepção dos produtores do “Bravo Matutino” de que esses elementos pareciam convergir de maneira mais intensa (hostilidades entre os governos de Cuba e EUA e sinais de “comunização” do regime de Fidel) levaram gradativamente à demonização do processo revolucionário cubano, que passam a figurar de maneira mais frequente e incisiva nos setores de opinião do jornal.

No mês de novembro de 1959, a reforma ministerial empreendida por Castro serviu para corroborar a tese do OESP de “infiltração comunista” no regime cubano. O texto da manchete do dia 27 de novembro informava que Fidel havia nomeado Guevara para presidente do Banco Nacional, “considerado pelos observadores como elemento da extrema esquerda, muito conhecido pela sua atitude antiamericana”, nutrindo “grande simpatia pela União Soviética”⁹⁸. Ruy Mesquita comentava nessa mesma edição que “os homens afastados eram, todos eles, membros da facção moderada do governo revolucionário”, enquanto os novos membros do Ministério seriam

⁹⁷ Segundo Ruy Mesquita declarou em entrevista recente, Fidel “era um liberal que lutava pela verdadeira democratização do seu país. [...] O que o levou a assumir a posição que assumiu foi a convicção de que ou ele empenhava a sua alma ao Mefistófeles soviético ou não duraria muito no poder porque de alguma maneira a ação norte-americana contra seu governo faria com que não durasse muito”. (MESQUITA, 2008, s/p).

⁹⁸ O que demonstra mais uma vez a convergência entre esses dois elementos, o comunismo e o antiamericanismo. REFORMA do gabinete cubano: três postos chaves entregues a elementos esquerdistas (AFP, AP e UPI). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 27 nov. 1959. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015. Além de “Che”, assumiram com a reforma Osmani Cienfuegos o Ministério das Obras Públicas e Rolando Diaz Astarain o Ministério “Para a Recuperação das Propriedades Ilegalmente Adquiridas”.

“radicais”, concluindo que agora eram “mínimas as dúvidas sobre o prevalecimento da facção extremista dentro do movimento revolucionário”⁹⁹.

No editorial do dia 28 de novembro, Júlio de Mesquita escrevia com relação aos “inimigos de Fidel” que “presos, banidos ou fuzilados” já não constituiriam “ameaça que justifique a mobilização de forças sempre alertas, nem as depurações constantes dos quadros governamentais”, perguntando a seguir: “O que é que amedronta Fidel Castro?”¹⁰⁰.

A década de 1950 terminava com a conclusão de Ruy Mesquita de que “Sierra Maestra” era “o símbolo de uma grande esperança frustrada”¹⁰¹. Avaliação reafirmada em outro comentário presente na última edição daquele ano, bastante representativo quanto à transformação da perspectiva apresentada pelos produtores do jornal: “Cuba, que iniciou o ano numa autêntica explosão de entusiasmo esperançado, encerra-o de forma sombria com suas prisões abarrotadas e seu tesouro vazio”¹⁰².

Nos primeiros dias de 1960, com a lei da Reforma Agrária sendo colocada em prática, a rota de colisão entre os governos de Cuba e EUA se estreitava. A manchete do dia 12 de janeiro dava destaque à primeira nota com caráter de “protesto formal” estadunidense, em virtude do confisco de propriedades norte-americanas – calculadas num valor de cinco ou seis milhões de dólares, segundo o texto. A matéria enfatizava os prejuízos acarretados aos investidores norte-americanos na ilha. E publicava, na íntegra, comunicado do Departamento de Estado sobre a nota, segundo o qual os confiscos efetuados pelo governo de Castro estariam violando “até as próprias leis cubanas”¹⁰³.

O tom cada vez mais hostil com que o OESP tratava o governo cubano podia ser verificado quando, em fevereiro, um emissário do próprio “demônio vermelho” se fazia presente na terra de Fidel. A edição do dia 6 trazia arti-

⁹⁹ DE um dia para outro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 27 nov. 1959. p. 10. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹⁰⁰ Editorial. CUBA. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 28 nov. 1959. p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹⁰¹ DE um dia para outro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 16 dez. 1959. p. 9. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹⁰² DE um dia para outro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 31 dez. 1959. p. 11. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹⁰³ OS EUA apresentaram enérgico protesto ao governo cubano (UPI). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 12 jan. 1960. p.1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

go de François Fejto¹⁰⁴, da AFP, sobre a visita a Cuba do vice-primeiro ministro soviético, Anastas Mikoyan, em razão da inauguração de uma exposição sobre a Revolução Russa na ilha. O texto, localizado abaixo da principal foto da página que mostrava Fidel apertando a mão do representante da URSS, informava que, “segundo observadores políticos parisienses”, tal visita representava “uma nova manifestação dos esforços empreendidos pela União Soviética para reforçar a corrente ‘neutralista’ e anti-imperialista na América Latina”¹⁰⁵.

A visita frutificara um tratado firmado entre Mikoyan e Raúl Roa no dia 13 de fevereiro, pelo qual a URSS concedia a Cuba 100 milhões de dólares em empréstimos para a compra de máquinas agrícolas e industriais soviéticas, comprometendo-se a adquirir 425 mil toneladas de açúcar cubano durante o ano de 1960 e mais 5 milhões de toneladas nos próximos cinco anos (GOTT, 2006, p. 210). O editorial do OESP de 7 de fevereiro interpretava a visita e os acordos firmados entre Mikoyan e Roa como “provocações barbudas”¹⁰⁶ ao governo norte-americano.

Entre abril e junho de 1960, o OESP aumentou ainda mais o nível de alerta sobre a “comunização” do processo revolucionário cubano, principalmente a partir do restabelecimento das relações diplomáticas de Cuba com a URSS, em maio. A edição do dia 8 do mesmo mês trazia a recepção do secretário do Partido Socialista Popular de Cuba por Kruchev em Moscou, com quem mantivera “cordial e amistosa entrevista”¹⁰⁷.

O OESP do dia 5 de junho estampava manchete informando que o primeiro-ministro chinês, Chu En-lai, teria aceitado convite para visitar Havana. O título era acompanhado por uma foto de Kruchev apertando a mão do inspetor-geral do exército cubano, William Galvez Rodriguez, em Pequim, sob a seguinte legenda: “Aceito o convite cubano: Kruchev aceita o

¹⁰⁴ François Fejto (1909 - 2008): historiador e jornalista francês, que trabalhou para a AFP entre 1944 e 1979, escrevendo sobre a Guerra Fria. MORRE o historiador e jornalista francês François Fejto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, 02 jun. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2008/06/407825-morre-o-historiador-e-jornalista-frances-francois-fejto.shtml>>. Acesso em 16. ago. 2015.

¹⁰⁵ O SENTIDO da viagem de Mikoyan (AFP). 06 fev. 1960. p.14. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹⁰⁶ Assim interpretadas por Ruy Mesquita na edição de 18 de fevereiro, que teriam como principal objetivo “virar os EUA contra o governo revolucionário”. DE um dia para outro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 18 fev. 1960, p.10. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹⁰⁷ CUBA e a URSS restabelecem as relações diplomáticas (UPI e AP). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 08 mai. 1960. p.14. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

convite do governo revolucionário para fazer uma visita a Cuba, em futuro próximo”. Como informava matéria da página 16 da mesma edição, o aceite de Kruchev demonstrava “segundo a maioria dos observadores e círculos bem informados” de Washington, que a URSS estaria “decidida a realizar todos os esforços necessários para estabelecer em Cuba uma base avançada do comunismo no hemisfério ocidental”. O editorial de 8 de junho assinava que Cuba, “desgraçadamente”, surgia “cada vez mais perante as Américas como um elemento de desunião”, pois “o recente convite ao Sr. Kruchev apresenta-se como a última de uma longa série de provocações que, sendo dirigidas aos EUA, afetam todo o edifício de solidariedade continental”¹⁰⁸. O pacto entre o “Fausto das Antilhas” e o “Mefistófeles soviético” estava agora estabelecido. Restava ao “Bravo Matutino” a batalha discursiva.

A partir da segunda metade de 1960, estimulado pela aproximação pública e agora oficial entre a “Pérola das Antilhas”¹⁰⁹ e a URSS, os EUA iniciaram a adoção de sanções econômicas que objetivavam desestabilizar e provocar reações internas contrárias ao regime de Fidel (BANDEIRA, 1998, p. 227). Porém, tais medidas acabaram servindo não apenas para conduzir de vez o governo cubano para a órbita soviética, como também para o crescimento das hostilidades entre os governos de ambos os países.

Uma análise quantitativa do número de editoriais do mês de agosto dedicados direta ou indiretamente à Revolução Cubana revela a tomada de posição mais aguda dos liberais do OESP. O tema contemplou 16 dos 27 editoriais do mês de agosto de 1960. Se compararmos a abril de 1960 (6 ocorrências¹¹⁰) ou até ao mesmo mês de agosto de 1959 (1 ocorrência¹¹¹) – que possui o maior número de ocorrências da palavra-chave “Cuba” (118 ocorrências) daquele ano – podemos perceber a sintomática importância reservada pelo periódico para o processo revolucionário cubano. O que parece ser resultante da necessidade de um verdadeiro combate discursivo em âmbito nacional naquele momento, uma marcação de posição tendo

¹⁰⁸ Editorial. O SIGNIFICADO de uma visita. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 08 jun.1960. p.3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹⁰⁹ Como habitualmente o OESP apelidava Cuba.

¹¹⁰ São as seguintes datas e respectivos títulos dos editoriais: 02/04/1960 – “Em torno de uma viagem”; 03/04 – “As declarações de Havana”; 20/04 – “Novo rumo em Cuba?”; 21/04 - “Semana Pan-americana”; 22/04 – “Syngman Rhee e a lição cubana”; 23/04 – “Desfeito o mito dos caudilhos”.

¹¹¹ É a seguinte data e respectivo título do editorial: 20/08/1959 – “A crise pré-fabricada do açúcar”.

em vista o suposto “avanço do comunismo” pelo Hemisfério Ocidental, conforme propagado pelas próprias colunas de opinião do “Bravo Matutino”.

A página 9 da edição do dia 20 de julho expressava bem a percepção do OESP sobre a escalada de agressões entre Cuba e EUA. Dos dez títulos de matérias, sete referiam-se à Revolução Cubana, sempre salientando algum aspecto “negativo” (tendência comunista, censura à imprensa, intervenções no setor privado) ou induzindo à ideia de que as hostilidades partiam sempre do governo de Fidel, dentre elas “Peronistas voltam a elogiar o regime de Castro”; “Cuba: Washington protestará contra as agressões a três cidadãos norte-americanos”; “Castro e Trujillo acusados de negar liberdade à imprensa”; “Raul Castro avista-se com o vice-ministro soviético de defesa”; “Intervém o governo cubano no Colégio de Advogados de Havana”; “O governo de Castro aciona firma francesa; dois milhões de pesos”¹¹².

No dia 6 de agosto, Fidel anunciou a nacionalização de todas as propriedades importantes de norte-americanos em Cuba, entre as quais 36 engenhos de açúcar e suas plantações, as refinarias de petróleo e as companhias de fornecimento de energia elétrica e telefonia. Os bancos foram confiscados em setembro e nos três meses seguintes as ferrovias, instalações portuárias, hotéis e cinemas norte-americanos na ilha (GOTT, 2006, p. 211). Aos olhos dos liberais do OESP, a desconfiança se transformava em certeza: Cuba era um finalmente um “instrumento dos comunistas”.

O editorial do dia 10 do mesmo mês avaliava a “comunização” da Revolução Cubana como uma “agressão” à ordem do Hemisfério Ocidental, por semear a discórdia quanto ao “incontestável” paradigma da democracia liberal – percebido como uma etapa a ser almejada ao final do processo de desenvolvimento das civilizações americanas, rumo ao modelo máximo representado pela “grande República do Norte”¹¹³.

Naquele momento aumentavam também as ameaças ao processo revolucionário cubano, oriundas do governo norte-americano. O editorial do dia 27 de outubro de 1960 fornece uma medida de como o OESP interpretava a iminência da invasão de Cuba por forças opositoras (apoiadas pelos EUA), uma “farsa” utilizada por Castro, segundo o jornal, como um ins-

¹¹² [Diversas matérias publicadas na edição do dia 20 de julho]. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 20 jul. 1960, p. 9. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹¹³ Editorial. DA arrogância ao insulto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 10 ago. 1960. p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

trumento para justificar suas “medidas demagógicas”¹¹⁴.

A preocupação dos liberais de OESP com o espraiamento do exemplo cubano para os demais países latino-americanos, e especialmente o Brasil, tornava-se nítida em editoriais como o do dia 5 de novembro, intitulado “Infiltração Comunista”. Analisando os protestos de estudantes brasileiros em solidariedade a Cuba¹¹⁵, classificava como “contraditória e chocante” as manifestações estudantis graças à presença de “alguns cartazes hostis aos EUA”. O que só poderia ser justificado, segundo o editorial, pela “interferência obstrucionista” deste país. O início de 1961 representou para os liberais de OESP uma nova esperança. Depositavam as suas fichas agora no novo governo norte-americano, imbuído da missão de extirpar o “demônio vermelho” da “alma” cubana e da ameaça que representava para o Hemisfério: “John Kennedy, com uma política vigorosa, magnânima e liberal, que seu governo promete, quem sabe ainda poderia reverter o curso da história e colocar Cuba no lugar que lhe cabe na comunidade americana?”¹¹⁶, dizia o editorial do dia 3 de janeiro.

No entanto, o principal empreendimento da nova administração Kennedy contra o governo cubano não se mostrou bem-sucedido – muito pelo contrário. Efetivamente, a tentativa de invasão da Baía dos Porcos fora resultado de uma ação que já vinha sendo planejada há algum tempo, mas foi Kennedy quem realmente assumiu a responsabilidade de colocá-la em prática.

No dia 4 de janeiro o OESP anunciava em sua primeira página o rompimento diplomático dos EUA com Cuba¹¹⁷. Nos primeiros parágrafos as justificativas declaradas por Eisenhower para tal atitude, a começar pela nota entregue no dia anterior pelo governo cubano à embaixada norte-americana em Havana, comunicando a decisão do governo revolucionário de limitar a 11 pessoas o número de funcionários presentes na embaixada

¹¹⁴ Editorial. A PROPÓSITO da “invasão” de Cuba. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 27 out. 1960. p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹¹⁵ Uma delas noticiada pelo OESP nesta mesma edição. MANIFESTAÇÃO de estudantes a favor de Cuba (OESP). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 05 nov. 1960. p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹¹⁶ Editorial. ANIVERSÁRIO de uma esperança. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 03 jan. 1961. p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹¹⁷ OS EUA romperam ontem suas relações diplomáticas com Cuba; a decisão foi anunciada por Eisenhower (AP, AFP e UPI). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 04 jan. 1961. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

e no consulado daquele país em Cuba¹¹⁸. Segundo o presidente norte-americano, “esta ação seria apenas a última de uma longa série de dificuldades e de acusações sem fundamentos, que são verdadeiros insultos”¹¹⁹.

No dia seguinte, a seção “De um dia para outro” tratava as denúncias do governo de Fidel junto à ONU como um “conto de fadas”¹²⁰ e o editorial avaliava o rompimento diplomático como uma reação do governo norte-americano às “provocações” cubanas¹²¹.

No dia 15 de abril, os bombardeios táticos realizados contra os aeroportos de Santiago de Cuba, San Antonio de los Baños, Cienfuegos e Havana foram noticiados na manchete do OESP¹²². É notório que o jornal dava ênfase à ação dos contrarrevolucionários, tentando, desde então, já eximir os EUA de qualquer comprometimento. Para tal, privilegiava as informações oriundas dos “círculos cubanos bem informados de Miami”, que divulgavam, por exemplo, que apenas três aviões estariam envolvidos nos bombardeios, enquanto em Havana falava-se em “vários”¹²³. Ou mesmo utilizando fontes oficiais dos EUA, como a declaração do porta-voz da Casa Branca, Pierre Salinger, ao fim da mesma matéria, em que afirmava o esforço do seu governo em “esclarecer a situação relacionada com o pouso de dois aviões com insígnias cubanas em Miami” (que haviam participado dos ataques).

O bombardeio soou como um aviso para o governo revolucionário: a invasão se aproximava. Não à toa, Fidel aproveitara-se justamente da oração fúnebre em homenagem às vítimas do bombardeio para declarar pela primeira vez publicamente o caráter “socialista” da Revolução. É curioso no-

¹¹⁸ Segundo Bandeira, “esta medida realmente se justificava, dado que, sem dúvida alguma, muitos dos funcionários da embaixada americana ou eram agentes da CIA, cuja agência [...] teve de ser transferida para Miami, ou colaboravam de algum modo com as forças contrarrevolucionárias, dando-lhes instruções sobre a maneira de proceder e fornecendo-lhes meios materiais para a perpetração de atentados e atos de sabotagem” (BANDEIRA, 1998. p. 258).

¹¹⁹ OS EUA romperam ontem suas relações diplomáticas com Cuba; a decisão foi anunciada por Eisenhower (AP, AFP e UPI). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 04 jan. 1961. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹²⁰ DE um dia para outro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 05 jan. 1961. p. 9. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹²¹ Editorial. PROSEGUE a provocação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 05 jan. 1961, p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹²² CUBA bombardeada por pilotos contrarrevolucionários; FIDEL ordena a mobilização geral (AFP, UPI e AP). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 16 abr. 1961. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

tarmos, no entanto, que o OESP não dedicara uma só linha a tal declaração, sugerindo que o jornal já considerava àquela altura o processo revolucionário possuído pelo “demônio vermelho”. O comentário da coluna “De uma semana para outra” interpretava os ataques como sinais de que o “antifidelismo” ganhava terreno e que a contrarrevolução poderia “irromper de um momento para outro em toda a ilha”¹²⁴.

No dia 17 de abril teve início, efetivamente, a invasão de Cuba, estampada na manchete do OESP do dia seguinte. O jornal realizava um panorama sobre os primeiros acontecimentos, priorizando, sugestivamente, a perspectiva dos contrarrevolucionários. Nesse sentido, é ilustrativo o material intitulado “boletins dos revolucionários cubanos”¹²⁵, contendo as versões dos insurgentes acerca das últimas ações em Cuba¹²⁶. Em outra página, a principal matéria difundia declaração do secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, de que “não tinha notícias” sobre o que ocorria em Cuba, tratando como “assunto puramente interno” as invasões, a fim de obviamente indicar a não participação do governo norte-americano nas ações¹²⁷. O editorial desta edição comentava o início da invasão a Cuba:

*[...] o momento era ansiosamente esperado pelos comunistas e nacionalistas de todos os quadrantes e a máquina de propaganda funcionará a todo vapor. A Fidel Castro, evidentemente, não interessava a invasão. Aos Estados Unidos, agora sob a liderança de um governo cuja lucidez e bom senso em matéria de política internacional têm sido eloquentemente demonstrados em casos como o do Laos, o do Congo e o de Angola, ainda menos. Ela interessava, em primeiro lugar, aos próprios cubanos antifidelistas, aqueles que não se conformavam com a traição da revolução por cuja vitória lutaram ao lado de Fidel e, em segundo lugar, a Moscou, que não poderia encontrar em seus arsenais publicitários matéria-prima mais apropriada para a campanha antinorte-americana.*¹²⁸

¹²³ Eram oito B-26, como se soube depois. CUBA bombardeada por pilotos contrarrevolucionários; FIDEL ordena a mobilização geral (AFP, UPI e AP). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 16 abr. 1961. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹²⁴ DE uma semana para outra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 16 abr. 1961. p. 15. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹²⁵ BOLETINS dos revolucionários cubanos (AP, UPI e AFP). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 18 abr. 1961. p. 9. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

A primeira página do dia seguinte deixava a impressão de que o auxílio da URSS ao governo cubano já era evidente por meio do fator que poderia definir a vitória sobre as forças invasoras: as armas soviéticas. A essa altura múltiplos protestos irrompiam em várias regiões do mundo, refutando as ações de invasão e reivindicando o princípio da autodeterminação dos povos. O editorial dessa mesma edição evidenciava, no entanto, que para os liberais do OESP tal princípio só seria válido se estivesse alinhado aos parâmetros do liberalismo, tão arduamente defendidos pelo “Bravo Matutino”.

*Aceitar como boa a tese de que o fato consumado legitima a ação dos que o praticam, ou invocar o princípio da autodeterminação para proteger um poder ilegítimo, é pretender justificá-lo como o amoralismo marxista. Para nós, entretanto - e conosco estão todas as nações do chamado Mundo Ocidental - o princípio da autodeterminação filia-se na doutrina pregada por John Locke, fundamentalmente contrária àquilo que o comunismo-nacionalismo indígena pretende impor ao Brasil.*¹²⁹

Após o insucesso das invasões, a coluna “De um dia para outro” do dia 20 de abril caracterizava a vitória do governo revolucionário como um “triunfo que Castro está obtendo mercê dos ‘Migs’ e dos tanques soviéticos contra um punhado de corajosos”, afirmando ainda que “os Estados Unidos não apoiaram, como é evidente, o desembarque frustrado”¹³⁰.

Porém, no dia 21 de abril caía a máscara do governo estadunidense. A admissão de Kennedy sobre a participação de seu governo nas ações soava como um desfecho tragicômico para uma das maiores agressões milita-

¹²⁶ MIRO Cardona anuncia o início da ação militar (UPI, AP e AFP). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 18 abr. 1961. p. 10. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹²⁷ RUSK declara que as forças anticomunistas não partiram do território norte-americano (AFP, UPI e AP). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 18 abr. 1961, p. 12. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹²⁸ Editorial. CUBA, expectativa confirmada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 18 abr. 1961. p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹²⁹ Editorial. O PRINCÍPIO da autodeterminação e Cuba. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 19 abr. 1961. p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹³⁰ De um dia para outro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 20 abr. 1961. p. 15. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

res dos Estados Unidos contra um pequeno país soberano e independente da América Latina. No entanto, os liberais de OESP permaneciam na busca por argumentos que pudessem colaborar com a premissa de que tudo valia para exorcizar o “demônio vermelho”. A capa do OESP publicava a foto de uma mulher chorando e empunhando um cartaz: “Cuba: Hungria da América”. Ao lado, a manchete: “Kennedy: quem esmagou a Hungria não tem direito de defender a ‘não intervenção’¹³¹.”

Em editorial, Júlio de Mesquita caracterizava como “doloroso” o malogro das forças invasoras em Cuba. Alertava, ainda, para o “perigo” que essa derrota representava para o suposto avanço do comunismo pela região latino-americana¹³².

• CONCLUSÃO

Como visto, apesar do anticomunismo inerente ao udenismo do OESP, acirrado por um contexto de polarização política nacional e pelo próprio impacto da Revolução Cubana na região latino-americana, o jornal manteve sua defesa do processo revolucionário até meados de outubro de 1959. Naquele mês que se iniciava o movimento de refluxo quanto à valorização da Revolução e suas lideranças, inaugurando um processo de demonização que se consolida a partir de 1960, de maneira dissonante a outras vozes das direitas no Brasil. A título de exemplo, dentro do próprio campo da imprensa, podemos estabelecer uma comparação com as narrativas elaboradas por outros periódicos de grande tiragem no eixo RJ-SP, analisados por Ricardo Mendes: *O Globo*, que desde 1958 associou Castro à violência e sede de poder; e o *Tribuna da Imprensa*, que chegou a tecer elogios à Fidel

¹³¹ Ponto de vista defendido no editorial do dia seguinte: “Não, não houve intervenção nem apoio dos Estados Unidos. O paralelo entre Cuba e Hungria não pode ser estabelecido. O passivo moral da União Soviética continua esmagador. [...] O apoio comunista à ditadura de Fidel já fez de Cuba a Hungria do Hemisfério Ocidental”. Editorial. CARTAS na mesa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 22 abr. 1961. p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

¹³² Editorial. CARTAS na mesa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 22 abr. 1961. p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 05 mar. 2015. Opinião corroborada em comentário da seção “De um dia para outro” do dia 30 de abril: “Cuba torna-se a primeira República Socialista Popular das Américas e a propaganda soviética e chinesa intensifica-se em todos os recantos deste Hemisfério, aproveitando as oportunidades que lhe oferecem as consequências psicológicas da tentativa frustrada dos contrarrevolucionários cubanos”. DE um dia para outro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 30 abr. 1961. p.19. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

até o momento da reforma agrária cubana de maio de 1959, ponto de inflexão a partir do qual “as vinculações de Castro com o Comunismo estariam sendo gradualmente ‘descobertas’”, segundo o jornal¹³³.

Assim, apesar de o “Bravo Matutino” se utilizar em grande medida de agências de notícias estrangeiras afinadas com uma postura mais acidamente crítica, o jornal manteve sua posição simpática, principalmente em relação ao líder do movimento, Fidel Castro. O maior entusiasta desta linha argumentativa fora o chefe da seção internacional e filho do proprietário do “Bravo Matutino”, Ruy Mesquita, muitas vezes acompanhado por seu pai (nos editoriais) e pelos pareceres difundidos pelo *New York Times*, veículo norte-americano de grande ressonância para os produtores do periódico paulista.

O olhar inicial dos liberais do OESP enquadrando os rebeldes e principalmente Fidel como um “libertador” de Cuba (e quiçá das Américas), talvez tenha contribuído para a defesa das medidas adotadas pelo governo revolucionário até outubro de 1959. Até mesmo a rota de colisão com os Estados Unidos, com a promulgação da lei de reforma agrária na ilha, era relativizada nas áreas de opinião do jornal, demonstrando a complacência com que o movimento de Castro fora recebido pelo periódico.

Quais foram, então, os fatores que contribuíram para uma guinada no posicionamento do jornal? É válido dizer, mais uma vez, que apesar do posicionamento simpático à Revolução Cubana dos produtores do OESP presentes nas áreas de opinião, ficavam evidentes nas áreas informativas do jornal (permeadas em sua maioria esmagadora por notícias oriundas das agências de notícias internacionais) ao menos dois elementos de tensão com relação aos rumos do processo revolucionário: o antiamericanismo crescente e a gradativa aproximação do governo de Fidel da órbita de influência soviética.

A gradual demonização da Revolução Cubana se inicia nos três últimos meses de 1959, aprofundando-se severamente nos dois anos seguintes, a partir de dois acontecimentos que funcionam, aparentemente, para a interpretação dos produtores do OESP como provas definitivas do “pacto” cubano com o “Mefistófeles soviético”: o restabelecimento das relações diplomáticas entre o governo cubano e a URSS no dia 8 maio de 1960, e o rompimento

¹³³ Nas análises do *Tribuna e d'O Globo* observam-se variações que também indicam grande autonomia da imprensa enquanto ator político. MENDES, Ricardo Antônio Souza. “Por dentro da notícia: Fidel Castro nas páginas da imprensa carioca”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O Rio de Janeiro nos jornais**: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2011. p. 102-121.

das relações entre as chancelarias dos EUA e Cuba, em 3 de janeiro de 1961.

Por fim, nem a desastrosa ação organizada pelo governo norte-americano de invasão da Baía dos Porcos pareceu suficiente para abalar a “ilimitada confiança” que os liberais de OESP depositavam na “grande Nação do Norte”. Isso demonstra que entre o “encanto” e o “desencanto” com a Revolução Cubana havia um elemento realmente inabalável para o OESP: o projeto político idealizado pela família Mesquita, identificado com a cultura política do udenismo e que tinha como modelo de realização democrática os Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

- AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo, SP: UNESP, 2004.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2010.
- BACKZO, Bronislaw. Imaginação Social In: ROGGIERO, Roberto. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, POR: Imprensa Nacional, 1985, p. 296-332. (Anthropos - Homem, 5).
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1998.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.
- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa, POR: Estampa, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino - Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, SP: Alfa Omega, 1980.
- CHARTIER, Roger. “História intelectual e história das mentalidades” In: *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa, POR: Difel; Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, 1990.
- DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1986.

ENTREVISTA com Ruy Mesquita. *Memória Roda Viva*, 24 de abr. 2006. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/137/entrevistados/ruy_mesquita_2006.htm> Acesso em: 31 jul. 2014.

DONGHI, Túlio H. *História da América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1975.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2006.

LEITE, Edmundo; BATISTA, Liz. "A história por Ruy Mesquita". *O Estadão*, São Paulo, SP, 21 mai. 2013. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,a-historia-por-ruy-mesquita,9055,0.htm>>. Acesso em 06 jan. 2015.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. "Pensando a Revolução Cubana: nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução". *Rev. Eletrônica da ANPHLAC*. São Paulo, SP, v. 1, n. 8, p. 1-29, 2009. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1389/1260>>. Acesso em: 02 jul. 2015. p. 12.

_____. "Por dentro da notícia: Fidel Castro nas páginas da imprensa carioca". In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2011.

MESQUITA, Ruy. Depois do entusiasmo, a tragédia. *O Estadão*. São Paulo, SP, 20 fev. 2008. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,depois-do-entusiasmo-a-tragedia,127544>>. Acesso em 28 dez. 2014.

MOLINA, Matías M. Ruy Mesquita destacou-se em momento de renovação nos anos 60, com "JT". *Valor Econômico*, São Paulo, SP, 21 mai. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3133806/ruy-mesquita-destacou-se-em-momento-de-renovacao-nos-anos-60-com-jt>>. Acesso em 28 dez. 2014.

PALMA, Anthony de. *O homem que inventou Fidel*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

PONTES, José Alfredo Vidigal. "Histórico do Grupo Estado". Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti1.htm>> Acesso em: 14 jul. 2015.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A Teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Rev. Brasileira de Educação*. [S. l.], n. 20, p. 60-154, mai./jun./jul./ago. 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/>

pdf/275/27502005.pdf> Acesso em: 03 jan. 2015.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. *Informare- Cad. Prog. Pós-Grado Cio Inf.* [S. l.], v.1, n.2, p.24-36, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>> Acesso em: 27 dez 2014.

SILVA, Heber Ricardo. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa (1945-1948)*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: SIRINELLI, Jean François; RIOUX, Jean-Pierre (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa, POR: Estampa, 1998.

WASSERMAN, Claudia. A recepção da Revolução Cubana no Brasil: a historiografia brasileira. *E.I.A.L.* [S. l.], v. 18, n. 2, p. 53-57, 2007. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/574/537>>. Acesso em 20 dez. 2014. p. 53.

Jacqueline Ventapane Freitas

Los que creyeron que nosotros éramos unos simples guerrilleros, los que creyeron que no sabíamos más que tirar tiros, los que creyeron que después de nuestras victorias militares nos iban a aplastar en el campo de la información, nos iban a aplastar en el campo de la opinión pública, se han encontrado con que la Revolución Cubana sabe también pelear y ganar batallas en ese campo. (Fidel Castro, 21 de janeiro de 1959)

Em 23 de janeiro de 1959, o jornal O GLOBO trazia uma reportagem sobre a manifestação popular realizada dois dias antes em Havana, Cuba, em apoio aos julgamentos e execuções dos partidários do ex-presidente Fulgêncio Batista, deposto pelas forças revolucionárias comandadas por Fidel Castro em 1º de janeiro daquele mesmo ano. Segundo o jornal, Fidel, após seu discurso diante da concentração popular no Palácio Presidencial, de onde recebia o apoio do povo aos atos da justiça revolucionária, virou-se para os jornalistas presentes, dizendo: *“isto é democracia: a voz do povo”*¹³⁴. Essa manifestação de dimensões impressionantes ocorreu no contexto da chamada *Operación Verdad*, uma campanha promovida pelo novo governo revolucionário para combater as notícias sobre Cuba que eram transmitidas, especialmente, pelas agências internacionais de notícias. E foi neste contexto que se deram os primeiros passos para efetivar a ideia, gestada ainda em Sierra Maestra, da construção de um novo modelo informativo para a América Latina. Tendo à frente, principalmente, as figuras de Ernesto Che Guevara e Jorge Ricardo Masetti¹³⁵, era criada a *Agência Informativa Latinoamericana*

¹³⁴ *“Esmagadora manifestação de apoio popular a Fidel Castro”*. Segundo a reportagem, estavam presentes cerca de meio milhão de pessoas. Fontes cubanas diversas, por sua vez, dizem que chegaram a um milhão. Como apontam Mendes e Calegari (2015), as ideias de justiça e do necessário julgamento dos criminosos ganhavam dimensão no imaginário político daqueles anos pós-revolucionários.

¹³⁵ Jorge Ricardo Masetti, jornalista argentino, entrevistou Fidel Castro e Che Guevara, ainda em Sierra Maestra, no ano de 1958. Chamado de volta a Cuba após a vitória do Exército Rebelde, tornou-se o fundador e diretor da Prensa Latina. Com sua saída do comando da agência, viajou até a Argélia, em outubro de 1961, a pedido de Fidel Castro, com o intuito de oferecer ajuda à Frente de Libertação Nacional que lutava pela independência do país. Pouco tempo depois, saiu de Cuba, novamente, e ficaria à frente do Exército Guerrilheiro do Povo (EGP), a primeira experiência guevarista na Argentina, sendo conhecido como Comandante Segundo. O EGP instalou-se na região de Orán, província de Salta, em meados de 1963, permanecendo em operação até o ano seguinte, quando a maior parte de seus integrantes foi capturada e morta, como o próprio Masetti, cujos restos não foram encontrados até hoje. O nome de guerra de Comandante Segundo teria sido adotado em referência ao gaúcho Don Segundo Sombra, personagem da obra de Ricardo Güiraldes.

Prensa Latina, a primeira agência de notícias internacionais latino-americana com uma visão alternativa às das grandes agências internacionais existentes, cuja primeira transmissão oficial foi feita em 16 de junho de 1959.

Para além de afastar a ditadura de Batista, a Revolução Cubana representou, também, a confrontação direta com a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, uma hegemonia vista, da mesma forma, na construção de um campo simbólico em torno dos “interesses ocidentais”, leia-se, estadunidenses. O embate em torno da representação simbólica da Revolução, tanto do lado cubano, quanto da oposição dos Estados Unidos e aliados, tem na criação da Prensa Latina um de seus eixos fundamentais. Não se pode compreender o surgimento da agência de notícias cubana distanciado dos eventos da Revolução, como não se pode pensar na sustentação do campo simbólico desta sem a atuação da Prensa Latina, uma dimensão que foi sendo construída durante o próprio processo revolucionário, antes mesmo de sua vitória, e que permaneceu nos anos que se seguiram.

O presente artigo tem, assim, dois objetivos interligados entre si e que devem ser lidos na mesma chave de compreensão que trata da luta política – nem sempre silenciosa – que se trava no campo simbólico por intermédio dos meios de comunicação. O primeiro deles é resgatar a própria história da Prensa Latina em seus dois primeiros anos, período importante de sua criação, consolidação e crises, e os confrontos que se estabeleceram com os Estados Unidos que viam a agência como instrumento de propaganda da Revolução Cubana para os demais países do hemisfério ocidental¹³⁶.

Esses primeiros anos da nova agência de notícias inserem-se nas transformações que envolvem o processo revolucionário cubano, tanto internamente, como no campo exterior. As relações iniciais com os Estados Unidos, eixo principal no qual se baseavam, também, as relações com os demais países da região, estariam, segundo Mendes (2011), inseridas na chamada “política bifurcada”, em que dois movimentos distintos ditariam os

¹³⁶ Este posicionamento do governo dos Estados Unidos é ressaltado em praticamente todos os documentos referentes a Prensa Latina que foram pesquisados no acervo digitalizado da Central de Inteligência Americana para o presente artigo, produzidos tanto nos anos iniciais como em análises de anos posteriores, como *CIA-Cuba subversion in other Latin America Countries*, de 4 de outubro de 1962, e *CIA-Cuba Castro's Propaganda Apparatus and Foreign Policy*, de março de 1985. A ideia de “exportação da revolução” cubana se deu por vários caminhos, inclusive, no campo da informação. O artigo “*Pensando a Revolução Cubana 50 anos depois*” (MENDES, 2009) apresenta uma discussão sobre os motivos e os processos temporais distintos em que se deu essa “exportação”. Outro trabalho sobre o tema é a tese “*Cuba: a construção do socialismo e sua dimensão internacional (1959-2016)*”, de Rafael Balardim.

rumos que o governo estadunidense deveria dar no relacionamento com Cuba. Esses dois movimentos eram (1) o de convicção do caráter comunista da Revolução e (2) o de percepção que esta era, também, o resultado do antiamericanismo decorrente, em grande medida, das desigualdades econômicas e sociais da região. Com o decorrer do processo que se iniciara como uma luta nacionalista e anti-imperialista, mas que assume seu caráter socialista a partir de abril de 1961, Cuba viria a se tornar o epicentro político e ideológico da Guerra Fria na América Latina¹³⁷. Internamente, o alinhamento à órbita da antiga União Soviética e as disputas pela acumulação de poder no interior da Revolução, especialmente com o avanço dos dirigentes do Partido Socialista Popular (PSP), definiriam um processo complexo que teria reflexos na mudança de rumos da própria Prensa Latina, culminando com o afastamento de Jorge Ricardo Masetti da direção da agência e de outros jornalistas que faziam parte de seu grupo.

Recuperar essa trajetória permite que se alcance ao segundo objetivo deste artigo, imbricado na sua própria história, que é perceber o papel da Prensa Latina nesse quadro de uma informação contra-hegemônica, uma batalha cada vez mais difícil e ferrenha diante da força dos oligopólios de comunicação nacionais e, principalmente, internacionais. A nova agência tinha a pretensão de lutar contra a visão predominante daquelas que detinham o poder informativo hegemônico, especialmente no que se tratava da realidade latino-americana e do próprio processo cubano, e que vinham atacando, com virulência, o processo revolucionário vitorioso em 1959¹³⁸. Era a busca por outra visão de mundo oposta daquela dominante que definia uma subalternidade representada em um fluxo informativo Norte-Sul, quase sempre em detrimento deste último polo. Os meios de comunicação que transmitiam as informações internacionais construía mecanismos de fabricação e perpetuação de consensos coletivos que diziam quais eram os interesses possíveis para a América Latina, ainda que estes fossem distantes de sua própria realidade. Buscavam firmar, assim, uma “unidade ocidental”

¹³⁷ Em meados de 1958, já apareciam os questionamentos, nos veículos de comunicação, sobre a insurreição ser comunista, especialmente por conta de Che Guevara. Nos jornais e nos documentos do governo dos Estados Unidos, serão ele e Raul Castro apontados como os principais responsáveis pelo alinhamento cubano ao campo socialista. Ver: “CIA - Communist Influence in Cuba”, 22 março de 1960.

¹³⁸ As principais agências internacionais de notícias do campo ocidental que dominavam o fluxo informativo eram *United Press International*, *Associated Press*, estas com sede nos Estados Unidos, *Reuters*, agência britânica, e a *Agence France-Presse*, francesa. Sobre a história dessas agências, ver AGUIAR (2009).

centrada, principalmente, na hegemonia estadunidense¹³⁹. Neste quadro, conhecer o contexto de criação da Prensa Latina é, principalmente, compreender este como um campo de disputas pela narrativa não apenas revolucionária de Cuba, mas de toda América Latina.

A Prensa Latina é, ainda, uma das mais importantes agências de notícias internacionais latino-americanas. No entanto, continua encontrando as barreiras que dificultam sua entrada nos países onde a mídia ligada ao grande capital comanda a informação, como é o caso do Brasil. O imaginário do comunismo como algo que não se enquadra nos modelos ocidentais e o desconhecimento da situação cubana naqueles anos e de seus processos históricos é um quadro que tem levado ao surgimento de discursos anacrônicos com uma retórica dos anos da Guerra Fria proferidos com uma frequência cada vez maior e assustadoramente deslocada de seus marcos temporais. Em grande medida, esses discursos têm suas fontes originadas nos meios de comunicação hegemônicos e alimentados pelas mesmas agências de notícias que já estavam presentes no início do processo revolucionário, empresas que devem ser vistas como os responsáveis não apenas pela produção e circulação da informação, mas na compreensão, também, de seu papel como ator político com a capacidade de influenciar agendas e decisões políticas.

• UMA HISTÓRIA QUE CAMINHA POR SIERRA MAESTRA... E ALÉM DOS LIMITES DA ILHA

Os eventos ocorridos durante a *Operación Verdad* ficaram marcados como pedra fundamental do nascimento da Prensa Latina. Contudo, essa história se inicia antes mesmo desses acontecimentos, ainda nos combates em Sierra Maestra e nas estratégias dos líderes revolucionários, que viram que era fundamental ir além da sustentação logística e armamentista da insurreição, buscando construir uma opinião pública favorável no próprio país e no exterior. Guarda relação, também, com a amizade que se estabeleceu entre Ernesto Che Guevara e Jorge Ricardo Masetti e os caminhos que ambos seguiram na compreensão da luta revolucionária.

A percepção de Fidel Castro sobre a importância dos meios de co-

¹³⁹ Esta discussão viria a ganhar força, principalmente, nos anos 1970 e 1980, quanto a uma Nova Ordem Informativa Internacional, que questionava a hegemonia desse fluxo informativo afastado das realidades e dos interesses dos países do então chamado Terceiro Mundo.

municação na organização e na consolidação do processo revolucionário vinha de suas experiências anteriores e foi levada para Sierra Maestra¹⁴⁰. Além disso, inspirava-se nas ações de José Martí, o líder da independência cubana, para quem a imprensa possuía a nobre missão de informar, educar e facilitar a administração dos problemas do país. A imprensa como estratégia de luta utilizada por José Martí na segunda guerra de independência de Cuba se configura na criação do jornal *Patria*, fundado junto com o Partido Revolucionário Cubano, em 1892, que era o espaço em que divulgava as suas propostas separatistas e seus ideais de libertação¹⁴¹.

No caso de Ernesto Che Guevara, as aproximações com o jornalismo vieram dos tempos de suas viagens, antes mesmo de Cuba. Foi cronista esportivo na revista *Tackle*, também escreveu artigos médicos, publicou textos na revista *Siete* e trabalhou como fotógrafo e redator na Agência Latina de Notícias¹⁴². No entanto, seria em meio à luta revolucionária que Che Guevara implementaria alguns de seus projetos mais significativos no campo da comunicação, inicialmente, com a criação do boletim *El Cubano Libre*, lançado em 4 de novembro de 1957, onde o próprio Che escrevia em uma seção intitulada “Sin bala en el directo”, com o pseudônimo de “*El Francoatirador*”¹⁴³ (GUEVARA, 2012).

O nome do periódico teve sua inspiração no antigo jornal publicado durante as lutas de independência da ilha, simbolicamente construindo um vínculo entre aqueles que eram considerados pelos participantes da luta como heróis e a guerrilha cubana de Sierra Maestra¹⁴⁴. Para Che, era preciso que existisse um veículo de propaganda, um aparato de comunicação e infor-

¹⁴⁰ Duas cartas escritas na prisão, em 1954, falam da importância da propaganda como estratégia política. A que foi enviada a Melba Hernández, uma das duas mulheres que acompanharam Fidel ao ataque de Moncada, em 17 de abril, afirmava que a “propaganda era a alma de toda luta”. Já na carta enviada a Luiz Conte Agüero, falando da angústia de sua situação no isolamento da prisão, atentava para a importância de acionar os meios de comunicação para construir uma propaganda favorável. (BARDACH e AGÜERO, 2007).

¹⁴¹ O jornal *Patria* era um periódico semanal de quatro páginas que saía aos sábados e era enviado pelo correio. A partir de 1990, o dia 14 de março passou a ser celebrado como o dia da imprensa em Cuba, como homenagem a data de fundação do jornal, como uma representação, também, do resgate do ideário de Martí no processo de independência cubana aos da Revolução de 1959.

¹⁴² A Agência Latina de Notícias S.A. foi criada em 1950, no Rio de Janeiro, financiada por banqueiros e industriais brasileiros e comandada pelo jornalista baiano Geraldo Rocha, amigo próximo do presidente Perón, a quem afirmam ter sido o idealizador da agência na tentativa de responder à campanha contra seu governo, especialmente por parte das agências de notícias dos Estados Unidos.

¹⁴³ Depois, continuou a publicar com o mesmo pseudônimo na revista *Verde Oliva*.

mação próprio, para que a própria guerrilha pudesse romper com o silêncio imposto pela ditadura de Batista em torno dos acontecimentos da insurreição e também possibilitar um vínculo maior entre os combatentes e a população.

Além do jornal, Guevara abria outro caminho para fazer chegar ao povo cubano os objetivos e as lutas que aconteciam contra o governo Batista. Em Cuba, existia um modo muito característico de transmissão das notícias conhecido como a “rádio bamba”. Não era uma rádio de verdade, mas um “boca-a-boca” bastante eficiente que levava as informações pela região rural da ilha. Tomando contato com esse sistema que tão bem funcionava, surgiu a ideia da criação de uma rádio, esta de verdade, que foi colocada no ar em fevereiro de 1958, sob o comando do próprio Guevara. *A Rádio Rebelde* foi um dos mais importantes veículos de comunicação da guerrilha cubana, denunciando os crimes da ditadura de Batista, informando sobre os combates e buscando a aproximação dos rebeldes com o povo¹⁴⁵.

Havia consciência, por parte dos revolucionários, de que era preciso construir uma política de comunicação, em suas dimensões nacional e internacional, que reforçasse a ideia de ser a revolução a única opção possível para combater os males da ditadura de Fulgêncio Batista que atingiam ao povo, mobilizando-o na direção de sua participação na luta. Foram criados comitês de propaganda em todas as províncias com a responsabilidade de elaborar e difundir veículos de comunicação próprios, buscando romper com as barreiras da censura que fora imposta pelo governo Batista na ilha. Alguns dos membros do Exército Rebelde eram responsáveis por esses periódicos e haviam, ainda, aqueles que organizavam os materiais das agências de notícias do exterior, muitos deles que eram censurados internamente, e os distribuíam aos companheiros responsáveis pela propaganda (GONZALEZ, 2014, p. 175).

¹⁴⁴ *El Cubano Libre* foi publicado, pela primeira vez, em 17 de outubro de 1868, permanecendo até janeiro de 1869. Em agosto de 1895, o boletim reapareceu tendo sido editado até o fim da guerra. Renasceria sob o comando de Che, que declarava, em seu primeiro número, “*Cuando nuestra Patria estaba en los albores de su existencia como nación independiente, surgió de la manigua la voz magnífica del periódico mambí. Su título era una profesión de fe en el futuro: EL CUBANO LIBRE. ¿Y qué mejor lema para este momento angustiado de nuestra historia? Por eso cuadra una vez más el nombre elegido y desde la manigua redentora se oye la voz que llama a vencer o morir: EL CUBANO LIBRE*”.

¹⁴⁵ A primeira transmissão do Rádio Rebelde pode ser ouvida neste link: <http://www.radiorebelde.cu/quienes-somos/>. Segundo Moniz Bandeira (2009), a rádio teria sido financiada com dinheiro da própria CIA, no contexto de aproximação dos Estados Unidos com os rebeldes nos períodos que antecederam a vitória dos revolucionários. No entanto, nos arquivos procurados, tanto do Departamento de Estado, como da CIA, não foram encontrados documentos que confirmassem essa operação para financiamento da rádio.

A relação da ditadura de Batista com a imprensa variava entre a censura e alguns poucos momentos de liberdade. No entanto, mesmo durante esses momentos de liberdade, a relação entre o Exército Rebelde e a imprensa cubana não era das melhores, sendo a desconfiança mútua a base dessa relação. Para quebrar esta barreira, tal qual a estratégia utilizada por José Martí nos tempos das lutas pela independência da ilha no século XIX, Fidel Castro abriu uma frente de diálogos com a imprensa estrangeira na construção de uma opinião pública favorável ao movimento¹⁴⁶. Documentos da Inteligência afirmam essa presença positiva na opinião pública dos Estados Unidos, o que teria levado, inclusive, o governo daquele país a recusar o atendimento do pedido de Batista de envio de armas para combater a guerrilha¹⁴⁷.

Na realidade, os meios de comunicação naqueles anos pouco davam atenção ao que acontecia na ilha e mesmo ao próprio continente latino-americano. Dentro desse quadro, as agências internacionais de notícias sediadas nos Estados Unidos e na Europa apareciam como fontes privilegiadas sobre os acontecimentos da região, o que implicava em um fluxo informativo dependente da agenda pública dos países sedes dessas agências. Em sua estratégia de mobilização interna e externa favorável às propostas revolucionárias, Fidel resolveu ultrapassar os limites da ilha, quebrar o silêncio imposto e levar as notícias para além daquelas que eram divulgadas oficialmente por essas agências e pela imprensa cubana.

O primeiro e mais conhecido contato da imprensa internacional com os rebeldes em Sierra Maestra ocorreu através do jornalista Herbert L. Matthews, que entrevistou Fidel Castro em fevereiro de 1957. O governo de Fulgêncio Batista havia difundido a morte de Fidel em dezembro de 1956, quando do desembarque do Granma, com o intuito de minar o apoio do povo aos guerrilheiros. Os rumores de sua morte eram alimentados pela falta da liberdade da imprensa diante da censura imposta por Batista e pelas agências internacionais de notícias que difundiam para o resto do mundo a informação falsa. Fidel, sabendo disso, viu a necessidade em des-

¹⁴⁶ Um pouco antes de sua morte, Martí escreveu uma carta ao diretor do *New York Herald* com o programa do movimento revolucionário (<http://www.josemarti.cu/publicacion/de-cuba-libre-al-director-del-the-new-york-herald/>). Os interesses econômicos estadunidenses em Cuba eram bastante significativos naqueles anos e a imprensa teve um papel importante na mobilização da opinião pública na direção de uma intervenção dos Estados Unidos na questão cubana.

¹⁴⁷ O estudo feito em 1973 pela CIA - *CUBA: CASTRO'S PROPAGANDA APPARATUS AND FOREIGN POLICY*, aponta para este fato.

montar essa propaganda feita pelo governo. Diante da desconfiança com os jornalistas cubanos, que poderiam ser censurados ou mesmo serem aliados de Batista, Fidel Castro foi atrás de um jornalista dos Estados Unidos. Como resultado de seu encontro com Matthews, três reportagens foram publicadas no *New York Times* entre os dias 24 e 26 de fevereiro de 1957¹⁴⁸.

Fidel obteve sucesso em seu propósito ao conceder a entrevista a Matthews, reafirmando que estava vivo e presente na ilha e que a luta não havia acabado, desmascarando, desta maneira, a estratégia de Batista. Vendendo nessa propaganda para o exterior uma importante arma, os líderes do movimento rebelde ampliariam os espaços para falarem com mais jornalistas – estadunidenses, europeus, latino-americanos, que foram bem recebidos nos acampamentos, alguns convivendo com os guerrilheiros por um período relativamente longo, fugindo das informações oficiais dadas pelo governo de Batista e possibilitando que fosse levado para fora do país um olhar mais favorável ao movimento.

Da lista de jornalistas que tiveram contato com o Exército Rebelde e seus comandantes, alguns latino-americanos viriam a ter papéis importantes na história da futura agência de notícias cubana. O uruguaio Carlos María Gutiérrez visitou o acampamento rebelde em fevereiro de 1958 e entrevistou Fidel Castro e Che Guevara, bem como acompanhou o cotidiano dos combatentes, assim como o jornalista mexicano Manuel Camín. Um mês depois da visita dos dois jornalistas, o repórter equatoriano Carlos Bastidas iria até Sierra Maestra para conhecer e entrevistar os revolucionários, especialmente seus líderes, e acabou logo se vinculando à Rádio Rebelde. Esta reportagem nunca chegou a ser levada para fora de Cuba, pois Bastidas foi assassinado pela polícia de Batista ainda em Havana. Antes de sua morte, encontrou-se com outro jornalista, um argentino, que veio a se engajar, diretamente, na proposta revolucionária guevarista anos depois.

Jorge Ricardo Masetti era escritor e jornalista, com passagens pelos diários *Noticias Gráficas*, *Democracia* e *El Mundo*, todos de tendência peronista¹⁴⁹. Em meio à censura que ocorria na Argentina naqueles anos que

¹⁴⁸ “Cuban rebel is visited in hideout”, em 24 de fevereiro de 1957, p. 1; “Rebel strength gaining in Cuba, but Batista has the upper hand”, em 25 de fevereiro de 1957, p. 1; e “Old order in Cuba is threatened by forces of an internal revolt”, em 26 de fevereiro de 1957, p. 1. As reportagens podem ser encontradas no link de busca do *New York Times*: <http://query.nytimes.com/search/sitesearch/>.

¹⁴⁹ Esta marca de ter sido “peronista” acompanharia Masetti pela frente, sendo uma das muitas acusações que sofreu na articulação que culminou em sua saída da direção da agência.

se seguiram ao golpe e que tirou Perón do poder, a pauta internacional passou a ganhar mais espaços nos veículos de comunicação argentinos. Foi quando a insurreição que ocorria na ilha do Caribe começou a surgir nos debates dos jornalistas no café La Paz, em que estavam presentes Masetti, García Lupo e Rodolfo Walsh, que faziam parte da equipe da futura agência cubana de notícias. Conforme García Lupo:

la revolución cubana era una atracción y tenía al mismo tiempo una especie de dosis letárgica. Los amigos peronistas que formaban parte de la mesa mostraban una gran resistencia hacia la revolución cubana. Y los comunistas tenían los mismos reparos o iban más lejos todavía, porque el PC de Cuba era muy adicto al gobierno Batista. De modo que el tema Cuba siempre planteaba roce y confusión. ¿Qué son estos tipos? Eso fue a averiguar Masetti. (LUPO apud NARVAJA, 2017, s/p).

Em 23 de fevereiro de 1958, os guerrilheiros do Movimento Revolucionário 26 de Julho sequestraram o piloto argentino Juan Manuel Fangio, que participaria de uma corrida em Cuba. O sequestro de Fangio, ídolo do esporte argentino e mundial, levou a situação de confronto que ocorria entre o governo Batista e os rebeldes em Cuba para o noticiário internacional. Masetti, na época, trabalhava como *free lancer* para a rádio *El Mundo*. Aproveitando a oportunidade do sequestro, conseguiu levantar o dinheiro que precisava para fazer sua viagem com os diretores da rádio, embarcando para Cuba em 21 de março de 1958. Curioso por conhecer sobre as lutas e os objetivos dos revolucionários da ilha caribenha, Jorge Ricardo Masetti subiria Sierra Maestra e se aproximaria da figura marcante do Comandante Ernesto Che Guevara, argentino como ele, de quem se tornaria grande amigo nos anos seguintes.

Em seu livro *Los que luchan y los que lloran*, que o alçou, segundo Rodolfo Walsh (MASETTI, 2006), ao patamar de um dos grandes cronistas de guerra, ele conta toda a trajetória que o levou até Fidel Castro e Che Guevara e traz um retrato das condições dos guerrilheiros nos combates e da população que sofria com a ditadura de Batista. O livro, publicado pela primeira vez em 1959, na Argentina, seria seu manifesto de incorporação à luta revolucionária dos anos que se seguiram¹⁵⁰.

Seu encontro com o comandante da guerrilha em Sierra Maestra Fi-

del Castro, "*o gigante de voz afônica*", como ele chamaria depois, causaria um grande impacto no jornalista argentino. No entanto, Fidel impôs uma única condição para sua entrevista, que ela fosse transmitida da Rádio Rebelde. Dois aspectos importantes envolvem esta condição. A primeira delas foi a aceitação, por parte de Masetti, de não transmitir pela rádio argentina que financiara sua viagem até Cuba. O segundo aspecto, uma novidade, era que seria esta a primeira vez que Fidel Castro e Che Guevara falariam ao vivo para o povo diretamente das montanhas do Oriente. Emissoras em Cuba, Venezuela, Equador, México, ouviram a entrevista...menos a rádio *El Mundo*, que não recebeu esse primeiro o material gravado nas montanhas por Masetti. E o jornalista, arriscando sua vida, já que as condições haviam mudado e as forças de Batista chegaram até muitos de seus contatos, teve que subir Sierra Maestra, mais uma vez, e fazer uma nova entrevista, que foi transmitida, em Buenos Aires, em programas de 3 dias, com 25 minutos cada (NARVAJA, 2017).

Com a vitória do Exército Rebelde, a proposta de consolidar a luta também no campo simbólico levaria a que Guevara pedisse para que fossem a Cuba os jornalistas Jorge Ricardo Masetti e Carlos María Gutiérrez, que chegaram a Havana no mesmo avião em que foi a mãe do revolucionário argentino. E foi daí que a história da agência de notícias começou a ser delineada concretamente.

• DA OPERACIÓN VERDAD AO AFASTAMENTO DE JORGE RICARDO MASETTI DA PRENSA LATINA

A ditadura de Fulgêncio Batista, apoiada pelos Estados Unidos durante muito tempo, tinha um histórico de torturas, violações e assassinatos que atingiram ao povo cubano de maneira muito violenta. Nos primeiros dias após a vitória da Revolução, muitos dos antigos partidários de Batista foram presos, acusados de participarem desses crimes, muitos enviados para a Fortaleza de *San Carlos de La Cabaña*, que havia sido tomada pela

¹⁵⁰ "Y volví a encontrar dentro de mí una extraña, indefinible sensación de que desertaba, de que retornaba al mundo de los que lloran...". A frase final de seu livro. Seu encontro com Che Guevara é descrito no livro de uma maneira divertida, retratando o guerrilheiro como "*un muchacho argentino típico de clase media y también me parecía una caricatura rejuvenescida de Cantinflas*", conhecido ator e humorista mexicano daqueles anos (MASETTI, 2006, p. 29). O tempo de convívio com os guerrilheiros e, especialmente, com Che teve uma importância muito grande para Masetti e sua transformação como um revolucionário de linha de frente nos anos seguintes, quando assumiria o comando do EGP, na Argentina, e que acabara levando-o para a morte em 1964.

Coluna 8 Ciro Redondo, em 3 de janeiro de 1959. Dias depois, Fidel Castro nomearia Che Guevara para ser o chefe militar da fortaleza e para levar adiante os juízos revolucionários, tendo este determinado que fosse criada a Comissão Depuradora e Investigadora de *La Cabaña*, que ficou a cargo de Miguel Ángel Duque de Estrada Ramos.

Esses julgamentos levaram a uma forte reação dos meios de comunicação dos Estados Unidos e seus aliados, divulgados, principalmente, pelas agências de notícias norte-americanas United Press International (UPI) e Associated Press (AP), que buscavam transmitir ao mundo um discurso pretensoamente fidedigno sobre o que acontecia na ilha¹⁵¹. Segundo Herbert L. Matthews, em um artigo em que também tecia críticas ao posicionamento dos Estados Unidos que não tivera a mesma reação aos massacres promovidos pelo antigo ditador, foram cerca de 600 pessoas executadas, mas nenhuma delas inocente. De uma opinião pública externa favorável aos insurgentes, capitaneada pelas reportagens dos correspondentes estrangeiros que estiveram em Sierra Maestra, crescia uma campanha difamatória, onde os líderes revolucionários passaram de heróis a monstros. Jornais passaram a apontar a aproximação, principalmente de Che Guevara e de Raul Castro, irmão de Fidel, com o socialismo como uma das causas da “barbárie”¹⁵².

Diante dessa campanha, Fidel Castro articula um movimento para se contrapor às notícias disseminadas pelas agências, especialmente àquelas ligadas ao governo dos Estados Unidos¹⁵³. O líder da revolução vitoriosa ressaltava a dificuldade que se apresentava para que a imprensa latino-americana tivesse informações sobre Cuba para além daquelas geradas pelas grandes cadeias de agências dos Estados Unidos e da Europa e que disseminavam as informações que interessavam apenas aos governos dos países em que tinham suas sedes. No discurso feito na cidade de Pinar del Río an-

¹⁵¹ Ver as edições do jornal O GLOBO de 15 e 16 de janeiro de 1959, respectivamente, “*Explicação falaz*” e “*Fidel Castro: ‘continuarão as execuções, custe o que custar’*”, ambas na página 8. Também no dia 15 de janeiro, os jornais Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa deram destaque à declaração de Fidel afirmando que as execuções continuariam. A Tribuna publicou, ainda, a declaração de Luis Delgado Rodríguez, ministro do governo provisório, sobre os ataques que a imprensa estrangeira estava fazendo aos tribunais revolucionários (“*Campanha*”, Tribuna da Imprensa, 15 de janeiro de 1959, p. 6).

¹⁵² O jornal Correio da Manhã, em sua edição de 15 de janeiro de 1959, colocou, como subtítulo, na reportagem sobre as execuções, “*Orgia de sangue do irmão de Fidel Castro na província do Oriente*”. Em várias passagens do documento da CIA, “*Official History of Bay of Pigs Operation*”, Raul Castro e Che Guevara são apontados como verdadeiras ameaças e, diferente de Fidel, realmente alinhados com o comunismo.

tecipava os motivos que levariam à criação da Prensa Latina tempos depois:

Y es evidente que las agencias de cables internacionales, controladas por dos o tres compañías, publican en el extranjero lo que les da la gana, y a los pueblos de América del Sur y Estados Unidos les llega lo que ellos les mandan: una forma de censura a través del monopolio de la noticia. Una censura monopolística de la noticia, de donde resulta que el prestigio de las naciones, la seguridad de las naciones y el destino de los pueblos queda a merced del monopolio de dos o tres agencias internacionales de noticias, que escriben y cuentan lo que les da la gana. (FIDEL CASTRO, 17 de janeiro de 1959, s/p).

Para se contrapor aos ataques que vinham por meio da propaganda negativa, foram organizadas conferências onde compareceram mais de 400 jornalistas latino-americanos e de outras partes do mundo, que aconteceram entre os dias 21 e 22 de janeiro de 1959, que ficaram conhecidas como *Operación Verdad*¹⁵⁴. Seu objetivo central era combater o monopólio informativo dos Estados Unidos e as campanhas que fazia contra Cuba. Jorge Ricardo Masetti, Carlos María Gutiérrez, Celia Sánchez Manduley, dentre outros, organizariam as reuniões a pedido de Fidel Castro. As conferências foram realizadas no Hotel Havana Hilton e Fidel falou no seu segundo dia, especialmente para os jornalistas latino-americanos:

¹⁵³ Afirma-se que havia uma relação próxima entre a CIA e as agências de notícias estadunidenses que atuariam em conjunto nessa campanha de difamação da revolução, especialmente com a UPI, assim como a proximidade com a Sociedad Interamericana de Prensa (SIP). O artigo *"The Cia and The Media"*, do jornalista Carl Bernstein, traça um panorama dessas relações. Outra reportagem, *"C.I.A. Established Many Links To Journalists in U.S. and Abroad"*, que trata das ligações entre jornalistas e a CIA, foi escrito por John M. Crewdson, para o New York Times, em 27 de dezembro de 1977. Esta interferência da agência junto aos meios de comunicação é apresentada, também, como estratégia do chamado *Psychological Operation* (PSYOP). Há indícios de uma operação clandestina e sigilosa de ação da CIA nos meios de comunicação que ficou conhecida como "Operação Mockingbird". Poucos são os dados disponíveis sobre a operação, mas há uma citação da mesma no "Family Jewels", que detalha as atividades ilegais conduzidas pela CIA dos anos 1950 até meados de 1970.

¹⁵⁴ O jornal O GLOBO, em sua edição matutina de 19 de janeiro de 1959, publica o convite do presidente do governo provisório cubano, Manuel Urrutia, para que os jornalistas dos Estados Unidos e de demais países do mundo fossem a Cuba para se "informarem melhor" e para assistirem os julgamentos.

Hemos tenido muchos amigos entre los pueblos, pero estos han sido impotentes hasta ahora. Poco han podido hacer los pueblos de América. Y hay que observar cómo reaccionan contra nosotros determinados intereses, precisamente para quitarnos los únicos amigos que tenemos, que son los pueblos... Lo que se quiere es aplastar a la Revolución cubana... ¿Quieren ustedes, los periodistas, ayudar a los pueblos? Pues tienen un arma formidable en la mano: la opinión pública continental. Úsnela, y verán cómo ayudan a redimir pueblos y salvar muchas vidas.

(...)

Nosotros no tenemos cables internacionales. A ustedes, los periodistas latinoamericanos, no les queda más remedio que aceptar lo que diga el cable, que no es latinoamericano. La prensa de América Latina deberá estar en posesión de los medios que le permitan conocer la verdad y no ser víctima de la mentira. (GOMEZ, 2014, p. 19).

Em 29 de janeiro, uma semana depois do evento, um grupo de jornalistas – Jorge Masetti, Armando Villanueva, Armando Rodríguez Suárez, Carlos María Gutiérrez e Enrique de la Osa – foi ao noticiário do então Canal 12 de Televisão, de Havana, falando, pela primeira vez, da ideia de criação de uma agência de notícias latino-americana (UBERUAGA e CABRERA, 1981). À frente do projeto de criação da agência estavam Jorge Ricardo Masetti e Carlos María Gutiérrez, além do próprio Che Guevara, que, junto com Masetti, teria pensando no projeto ainda em Sierra Maestra, inclusive, tendo partido dele a sugestão do nome Prensa Latina, em uma reunião organizadora da agência.

La idea de crear una agencia latinoamericana no es por cierto original. Como no lo es tampoco la idea de liberar a los pueblos latinoamericanos del imperialismo que los oprime. Nosotros, que sufrimos el monopolio de las noticias, de la información, de la opinión pública que creaban las agencias yanquis, o el de la no información, el ocultamiento y la distorsión, sentimos también la necesidad de crear una agencia noticiosa.¹⁵⁵

¹⁵⁵ "Primeira Reunião Internacional das Agências Informativas convocada pela Prensa Latina", realizada em 12 de janeiro de 1960. Os discursos, artigos, circulares, cartas de Jorge Ricardo Masetti estão disponíveis no link: <http://jorgericardomasetti.blogspot.com>.

A agência começou a funcionar em uma pequena oficina em Havana, transferindo-se para um local maior, por ingerência de Guevara, que era uma presença constante desde seu início¹⁵⁶. Além da redação central, a agência foi organizada em cinco departamentos: arquivo, fotografia, esportes, traduções e teletipos. Os jornalistas contratados ganhavam um salário muito acima da média dos salários usualmente pagos. Gutiérrez redigiria os estatutos e viajaria a vários países da América Latina para abrir escritórios da agência. Um dos problemas ainda existentes era a dependência tecnológica dos Estados Unidos. Para superar isso, foram adquiridos equipamentos, inclusive através da China e da ex-União Soviética, que deram a necessária, e desejada, independência buscada por Jorge Ricardo Masetti.

Em abril de 1959, chegava a Cuba o empresário mexicano Guillermo Castro Ulloa, que se tornaria presidente da nova agência. A sede da Prensa Latina, na verdade, ficava no México, segundo um documento secreto da CIA, “para dar a impressão de ser um serviço de notícias independente”¹⁵⁷. Em 18 de abril, Masetti enviou a primeira circular aos escritórios no exterior em que diziam que as notícias a serem enviadas deveriam ser aquelas “de gran transcendencia y de valor internacional” (NARVAJA, 2017). Finalmente, no dia 9 de junho de 1959, o governo cubano apresentava oficialmente a nova agência internacional de notícias, em um evento com mais de 400 convidados, entre personalidades cubanas e estrangeiras, jornalistas e mesmo correspondentes das agências de notícias que há muito dominavam o fluxo informativo mundial, com felicitações de muitos que lá não estavam, como Salvador Allende¹⁵⁸.

Os primeiros escritórios foram abertos em Nova York, Cidade do México, Caracas e Buenos Aires. Depois vieram os escritórios na Colômbia, Peru, Chile, Panamá, Bolívia, Brasil e Equador. E, finalmente, no dia 16 de junho de 1959, o primeiro despacho telegráfico saía da Prensa Latina, seguindo aquilo que havia sido determinado, desde o início, por Jorge Ricardo Masetti: uma informação direta, objetiva e com uma fonte incontestável¹⁵⁹. Escre-

¹⁵⁶ Vários depoimentos afirmam que Che ia de duas a três vezes por semana na agência, sem nenhum aviso prévio e sem um horário definido, muitas vezes, altas horas da noite.

¹⁵⁷ CUBA: CASTRO'S PROPAGANDA APPARATUS AND FOREIGN POLICY, op. cit.

¹⁵⁸ Uma das cartas veio de Pablo Neruda, em que dizia: “Monopolizar cobre es malo. Monopolizar petróleo, café, barcos, trigo, peor. Monopolizar noticias es un crime. Ya hemos sufrido bastante. Nos han informado a la fuerza de la manera de vivir norteamericana, chicles, divorcios, cohetes que no suben, embajadorass frívolas que aún odian a Lincoln. Queremos noticias del mundo en entero, sobre todo de nuestros hermanos países de América índica y latina. Ustedes son la primera ventana que dejará entrar aire. ¡Respiremos!” (NARVAJA, 2017)

vendo aos próprios redatores e jornalistas da agência, Masetti afirmava que as duas qualidades essenciais de um jornalista de uma agência de notícias eram a “exatidão e a rapidez”, que deveriam ser exercidas juntas. Esse material se constituiu em um manual de estilo e editorial, onde constavam as normas de funcionamento da Prensa Latina, a importância da precisão e da certeza no tratamento dos dados e das fontes comprováveis e contrastáveis¹⁶⁰. Não era apenas uma questão de técnica, mas de um posicionamento editorial. Segundo o diretor da agência:

*El periodista no debe asegurar nada que no vea o de lo cual no tenga las pruebas suficientes. No debe dejarse llevar por 'lo que me dijeron, sino que debe constatar personalmente que todos los datos que ofrezca en su crónica o artículo, sean exactos. La información oficial, constituye en todos los casos, lo que el que la emite quiere que se diga. Esto no indica necesariamente que sea verdad, o toda la verdad. Este tipo de informaciones debe señalarse como tal, pero además hay que constar si se ajusta a los hechos o si existe algo más, en torno a las mismas.*¹⁶¹

Uma notícia dada através de uma agência internacional não acontece da mesma maneira que para um jornal diário. São leitores de países distintos, com as singularidades dos veículos de comunicação nacionais. Por conta disso, Masetti recomendava aos seus jornalistas o cuidado na escrita para que não se gerassem confusões em virtude das diferenças regionais, sem contar os diferentes tipos de veículos de comunicação que poderia utilizar o material fornecido pela agência (ALMANDOZ, 2014, p. 107).

Mas, Masetti afirmava que a relação entre os jornalistas e o relato jornalístico ia além de uma técnica eficaz na transmissão da notícia. Ela colocava em questão a pretensa neutralidade em que se baseia a imprensa dominante, que constrói, na verdade, uma naturalização e a universaliza-

¹⁵⁹ O primeiro despacho telegráfico emitido pela Prensa Latina tratava do desmentido do embaixador de Honduras na Organização das Nações Unidas em relação a acusação sobre uma possível participação cubana na revolta que ocorrera em seu país. Disponível em <http://jorgericardomasetti.blogspot.com>.

¹⁶⁰ “A los señores redactores y reporteros”. Disponível em: <http://jorgericardomasetti.blogspot.com>

¹⁶¹ Disponível em: <http://jorgericardomasetti.blogspot.com/2008/10/los-senores-redactores-y-reporteros-de.html>

ção da desigualdade. Sua proposta editorial, ainda que ele tenha estruturado a Prensa Latina dentro de um modelo de um jornalismo empresarial, confrontava a formação profissional clássica dos jornalistas, cujos preceitos formativos eram a imparcialidade e a neutralidade. Apesar disso, o diretor ressaltava que o caráter informativo tinha prioridade sobre a opinião, com a notícia devendo vir acompanhada da informação contextual, recuperando a totalidade dos processos e não ser apresentada como um evento isolado, como acontecia com a transmissão das agências de notícias dominantes. No manual elaborado, afirmava que, *“para que la misión de la agencia sea cumplida cabalmente, no debe proporcionar sólo noticias, sino que la noticia que emita vaya seguida de inmediato por la información”*.

Era o começo da luta contra o monopólio informativo das grandes agências. Não mais a edição de panfletos como os que faziam em Sierra Maestra, mas a disputa com o espaço e o discurso autoconstruído de uma “prática profissional” por parte das agências hegemônicas em que a parcialidade se vê dissimulada em uma neutralidade inexistente. A agência que se formava reconhecia a parcialidade, mas a transformava na objetividade. Nas palavras de Masetti, como princípio do jornalismo que norteava Prensa Latina, *“Somos objetivos pero no imparciales. Consideramos que es una cobardía ser imparcial, porque no se puede ser imparcial entre el bien y el mal”*¹⁶².

Este rigor no tratamento das informações vinha da necessidade de construir a credibilidade da Prensa Latina em sua batalha para competir com as agências internacionais de notícias já consolidadas. Com uma redação de jovens jornalistas, a maioria cubanos, mas também com alguns argentinos, a agência contava, completando a equipe, com jornalistas experientes e muitos já conhecidos, nos cargos de chefias e como correspondentes. Na redação, Carlos Aguirre, Rogelio García Lupo, Armando Rodríguez Suárez, Baldomero Álvarez Ríos, Ángel Augier, Rodolfo Walsh, entre outros, e, como correspondentes na América Latina, um quadro com nomes como Gabriel García Márquez, Lenika Franulic, Aroldo Wall, Juan Carlos Onetti, Ángel Boan, colaboradores como Sartre e Simone de Beauvoir (que mandavam notas mensais), Waldo Frank e Wright Mills.

Se Fidel Castro, Che Guevara e Masetti afirmavam que as notícias disse-

¹⁶² Primeira Reunião Internacional das Agências Informativas convocada pela Prensa Latina. Disponível em: <http://jorgericardomasetti.blogspot.com>.

minadas pelas agências internacionais tinham o intuito de derrubar a revolução vitoriosa com informações falsas e distorcidas – o que motivou a criação da Prensa Latina, o serviço de inteligência dos Estados Unidos, por sua vez, compreendia que a nova agência era uma ameaça real e de alcance efetivo aos propósitos do governo revolucionário, atingindo a hegemonia daquele país na América Latina. E os ataques contra a agência foram ganhando vulto.

Segundo Rodolfo Walsh¹⁶³, em seu prólogo póstumo do livro de Masetti (2006):

Los monopolios informativos reaccionaron ante la competencia como todos los monopolios. La guerra desatada contra Prensa Latina invocó el pretexto de que era una agencia oficial. PL era, por supuesto, tan oficial como United Press, Reuter o France Presse: no hay en el mundo una agencia que no responda a los intereses de un estado nacional, o de un grupo monopolista estrechamente vinculado a ese estado. La diferencia consiste en que los países dominantes del mundo occidental prohíben ese lujo a los países dependientes. Las tentativas realizadas en Argentina y Brasil durante los gobiernos de Perón y Quadros fracasaron ante la embestida de las agencias norteamericanas que contaron como aliados a los grandes diarios comerciales de ambos países, para quienes el periodismo estatal es un crimen cuando se trata del estado nacional, y no lo es cuando detrás se oculta el poder extranjero. (MASETTI, 2006, p.14).

Os ataques partiam, principalmente, da Sociedade Interamericana de Prensa (SIP), uma organização estreitamente ligada aos interesses dos Estados Unidos e à mídia hegemônica, na figura de Jules Dubois, jornalista do *Chicago Tribune* e que esteve presente nas conferências organizadas na *Operación Verdad*. Dubois, além de jornalista, foi presidente da Comissão da Liberdade de

¹⁶³ Rodolfo Jorge Walsh, argentino e um dos frequentadores do café *La Paz*, em Buenos Aires, chegou a Havana em junho de 1959, para trabalhar na Prensa Latina, onde criou o Departamento de Serviços Especiais. Figura importante da agência, foi o responsável por descobrir, antecipadamente, o plano de invasão dos Estados Unidos em 1961, que ocorreu na Baía dos Porcos, através da criptografia dos documentos enviados de Washington para sua embaixada na Guatemala. O governo revolucionário cubano não permitiu que os documentos e os planos fossem revelados. No entanto, em fevereiro de 1961, sem consultar Masetti, então diretor da agência, Walsh enviou uma extensa reportagem sobre Cuba para a revista *Che*, de Buenos Aires, em que mencionava os documentos, ainda que sem os detalhes da invasão. Isso levou a que o governo cubano se voltasse contra ele e o afastasse da agência de notícias cubanas. Rodolfo Walsh voltou para a Argentina e foi assassinado pela ditadura em 27 de março de 1977 por um grupo anticomunista e seu corpo nunca foi encontrado.

Expressão e Informação da SIP. Haviam fortes suspeitas que o jornalista fosse, na verdade, um agente da CIA¹⁶⁴. Seus artigos atacavam ao governo cubano e a própria Prensa Latina. Em uma carta de Che Guevara ao diretor da Revista *Bohemia*, que publicava os artigos de Jules Dubois, datada de 23 de maio de 1959, o líder revolucionário afirmava ser este um agente da CIA atuando através da SIP¹⁶⁵. Apesar das acusações, os ataques de Jules Dubois não cessavam.

Em julho de 1959, foi a vez de Masetti reclamar das campanhas difamatórias da SIP e reafirmar os propósitos da Prensa Latina em transmitir informações fidedignas. Em novembro do mesmo ano, outra investida de Dubois, agora no *Washington Post*. Na esteira desses ataques, o próprio diretor do jornal estadunidense enviou um memorando aos seus associados para que não utilizassem os serviços da agência cubana, qualificando-a de “peronista”, por conta da presença dos jornalistas argentinos, além da própria pecha de comunista¹⁶⁶. Masetti respondeu às acusações, afirmando que:

*Se nos acusó de ser una agencia de agitadores y logicamente que para ellos lo somos. Porque no ocultamos lá represión a los obreiros bananeiros de Costa Rica ni los atropelos de la United Fruit, ni las concesiones petrolíferas ao imperialismo. Para ellos somos agitadores porque decimos la verdad que les hace perder el sueño*¹⁶⁷.

¹⁶⁴ O memorando de 10 de junho de 1959, do Departamento de Estado dos Estados Unidos – *DuBois Expects Castro Crackdown on Communists in Cuban Army* – trata de um encontro em que Dubois participou, falando da situação de Cuba. Alertava, especialmente, sobre a presença de Guevara, “*the evil genius behind Raul who, when away from the influence of Guevara, is completely submissive to Fidel’s wishes*”. Dubois foi coronel da Inteligência estadunidense durante a Segunda Guerra, graduando-se no Fort Leavenworth, uma das muitas instituições militares que disseminavam a Doutrina de Segurança Nacional que veio a ser a base ideológica das ditaduras militares que se estabeleceram na América Latina a partir, principalmente, dos anos 1960 (MENDES, 2013). Dubois estava presente na Guatemala quando do golpe que derrubou Jacobo Arbenz que foi substituído por Carlos Castillo Armas, amigo e ex-aluno do jornalista.

¹⁶⁵ A participação da SIP em movimentos para impedir o surgimento de alternativas informativas aos grupos midiáticos ligados à sociedade já havia ocorrido em outros momentos, como na Argentina, em 1951. O presidente Perón, na ocasião, havia acusado da SIP de ser agente dos monopólios de comunicação e de prejudicar os diários independentes. Um dos alvos da Sociedade foi a própria Agência Latina, onde trabalharam Guevara e Masetti.

¹⁶⁶ O documento da CIA de 19 de maio de 1960, *Current Intelligence Weekly Summary*, nessa sintonia mencionada com a SIP, afirmava que “*Prensa Latina Director General Ricardo Masetti – na Argentine whose experience while work for the Peron propaganda machine evidently taught him the value of collaborating with Communists, since he employs many of them*”.

¹⁶⁷ *Primeira Reunião Internacional das Agências Informativas convocada pela Prensa Latina*. Disponível em: <http://jorgericardomasetti.blogspot.com/2008/10/prensa-latina.html>.

Os ataques da SIP caminhavam em sintonia com as ações dos Estados Unidos sobre os governos da América Latina para que fechassem os escritórios da Prensa Latina em seus países. Em maio de 1960, o correspondente Carlos Padilha Pérez foi deportado da Guatemala e o presidente daquele país cancelou a autorização de funcionamento da agência. Em outubro desse mesmo ano, na XVI Assembleia Anual da SIP, Jules Dubois exigia que os associados da entidade não reconhecessem a agência cubana, o que representava, na prática, uma proibição de contratar seus serviços. Em dezembro, foi a vez da sucursal argentina. Meses depois, o mesmo se deu em Caracas e em Lima. No Brasil, iniciou-se o processo de expulsão de seu correspondente. No México, uma batida policial se deu no escritório da agência em busca de armas. Em Nova York, o escritório foi fechado e seu correspondente detido. O próprio Masetti havia sido sequestrado na Costa Rica, em agosto de 1960. Como resultado dessas ações, no final de 1961, das 26 sucursais da Prensa Latina na América, somente restariam 10 abertas. Segundo Walsh, a pressão implacável dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos para que rompessem com Cuba teve o fechamento dos escritórios da Prensa Latina antes de cada decisão de rompimento (MASETTI, 2006, p. 16).

Contudo, os problemas sobre a agência de notícias cubana não vinham apenas dos ataques dos Estados Unidos e da SIP. A Revolução caminhava por outros rumos e seus efeitos se fizeram sentir nos conflitos que ganharam uma dimensão maior entre grupos internos da Prensa Latina. O alinhamento de Fidel Castro à ex-URSS gerou problemas dentro do próprio governo e o Partido Social Popular (PSP) aproveitou as brechas dessa conjuntura e passou a ganhar mais espaços no poder, desalojando dirigentes históricos do MR-26 de Julho e do Diretório Revolucionário. O diretor da Prensa Latina, Jorge Ricardo Masetti, seria uma das primeiras vítimas do chamado "sectarismo". Não era cubano, não era do partido, era acusado de peronista, sua posição enfrentava constantes desgastes.

Em setembro de 1960, Fidel criaria os Comitês de Defesa a Revolução. No caso da agência, o Comitê passou a questionar a condução da agência sob o comando de Masetti, principalmente sua postura editorial de privilegiar a informação e não a opinião, que deixaria de lado os ideais revolucionários. Além disso, foi questionada a escolha dos correspondentes, muitos deles por serem intelectuais progressistas, mas não comunistas. No entender do Comitê, esses deveriam ser dirigentes ou jornalistas ligados ao partido. Em

meio a isso, funcionários da agência contrários a Masetti, como Baldomero Álvarez Ríos, Alfredo Viñas, José Luis Pérez, Edmundo Palma e Armando Rabilero, conspiraram para sua saída. A situação tornou-se insustentável e, em 7 de março de 1961, voltando do Brasil, depois de fazer uma entrevista com Jânio Quadros, Masetti apresentava sua renúncia e se afastava da agência¹⁶⁸.

No entanto, os acontecimentos em torno da invasão na Baía dos Porcos, em 17 de abril de 1961, fariam com que Masetti reassumisse, provisoriamente, a direção geral da Prensa Latina. Dentre as primeiras tarefas que se ocupou, Masetti selecionou o corpo de jornalistas que partiriam para Playa Girón como correspondentes de guerra, com José M. Ortiz à frente do grupo, dando orientação quanto aos aspectos mais importantes a serem reportados dos combates, que foram transmitidos a partes regiões do mundo (GOMEZ, 2014).

Mas sua presença na direção da agência não durou muito. As reações internas do grupo que havia articulado a saída de Jorge Masetti, ligado, principalmente, ao PSP, continuaram, com boicotes e mesmo agressões físicas, como a invasão aos escritórios da agência, com a destruição de documentos. Fizeram parte dessa invasão, funcionários que acabaram sendo demitidos por Masetti. Com a interferência do PSP, esses funcionários foram reconduzidos aos seus empregos na Prensa Latina e, diante disso, Masetti pediu, mais uma vez, sua renúncia, desta vez, de maneira irrevogável. Em seu lugar, assumiu o jornalista espanhol Fernando Revuelta, que continuou o “processo de limpeza” dentro da agência, afastando aqueles que eram associados a Masetti. Com a saída de Masetti, a Prensa Latina mudou seus rumos. Segundo García Lupo (ALMANDOZ, 2014), passou a ser um “boletim do Partido Comunista Cubano”, perdendo a característica da construção de uma agência internacional de notícias no caminho de um discurso contra-hegemônico, mas com a qualidade daquelas já estabelecidas, em grande medida, um projeto de Masetti e do grupo que o acompanhara.

• UMA NOVA ORDEM INFORMATIVA PARA A AMÉRICA LATINA

As agências internacionais de notícias têm sua história intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo e da concentração

¹⁶⁸ A entrevista de Jânio Quadros a Jorge Ricardo Masetti foi a primeira entrevista internacional dada pelo novo presidente.

do capital. Surgidas no século XIX, acompanharam o processo colonial dos países centrais. Com o final da Segunda Grande Guerra, uma nova doutrina surgia pregando o “livre fluxo da informação”, em grande parte, impulsionada pelos Estados Unidos e países da Europa. No caso da América Latina, a concentração midiática que veio na esteira dessa modernização ficou em mãos das elites políticas que tinham fortes vínculos com as potências estrangeiras, especialmente, os Estados Unidos. Isso dificultava o surgimento de meios que pudessem questionar as estruturas vigentes em seus países e abriam espaços para a influências estrangeiras, trazidas por um aparato ideológico de criação de um consenso que definia que esses modelos importados deveriam ser uniformizados.

A discussão sobre os fluxos informativos desiguais e o domínio dos meios de produção da informação por parte das potências mundiais começou a fazer parte das agendas dos países do então chamado Terceiro Mundo, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, que viam essa desigualdade também como parte das desigualdades estruturais entre os mundos desenvolvido, em desenvolvimento e subdesenvolvido. O debate alcançou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a UNESCO, que criou uma comissão para fazer o primeiro diagnóstico sobre o estado das comunicações no mundo, ampliando os debates sobre os fluxos informativos e a democratização da comunicação como um direito dos povos. O documento conhecido como Relatório MacBride foi finalizado em 1980 e teve, como resposta, o afastamento dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha da UNESCO, fazendo com que caísse, de maneira bastante acentuada, o orçamento da instituição destinado aos seus inúmeros programas¹⁶⁹.

A experiência da Prensa Latina, iniciada anos antes do relatório da UNESCO, questionou essa desigualdade informativa e a importância de quebrar a força hegemônica representada pelas agências internacionais de notícias dominantes. No novo cenário regional que se constituiu a partir da vitória da Revolução Cubana, a notícia difundida por essas agências não era aquela que interessava aos revolucionários difundir e era preciso ganhar os espaços para se impor na disputa dos sentidos e da narrativa da realidade do ponto de vista latino-americano. A Prensa Latina não apenas assumiu a

¹⁶⁹ O título oficial do documento é “*One World, Many Voices*”. Ficou conhecido como Relatório MacBride em referência ao presidente da comissão, o político irlandês Sean MacBride, que foi presidente da Anistia Internacional e vencedor do prêmio Nobel da Paz em 1974.

missão de mostrar o processo revolucionário que mudava a face de Cuba para o mundo, mas trazia junto a consciência da necessidade oferecer um olhar diferenciado da realidade da América Latina e das nações periféricas. Na disputa da narrativa, tornou-se aquilo que era o principal temor dos Estados Unidos: uma das armas mais eficazes da propaganda do processo revolucionário cubano como algo possível.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pedro. Notas para uma História do Jornalismo de Agências. *Anais do VII Encontro Nacional de História da Mídia*, Fortaleza, 2009. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1?b_start:int=100. Acesso em: 27/03/2017.

ALMANDOZ, Daniel González. *Relatos en rojo y negro: aportes de Jorge Ricardo Masetti al periodismo contrahegemónico*. (Tesis de Maestría) Universidad Nacional de Cuyo, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Maestría en Estudios Latinoamericanos, 2014.

BALARDIM, Rafael. *Cuba: a construção do socialismo e sua dimensão internacional (1959-2016)*. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS, 2016.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel – a Revolução Cubana e a América Latina*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARDACH, Ann Louise; AGÜERO, Luis Conte. *The Prison Letters of Fidel Castro*. New York, Nation Books, 2007.

CASTRO, Fidel. Coletânea de Textos. In: SADER, Emir (org.) *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, n. 57. São Paulo: Editora Ática, 1986.

GÓMEZ, José Bodes (compilação). *Los años precursores. Memorias de Prensa Latina (1959-1962)*. Edición en homenaje al 55 Aniversario de Prensa Latina. Havana: Prensa Latina, 2014.

GONZÁLEZ, Patricia Calvo. *La Sierra Maestra en las rotativas. El papel de la dimensión pública en la etapa insurreccional cubana (1953-1958)*. (Tesis) Departamento de Historia Contemporánea y de América, Facultad de Historia, Universidad de Santiago de Compostela, 2014.

GUEVARA, Che. *Diário de um combatente*. Tradução Dafne Melo. São Paulo: Planeta, 2012.

MASETTI, Jorge Ricardo. *Los que luchan y los que lloran, y otros escritos inéditos*. Buenos Aires: Nuestra America, 2006.

_____. *Artículo a propósito de la Primera Reunión Internacional de Agencias Informativas, convocada por Prensa Latina el 12 de enero de 1960*. Disponível em: <http://jorgericardomasetti.blogspot.com/2008/10/prensa-latina.html>. Acesso em: 05/07/2018.

_____. *A los señores redactors y reporteros de Prensa Latina*. Disponível em: <http://jorgericardomasetti.blogspot.com/2008/10/los-senores-redactores-y-reporteros-de.html>. Acesso em: 05/07/2018.

_____. *Primer despacho cablegráfico emitido por Prensa Latina*. Disponível em: <http://jorgericardomasetti.blogspot.com/2014/01/primer-despacho-cablegrafico-emitido.html>. Acesso em: 05/07/2018.

MENDES, Ricardo Antonio Souza; CALEGARI, Ana Paula Cecon. Combate al sectarismo: dissidências e embates políticos ao longo da Revolução Cubana (1954-1964). *Dimensões – Revista de História da UFES*. Vitória, v. 35, jul-dez. 2015, p. 366-390. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/12505>. Acesso em: 06/09/2018

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 06-38. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180305102013006/2835>. Acesso em: 06/09/2018

_____. A Revolução Cubana e a política bifurcada norte-americana para a América Latina. Rio de Janeiro, *Revista Latinidade*, vol 3, jan-jun. 2011. Acesso em: 06/09/2018

_____. Pensando a Revolução Cubana: nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução. *Revista eletrônica ANPHLAC – Dossiê Memória e Comemorações: História e historiografia das Américas*, n. 8, 2009. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/viewFile/1389/1260>. Acesso em: 06/09/2018

NARVAJA, Hernán Vaca. *Masetti: el periodista de la revolución*. Publisher, Sudamericana, 2017.

PERERA, Dalia Reyes. Soldado de la palabra. *Bohemia – Revista Cubana de Actualidad General*. Havana, 30 de setembro de 2017. Disponível em: boemia.cu/historia/2017/09/soldado-de-la-palabra/. Acesso em: 05/07/2018.

SADER, Emir. A janela e o espelho. In: FERREIRA, Maria Nazareth (org.). *A comunicação (des)integradora na América Latina: os contrastes do neoliberalismo*. São Paulo: EDICON; CEBELA, 1995, p. 13-15.

UBERUAGA, María Begoña Aróstegui; CABRERA, Gladis Blanco: *Un desafío al monopolio de la intriga*, Editora Política, La Habana, 1981.

DOCUMENTOS CIA/FRUS

Cuba subversion in other Latin America Countries. October 4, 1962. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP-79T00428A000200020045-5.pdf>

Cuba Castro's propaganda apparatus. March 28, 1985. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP87M00539R001702730012-6.pdf>

Official History of Bay of Pigs Operation. Vol. III, Evolution of CIA's anti-castro policies, 1959 – january 1961. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/5076ddc4993247d4d82b58d4>

Communist influence in Cuba. March 22, 1960. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000132455.pdf

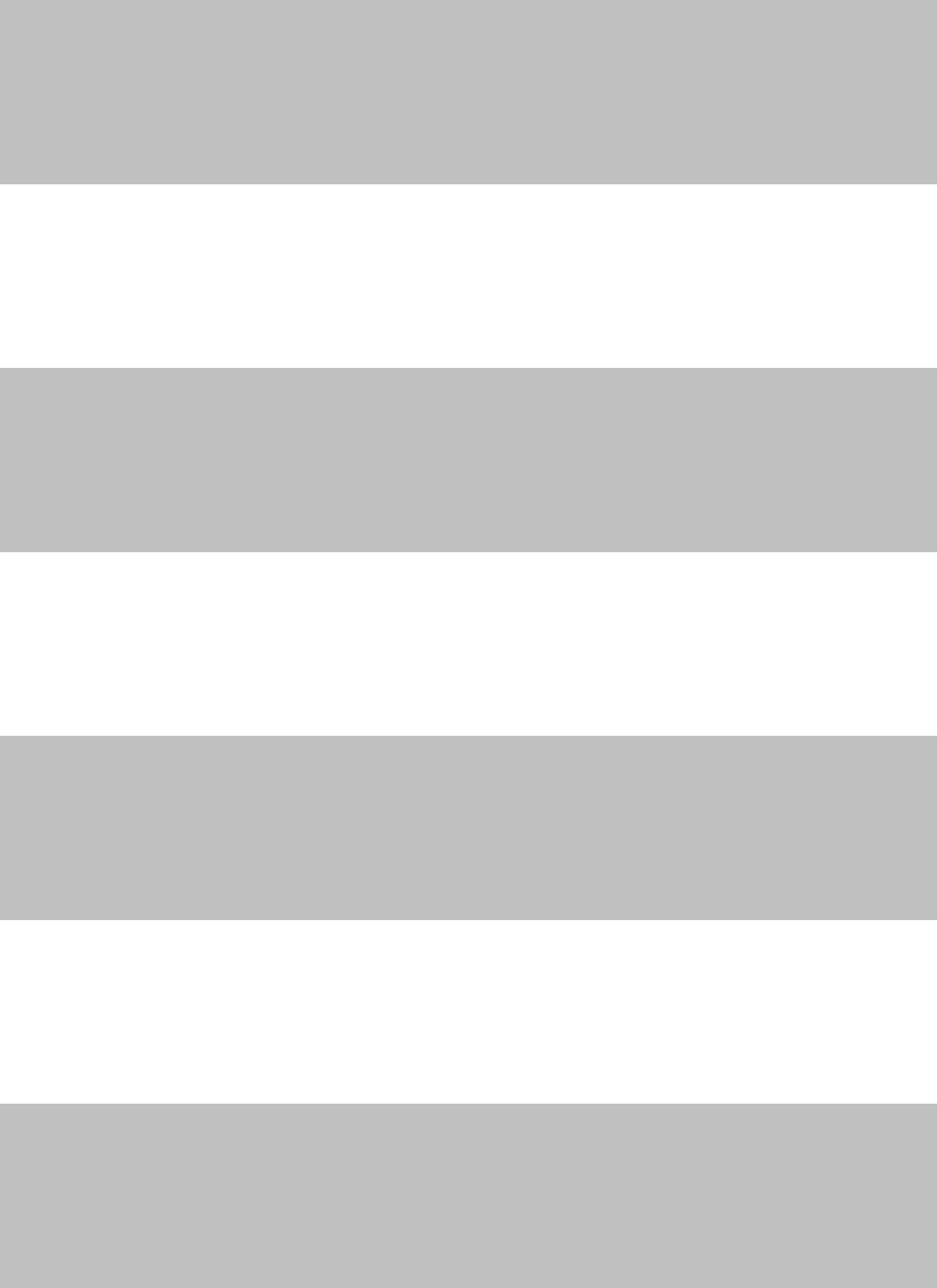
Current Intelligence Weekly Summary. May 19, 1960. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP-79-00927A002700080001-6.pdf>

DuBois Expects Castro Crackdown on Communists in Cuban Army. Memorandum of a Conversation, Washington, June 10, 1959. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v06/d317>

DISCURSOS DE FIDEL CASTRO

Discurso pronunciado en la Magna Concentración Popular, en el Palacio Presidencial, el 21 de enero de 1959. Disponible em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f210159e.html>

Discurso pronunciado en su visita a la Ciudad de Pinar del Río, despues del Triunfo Revolucionario, el 17 de enero de 1959. Disponible em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f17015>



**Ricardo A. S. Mendes &
Jacqueline Ventapane**

Mais de meio século depois da vitória dos “rebeldes barbudos” de Sierra Maestra, a Revolução Cubana continua a desencadear debates fervorosos e a alimentar polarizações. Marco de toda uma geração, amada e odiada ao longo de todo o espectro político, ganha relevância em função da forma pela qual foi recebida/interpretada e por seus efeitos simbólicos tanto à esquerda quanto à direita. Por um lado, se isso é fruto da atualidade de uma série de questões que foram confrontadas pela revolução, de outro, resulta da enormidade de aspectos sobre o assunto ainda não contemplados com maior atenção.

Uma dessas questões refere-se à cobertura noticiosa internacional feita sobre os eventos que começaram a ser objeto de interesse da mídia de vários países da região já a partir de 1958, principalmente após a fracassada campanha de Fulgêncio Batista em Sierra Maestra¹⁷⁰. Os acontecimentos ali transcorridos foram noticiados por periódicos da Europa e dos Estados Unidos, mas também das Américas, tais como *La Prensa*, *La Nacion*, *El Mercurio*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa*.

O crescente interesse manifestou-se não apenas pelo aumento do número de jornais que noticiavam sobre a Revolução, mas também pela maior quantidade de notícias sobre a Ilha nesses diferentes periódicos. Essas informações jornalísticas chegavam até os jornais basicamente por três caminhos: as agências noticiosas transnacionais, os correspondentes internacionais contratados pelos diferentes periódicos e, por último, os correspondentes nacionais dos jornais dos diferentes países da região.

Atentamos, aqui, para a ação de dois desses “atores” – as agências noticiosas transnacionais e os correspondentes estrangeiros –, responsáveis por comentar as condições de luta, as propostas dos que então chegavam ao poder, bem como as ideias que orientavam esses grupos. Observando-se esses atores políticos percebe-se, de forma clara, que a campanha pela desqualificação do processo revolucionário contou com um papel protagônico da imprensa.

Por outro lado, e de forma não tão clara assim, a análise desses atores sugere fortemente uma articulação entre setores da inteligência norte-a-

¹⁷⁰ “Ofensiva Final de Batista para Aniquilar os Rebeldes”. *O Globo* (UPI), 05/06/1958, p. 8; “Fracassa ofensiva contra Fidel Castro”. *Tribuna da Imprensa* (UPI), 07-08/06/1958, p. 5. Com a derrota das forças de Fulgêncio na ofensiva realizada em Sierra Maestra, Fidel reforça sua liderança política sobre as forças rebeldes. (BANDEIRA, 1998, p. 172)

mericana, a *Sociedad Interamericana de Prensa* (SIP)¹⁷¹ e as agências noticiosas transnacionais, que agiam na imprensa local de diversos dos países da região. O foco aqui, recairá sobre um curioso personagem, sua presença como correspondente em diferentes jornais da região e uma das importantes figuras da SIP: o norte-americano Jules Dubois.

• AS AGÊNCIAS NOTICIOSAS TRANSNACIONAIS E OS CORRESPONDENTES INTERNACIONAIS

Nelson Werneck Sodré (1999), em sua *História da Imprensa no Brasil*, cita que R. Magalhães Junior, já em 1954, fazia alusão ao papel das agências noticiosas internacionais. Assinalando que empresas estrangeiras como Associated Press, United Press e France Press “influem na opinião do nosso povo, pois é através delas, segundo suas tendências, que os brasileiros se apercebem do que se passa no mundo”. E afirma ainda que as informações prestadas por tais empresas de notícias “já vêm preparadas segundo as inclinações peculiares dessas agências”¹⁷².

Sodré (1999) considera que esse noticiário estrangeiro apresentava-se relativamente uniforme, variando tão somente quanto ao maior ou menor aproveitamento do material estrangeiro fornecido pelas agências noticiosas, quanto à inventividade dos títulos das reportagens e, por último, quanto a diagramação e seleção das manchetes (SODRÉ, 1999, p. 415). A influência estrangeira no noticiário nacional denunciada pelo autor resultaria, dentre outros aspectos, da dependência que a quase totalidade da imprensa nacional guardava em relação às agências, fruto da carência tecnológica que viabilizasse uma conexão com o “mundo exterior”.

De outro lado, autores como Fernando Reyes Matta (1980), Juan Somavía (1980) e Al Helster (1980), em obra coletiva organizada por Matta, apresentam as agências transnacionais com um histórico de vinculações com os seus respectivos estados nacionais que colaborava para que a pro-

¹⁷¹ No Brasil a organização apresentava a sigla SII (Sociedade Interamericana de Imprensa) e nos Estados Unidos, IAPA (Inter American Press Association), mais é usualmente tratada por sua sigla em espanhol.

¹⁷² Magalhães Junior, R., *Estrangeiros na imprensa e imprensa de estrangeiros*. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 06 de março de 1954. Apud, SODRÉ (1999) Werneck, que realiza uma avaliação, de certa maneira, precoce sobre o assunto no Brasil dos anos 1950, indica que tanto a pretensa “liberdade de imprensa” e a “neutralidade” supostamente existentes no Brasil seriam questionáveis.

eminência dessas empresas resultasse em uma apresentação positiva da ação dessas nações no cenário internacional. Avaliando o processo de criação de agências como a alemã Wolf, a inglesa Reuters, a francesa Havas (depois de 1944, France Press) e as norte-americanas Associated Press, United Press e Internacional News Service (as duas últimas fundindo-se a partir de 1958-9 na United Press Internacional), os autores apontam que a criação das mesmas acompanhou o processo de expansão imperialista de Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos.

Antecedendo em algumas décadas a Partilha da África realizada por Reino Unido, França e Alemanha, as agências também dividiram o mercado noticioso entre si, estabelecendo áreas onde poderiam exercer, monopolisticamente, a venda de notícias. Segundo Helster, ocorreu uma espécie de cartelização do mercado noticioso, “no qual a cada agência davam-se certos ‘domínios de notícias’” (HELSTER, 1980, p.79)¹⁷³. Fossem europeias ou norte-americanas, a sistemática de relações de proximidade entre Estado e Agências repetiu-se. Em troca do acesso às estruturas tecnológicas (telégrafos submarinos, radiotelegrafia) ou a informações privilegiadas fornecidas pelos governos desses países, as agências apresentaram um sistema de seleção de notícias determinados “consciente ou mecanicamente”, segundo Somavía, “pelos interesses políticos e econômicos do sistema transnacional e dos países onde tal sistema tem suas raízes” (SOMAVÍA, 1980, p. 40). Nesse sentido, as agências justificavam as ações intervencionistas, legitimavam ações belicosas e apresentavam de forma positiva o papel desempenhado por essas nações.

Inicia-se no século XIX o processo de criar uma boa imagem das nações hegemônicas e de propagar em várias partes do mundo uma dada perspectiva de realidade pertinente a essas nações, tendo continuidade ao longo de todo o século XX. Se os autores acima enfatizam os aspectos estruturais desse processo, Steinberger (2005) aborda as referências a partir das quais as agências noticiosas transnacionais produziam um imaginário social através de um discurso noticioso que adequava a cultura geopolítica ordem geopolítica então vigente.

Se a geopolítica pode manifestar-se como “prática espacial”, a cultura geopolítica o faz através de uma ordem discursiva que ratifica o ordena-

¹⁷³ Denominados por “Tratados de Agência”, o primeiro foi estabelecido em 1859, quando o protagonismo coube tão somente às agências noticiosas européias. Só a partir do último quartel do XIX, em 1875, que a Associated Press iniciou sua pressão por participar desse mercado de forma mais efetiva. Ver também: AGUIAR (2015) e SALINAS (1984)

mento internacional de nações, hierarquiza os países no plano simbólico e naturaliza uma perspectiva de mundo que privilegia temáticas relevantes com enfoques especificamente enquadrados nas demandas dessas nações. Além disso, o tipo de notícia valorizada, como afirma Somavía, divulga como valores universais a “estabilidade política, a eficiência econômica, a criatividade tecnológica, a “lógica” do mercado, as vantagens do consumismo, a defesa da liberdade” dentre outros aspectos que se apresentavam como relevantes para o *status quo* internacional (SOMAVÍA, 1980., 34).

Se as agências noticiosas transnacionais apresentam grande eficácia nesse papel em função do volume de material noticioso que difundem, outros atores ganham destaque pela relevância e prestígio que desfrutam enquanto porta-vozes da notícia. Os correspondentes estrangeiros internacionais se enquadram nesse tipo de situação. O valor de seu discurso resulta da legitimidade e reconhecimento que o lugar a partir do qual o mesmo profere sua fala, lhe confere. Tal qual no caso das agências de notícias, sua utilização resulta do alto custo para a manutenção de correspondentes nacionais encaminhados como “enviados especiais” para a cobertura de determinados acontecimentos no estrangeiro. Embora fornecedores de uma quantidade infinitamente menor de material noticioso, os correspondentes internacionais estrangeiros apresentavam uma informação que era entendida como qualitativamente diferenciada, abastecendo os periódicos não apenas com o que era apresentado como informação, mas principalmente com a elaboração de uma opinião que se caracterizava como algo além de uma simples narrativa do acontecido¹⁷⁴. Considerados como especialistas naquilo que descreviam e analisavam, suas considerações ganhavam destaque pela sua vinculação com empresas jornalísticas estrangeiras de destaque. Esses correspondentes estrangeiros de notícias internacionais, tal como no caso das agências de notícias transnacionais, também se habilitavam como referência para pensar o mundo por conta da sua trajetória individual e dos valores presentes em suas sociedades de origem.

O norte-americano Jules Dubois enquadra-se dentro dessa perspectiva por diversos motivos. Nascido no estado de Nova York, correspon-

¹⁷⁴ Steinberger (2005) divide essas duas formas de transmitir notícias entre informações noticiosas e informações opinativas, embora considere que ambas acabavam por apresentar elementos valorativos mais ou menos explícitos. SHOEMAKER (2011) é outra autora a que assinala a inexistência de diferenças entre as mensagens noticiosas, que apresentariam uma cobertura dos acontecimentos tão somente de modo factual, e as editoriais – que trariam em seu bojo um ponto de vista.

te do *Chicago Tribune* para a América Latina desde 1948, Dubois atuou em Cuba, inclusive, como colunista da revista *Bohemia* durante o ano de 1959. Também escreveu sobre as questões latino-americanas para jornais como o brasileiro *O Globo*, o argentino *La Nación*, no *Stars&Herald* panamenho e para *King Features Syndicate*, empresa noticiosa associada ao grupo Hearst, dentre outros veículos de comunicação. O correspondente possuía grande prestígio internacional, adquirido principalmente por sua posição como presidente da *Comissão de Liberdade de Imprensa e Informação da Sociedad Interamericana de Prensa* ao longo das décadas de 1950 e 1960, apesar de muitos de seus críticos considerarem que não era um jornalista brilhante¹⁷⁵.

• JULES DUBOIS: A SIP E AS ARTICULAÇÕES COM O GOVERNO NORTE-AMERICANO

Reunindo, atualmente, cerca de 1300 periódicos da região, a SIP foi uma das principais organizações comunicacionais na América Latina ao longo do século XX. Ainda que nos primeiros anos não estivesse efetivamente explícito esse papel, a organização acabou por apresentar-se como definidora de um modelo de imprensa para o continente. Com base na profissionalização do meio jornalístico e na modernização tecnológica nessas empresas, o modelo de um “jornalismo objetivo” irradiou-se principalmente partir dos Estados Unidos nos anos 1950¹⁷⁶.

A primeira ideia de uma reunião de jornalistas do continente americano surgiu durante o 1º Congresso Pan-americano de imprensa, realizado em Washington, em 1926, tendo por referência o Pan-Americanismo apresentado na *Conferência de 1889*¹⁷⁷. Nesse encontro, reuniram-se proprietários de periódicos da América Latina com os empresários do ramo nos Es-

¹⁷⁵ Um desses críticos era Carlos Maria Gutierrez que escreveu um artigo intitulado “El colega Jules Dubois”, em 23 outubro de 1959, publicado na revista *Marcha* em que critica as qualidades jornalísticas de Dubois.

¹⁷⁶ Esse é o momento da consolidação da Teoria do Espelho, calcada na defesa de que, no jornalismo, predominariam a neutralidade, objetividade e imparcialidade na construção e disseminação das notícias. VIZEU, s/d).

¹⁷⁷ A Primeira Conferência Pan-americana foi realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890, “com o objetivo de discutir e recomendar para adoção dos respectivos governos um plano de arbitragem para a solução de controvérsias e disputas que possam surgir entre eles, para considerar questões relativas ao melhoramento do intercâmbio comercial e dos meios de comunicação direta entre esses países, e incentivar relações comerciais recíprocas que sejam benéficas para todos e assegurem mercados mais amplos para os produtos de cada um desses países” (OEA).

tados Unidos, onde foi lançada a proposta de criação de uma organização que reunisse os jornalistas do hemisfério. Mas, somente em 1942 que essa proposta começou a ser encaminhada em uma reunião realizada no México. Foi a partir daí que a constituição de uma sociedade de jornais e revistas no continente voltou a ser discutida, resultando no nascimento da SIP no ano de 1943, fruto da Conferência ocorrida em Havana, Cuba.

A criação da Sociedade contou com aporte financeiro do então presidente cubano Fulgêncio Batista. A prática de receber financiamentos de governos viria a ser questionada em pouco tempo dentro da organização sob argumento de que a autonomia financeira era necessária para se ter uma independência política. A partir daí, foi estabelecido que a base dos recursos da organização estaria na constituição de cotas de seus sócios – proprietários de jornais, revista e também de jornalistas. Nesse momento, definiu-se, também, que as resoluções da organização seriam estabelecidas pelo voto de cada país associado.

Somente no 5º Congresso realizado em Quito (1949)¹⁷⁸, no Equador, observam-se mudanças de significativa relevância nos rumos da organização. A partir de então, com base no discurso de um jornalismo “profissional e apolítico”, três figuras – Tom Wallace, Jules Dubois e Joshua Powers – viriam a influenciar as mudanças que caracterizariam o papel da SIP dali em diante, enquadrando-a como uma das frentes a partir das quais se desenvolveria a afirmação da hegemonia norte-americana na América Latina. Dos três, apenas Jules Dubois tinha experiência anterior com o jornalismo.

Segundo Gargurevich (2015) e Ron (2008), Tom Wallace seria funcionário do Departamento de Estado norte-americano. Já os outros dois seriam altos funcionários da Agência Central de Inteligência daquele país. Pouco tempo depois, os dois primeiros acabaram por assumir as principais funções dentro da Sociedade. O informe entregue ao governo dos Estados Unidos sobre os resultados das reuniões entre delegados estadunidenses na SIP e Tom Wallace – realizadas em 1948 e 1949 –, afirmava a necessidade de mudança quanto à constituição da sociedade para que atendesse, eminentemente, aos interesses norte-americanos. Era assinalada, ainda, a necessidade de que o próximo congresso fosse realizado naquele país, para conduzir as propostas sem que a cisão fosse visível a ponto de tirar o

¹⁷⁸ Ainda que a proposta inicial fosse de reuniões anuais, em 1947 e 1948 não foram realizadas assembleias.

controle dos norte-americanos sobre a SIP. O informe trazia os resultados positivos de todas essas manobras (GARGUREVICH, 2015, p. 8).¹⁷⁹

Efetivamente, em outubro de 1950, o congresso se realizou em Nova Iorque, caracterizando o sucesso das articulações realizadas por aqueles três personagens. Nesse encontro, o General Eisenhower, como Reitor da Universidade da Columbia, e Bernard Baruch, elaborador junto com Walter Lipmann do termo “Guerra Fria”, foram convidados a falar¹⁸⁰.

A diplomacia do país, por sua vez, exerceria o papel de ator coadjuvante. Os cônsules dos Estados Unidos na América Latina receberam a ordem de negarem vistos a jornalistas que divergissem dos interesses norte-americanos (GARGUREVICH, 2015; RON, 2008). Citamos aqui o exemplo do peruano Genaro Carnero Checa, impedido de participar do Congresso sob o pretexto de ser “um elemento perigoso”¹⁸¹.

Os que adotavam uma posição contrária à hegemonia estadunidense dentro da organização, mas que, apesar das limitações impostas por autoridades norte-americanas, haviam conseguido visto para chegar até Nova Iorque, acabaram retidos por agentes do Departamento de Estado, sendo liberados somente ao término da Conferência. Dentre estes, estava o Tesoureiro da Comissão Organizadora da Conferência, Carlos Rafael Rodríguez, que não contou nem mesmo com o apoio do presidente da entidade – Tom Wallace –, para liberá-lo¹⁸². Outros que conseguiram ultrapassar todos os

¹⁷⁹ O informe “*Background of Previous Interamerican Press Meetings*” foi entregue em 1º de abril de 1950. Um documento da CIA, de 17 de outubro de 1950, tem trecho em que reforça o citado informe de abril, ao tratar da Conferência daquele mesmo ano e, também, da criação do Comitê de Liberdade de Imprensa. Afirmava que “os interesses dos Estados Unidos devem, em última análise, serem beneficiados por qualquer aumento na eficácia dessa organização para fomentar a liberdade de imprensa”. CIA. WEEKLY CONTRIBUTIONS 42-50 LATIN AMERICA DIVISION, ORE, CIA, 17 OCTOBER, 1950.

¹⁸⁰ “Para defender a Liberdade de Imprensa”. *Tribuna da Imprensa*, 22/09/1950, p. 2 e 3. A programação apresentada pela reportagem, contava com uma recepção organizada pela United Press no dia 9 e uma pela Associated Press no dia 16. Contava ainda com uma conferência realizada pelo Presidente da Universidade de Columbia (entre 1948 e 1953), Dwight Eisenhower, e uma oração elaborada por Bernard Baruch. A programação continha diversos momentos que estavam mais associados à imprensa enquanto empresa, e não a temáticas jornalísticas. Por exemplo citamos: a sessão relacionada com a “situação do papel de jornal” e o almoço dos representantes das empresas jornalísticas e palestra sobre os “Progressos técnicos recentes na impressão e publicação”. O teor de algumas comissões também vai na mesma direção: “Como se organiza a usina de um jornal”, “Como aumentar a circulação”, “Renda crescente da publicidade”, e “Arte publicitária e anúncios classificados”.

¹⁸¹ Carnero Checa tornar-se-ia o primeiro secretário da FELAP – Federação Latino-Americana de Jornalistas – fundada no ano de 1976, cuja origem remonta a outubro de 1951, quando reuniram-se, em Montevideu, os jornalistas e dirigentes de várias organizações de profissionais de imprensa que já não tinham mais espaço na SIP, fazendo o lançamento de uma proposta que se efetivaria somente 25 anos depois.

obstáculos e chegaram até a mesa de inscrição tiveram a mesma negada, caso de alguns editores de jornais argentinos (GARGUREVICH, 2015).

A partir dessa Conferência, os rumos da SIP passaram a estar em uma intensa sintonia com interesses manifestos pelos governos dos Estados Unidos. A primeira medida neste sentido foi a aprovação da mudança no estatuto da associação de acordo com as propostas presentes no informe mencionado entregue ao governo norte-americano. Se, antes, a votação de propostas e manifestos era fruto de um escrutínio por país – com cada um tendo direito a um voto independentemente no número de periódicos –, com o novo estatuto passava a contar o voto por periódico associado. Com o aumento expressivo de jornais e revistas norte-americanos filiados à organização no período que antecedeu a conferência de 1950, isso levou a uma hegemonia dos periódicos desse país dentro da SIP.

O reflexo de tudo isso é percebido diretamente em seu perfil, com a preponderância clara de norte-americanos na presidência da instituição¹⁸³. Rechaçando essa manobra, Miguel Otero Silva, proprietário do *El Nacional*, de Caracas, afastou-se da sociedade no congresso seguinte, com uma carta onde assinalava que:

*los estatutos de la Sociedad fueron transformados en forma arbitraria, violando para ello sus normas más fundamentales y dándole el carácter que ahora tiene: una entidad exclusivamente patronal de intercambio comercial, estrictamente controlada por los vendedores de papel, agencias noticiosas y los buscadores de avisos que residen en los Estados Unidos. Nada más inoportuno en ese ambiente que un periodista*¹⁸⁴.

Além desta mudança nos estatutos, afastando jornalistas e viabilizando na sociedade a representação dos donos de veículos de comunicação, outro movimento neste mesmo congresso foi fundamental para consolidar a relação próxima que se estabeleceu entre a grande imprensa latino-americana e

¹⁸² A justificativa de Wallace foi de que sua detenção havia sido encaminhada pelo governo norte-americano, e não pela SIP.

¹⁸³ Dos 12 mandatos para presidente da instituição para o período compreendido entre 1949 e 1961 são eleitos 5 norte-americanos, um brasileiro, um equatoriano, um uruguaio, um mexicano, um cubano, um argentino e um costariquenho. Disponível em <https://www.sipiapa.org/contenidos/galeria-presidentes.html>.

¹⁸⁴ SELSER, Gregorio. La SIP y sus "hazañas". (mimeo), 1979.

os Estados Unidos no contexto de Guerra Fria. Ali fora criado o primeiro comitê permanente da SIP que aparece na página da sociedade como sua “pedra angular” para o “monitoramento constante das violações da liberdade de imprensa no hemisfério”: a Comissão de Liberdade de Imprensa e Informação.

Sua estrutura foi composta tendo um presidente, sendo os vice-presidentes nomeados para as diversas regiões em que estava dividida a estrutura da organização. Esses vice-presidentes informavam a comissão sobre os temas e fatos que afetam a liberdade de imprensa em seus países. Os relatos eram analisados e discutidos em uma reunião no meio do ano e suas conclusões e resoluções apresentadas para a Junta de Diretores na assembleia geral realizada em outubro do respectivo ano, ao qual cabia a aprovação do relatório e as recomendações. Foi nesse congresso de 1950 que Jules Dubois foi eleito como seu primeiro presidente, assumindo em 1951, mesmo não sendo proprietário ou mesmo editor de nenhum veículo. Nessa função permaneceu por 15 anos, até pouco antes de sua morte, morrendo de ataque cardíaco, aos 56 anos, em um hotel de Bogotá¹⁸⁵.

Em 1952 e em 1953, dois outros importantes momentos da SIP fecharam a conformação da organização como ator importante no alinhamento da instituição aos interesses dos Estados Unidos, agindo como instrumento de “soft power” desse país para o continente¹⁸⁶. Em 1952, era assinada pela SIP a *Doutrina do Panamá Sobre Liberdade de Expressão*, um acordo que declarava que ataques a qualquer membro do grupo seria considerado ataques a todos, provocando o repúdio da organização, que passaria a realizar maciças campanhas contrárias àqueles que a confrontavam¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Segundo as informações policiais na ocasião, o jornalista, que cobria a reunião de presidentes sul-americanos que ocorria naquele momento, sentiu-se mal após o jantar, voltou ao hotel e pediu um aparelho de oxigênio, sendo encontrado morto no dia seguinte. Foi enterrado com honras militares no cemitério de Arlington e seu nome foi dado ao edifício-sede da SIP, em Miami.

¹⁸⁶ Steinberger (2005) assinala que a imprensa pode ser um importante instrumento de “soft Power” ou “poder brando”. Diferentemente do “hard power”, exercido através do uso da força, “soft Power” busca ser viabilizado por outra alternativa de confronto: a informacional. Através do recurso a estratégias discursivas que muitas vezes buscam tão somente desacreditar e desqualificar aquilo ou aquele que é confrontado, a imprensa, enquanto espaço privilegiado onde se desenvolvem os conflitos simbólicos, naturaliza um sistema que privilegia temáticas relativas aos países do topo da hierarquia assim como as visões de mundo deles oriundas, apresentando a mesma como dotada de “valores universais”. Dessa forma, afirma a autora, ganham relevância atores que atuam nos espaços comunicativos-discursivos com destaque para agentes transnacionais privados, tais como as agências de notícias, e os correspondentes internacionais estrangeiros que apresentem um forte poder de ressonância graças ao seu prestígio pessoal bem como ao lugar a partir do qual exerce o poder de fala.

¹⁸⁷ Disponível em: <https://media.sipiapa.org/adjuntos/185/documentos/001/790/0001790392.pdf>.

Já em 1953, no congresso realizado no México, uma emenda articulada por Jules Dubois passou a proibir o ingresso de periódicos de “ideologia comunista ou de outras tendências” e “os que defendessem a governos inimigos da liberdade de imprensa”. Segundo ele, “não exist[iria] lugar em uma organização mundial de homens livres para aqueles que prejudicam a liberdade para todos”. Contraditoriamente, jornais pertencentes à ditadores e países nitidamente submetidos a ditaduras eram situações muitas vezes toleradas. Foi através dessa Comissão, que tinha por base a ideia de liberdade de imprensa dentro da concepção de democracia definida a partir dos interesses dos Estados Unidos, que a SIP exerceu interferência indiretas em muitos dos processos políticos que ocorreram na América Latina, especialmente nos anos 1950, 1960 e 1970. Para além das vinculações de Dubois com a SIP, é interessante analisar a trajetória pessoal do correspondente do *Chicago Tribune*.

• DUBOIS, O PERSONAGEM

Quem era este personagem, pouco conhecido até mesmo entre os que estudam as relações entre a América Latina e os Estados Unidos no período da chamada Guerra Fria? Enquanto alguns exaltavam sua coragem, a falta de medo de enfrentar os perigos até em detrimento de sua família, a luta incansável pela defesa da liberdade de imprensa dentre vários outros elogios, muitos afirmavam ser ele um agente da inteligência estadunidense com a função de, através da imprensa, desestabilizar governos contrários aos interesses daquele país¹⁸⁸.

Nascido em 1910 no estado de Nova Iorque, foi para o Panamá ainda jovem, trabalhando em jornais naquele país. Durante a Segunda Guerra, voltou aos Estados Unidos e serviu nas forças armadas, atuando no Norte da África, na Europa e em Washington, mais precisamente, no Pentágono. Em diversos documentos, o mesmo aparece como Tenente-Coronel A-2 da Força Aérea¹⁸⁹. Servindo na inteligência durante os finais anos da guerra,

¹⁸⁸ Os elogios aparecem em seus obituários publicados nos diversos jornais e na memória da XXII Assembleia Geral, ocorrida em outubro de 1966, pouco tempo depois de sua morte. Os principais críticos de Jules Dubois eram jornalistas como Carlos Gutierrez, Ernesto Vera, Gregorio Selser, dentre outros, especialmente aqueles que foram expulsos da SIP a partir de 1950.

¹⁸⁹ JOINT INTELLIGENCE STUDY PUBLISHING BOARD. Minutes of the 74th Meeting Planning Meeting for JANIS. April 28, 1944. A nomenclatura A2 refere-se à “*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*”.

foi membro do *Joint Intelligence Study Publishing Board*, que se reunia em Washington, cujo objetivo era realizar o mapeamento dos teatros da guerra e distribuí-los para outros órgãos Forças Armadas dos Estados Unidos¹⁹⁰. Permaneceu no grupo até outubro de 1945, quando, então, foi servir no *Fort Leavenworth*, Kansas, como instrutor na *Army's Command and General Staff College - CGSC* que passou a acolher alunos egressos de países abaixo do Rio Grande para complementação da formação militar.

A partir de então, Jules Dubois tornou-se o responsável pela formação de oficiais latino-americanos, parte do processo de ampliação da aproximação norte-americana com os países da região. Nessa função, na qual ficou até 1947, Dubois, que falava fluentemente tanto espanhol quanto português, teve contato com algumas das principais figuras que, futuramente, mudariam o panorama político da América Latina, dentre eles o Coronel Carlos Castillo Armas, responsável pelo golpe que derrubou Jacobo Arbenz na Guatemala, que se graduou como “oficial aliado” no programa da Escola em 1946. Quando saiu das forças armadas e da escola com a patente de coronel, voltou para o Panamá e, em 1948, foi contratado como correspondente do jornal *Chicago Tribune*, um jornal conservador e ligado ao Partido Republicano dos Estados Unidos¹⁹¹.

Foi como correspondente do *Chicago Tribune* que esteve presente nos Congressos da SIP de 1949 e no de 1950. Angariando cada vez mais poder, conseguiu ser eleito presidente da *Comissão de Liberdade de Imprensa e Informação*, o que lhe deu a ele a possibilidade de circular por todos os países do continente livremente como representante da organização. Estabeleceu contatos com “a paisagem, a natureza e com (...) chefes de Estado, líderes sindicais, políticos, intelectuais, camponeses, artistas”¹⁹², conhecendo “cada presidente, cada chefe de Estado, cada ditador e a maioria daqueles que poderiam se tornar ditadores na América Latina”, como assinalado em seu obituário no *Herald Tribune*¹⁹³.

¹⁹⁰ Ver: CIA. The CIA World Factbook. Skyhorse Publishing, 2010, p. IX.

¹⁹¹ Dubois nunca escondeu seu posicionamento anticomunista e era mesmo um defensor ferrenho de medidas enérgicas contra o comunismo, conforme pode-se ler em seus artigos.

¹⁹² SCARPELTA, J. Gonzalez. Sudamérica a través de un viaje. Revelaciones interesantes. Entrevista con Jules Dubois. *BOHEMIA*, 15 mayo de 1949.

¹⁹³ Sarasota Herald Tribune. *Jules Dubois dies in Bogota Hotel*. August 17, 1966 (p. 2 e 22). Por conta de seu papel como correspondente e como presidente da comissão, Jules Dubois esteve em países nos momentos de alguns acontecimentos importantes tais como na Bolívia em 1952, em 1954 na derrubada de Jacob Arbenz e quando do golpe que depôs Juan Bosch na República Dominicana em 1963.

Seu claro ativismo político resultou em conflitos com Perón em 1955 e Arturo Frondizi entre 1961 e 1962, ambos na Argentina. No caso de Frondizi, envolveu-se na divulgação das falsas “cartas cubanas”, episódio que buscava associar esse governo à uma conspiração castrista¹⁹⁴. Chegou a ser detido e impedido de entrar na República Dominicana no governo de Rafael Trujillo no ano de 1957 quando esse governo já não recebia mais o apoio pleno dos Estados Unidos.

Em relação à Guatemala, documentos da CIA indicam a ação dessa agência norte-americana através da Operação PBSUCCESS¹⁹⁵, que contribuiu decisivamente na deposição de Arbenz, levando Carlos Castillo Armas ao comando do país. Esses mesmos documentos mencionam o nome de Dubois, ainda que não haja informações conclusivas em seu papel como agente¹⁹⁶. Em 1958, Dubois, que tinha mais poder e prestígio que os próprios presidentes da SIP, utilizava-se desse capital simbólico para seu ativismo, principalmente condenando o comunismo como uma ameaça à liberdade de imprensa.

A associação entre Dubois, a Agência Central de Inteligência norte-americana – CIA –, e as agências de notícias transnacionais é indicada por diferentes referências. A Comissão do Senado estadunidense presidida pelo senador Frank Church, em 1975, assinala o envolvimento carnal entre a agência de inteligência e jornais que compunham a SIP – tais como *El Mercurio* –, orgulhoso em propagar o “estilo mercurial” de “imparcialidade jornalística”. Sobre esse envolvimento, o ex-diretor da agência, William Colby, afirmava terem sido empregados milhões de dólares para “subverter a ordem pública e as instituições daquele país”, inclusive, no financiamento do jornal acima citado¹⁹⁷.

¹⁹⁴ Em agosto de 1961, na tentativa de desestabilizar o governo de Arturo Frondizi, na Argentina, e forçar o rompimento com Cuba, os jornais *La Prensa* e *La Nación*, membros da SIP, afirmaram que foram encontradas “cartas” cubanas, que caracterizariam a ingerência da Ilha nos assuntos internos argentinos. Jules Dubois irá “confirmar” a existência das cartas que só aparecem em fotocópias. Após a exigência do governo argentino em ver os originais, os mesmos vieram de Miami e foram periciados pelas forças armadas, a Suprema Corte, senadores, deputados e a chancelaria, identificando que 76 das 77 cartas eram fraudes e apenas uma era verdadeira, porém, tratava-se de uma fatura de despesas do consulado. Ver: SELSER, Gregorio. Breves anotaciones, a mode probable guia sobre aspectos destacados de la historia de la SIP. (mimeo), 1979.

¹⁹⁵ CULLATHER, Nicholas. Operation PBSUCCESS. The United States and Guatemala, 1952-1954. Washington, DC, Center for the Study of Intelligence, Central Intelligence Agency, 1994.

¹⁹⁶ É interessante destacar que Jules Dubois é um dos representados no quadro de Diego Rivera, *Gloriosa Victoria*, que retrata os principais personagens do golpe contra Arbenz..

¹⁹⁷ Foreign and Military Intelligence. Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations. Washington, April 26, 1976.

A partir desse relato no Congresso norte-americano, jornalistas investigativos passaram a identificar os seus “colegas de profissão” que tinham relação próxima com a CIA. Um desses investigadores foi Carl Bernstein que, no artigo *The CIA and the media*¹⁹⁸, afirmava que cerca de 400 jornalistas atuaram como agentes norte-americanos desde a Segunda Guerra e dos primeiros tempos da Guerra Fria. Muitos desses, eram próximos do *Office of Strategic Services* (OSS). Esses, segundo Bernstein, não pensaram duas vezes em se associar a CIA, agência governamental que substituiu a OSS, assim que esta foi criada. Essa relação da Agência com os jornalistas e jornais atenderia a dois objetivos: dar cobertura legal a seus agentes e utilizar esses jornais para veicularem sua própria propaganda em uma modalidade de ação dentro do mencionado “*soft power*”.

John Crewdson, no ano de 1977 também aborda esse assunto em reportagem do *New York Times*. Analisando os vínculos entre imprensa e a agência de inteligência norte-americana, reforça a afirmação de que jornalistas trabalhavam, desde a Segunda Guerra, para a Inteligência. Um dos nomes citados como agente ativo nessa reportagem é justamente Jules Dubois, que não figurava na lista dos agentes pagos, mas que tinha proximidade com este serviço desde o tempo em que fazia parte da Inteligência das forças armadas, como membro do *Joint Intelligence Study Publishing Board*, de onde também participavam altos agentes da OSS. É interessante perceber que, ratificando essa perspectiva, o *Fort Leavenworth*, para onde Dubois fora encaminhado no pós-Segunda Guerra, abriu espaços para que jornalistas e donos de veículos de comunicação dessem treinamento na Escola¹⁹⁹.

• JULES DUBOIS, O GLOBO E AS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

Dubois foi um articulista com presença não desprezível no jornal *O Globo*, sendo o correspondente estrangeiro que mais escreveu para o periódico sobre a Revolução Cubana entre 1958 e 1960, com aproximadamente 34 artigos. Ainda que não tenha escrito para o *Tribuna da Imprensa*²⁰⁰ seu

¹⁹⁸ Publicado em dezembro de 1977 na revista *Rolling Stones*.

¹⁹⁹ TYLER JR. Orville Zelotes. *The History of Fort Leavenworth, 1934-1951*, p. 17.

²⁰⁰ Nesse periódico, o principal comentarista acerca da Revolução Cubana foi Stepan Baciú, um romeno igualmente ferrenho anticomunista que estava no Brasil desde o final da década de 1940. Ainda que não tenha escrito para o *Tribuna*, Dubois desfrutava de grande proximidade com Carlos Lacerda, dono do periódico.

nome é mencionado diversas vezes ao longo dos anos de 1950 a 1959, dando relevância a simples chegada ou passagem de Dubois pelo Brasil, não apenas como correspondente do *Chicago Tribune*, mas também como presidente da *Comissão de Liberdade de Imprensa e Informação*. Isso conferia ao mesmo certo prestígio dentro do país. Além disso, no ano de 1959, as agências de notícias transnacionais abasteceram o jornal com algumas poucas reportagens que não eram elaboradas por Dubois, mas apresentavam, com certo pormenor, o seu posicionamento sobre a Revolução Cubana.

Elaboradas por Dubois, foram levantadas cerca de 9 reportagens no ano de 1958, 16 reportagens no ano de 1959 e novamente 9 reportagens para o ano de 1960. A partir de 1961, não localizamos reportagens de sua autoria. Ao longo do ano de 1958, o mesmo apresenta uma posição dúbia em relação à Fidel Castro e a Revolução. Ainda que valorize o papel de Castro no movimento contra Fulgêncio Batista, os atributos²⁰¹ presentes nas reportagens e relacionados a ele pessoalmente e à Revolução em si mesma tendiam a uma perspectiva negativa, ainda que os motivos para o desencadeamento da luta fossem apresentados como justificáveis.

Em reportagem intitulada “A explosiva situação de Cuba”²⁰², Batista é retratado como um ditador que age com “Mão de Ferro” e a população cubana que resistia à ditadura como vítima da sua violência. A juventude cubana estaria “sujeita a torturas, brutalidades, massacres e represálias da polícia”, com milhares que buscavam fugir do derramamento de sangue imposto pelo governo rumo ao exílio e se utilizando das embaixadas e legações como refúgio. Dubois tece, ainda, críticas à posição norte-americana de apoio à Batista através do fornecimento de armas e conferindo prestígio à alguns de seus oficiais e ao próprio regime.

Contudo, se a violência do regime é criticada, aquela originada na ação dos insurretos também é. O enorme derramamento de sangue seria fruto da oposição ao regime sob a liderança de Castro, que impunha frago-

²⁰¹ Utilizamos aqui as noções de “atributo” e de “objeto” adotadas por McCombs (2009, p. 113). Por “objeto” o autor entende tudo aquilo sobre o qual o indivíduo pode ter sua atenção dirigida, seja um personagem, um acontecimento ou qualquer outro evento noticioso. Nesse sentido, a Revolução Cubana pode ser indicada como um “objeto”. Os objetos, por sua vez, são marcados por um conjunto de “atributos”, “termo genérico que engloba o amplo leque de propriedades e indicadores que caracterizam, qualificam e desqualificam um objeto.

²⁰² DUBOIS, Jules. Exclusivo para O Globo, 04/01/1958, p. 11.

rosas derrotas ao exército:

Uma dessas derrotas ocorreu a 21 de novembro último, quando 170 oficiais e soldados foram atacados de emboscada e mortos ou feridos. Os primeiros dois caminhões da coluna foram dinamitados, ficando os outros dois submetidos a um fogo cruzado de metralhadora²⁰³.

A reportagem não faz uma análise mais pormenorizada da guerrilha, mas se demora um pouco mais para criticar a política de terra arrasada adotada pela mesma, sinalizando que a fonte de renda da ilha – o açúcar – estaria sendo o alvo principal desta tática e que isto levaria ao caos político e econômico.

Em material produzido por Dubois, Castro é apontado como uma liderança que não conseguia impor unidade aos opositores de Batista, uma liderança intempestiva cujo papel era questionado pelo jornalista. “Inflamado”, “impaciente” e “impulsivo”, Castro teria sido figura chave para o fracasso da “Junta de Libertação”, organizada a partir de Miami. O motivo seria uma carta publicada por Fidel na qual o mesmo aponta que somente o Movimento M-26-7 teria efetivamente desenvolvido o combate armado contra a ditadura de Batista, provocando reações negativas dos outros grupos oposicionistas. Em “Os erros de Fidel Castro”²⁰⁴, Dubois apresenta um Fidel Castro que já indicaria uma vocação ditatorial, sugerindo que o mesmo teria pretensões de substituir Batista no papel que até então desempenhava, associando Castro à Perón. Importante notar que Dubois, havia sugerido junto à SIP, em assembleia ocorrida em 1957, que Perón fosse expulso da América Latina pela sua associação com o comunismo. A associação à Perón é, nesse sentido, profundamente negativa.

Ainda que aparentemente apontando os inúmeros defeitos e problemas do regime de Batista, Dubois acaba por associar Castro à atributos como violência, despreparo e ao autoritarismo. Em “O povo em Armas”²⁰⁵ essas questões são mais uma vez retomadas, sendo o M-26-7 apresentado como responsável pela violência. Dubois busca atribuir um papel protagô-

²⁰³ DUBOIS, Jules. Exclusivo para O Globo, 04/01/1958, p. 11.

²⁰⁴ DUBOIS, Jules. “Os erros de Fidel Castro”, 10/02/1958, p. 15.

²⁰⁵ “O Povo em Armas”, 06/05/1958, p.16 (e não na página 8), coluna: Fatos e Problemas na América Latina. Jules Dubois.

nico ao Exército, e não à Fidel, quando aponta que o

*desfecho, como em todas as revoluções, não se verificará enquanto o exército não decidir se continuará a apoiar o ditador ou se agirá de acordo com as forças civis da nação para por termo ao terror, à sabotagem, ao assassinato e ao pânico, clima criado pelos rebeldes e agravado pela ditadura*²⁰⁶.

Para dar conta do “terror”, da “sabotagem” e do “pânico” – atributos associados à Fidel e à guerrilha, o Exército ganha destaque ainda que intimamente vinculado à todas essas questões na defesa do regime governado por Fulgêncio Batista.

Apesar da reiterada desqualificação de Castro, o mesmo ainda não é associado diretamente ao comunismo, e o movimento não é uma tentativa de subversão do comunismo internacional contra um governo anticomunista”, mas sim “a rebelião de um povo contra a tirania e o terror”²⁰⁷. A liderança da luta por vezes é apresentada como uma questão familiar, dividida entre os irmãos Castro. Essa apropriação do poder pela família tange, mais uma vez, o controle do destino de uma nação com interesses diretamente particulares, para os norte-americanos profundamente típico da região²⁰⁸.

A violência enquanto instrumento político é também criticada por Duboisem outro artigo. Castro é colocado no mesmo patamar de responsabilidade quanto ao desencadeamento da violência. De um lado, “quando Batista compreendeu que ia perder a eleição presidencial, arrolou Cuba no banho de sangue que o país vem sofrendo”, de outro lado, esse banho teria começado “desde o ataque de Fidel Castro do Quartel Moncada em Santiago de Cuba, no dia 26 de julho de 1953”²⁰⁹.

²⁰⁶ “O Povo em Armas”, 06/05/1958, p.16 (e não na página 8), coluna: Fatos e Problemas na América Latina. Jules Dubois.

²⁰⁷ A desvinculação do movimento em relação ao comunismo também está presente na reportagem de 13/08/1958, intitulada “Os irmãos Castro, de Cuba”, *O Globo* (Exclusivo).

²⁰⁸ Schoultz (1999) caracterizando a forma pela qual os norte-americanos representam os povos localizados abaixo do Rio Grande, existiria uma estrutural mental que via essas populações a partir de perspectivas negativas como infantilização política, inferioridade étnica (mestiços), religiosa (catolicismo) e cultural (eram povos latinos).

²⁰⁹ DUBOIS, Jules. “Os Insurretos Cubanos e as Eleições de 3 de Novembro”. Coluna Fatos e Problemas na América Latina. 08/10/1958, p.9.

No ano de 1959, momento da chegada ao poder dos grupos que haviam liderado a luta no plano militar, permanece a predominância de atributos negativos, mas marca uma mudança no tipo de desqualificação imposto à Castro e ao movimento revolucionário. Ainda que não aponte ambos caracterizados pela orientação comunista, Dubois assinala que o “perigo vermelho” pairava cada vez mais intensamente no ar. Os comunistas ainda não dominavam a nação²¹⁰ e a declaração de Guevara na qual afirma não ser comunista era aparentemente considerada como positiva²¹¹. Infiltração comunista e não o comunismo na liderança da Revolução apresenta-se como a tônica dos comentários²¹².

Se no ano de 1958 as acusações são sutis, em 1959 são mais intensas e explícitas. “Ingênuo”, “pouco afeito ao combate da infiltração comunista nos destinos da nação”, “com iniciativas equivocadas quanto aos rumos do movimento”, “lideranças destemperadas e despreparadas”. Assim se apresentaria o comando da Revolução. O jornalista assinala que Castro estaria a facilitar a fragilização da Revolução e contribuindo para a expansão comunista. Iniciativas como a montagem de um exército popular poderiam, na sua opinião, acabar por serem convertidas em uma força “independente de trabalhadores e camponeses”. Seria um perigoso “princípio da doutrina comunista” mobilizável, assim, no momento em que “seus líderes ordenarem”²¹³. O empenho dos comunistas em colocarem-se em postos-chaves era denunciado por Dubois²¹⁴.

Acompanhando as suas considerações quanto à presença comunista, Dubois começa a indicar a presença de uma série de qualidades negativas na personalidade de Castro, indicando que o mesmo apresentava sinais cada vez mais claros de autoritarismo. A Revolução estaria a caminhar para a Tirania e estaria em desenvolvimento uma tendência para o controle do pensamento

²¹⁰ DUBOIS, Jules. “O comunismo em Cuba”. Segundo Caderno, 27/05/1959, p. 15.

²¹¹ DUBOIS, Jules. “Che’ Guevara ataca”. Segundo Caderno, 01/07/1959.

²¹² DUBOIS, Jules. *O Globo*, 29/07/1959.

²¹³ DUBOIS, Jules. “O comunismo em Cuba”. Segundo caderno, 27/05/1959, p. 15. A mesma reportagem foi publicada na revista cubana BOHEMIA (24/05/1959, p. 110). Esse vínculo se manifesta de forma clara na controvérsia que o jornalista estabelece com Che Guevara. Dubois afirmava que a criação de milícias populares armadas proposta por Che representava uma verdadeira ameaça e dirigiria a Revolução rumo ao comunismo, no que é refutado pelo argentino. A controvérsia atinge seu clímax com Dubois acusando o regime cubano de perseguir jornais de oposição, equiparando o regime aos governos de Trujillo e Somoza, denunciando-os na assembléia da SIP de outubro de 1959.

²¹⁴ DUBOIS, Jules. “Cuba, Venezuela, Antilhas e comunismo”. 29/07/1959.

na ilha²¹⁵. Ainda que assinala que a constatação se trataria tão somente de uma tendência, de outro lado estabelece uma espécie de premonição quanto ao resultado final. Em novembro de 1959, Castro já se apresenta como um comunista nas reportagens de Dubois. Um ditador que pretendia consolidar uma ditadura operário-camponesa e que cada vez mais obstinava-se a impedir a liberdade de imprensa. O controle da imprensa, o estabelecimento de um estado policial, a reescritura da história nacional para destacar a importância de ditadores em seu transcurso e a preparação de uma sucessão dinástica seriam traços característicos dos ditadores latino-americanos²¹⁶.

Nesse momento, varias agencias de notícias transnacionais – UPI, FP, AP –, produziram ao longo dos meses de setembro a novembro diversas reportagens que apresentam como referência básica o embate entre o governo cubano e o jornalista. Se no Jornal *O Globo* Dubois possui espaço suficiente para posicionar-se sobre o conflito que travava contra as lideranças e o governo revolucionário, no *Tribuna da Imprensa*, periódico no qual Dubois não atuava como correspondente, o mesmo torna-se objeto de seis reportagens. Esse aspecto amplificou a posição de Dubois frente aos seus adversários em função da transcrição literal da sua posição.

Sendo apresentado, em boa parte das mesmas como um simples correspondente de um periódico sem muita expressividade²¹⁷– Chicago Tribune –, os atributos considerados nas reportagens dessas agências de notícias transnacionais o colocam como vítima da perseguição e violência da Revolução. Ao mesmo tempo, utilizavam-se da mesma retórica empregada por Dubois, equiparando Fidel à Perón mais uma vez, tal como em fevereiro de 1958²¹⁸. Agora, nos idos de 1959, a comparação englobava ainda a proximidade de ambos com o comunismo.

Na reportagem do dia 21 de outubro de 1959 sobre o relatório da Comissão de Liberdade de Imprensa e Informação da SIP por ocasião da sua

²¹⁵ DUBOIS, Jules. "A intimidação a imprensa põe em xeque a revolução de Cuba". AP/O Globo, 04/ 09/ 1959, p. 13.

²¹⁶ DUBOIS, Jules. "Liberdade de Imprensa em Cuba só Existe Para Elogiar Castro". *O Globo*, Coluna "Fatos e Problemas da América Latina", 20/11/1959, p. 5.

²¹⁷ "Jules Dubois responde aos ataques de Castro". UPI, 01/10/1959, p. 6; "Repele Governo de Cuba a nota de protesto dos EUA". AP/ O Globo, 28/ 10/ 1959, p.8; "Fidel é igual a Perón diz jornal argentino". France Press, 29/10/1959, p. 6; "Jules Dubois acusa Fidel Castro". France Press, 06/11/1959, p.6.

²¹⁸ "Os erros de Fidel Castro", op. cit,

16ª Assembleia anual presidida por Dubois, o mesmo denuncia o primeiro-ministro Fidel Castro como o pior inimigo da Imprensa nas Américas. Exorta todos os membros da SIP a condenarem o regime cubano apontando-o como cabeça-de-ponte para a penetração comunista na América Latina e fazendo um apelo a todos os associados da SIP no sentido de desencadearem, através de suas colunas, uma guerra de morte ao regime de Castro.

As reportagens de 1960, por sua vez, são taxativas na indicação de um Castro já completamente submetido ao comunismo. No entanto, é interessante observar de que forma o novo governo e a figura de Castro é associada ao comunismo nesse momento: traíçoeiros²¹⁹, opositores da liberdade de uma imprensa que estaria a denunciar a presença comunista, ditadores. As desqualificações indiretas cedem espaço à um ataque direto desferido por Dubois.

É interessante observar que parte significativa das reportagens de Dubois em *O Globo* foram produzidas originalmente para a *King Features Syndicate*, o que aponta para uma vinculação de Dubois com as agências de notícias transnacionais. Ainda que o jornalista assuma que escrevia para essa empresa noticiosa, a mesma é apresentada como uma outra agência noticiosa qualquer. No entanto, estava associada à cadeia de jornais do grupo *Hearst*, o mesmo que havia criado a *Internacional News Service* (INS) para se abastecer de notícias internacionais. No ano de 1959, a INS fundiu-se a *United Press*, originando a *United Press Internacional*. Apresentado como correspondente internacional e como membro da SIP, aspectos que seriam indicativos de um jornalismo pretensamente independente, de fato, o jornalista apresentava vínculos umbilicais com empresas noticiosas transnacionais e não somente com o *Chicago Tribune*, como fazia questão de alardear.

Esta posição de Dubois não representa, segundo entendemos, uma mudança em relação ao posicionamento do jornalista quanto à Fidel e a Revolução²²⁰. Talvez possa ser indicativa da ausência de definição na forma

²¹⁹ DUBOIS, Jules. "Fidel Castro e a Imprensa". *O Globo* (Exclusivo), 18/04/1960.

²²⁰ A título de exemplo, é importante verificar que, enquanto tece elogios em princípios de 1959, Dubois lança um livro com o sugestivo título de "*Fidel Castro – rebel-liberator or dictator?*", no qual faz uma biografia do líder rebelde e trata do próprio processo revolucionário. Esse livro teve sua primeira edição em março de 1959, quando a tônica de seus artigos não era um ataque direto a Fidel Castro. No entanto, falava de seu passado como "traidor dos comunistas", ainda na faculdade, e de que, já como líder da revolução, poderia não aceitar críticas, tal qual fazem os ditadores, o que poderia levar a excessos de sua parte. Em outro livro, este lançado em 1963 – "*Operacion America: Fidel Castro y El Terrorismo Comunista Contra Latinoamerica*", logo na introdução, Jules Dubois responde aos que questionam sua "mudança de postura", de próximo ao líder rebelde para uma postura mais agressiva, afirmando que se "decepcionara" com os rumos da Revolução. No entanto, faz um comentário que deixa perceber que o primeiro livro não foi bem recebido por Fidel, que recebeu um exemplar com uma dedicatória do autor sem nenhum tipo de agradecimento, e por seu irmão Raul Castro.

pela qual as principais instâncias do governo norte-americano percebiam a Revolução – a denominada “política bifurcada”²²¹. No entanto, qualquer que fosse a caracterização da Revolução dentre as opções com as quais os Estados Unidos buscavam avaliar esse processo, a desqualificação de uma liderança que questionava a forma pela qual a cultura geopolítica estava calcada – a hegemonia norte-americana fundada na *Pax Monrovia*, era a tônica.

• CONCLUSÃO

Dubois apresentou uma trajetória que localiza sua origem enquanto correspondente internacional após sua passagem pelas Forças Armadas Norte-americanas como agente de inteligência. Antes de alçar um dos principais cargos da *Sociedad Interamericana de Prensa*, em 1950, operou intensamente para que essa organização estivesse sob grande influência da imprensa norte-americana, colaborando decisivamente para alterar os estatutos da sociedade de forma a obter a hegemonia de periódicos desse país em uma organização que congregava inúmeros periódicos das Américas.

Uma vez na função de Presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa e Informação, diante do status obtido e contando também com a colaboração de uma propaganda feita em periódicos de diversos países, Dubois adquiriu destaque enquanto correspondente internacional. Operando, em nosso entendimento, dentro de uma estratégia calcada no “*soft power*”, Dubois atuou, desde princípios de 1958, com um discurso questionador da liderança de Fidel, desqualificando sua capacidade e mesmo a presença de possíveis qualidades morais necessárias a um líder político, na sua opinião. Buscando pautar a Revolução através de reportagens publicadas na revista *Bohemia*, caminhou na mesma direção ao disseminar a sua perspectiva sobre esse processo político em diversos jornais da região ou mesmo nas opiniões emitidas em seus relatórios da Comissão de Liberdade e Imprensa e Informação elaborados anualmente e disseminados por todo continente sob a aura da neutralidade.

Se os atributos negativos conferidos a objetos como a Revolução e a liderança de Fidel parecem ser, em princípio, contraditórios, os vínculos de Dubois assinalados acima colaboram para a ideia aqui defendida de que se

²²¹ Sobre o assunto ver: MENDES, R. A. S.. A Revolução Cubana e a Política Bifurcada norte-americana. *Latinidade* (Rio de Janeiro), v. 3, p. 201-218, 2011.

tratava de uma estratégia para agendar a forma qual esse movimento era representado. Os elogios, as tentativas de aproximação com Fidel buscando ser um interlocutor entre ele e o governo norte-americano, são estratégias, em nosso entendimento, que contribuem para legitimar as críticas então elaboradas. Esses aspectos se concretizam na movimentação que realiza para levá-lo aos Estados Unidos mesmo diante das críticas presentes não somente nas suas reportagens, mas também no seu livro escrito e publicado entre fins de 1958 e princípios de 1959. Elaborada no âmbito do meio comunicacional, a estratégia exerceu um papel relevante no impacto que a revolução teve na região.

Dubois, apresentava também laços significativos com as agências noticiosas transnacionais escrevendo diretamente para algumas, tal como o *King Features Syndicate*, ou tendo sua posição sobre a Revolução Cubana vocalizada por outras agências, tais como a France Press, a UPI, e a AP. No entanto, parece preferir sua vinculação como correspondente internacional do *Chicago Tribune*, omitindo os laços que o aproximavam dessas agências.

Ainda que consideremos que o resultado na forma de percepção do evento tenha sido predominantemente fruto do partilhamento de valores dentre as elites empresariais da imprensa na região, não devemos desconsiderar a ação propositiva de determinados atores no campo informacional norte-americano em íntima associação com o campo governamental.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pedro. O Império das Agências: território, cartel e circulação da informação internacional (1859-1934). *Eptic*, vol. 17, n. 2, maio-agosto 2015, p. 18-38.

BANDEIRA, Luiz Alberto M.. De Martí a Fidel – a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998,

GARDNER, Mary A. *The Inter American Press Association: Its Fight for Freedom of the Press, 1926-1960*. University of Texas Press, 1967.

GARGUREVICH, Juan. Fundación de la SIP, toda una historia. *Canalé, Comunicación e Desarrollo*. PUCP, Facultad de Ciencias y Artes de la Comunicación, n. 6, 2015, p. 6-8.

HESTER, Al. "As agências noticiosas ocidentais: problemas e oportunidades nas notícias internacionais". IN: MATTA, Fernando Reyes (org). A informação na Nova Ordem Internacional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

MATTA, Fernando Reyes. "A evolução histórica das Agências Transnacionais de notícias no sentido da dominação". IN: MATTA, Fernando Reyes (org). A informação na Nova Ordem Internacional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980

MCCOMBS, M. A Teoria da Agenda. A mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MENDES, R. A. S. A Revolução Cubana e a Política Política Bifurcada norte-americana. *Latinidade* (Rio de Janeiro), v. 3, p. 201-218, 2011.

MILITARY REVIEW. Class Directors – Latin American Class, January 1946, Volume XXV, Number 10

RON, Yaifre. Los amos de la SIP. Venezuela: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2008.

SALINAS, Raquel. Agencias transnacionais de información y el tercer mundo. Quito: The Quito Times: CIESPAL, 1984.

SCHOULTZ, Lars. Estados Unidos – poder e submissão. São Carlos: Edusc, 1999.

SELSER, Gregorio. Breves anotaciones, a modo de probla e guía sobre aspectos destacados de la historia de la SIP. (mimeo). Archivo Gregorio y Marta Selser, Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 1979.

SHOEMAKER, Tim P. Vos. A teoria do gatekeeping – seleção e construção da notícia. Porto Alegre, Penso, 2011.

SOMAVÍA, Juan. "A estrutura transnacional de poder e a informação internacional – elementos para a definição de políticas face às agências transnacionais de notícias". IN: MATTA, Fernando Reyes (org). A informação na Nova Ordem Internacional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 1999.

STEINBERGER, Margarethe Born. Discursos geopolíticos da mídia – jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo, FAPESP/ED. CORTEZ/EDUC, 2005.

TYLER JR. Orville Zelotes. The History of Fort Leavenworth, 1934-1951.

VIZEU, Alfredo. “O jornalismo e as teorias intermediárias”. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. ISSN: 1646-3137. S/d. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/vizeu-alfredo-jornalismo-teorias-intermediarias.pdf> Acessado em 28/11/2018.

REPORTAGENS/ARTIGOS

BERNSTEIN, Carl. The Cia and the Media. Rolling Stone, October 20, 1977.

BOHEMIA. Editorial: Grave erros de la S.I.P. Bohemia, Habana, año 52, n. 13, marzo 27, 1960.

DUBOIS, Jules. El “Che” Guevara se enfurece. Bohemia, 21 junio, 1959.

GUTIERREZ, Carlos Maria. El colega Jules Dubois. Outubro, 1959. (acervo Gregorio Selser)

JAURETCH, Arturo. Un Coronel extranjero disfrazado de periodista. MARCHA, 23 octubre de 1959.

MARRERO, Juan. Jules Dubois y la injerencia de la SIP. Disponível em: <http://viva.org.co/cajavirtual/svc0549/articulo09.html>

U.S. reporter scored in Cuba. New York Times. September 11, 1959.

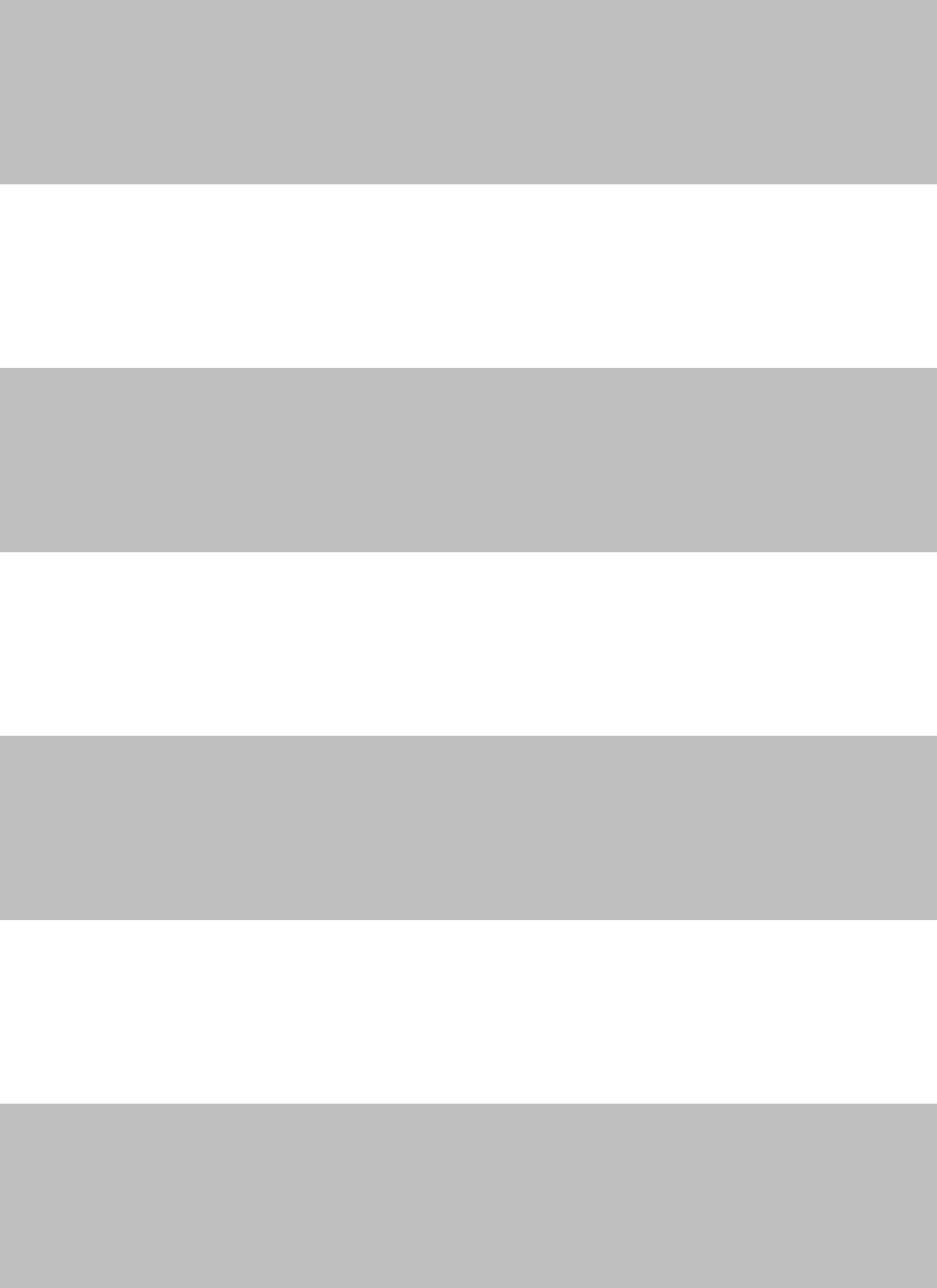
JULES Dubois dies in Bogota Hotel. Sarasota Herald Tribune. August 17, 1966 (p. 2 e 22)

SCARPELTA, J. Gonzalez. Sudamérica a través de un viaje. Revelaciones interesantes. Entrevista con Jules Dubois. BOHEMIA, 15 mayo de 1949

SELSER, Gregorio. Para uma historia del “Chicago Tribune”. Propósitos, Buenos Aires, 12 de marzo de 1957.

SELSER, Gregorio. Mr. Dubois, Corresponsal Turista. Propósitos, Buenos Aires, 26 de febrero de 1957.

UNA Carta del Comandante Guevara, La Habana, 23 de mayo de 1959.
BOHEMIA, 7 de junio de 1959, p. 85.





PARTE III

REVOLUÇÃO CUBANA E MOVIMENTOS DE LUTA ARMADA

(p. 172) A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960

Jean Rodrigues Sales

(p. 196) “O mar de todos”: a polêmica da Revolução Cubana no anarquismo argentino, brasileiro e uruguaio-cubano

Rafael Viana da Silva

(p. 222) Nuestra América: A Revolução Cubana e o Internacionalismo das Esquerdas Revolucionárias na América do Sul

Izabel Pimentel da Silva

(p. 246) Cuba e Chile: diálogos revolucionários para América Latina

**Elisa de Campos Borges &
Joana Salém Vasconcelos**

(p. 274) Apropriações da Revolução Cubana pela esquerda latino-americana no início do século XXI

**Rafael Araújo &
Tiago Silvas**

Jean Rodrigues Sales**• APRESENTAÇÃO**

O interesse pela história da Ação Popular (AP) reside na singularidade que marcou a sua trajetória entre os diversos agrupamentos do que se convencionou chamar de Nova Esquerda brasileira. Alguns autores já destacaram a inserção da AP em movimentos sociais do período, particularmente no Movimento Estudantil, e o caminho por ela aberto no interior da Igreja Católica para a atuação de correntes políticas progressistas. Contudo, há que se ressaltar, ainda, a importância da sua origem e do seu significado dentro do campo das esquerdas brasileiras no início da década de 1960. Enquanto a maioria dos grupos surgiu de cisões ou em oposição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas ligados de alguma forma ao ideário representado pela tradição leninista, a AP estruturou-se com uma proposta de luta contra o capitalismo, preocupada com o humanismo e em oposição ao socialismo existente na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O que pretendemos neste artigo é realçar o papel que desempenharam as ideias originárias da Revolução Cubana na trajetória da AP, ideias estas que podem ser sintetizadas pelo conceito de foquismo²²³. Vale adiantar que o período de influência cubana na AP não recebeu ainda a atenção devida nos estudos a seu respeito e, sempre que é mencionado, ele aparece como momento de transição para a adesão da AP ao maoísmo²²⁴. Este tipo de interpretação, por sua vez, pouco acrescenta ao entendimento do intenso debate ideológico que ocorreu na organização antes e após o golpe de 1964,

²²² Este texto foi previamente publicado na revista *Antíteses*. Cf. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2018v11n21p345>.

²²³ O foquismo caracteriza movimentos que, influenciados por Cuba, acreditavam que seria possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas, sem a liderança de um partido comunista (SALES, 2007; ROLLEMBERG, 1997). Esperava-se que, uma vez iniciados os combates, as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros, e estes conseguiriam aumentar o seu poder ofensivo até a tomada do poder. Assim, durante o processo de luta, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas a ela subordinadas. Cf. Régis Debray (s/d) e Che Guevara (1981). Uma síntese dos textos de Guevara e Debray pode ser vista em Carlos Alberto Barão (2003) e Hector Saint-Pierre (2000).

²²⁴ O maoísmo está relacionado às ideias e práticas do líder revolucionário chinês Mao Tse-Tung. A partir dessa teoria, muitos grupos passaram a defender que a guerrilha rural deveria ser a tática preferencial aplicada nos processos revolucionários ocorridos em países do Terceiro Mundo, sob a forma de uma "guerra popular prolongada", liderada por um partido comunista. Sobre a influência desse ideário na esquerda brasileira, ver Daniel Aarão Reis Filho (1991).

que a levaria a aderir ao marxismo-leninismo, e durante o qual as ideias de Che Guevara, de Fidel Castro e de Régis Debray tiveram grande importância. Concordamos com Reginaldo Benedito Dias (1997) a respeito da complexidade das tendências, projetos e disputas que acompanharam a trajetória da AP. Para o autor, esses elementos, muitas vezes, ficaram ofuscados pela análise pioneira de Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984), responsáveis pela cristalização de uma interpretação sobre a história da Ação Popular, como se esta organização, desde a sua origem, tivesse dado passos sucessivos na direção de sua incorporação ao verdadeiro marxismo-leninismo representado pelo PC do B. A avaliação retrospectiva, construída quando a incorporação era fato consumado e sob a leitura que o PC do B fazia do processo, apaga as tensões e a diversidade de posições (...) (DIAS, 1997, 131).²²⁵

A hipótese desenvolvida neste artigo é a de que entre 1964 e 1968 o foquismo chegou a ser visto como uma alternativa viável na busca da AP por um caminho revolucionário e de luta contra o regime militar. Como sabemos, ela acabou aderindo ao maoísmo e se incorporando ao PC do B, mas, antes disso, teve que empreender um amplo debate sobre o significado da experiência revolucionária cubana.

• ANTECEDENTES DA AÇÃO POPULAR

A AP tem as suas origens ligadas à estrutura da Igreja Católica, tendo emergido do interior da Juventude Universitária Católica (JUC), setor especializado no meio universitário, que fazia parte, por sua vez, da Ação Católica (AC), organização da Igreja voltada para os leigos. Além da JUC, fazia parte da AC uma série de outros grupos especializados em variados setores da sociedade, casos da Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC) e da Juventude Independente Católica (JIC).

A JUC passou a organizar-se nacionalmente apenas por volta de 1950 e, no início, seu objetivo era o de reafirmar os ideais da Igreja, valorizando a ordem e a harmonia social. No que diz respeito à questão social, caberia

²²⁵ Além da análise de Lima e Arantes (1984), surgiram novas interpretações sobre a história da AP que procuram destacar a complexidade da trajetória desta organização, bem como os vários projetos e possibilidades que a acompanharam. Podemos lembrar aqui, além da dissertação de Reginaldo Dias (1997), os trabalhos de Franklin Oliveira Jr. (2000), Marcelo Ridenti (2002), Mônica de Oliveira (2005), Santana (2008), Sá (2015), Duarte (2010), Ciambarella (2007) e Dias (2004, 2017).

a ela “reformatar as consciências individuais para que uma ordem harmônica e justa imperasse no mundo, espelhada na vontade de Deus” (JUC apud RIDENTI, 2002, p. 215). No decorrer da década de 1950, porém, haveria uma profunda mudança nas preocupações e no envolvimento de grande parte dos membros da JUC com os problemas sociais e políticos do país.

No processo de transformação da organização, dois fatores desempenharam papel importante. O primeiro foi a mudança ocorrida na própria Igreja, que se aproximou dos problemas sociais. Já o segundo fator se refere às condições históricas, tanto nacionais quanto internacionais, que marcaram a passagem dos anos 1950 para a década seguinte.

No que diz respeito às mudanças na Igreja, segundo Michael Löwy, suas origens remontam ao final da década de 1950, a partir de dois marcos: um deles no Vaticano – a eleição do Papa João XXIII – e o outro em uma ilha Caribenha: a vitória da Revolução Cubana. Esses eventos possibilitariam, entre outras coisas, o desenvolvimento, no Brasil, no início dos anos 60, de uma *esquerda cristã*, que viria a servir de inspiração para a formação do “cristianismo da libertação” (LÖWY, 2000, p.7).

No que concerne às circunstâncias históricas, internacionalmente temos em primeiro lugar a vitória da Revolução Cubana, em 1959, que causaria grande impacto nas esquerdas latino-americanas. No mesmo período, ocorreram ainda a independência da Argélia em 1962, a guerra do Vietnã e as lutas anticoloniais na África e Ásia. Além dessas revoluções, que tinham um forte caráter anti-imperialista, acontecia um lento, mas irreversível, processo de crítica ao modelo socialista soviético, iniciado a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Internamente, o Brasil vivia um processo de efervescência política, particularmente durante o governo de João Goulart, quando parte da sociedade se engajou na luta pelas chamadas reformas de base. Os “tempos de Goulart”, como afirmou Caio Navarro de Toledo (1983), singularizaram-se dentro da história política brasileira, pois “neles, a política deixou de ser privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma intensa a fábrica, o campo, o quartel” (TOLEDO, 1983, p.167).

O meio estudantil universitário também sofreu modificações significativas no período. Já na segunda metade da década de 1950, durante o governo Juscelino Kubistchek, a União Nacional dos Estudantes (UNE) apareceria em campanhas importantes, de nítido comprometimento popular.

No processo de politização dos universitários, segundo João Roberto Martins Filho (1997, p. 75-81), mais do que comunistas ou socialistas, o papel principal foi desempenhado pela JUC e pela JEC.

O resultado prático da organização jucista no meio estudantil não demoraria a aparecer. Em 1961, um de seus membros, Aldo Arantes, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes. A partir de então, a UNE – e, por sua vez, a JUC, já como força hegemônica no Movimento Estudantil – se envolveu em uma série de episódios importantes da política nacional. Entre estes, vale lembrar da participação na Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, contra a tentativa de um golpe militar em 1961; a campanha pela reforma universitária, que desembocou na chamada “greve de 1/3”, que teve adesão nacional; a participação na Frente de Mobilização Popular (FMP) e, por fim, na organização da UNE-Volante, que percorreu praticamente todas as capitais do país, organizando nacionalmente os estudantes.

• O NASCIMENTO DA AP

No decorrer dos anos 1950, o setor posicionado mais à esquerda da JUC se afastava cada vez mais do caminho trilhado pela Igreja, o que aparece de forma evidente em seu Congresso, realizado em 1960. No documento final, intitulado “Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro”, foi feita uma condenação do sistema capitalista enquanto estrutura sustentada por toda sorte de abusos, de exploração e de crimes contra a dignidade humana, razão pela qual só poderia merecer a “tranquila condenação da consciência cristã”. Junto com essa crítica, foi feita a opção por um “socialismo democrático” e pela “revolução brasileira”, o que implicava numa atuação que ultrapassasse os limites universitários (DIAS, 1997, p. 27).

A mudança de rumo da JUC não tardaria a entrar em choque com a estrutura da Igreja, que em um dos seus documentos assinalava que os cristãos não poderiam considerar o socialismo como a solução para os problemas políticos e socioeconômicos do país. Além disso, também foram tomadas medidas contra membros da JUC que mantinham alianças com os comunistas (DIAS, 1997, p. 90).

O conflito com a estrutura da Igreja Católica, e a necessidade de uma organização política que fosse capaz de responder aos problemas colocados pela intensa conjuntura política, levaram setores da JUC a buscar

a criação de uma outra organização. É importante ressaltar que embora o setor oriundo da JUC tenha tido predominância na fundação da AP, outros grupos sociais, religiosos e não religiosos, e mesmo alguns que não mais estavam no meio estudantil, tiveram presença na fundação da Ação Popular, conforme afirma Duarte Pereira Pacheco, um dos fundadores e líder nacional da AP a partir de 1965 (PACHECO apud RIDENTI, 2002, p. 227).

A Ação Popular (AP) foi criada em uma série de três reuniões entre 1962 e 1963, tendo como base principalmente setores da JUC que se encontravam em Minas Gerais, com figuras significativas como Herbert José de Souza (Bezinho) e Vinícius Caldeira Brant. No Rio de Janeiro, a criação contou com a presença de Aldo Arantes, primeiro membro do grupo jucista a ocupar a presidência da UNE; e na Bahia, estavam Haroldo Lima, Paulo Mendes, entre outros.

A primeira reunião ocorreu em São Paulo, no início de 1962, e aprovou um documento intitulado "Estatuto Ideológico", que defendia o "socialismo" e a "revolução brasileira". O nome então escolhido foi o de Grupo de Ação Popular (GAP), logo depois abandonado para que não fosse confundido com um agrupamento de extrema direita chamado Grupo de Ação Patriótica (GAP). Antes de passar a se chamar Ação Popular, o movimento ficou conhecido ainda como "Grupão". A segunda reunião aconteceu em junho de 1962, em Belo Horizonte, momento em que foi adotado o novo nome: Ação Popular. A terceira reunião aconteceu em fevereiro de 1963, na cidade da Salvador, constituindo-se no I Congresso da AP (LIMA; ARANTES, 1984, p. 35-36).

• SOCIALISMO COM HUMANISMO

A proposta de socialismo da AP, anterior à sua adesão ao maoísmo, antecipou, em vários aspectos, muitas discussões que surgiriam nas décadas de setenta e oitenta sobre as possibilidades de um socialismo com democracia, diferente do sistema que existia na URSS. Já no documento convocatório para a segunda reunião de constituição da AP, aparecia seu projeto singular no panorama da esquerda nacional: "um movimento político-ideológico, fundamentado numa ideologia própria, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira a ser um ponto de convergência e união de todas as forças para trabalhar pelo desenvolvimento integral do homem" (AP apud GARCIA, 1979).

Essa ideologia própria, que se propunha diferente do marxismo e do

idealismo, não impedia que a AP se orientasse em busca do socialismo, constituindo-se em um “movimento revolucionário que se propõe a formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura da sociedade brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo” (AP apud GARCIA, 1979). A formulação do socialismo da AP apareceria de forma mais elaborada no documento aprovado em 1963, pelo qual se pautaria até a sua adesão formal ao marxismo-leninismo. Nele, a organização propunha um “socialismo com o humanismo”. Em outras palavras, um projeto “que procurava harmonizar através de uma nova síntese, a concepção da revolução como necessária negação do capitalismo demandada por suas contradições e o imperativo ético advindo do humanismo” (DIAS, 1997, p. 93).

A perspectiva era de uma revolução socialista, ainda que na análise da sociedade brasileira a AP apontasse a existência de um setor arcaico e feudal no campo, que coexistia com um setor capitalista. Talvez possamos conjecturar que essa opção pela revolução imediatamente socialista esteja ligada ao impacto causado pelo exemplo cubano no continente²²⁶. Do mesmo modo, as ideias oriundas de Cuba, bem como de outras experiências revolucionárias no Terceiro Mundo, podem ter levado a organização a não descartar a possibilidade do uso da violência revolucionária. Nas palavras da AP: “não nos cabe anteciper a forma pela qual se dará a concretização desse processo revolucionário”. No entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violência revolucionária gerada por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência (REIS FILHO; SÁ, 1985, p. 41).

Ainda no Documento Base, a AP, ao analisar as experiências socialistas destaca a Revolução Cubana como um exemplo da complexidade do “mundo socialista em gestação”, que não se confundia com o bloco “político-militar soviético”, podendo comportar experiências e orientações ideológicas distintas. Nesse sentido, não passa despercebido à AP que “a Revolução Cubana teve um princípio empírico e não ideológico. O caráter marxista-leninista da revolução seria firmado *a posteriori*, apenas em 1961, diante da conjuntura internacional” (REIS FILHO; SÁ, 1985, p. 38). Parece-nos perfeitamente possível imaginar que na medida em que a AP ressaltava o caráter original da revolução feita pelos cubanos, ela estava ao mesmo tempo justificando a sua proposta de socialismo, que se pretendia independente tanto da tradição de

²²⁶ Marcelo Ridenti (2002), em capítulo sobre a história da organização, também aponta a presença da influência cubana no Documento Base da AP (p. 232).

esquerda brasileira como de correntes comunistas internacionais.

Uma evidência da influência das ideias cubanas sobre o Movimento Estudantil, o que pode ter se estendido até as primeiras formulações da AP, está nas inúmeras matérias sobre Cuba publicadas no jornal *O Metropolitano*²²⁷, órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, que circulava como encarte do *Diário de Notícias*, informativo do estado da Guanabara. Em muitos dos artigos assinados pelos membros da JUC no jornal, em sua maioria em defesa da ilha de Fidel diante da agressão norte-americana, era indisfarçável a influência cubana no projeto político dos estudantes brasileiros. Em um dos editoriais, afirmava *O Metropolitano*: sabemos que Cuba tornou-se uma decisão continental: a nossa decisão de liberdade, de democracia e de realização história autêntica. Isto nos basta, a nós, os estudantes de uma nação que projeta para sua história a realização deste princípio²²⁸.

Outro exemplo do significado e influência de Cuba sobre membros da JUC é o da experiência de Herbert de Souza (Betinho), que veio a ser o primeiro coordenador da AP, sendo, no pós-64, criticado por defender posições próximas das cubanas. De acordo com Betinho, nos anos de 59, 60, 61, a Revolução Cubana tinha uma presença marcante em Belo Horizonte, “e todos éramos revolucionários cubanos” (SOUZA, 1978, p. 74; SOUZA, 1996). Betinho relata um episódio revelador desse espírito “cubano” que reinava no meio estudantil. Quando atuava no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pensou em uma manifestação na qual simulariam uma visita de Fidel Castro a Belo Horizonte, aproveitando-se do fato de Castro estar efetivamente naquele momento no Rio de Janeiro, o que ajudava a compor a cena. No dia marcado, um estudante colocou uma barba postiça e fez um discurso em “espanhol” do terceiro andar da sede do DCE. O impressionante no caso, e revelador do clima da época, é que compareceram estudantes de direita que, acreditando no simulacro, ou desejando apenas atacar os membros do DCE, ameaçaram de morte os organizadores. Após terem conseguido escapar, estes foram para o centro da cidade fazer discursos sobre a Revolução Cubana (SOUZA, 1996, p. 34-35).

Ainda que diversos aspectos da influência cubana estivessem pre-

²²⁷ Ver, a título de exemplo, as seguintes matérias d’*O Metropolitano*: “Cubanos no Rio” (05/05/1959); “Fidel na praça e na UME” (10/05/1959); “A América Latina não se renderá” (23/04/1961); “A verdadeira face da revolução” (25/12/1960).

²²⁸ “Cuba: decisão continental”. *O Metropolitano*, 04/09/1960.

sentos já nos tempos da JUC, tendo influenciado as primeiras formulações políticas da AP, é certo que o período de maior impacto de Cuba na organização se deu entre 1965 e 1967. Nesse período, a AP estava discutindo as perspectivas abertas pelo golpe civil-militar de 1964, sendo as ideias cubanas um ponto fundamental de seu debate ideológico.

• O IMPACTO DO GOLPE E A ATRAÇÃO PELO FOQUISMO

Toda a mobilização popular do início dos anos 1960, que parecia enfim anunciar uma maior democratização do país, desmoronou sob os tanques que saíram dos quartéis no último dia do mês de março de 1964. A derrota do que parece ter sido o maior movimento de massas da história brasileira marcou profundamente os atores que participaram de seus acontecimentos. A grande culpa pela derrota recaiu sobre o PCB, então o partido mais importante entre os grupos de esquerda, sendo identificado com a política de João Goulart. A partir das discussões sobre os erros cometidos e os novos caminhos a serem trilhados, a esquerda brasileira se dividiu em grande número de grupos, que caminhariam, em muitos casos, para a luta armada contra a ditadura militar.

No caso da AP, também as discussões feitas após o golpe modificariam a organização, que reavaliaria criticamente suas posições políticas. A mudança de rumo apareceria em sua prática (parte de sua direção chegou a se articular com Leonel Brizola, então no exílio uruguaio, em uma tentativa de fazer resistência armada ao regime militar²²⁹) e, principalmente, em suas concepções ideológicas, com a aprovação da “Resolução Política de 1965”. Nesse documento, mesmo afirmando a continuidade com as ideias anteriores, a organização passou a enfatizar a necessidade da luta armada revolucionária, com nítida influência foquista. A Resolução fez uma série de críticas ao Documento Base, como no que diz respeito à imprecisão em relação aos objetivos estratégicos e, em consequência, à tática da AP:

o Documento Base encaminhava para o modelo estratégico de infiltração gradual no poder estabelecido e de radicalização progressiva, através das lutas de massa e ideológicas, tudo conduzindo a uma grave crise decisiva do poder, ou seja, a um desfecho revolucionário. Só que, não prevendo para esse desfecho nenhuma saída, sua estratégia conduzia a um impasse, do que já estamos colhendo frutos antecipados com a ditadura militar implantada no país.²³⁰

São inúmeras as características da Resolução nitidamente inspiradas no foquismo, sobretudo no que se refere ao caminho da luta armada para se chegar à “Revolução Socialista de Libertação Nacional”, conceito eclético que revela diversas influências e incertezas na elaboração da nova política revolucionária da AP. Um primeiro ponto que deve ser ressaltado é o balanço da “perspectiva histórica latino-americana”, no qual a AP reafirma como objetivo político a “revolução socialista”, e aponta como estratégia a “luta insurrecional”²³¹.

A opção desse tipo de luta deveria considerar a falta de condições objetivas da “forma clássica de insurreição ou levante armado urbano”²³². Neste caminho, indicava-se a escolha de uma estratégia de luta insurrecional que contemplasse certas condições: a possibilidade de sustentar militarmente, desde o início, as frentes de luta institucional; o desenvolvimento da luta a partir do campo, onde são maiores as condições de resistência diante da superioridade do inimigo; a possibilidade de desgaste progressivo do aparelho policial-militar, simultaneamente à montagem do dispositivo armado; o favorecimento do crescimento das forças populares e a elevação de seu nível de consciência. Em suma, era necessário escolher uma forma de “luta insurrecional” que oferecesse condições para que o povo pudesse “criar gradativamente o seu próprio poder”, “primeiro para vencer o inimigo, e logo como poder para construir a nova sociedade”. O tipo de luta que observava tais condições, segundo a Resolução, era a “*guerra revolucionária*” ou “*guerra de guerrilhas*”, “cuja eficácia já confirmada por várias experiências históricas e cuja estratégia, sistematizada a partir mesmo dessas diversas experiências, *se adapta às condições em que se terá de desenvolver a luta revolucionária no Brasil*”²³³.

Sobre as condições mínimas necessárias à implantação da guerrilha, entre as quais estava o apoio das massas, o documento pondera que seria necessário buscar um equilíbrio entre o apoio popular e a necessidade

²²⁹ Sobre as articulações de líderes da AP com Brizola no Uruguai, ver Souza (1978).

²³⁰ O documento “Uma política revolucionária para o Brasil (Resolução Política de 1965)” pode ser consultado no Fundo Duarte Pereira Pacheco (FDPP), no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na UNICAMP.

²³¹ Resolução Política de 1965, p. 33.

²³² Ibidem, p. 55.

²³³ Ibidem, p. 56. Grifo nosso.

urgente do desencadeamento da luta armada. Entretanto, enveredando ainda mais pelo princípio de que era possível acelerar o processo revolucionário, afirma que se a falta das condições mínimas de mobilização e organização condenam a guerrilha a um desastre inevitável, *a exigência prévia de um movimento de massas fortíssimo e perfeitamente estruturado condenaria as forças revolucionárias a uma espera perpétua*, pois não é provável que os movimentos de massas, nas condições presentes e pelas razões já pontadas, sobretudo pela repressão policial, consigam atingir este nível, sem que se desenvolvam simultaneamente no campo uma frente de luta armada que sirva de apoio e sustentação.²³⁴

Para a resolução da difícil equação entre apoio popular e desencadeamento da luta guerrilheira, a Resolução Política apoia-se no exemplo das três contribuições fundamentais da Revolução Cubana para a América Latina, que teriam sido apontadas por Che Guevara:

*primeiro: as forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército. Segundo: na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo. Terceiro: nem sempre se tem de esperar que dêem todas as condições para a revolução, o foco insurrecional pode ajudar a criá-las.*²³⁵

Como podemos perceber, as formulações da Resolução Política de 1965 têm clara influência da experiência cubana, o que não significa dizer que a AP teve uma fase tipicamente “castrista”, no sentido de uma aplicação imediata da luta guerrilheira. Essa afirmação, contudo, não diminui a importância do papel desempenhado pelas ideias cubanas no debate ideológico da organização entre 1965 e 1967.

• O CASTRO-GUEVARISMO DA AP

Não concordamos com afirmações que apontam a existência de uma fase castrista propriamente dita na trajetória da AP, pelo menos não da forma que a organização assumiu o maoísmo como ideologia oficial a partir

²³⁴ Ibidem, p. 63. Grifo nosso.

²³⁵ Resolução Política de 1965, p. 63.

de meados de 1968²³⁶. O que houve, e é disso que trataremos agora, foi uma presença marcante de ideias cubanas no debate que ocorreu dentro da AP após o golpe, durante o qual o castro-guevarismo teve um papel fundamental, sendo uma das orientações que a organização poderia vir a assumir como estratégia política.

Ainda sob influência da Resolução Política de 1965, foram feitas mudanças na estrutura organizacional da AP, passando-se do sistema de “coordenação” para o de “comandos”²³⁷. Foram criados os Grupos de Ação Armada e de Defesa Popular, incumbidos de atuar na cidade; e uma Comissão Militar, sendo ambos responsáveis pela futura guerrilha no campo. No documento intitulado “Formação do dispositivo armado”, ficou ainda mais clara a influência foquista. No que diz respeito ao comando das lutas política e armada, o texto tentaria encontrar um denominador comum entre a tradição do partido de vanguarda e a guerrilha:

Do ponto de vista estratégico o comando da luta revolucionária deverá ser único. Isto porque um comando estratégico deve ter uma noção de todo o desenvolvimento da luta revolucionária para ter condições de planejar os desdobramentos da luta. Do ponto de vista tático os comandos deverão ser descentralizados, para maior eficiência da luta. Do ponto de vista tático, ninguém melhor que os que estão diretamente dirigindo a luta para definir a melhor tática a ser seguida. A fixação de um comando tático, único, distanciado das ações concretas leva a um distanciamento das condições sociais de luta, levando a consequências desastrosas. (AP apud OLIVEIRA JR., 2000, p. 246)

A criação dos Comandos Regionais, bem como da Comissão Militar, e a presença de ideias foquistas, trouxeram consequências para AP, levando-

²³⁶ Para Duarte Pacheco Pereira, se entendermos guevarismo como opção pela luta armada, pela guerra de guerrilhas como método para desenvolvê-la e pela montagem imediata de um foco guerrilheiro no campo como forma de iniciar a guerra de guerrilhas, a AP não pode ser considerada guevarista, pois nunca aderiu completamente a este programa. Para Pereira, setores da AP chegaram a aderir ao foquismo (PEREIRA apud RIDENTI, 2002, p. 275). Concordamos com a observação de Duarte Pereira sobre o fato de a AP não ter aderido formalmente ao foquismo. Por outro lado, a nosso ver, a AP se aproximou bastante desse ideário, como pode-se ver pelas formulações da própria “Resolução Política de 1965” e de outras questões que passaremos a discutir adiante.

²³⁷ Para Oliveira Jr. (2000, p. 246) e Ridenti (2002, p. 231), a mudança organizacional, com a criação do Comando Nacional, revela uma influência da Revolução Cubana.

-a a praticar algumas ações militares. São os casos do conhecido atentado ao Aeroporto dos Guararapes, em Recife²³⁸; da expropriação de um banco no interior de Alagoas; e da tentativa de sabotagem do processo eleitoral na Bahia, com a explosão de uma bomba no Fórum Ruy Barbosa (OLIVEIRA JR., 2000, p. 268). Vale ainda registrar a informação de Jean Marc van Der Weid, segundo a qual, em 1967, setores da organização chegaram a preparar um plano, não concretizado, para a tomada de cidades no interior do Maranhão, a partir da organização de camponeses liderados por Manuel da Conceição (VAN DER WEID apud RIDENTI, 2002, p. 240).

As ações acima descritas eram acompanhadas de uma visão positiva dentro da organização sobre o processo revolucionário cubano. Em 1966, Cuba era apresentada ao conjunto da AP como um exemplo de que a luta guerrilheira era correta, sendo possível libertar um país da dominação estrangeira, mesmo quando a potência dominadora esteja a menos de 200 quilômetros de distância. Enfim, ela ensinara que quando uma “ditadura domina violentamente o povo e o foco guerrilheiro inicia a luta e conchama o povo e o povo adere, a revolução é vitoriosa e o país se liberta”²³⁹.

O interesse e a permeabilidade da AP ao foquismo vai aparecer de forma ainda mais evidente nos “Textos para debates”²⁴⁰, organizados pelo Comando Nacional, entre 1965 e 1966, em seu esforço de buscar uma definição ideológica e um caminho de luta contra a ditadura militar. Entre outros textos publicados, estavam o *Guerra de guerrilhas, um método*, de Ernesto Che Guevara; *Fidelismo: a longa marcha da América Latina e América Latina: alguns problemas da estratégia revolucionária*, de Régis Debray.

Inegavelmente, a escolha dos textos não se dava ao acaso. Quando setores importantes da organização projetavam formas eficazes de recriação do foco guerrilheiro, de acordo com as condições brasileiras, observava-se que a discussão de uma perspectiva revolucionária para AP²⁴¹ processa-

²³⁸ Sobre o atentado e sua repercussão na AP, ver Dias (2017, p. 60-61).

²³⁹ *Revolução*, n. 5, 21 de maio de 1966, p. 5. (FDPP, Caixa 8). (obs. Trata-se do jornal publicado pela AP a partir de 1965, que seria depois substituído pelo jornal *Libertação*). Perceba-se que a própria denominação dos jornais se relaciona com as ideias cubanas e chinesas respectivamente.

²⁴⁰ Além dos “Textos para debate”, a AP organizou também os “Textos para militantes”. A diferença entre um e outro, segundo Duarte Pereira Pacheco em observação à margem do “Texto para militante 2”, é que este último, escrito por militantes, apresentava uma perspectiva da própria organização; enquanto o primeiro, que continha escritos de autores variados, tinha uma perspectiva que não era necessariamente da AP. Ver a observação de Pacheco no “Texto para militante n. 2”, (FDPP, Caixa 4)..

²⁴¹ Sobre estratégia revolucionária foi publicada também a versão chinesa sobre a luta armada, a partir do texto de Lin Piao *Salve a vitória da Guerra Popular*. (Texto para debate n. 6 – FDPP, Caixa 4).

-se, justamente, a partir da leitura de autores responsáveis pela elaboração da teoria do foco. É o que demonstra, por exemplo, a apresentação do “Texto para debate n. 9”, escrito, possivelmente, por Duarte Pacheco Pereira, responsável pelo setor de formação de militantes. Nesta apresentação, ao comentar o livro de Regis Debray *América Latina: alguns problemas da estratégia revolucionária*, Pereira afirma que diante da inexistência de condições no continente para a aplicação clássica da guerra de guerrilhas, bem como da consideração de que esta teoria deveria ser não somente assimilada, mas também recriada por cada povo da América Latina, “chegamos assim à tese que defendíamos desde o início²⁴²: a tarefa mais urgente dos movimentos revolucionários na América Latina é a reinterpretação crítica da teoria do foco²⁴³. Sobre a forma como poderia se concretizar essa “reinterpretação crítica”, afirmava que:

É preciso ter claro que, sem o foco, nunca se atingirá um nível de luta e organização que ameace de fato o poder dominante e garanta a continuidade e o crescimento da luta pela tomada evolucionária do poder. Por outro lado, porém, é preciso compreender que o êxito e a continuidade do foco não estarão assegurados se não existirem certas condições mínimas. Todo o problema está na definição dessas condições mínimas. Mas o caminho da revisão crítica parece já esboçado: primeiro, condições mínimas para criar o foco, entre os quais um início de partido revolucionário; depois o próprio foco ajudará a criar as condições máximas.²⁴⁴

Nessa apresentação, ainda é interessante observar a afirmação de que a adaptação das ideias de Guevara estava contemplada nas formulações da *Resolução Política de 1965*, sobretudo naquelas que diziam respei-

²⁴² O documento faz referência aqui a apresentação do “Texto para debate n. 6”, que afirmava que “uma das tarefas mais urgentes para os movimentos revolucionários latino-americanos era a recriação crítica da teoria do foco”. (FDPP, Caixa 4).

²⁴³ “Texto para debate n. 9” (FDPP, Caixa 4). Ver, ainda no mesmo sentido, a apresentação do “Texto para debate n. 11”, intitulado “As tarefas urgentes da Revolução Brasileira”. Este texto, escrito antes da Resolução Política de 1965, foi escolhido para encerrar a série sobre “problemas estratégicos da luta revolucionária” por colocar a discussão sobre a teoria do foco nos devidos termos: “quais são os aspectos positivos e quais são os aspectos negativos da teoria do foco? Como separá-los? E como pensar, a partir dos aspectos positivos da teoria do foco, a estratégia correta para a luta revolucionária na América Latina? Eis a tarefa urgente das vanguardas revolucionárias dignas de nome”. (FDPP, Caixa 4)

²⁴⁴ “Texto para debate n. 9”. Grifo no original.

to à necessidade de que a vanguarda revolucionária criasse as condições mínimas para a implantação do foco guerrilheiro. Neste sentido, indaga o documento se a proposta de uma “etapa de preparação revolucionária ativa”, presente na Resolução, não seria a forma de reinterpretação crítica da teoria do foco. A resposta indica que todo o problema estaria apenas “em definir o conteúdo exato dessa ‘preparação revolucionária’ e, com isso, as condições mínimas para a criação dos focos insurrecionais”²⁴⁵.

Além dos “Textos para debate”, há outros elementos que atestam a presença de ideias foquistas dentro da AP. Em 1967, o Comando Nacional reuniu-se para discutir o livro de Régis Debray, *Revolução na revolução*, responsável pela sistematização teórica do foquismo. Na reunião, não foram feitas críticas ao caminho proposto por Debray para a criação do foco guerrilheiro. Pelo menos é o que indica o documento “Autocrítica do Comando Nacional”, de maio de 1968. Ao que parece, os participantes da reunião aceitaram as ideias fundamentais de Debray, como a de que o partido de vanguarda surge a partir guerrilha:

*Ao reexaminarmos o problema da construção do partido de vanguarda e da luta armada em função das críticas e das questões contidas e levantadas em Revolução na revolução, não poderíamos ter escolhido pior conselheiro. Tanto na Resolução Política de 1965 como em Regis Debray, soma-se, a uma análise da situação oportunista de direita, ou seja, a consideração estratégica do inimigo e o desprezo da força da massa, com a propagação de uma solução oportunista de esquerda, aventureira, que é o foco, o início da luta armada sem basear-se na força da massa.*²⁴⁶

Como podemos perceber neste documento, há uma crítica importante ao foquismo, que aliás só aumentaria na medida em que a adoção do maoísmo se acentuava na organização, assunto que trataremos adiante. Por hora, vejamos ainda um último tema revelador da importância das ideias cubanas na trajetória da AP: a viagem de militantes à Cuba para treinamento guerrilheiro e participação do I Encontro da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em 1967.

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ Autocrítica do Comando Nacional – maio de 1968, p. 58-59. (FDPP, Caixa 3).

Logo após o golpe de 1964, os primeiros dirigentes que chegaram a Cuba foram Alípio de Freitas e Paulo Wright, que conseguiram escapar do Brasil via embaixada do México. Em território cubano, parece ter havido, segundo informações de Duarte Pereira Pacheco, alguma dificuldade para que os dois recebessem a autorização para o treinamento guerrilheiro (OLIVEIRA JR., 2000, p. 241). Talvez por esta viagem à Cuba, Wright e Alípio, nos debates que ocorriam na AP, foram tidos como defensores da linha cubana, sendo que o último deixou a AP em 1968, juntando-se a outros militantes que criaram o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que para muitos tinha características foquistas²⁴⁷.

A segunda viagem de militantes da AP a Cuba foi feita por Betinho e, mais uma vez, Paulo Wright, ambos escolhidos para representarem a organização na reunião da OLAS²⁴⁸. No evento, Betinho foi escolhido para participar da Coordenação da organização, permanecendo em Cuba por cerca de onze meses²⁴⁹. As informações sobre a participação dos delegados da AP podem ser vistas no “Informe sobre a I Conferência da OLAS”, provavelmente escrito por Wright e Betinho²⁵⁰. De uma maneira geral, o documento destaca que o grande tema da reunião foi a “luta ideológica” entre “vários partidos revisionistas” e a “maioria da conferência” sobre a atualidade da revolução no continente. A atuação dos membros da AP se deu em torno da defesa “do caráter de classe da luta anti-imperialista na América Latina, do papel central da luta armada na estratégia revolucionária, e da necessidade e atualidade da revolução latino-americana”²⁵¹.

O Informe sobre a participação na OLAS foi discutido pela direção da AP em reunião do Comando Nacional em janeiro de 1968, recebendo críticas por parte de alguns de seus membros em pelo menos dois de seus aspectos. Em primeiro lugar, ressalva-se o fato de os delegados não empreen-

²⁴⁷ Para Gorender (1998, p. 126), por exemplo, “os fundadores do PRT captaram a orientação cubana, porém a modificaram pelo fato de organizarem um partido”.

²⁴⁸ Vale registrar que, ao mesmo tempo, no segundo semestre de 1967, uma comissão formada por José Renato Rabelo, Jair Ferreira de Sá, Ronaldo Freitas, José Novaes e Carlos Walter Aumond viajou para a China, sendo que Jair ficou mais tempo que os demais. Após a volta ao Brasil, Jair Ferreira de Sá viria a ser um dos principais responsáveis pela adoção do maoísmo e um dos maiores críticos das tendências foquistas no interior da AP.

²⁴⁹ Sobre o período de Betinho em Cuba, ver SOUZA (1996, p. 79) e SOUZA (1978, p. 40).

²⁵⁰ Segundo informação de Oliveira Jr. (2000, p. 309).

²⁵¹ Informe sobre a I Conferência da OLAS – 1968 (FDPP, Caixa 3).

derem uma clara autocrítica sobre a defesa, feita na OLAS, da teoria de que na sociedade brasileira não haveria a presença de características feudais no campo, além da negação do papel revolucionário da burguesia, temas que não haviam sido resolvidos internamente na AP. O segundo ponto, dizia respeito à ausência de esclarecimento, no Informe, sobre o posicionamento da OLAS frente à proposta de aprovação do foco como linha militar, bem como do fidelismo como orientação política geral para a América Latina²⁵².

Como se percebe pelo teor da reunião que discutiu o Informe de participação na OLAS, as ideias maoístas já haviam avançado dentro da AP, conseguindo a adesão de boa parte dos membros da direção. Entretanto, a adoção definitiva do maoísmo pela organização seria fruto de um tortuoso processo, que causaria grande desgaste nas forças da Ação Popular.

• O AFASTAMENTO DO FOQUISMO E A ADESÃO AO MAOÍSMO

Militantes da AP prepararam, em 25 de julho de 1966, um atentado à bomba contra o General Costa e Silva, que estava em simulacro de campanha política pelo Brasil. O objetivo era explodir o artefato às 8h45, horário marcado para a chegada do general no Aeroporto dos Guararapes, em Recife. A bomba explodiu e matou duas pessoas, deixando quatorze feridas, sendo que o general estava longe do local por causa de problemas em seu avião, que nem chegou a decolar de João Pessoa. O responsável pelo atentado foi Alípio de Freitas, membro da Comissão Militar (GORENDER, 1998, p. 122-123).

O episódio de Recife é apontado por alguns autores como um marco tanto do auge da influência foquista na AP, como do momento a partir do qual a organização reavalia seu posicionamento em relação a Cuba, abrindo espaço para uma rápida aproximação do maoísmo e da estratégia de *guerra popular prolongada*. A nosso ver, essa interpretação procura facilitar a explicação de um processo extremamente complexo como o que levou a AP a aderir ao maoísmo. Certamente, o episódio foi criticado no interior do partido (DIAS, 2017, p. 66-67) e pode ter sido usado como argumento por aqueles que eram favoráveis ao exemplo chinês. Entretanto, o abandono das ideias foquistas seria lento, e se processaria entre o final de 1966 e durante o ano de 1967, a partir de longos debates internos sobre a análise

²⁵² As informações sobre a reunião que discutiu a participação de Betinho e Wright na OLAS se encontram no documento “Esboço de um histórico da corrente 1 – março de 1969, p.18-19. (FDPP, Caixa 5).

da sociedade brasileira, sobre a luta armada e as diferenças entre foquismo e guerra popular, não podendo, assim, ser creditado a um único episódio.

Nesse processo, o ano decisivo é 1968, marcado pelo retorno de Betinho, que se encontrava em Cuba, bem como dos militantes que estavam na China. Tratou-se do período em que se originaram duas linhas dentro da AP, linhas estas que embora divergissem sobre várias questões, localizavam no foquismo suas diferenças fundamentais. Nas palavras de Betinho:

Quando eu voltei de Cuba, voltaram também os companheiros da China. Então, entram em briga, em contradição, duas linhas: a linha maoísta e a linha guerrilheira, foquista. Eu vinha da linha foquista, vinha de Cuba. A direção é tomada pela linha maoísta. (SOUZA, 1996, p. 82)

Jair Ferreira de Sá, que ficara alguns meses na China, entre 1966 e 1967, é apontado como o principal responsável pela adoção do maoísmo. Com a chegada dos dois grupos formaram-se dentro da organização as correntes conhecidas como “Corrente 1” e “Corrente 2”, a primeira identificada com as ideias chinesas, e a segunda com o ideário cubano²⁵³.

Em um documento de autoria de Jair Ferreira, “Esboço de um histórico da corrente 1”²⁵⁴, datado de março de 1969, é possível acompanhar a sua versão sobre a ofensiva das ideias Mao Tse-tung dentro da AP entre 1967 e 1968 e, ao mesmo tempo, a persistência de ecos da influência cubana na organização. Em uma reunião de outubro de 1967, a primeira desde a chegada dos militantes vindos de Cuba e China, discutiu-se a viagem dos dois grupos. Na discussão sobre a OLAS, reconheceram o Partido Comunista Chinês (PCCh) como “vanguarda proletária mundial” e foi definido que seria com ele que a AP teria “uma relação de aliança privilegiada”. Quanto ao Partido Comunista Cubano (PCC), definiu-se com ele uma aliança “estreita”,

²⁵³ Esta designação, usada no debate interno nos anos 1960, e depois utilizada por Lima e Arantes (1984, p. 71) em seu livro sobre a AP, acabou se tornando comum nos trabalhos sobre AP. Segundo os autores, a “Corrente 1”, que aglutinava em 1967 a maioria da direção, se identificava plenamente com maoísmo. A “Corrente 2”, por sua vez, não aceitava a existência de uma terceira etapa do marxismo-leninismo; consideravam a sociedade brasileira capitalista, propondo uma revolução socialista e viam a necessidade da construção de um partido proletário. Quanto ao caminho da revolução, mesmo não tendo clareza, “seus mais destacados representantes” teriam “nítida posição foquista”.

²⁵⁴ O documento encontra-se no FDPP, Caixa 5.

sem especificar, contudo, se era “reconhecido ou não como partido proletário”. Quanto à crítica ao foco, “se manteve uma atitude de estudar melhor a questão, mantendo-se a posição anterior favorável”²⁵⁵.

Na reunião de janeiro de 1968, na qual se discutiu o Informe sobre a participação na OLAS, ficou decidido ainda o reconhecimento do papel de vanguarda do PCCh na revolução mundial e de crítica ao revisionismo de Khrushov. Ainda uma vez não se chegou a um consenso sobre o “revisionismo de esquerda, o fidelismo”, nem sobre o caráter do PCC e da Revolução Cubana. No que diz respeito ao foquismo, foi aprovado, “inclusive a ser divulgada internacionalmente”, a crítica ao foco e a luta por uma guerra popular dirigida pela classe operária. Ainda assim, não teria sido possível aprovar a crítica ao “revisionismo de esquerda”, definindo-se apenas “uma política quanto ao Partido Comunista Cubano de aliança política e de luta ideológica”²⁵⁶.

Na reunião do Comando Nacional, realizada em março de 1968, foi tomada uma importante decisão a respeito do significado que assumiria o maoísmo dentro da AP: “a definição formal, proposta por *Do*.²⁵⁷, do Comando Nacional, pelo marxismo-leninismo, reconhecendo no pensamento de Mao Tse-tung a 3a etapa do marxismo-leninismo”²⁵⁸. Em abril, em outra reunião, demonstrando a adesão definitiva da AP ao maoísmo, e a crítica a que passaria a ser submetida a influência cubana, foi decidido a suspensão do envio de um grupo de militantes a Cuba. O motivo foi a ausência de um posicionamento claro do conjunto do “partido” sobre o “fidelismo e o foquismo”, com o risco de que os militantes voltassem influenciados pelas ideias cubanas, querendo “arrastar o partido para ações fidelistas clássicas, o que redundaria em atraso para a revolução brasileira”. Por fim, havia a possibilidade de uma viagem à China, opção que deveria ser priorizada²⁵⁹.

Como pudemos perceber, entre 1967 e 1968, o maoísmo ganha espaço dentro da AP, mas, ao mesmo tempo, a defesa de muitos aspectos da Revolução Cubana continua presente na organização. Nessa conjuntura, cada reunião do Comando Nacional exigia acordos entre partidários do maoísmo

²⁵⁵ Esboço de um histórico da corrente 1, p. 16.

²⁵⁶ Esboço de um histórico da corrente 1, p. 20.

²⁵⁷ Trata-se de Dorival, nome utilizado por Jair Ferreira de Sá na clandestinidade.

²⁵⁸ Esboço de um histórico da corrente 1 p. 27.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 28.

e defensores de aspectos do castro-guevarismo, o que afasta, a nosso ver, a interpretação de que o foquismo fora abandonado por causa do malogrado atentado do Recife. O desfecho das discussões entre as correntes internas da AP, no que diz respeito à adesão às ideias de Mao Tse-tung, efetivou-se na I Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em julho de 1968.

Nessa reunião, foi aprovado o documento que marcaria a aceitação definitiva do maoísmo como estratégia revolucionária pela AP, intitulado “Os seis pontos”, de responsabilidade de Jair Ferreira de Sá (LIMA; ARANTES, 1984, p. 70). Além da adesão ao maoísmo, o texto apresentaria uma avaliação contundente sobre o foquismo, que é retratado como um meio “burguês e revisionista”, por sua base teórica e sua posição de classe. Criticaria ainda o foco por negar o papel dirigente da classe operária e desprezar o papel do partido. Sobre o comunismo internacional, insere Cuba no campo dos países revisionistas pela sua “natureza de classe do poder, de partido, origem e orientação na construção do P. [Partido], linha de construção do socialismo; política internacional de conciliação com o revisionismo; vacilação frente ao imperialismo, vacilação frente a revolução mundial”²⁶⁰.

Ainda na I Reunião Ampliada da Direção Nacional, foram expulsos vários representantes da “Corrente 2”, responsáveis pelo documento “Duas posições”, que criticava a transplantação, imposta pelo “Esquema dos seis pontos”, da experiência chinesa para o Brasil. O documento era favorável à revolução socialista e à “luta armada de massas”, além de defender a Revolução Cubana das críticas presentes no documento de Jair Ferreira de Sá. O grupo expulso, do qual fazia parte Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, viria a formar, junto com militantes provenientes de outras organizações, o PRT, que para alguns tinha feições foquistas.

Com a saída desses militantes, a Ação Popular seguiu sua trajetória rumo à adesão oficial ao ideário maoísta. Em 1971, na sua III Reunião Ampliada, a organização passa a se chamar Ação Popular Marxista Leninista (APML), assumindo, assim, o formato de partido leninista. Em 1973, o grupo incorporou-se ao PC do B, tornando-se formalmente extinta a organização surgida no início dos anos 1960. Um grupo de militantes que discordava de questões teóricas e organizativas relacionadas com a incorporação, por sua vez, continuou organizado sob a sigla APML, que continuaria existindo até os anos 1980, quando se dissolveria no Partido dos Trabalhadores (PT).

²⁶⁰ Os seis pontos (FDPP, Caixa 3).

• CONCLUSÕES

No que diz respeito aos motivos e ao significado da maoização da AP, existem variadas interpretações. No livro de Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984), encontramos a defesa de que a organização seguiu o rumo mais adequado, saindo de um posicionamento cristão e idealista até chegar a uma prática marxista-leninista e, portanto, revolucionária. Visão distinta dessa é defendida pelos remanescentes do PRT. Altino Dantas, por exemplo, aponta o processo de adesão ao maoísmo como profundamente mecanicista, revestindo-se, inclusive, de aspectos dogmáticos, como a exigência de que os militantes assumissem explicitamente a ruptura com a consciência religiosa. Na política, esse tipo de interpretação do maoísmo apareceria através da transposição mecânica das práticas em curso na China (DANTAS apud GARCIA, 1979).

Para Reis Filho (1991), o maoísmo possuía uma série de características que atraíram a AP. As críticas ao revisionismo soviético, as propostas de revolução violenta, a ênfase no campo como cenário privilegiado da luta revolucionária, as críticas às concepções tradicionais de fazer política, típicas do modelo leninista de partido, são alguns dos atrativos que a AP teria enxergado no maoísmo. Além desses, um último aspecto, mas não menos importante, seria a existência de uma “ética maoísta”, caracterizando a ação revolucionária como um serviço ao povo, valorizando qualidades como a humildade, o trabalho paciente e anônimo, a austeridade, o igualitarismo, etc., propunha uma concepção comportamental que recuperava ressonâncias do cristianismo primitivo igualitarista, reinterpretado e reintroduzido, sobretudo na América Latina, pela chamada Teologia da Libertação (REIS FILHO, 1991, p. 130-131).

Por fim, há uma abordagem muito original a respeito do caminho trilhado pela AP, do *cristianismo*, passando pelo *guevarismo até chegar ao maoísmo*, que é feita por Marcelo Ridenti. O autor explica esse percurso através da utilização do conceito de *romantismo revolucionário*²⁶¹, que estaria presente nos três ideários que marcaram a trajetória da organização. Assim, para Ridenti (2002) vários traços românticos permitiram uma afinidade entre o cristianismo, por um lado, e o guevarismo e maoísmo por outro: a identificação com o camponês, tomado como autêntico representante do povo; a negação do processo imperialista de industrialização e urbaniza-

²⁶¹ Ridenti (1997, p. 414-422) utiliza o conceito de romantismo revolucionário elaborado por Michael Löwy e Robert Sayre (1995).

ção, que oprimiria o povo e a nação; o combate ao dinheiro e à fetichização impostos pelo mercado capitalista; o sacrifício pessoal do militante em nome da causa popular etc. (RIDENTI, 2002, p. 256).

Restaria ainda registrar uma interpretação sobre a adoção do maoísmo por parte da AP, sugerida por Luis Antonio Duarte, ex-dirigente regional da organização. Duarte sugere a necessidade de considerarmos a importância da inserção social da AP antes do golpe de 1964, o que tornava difícil aos seus membros aceitarem uma teoria que se desvinculasse da sociedade (o foquismo), ao mesmo tempo em que os predisponha às ideias de Mao Tse-tung:

Num primeiro momento ela (a teoria do foco) foi o embalo, mas logo, logo, vem a crítica do foco. Porque a gente tinha ligação com as massas. Foi diferente por exemplo da experiência do Lamarca que saiu da estrutura exército, pra uma estrutura do foco. Não tinha ligação com a massa, nós não, ia a sindicato, frequentava bairros, frequentava igreja, a gente tinha ligações com a comunidade, a gente tinha... tem um famoso documento da AP, chamado Linha de Massas, que se eu não me engano foi escrito pelo Duarte Pacheco (...) Linha de massas, então, a preocupação de fazer um trabalho de massa que a transformação social não ia ser feita por um grupo rebelde iluminado, não ia ser o foco. Se as massas... a ideia de que as massas é que fazem a história, a transformação social, revolucionária vem através das massas. É claro que vai ter o grupo dirigente, ter o partido, vamos dizer, como é que é, de vanguarda, né? Mas não pode abrir mão da linha de massas, e tem uma experiência que eu acho que clarifica isso aí.²⁶²

Seja qual for a interpretação que melhor explique a experiência vivida pela AP em sua adesão ao marxismo, o fato é que esta desenvolveu-se sob influência do maoísmo, até que a organização se incorporasse ao PC do B nos anos 1970. Esperamos ter demonstrado que essa passagem da AP ao marxismo foi muito mais complexa do que se costuma apontar. Sobre ela pesavam divergências sobre a análise da sociedade brasileira, a estratégia revolucionária e de luta contra o regime militar, os dilemas do Movimento Comunista Internacional, entre outros problemas. E, para finalizar, pudemos perceber que o castro-guevarismo, em certo momento, chegou a ser discu-

²⁶² Entrevista realizada por Mônica Oliveira (2005) para sua dissertação de mestrado sobre processo de "integração na produção" realizado pela AP.

tido como opção viável para AP, sendo preterido em relação ao maoísmo em meio a longos e difíceis embates entre os membros da Ação Popular. Em outras palavras, não estava dado que a organização seguiria o caminho do maoísmo, este fora o projeto vencedor entre outros possíveis que existiam no interior da organização e nos debates da esquerda no período.

REFERÊNCIAS

A AMÉRICA Latina não se renderá. *O Metropolitano* [Órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro]. 23, abril, 1961.

A VERDADEIRA face da revolução. *O Metropolitano* [Órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro]. 25, dez., 1960.

BARÃO, Antonio Carlos. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, v. I, p. 259-316.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, J; REIS, D. A. (orgs.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 99-130.

CUBA: decisão continental. *O Metropolitano* [Órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro]. 04, set., 1960.

CUBANOS no Rio. *O Metropolitano* [Órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro]. 05, maio, 1959.

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná – 1962/1973*. Dissertação de mestrado, Assis, UNESP, 1997.

_____. *A cruz, a foice e o martelo e a estrela: a tradição e a renovação da esquerda na experiência da Ação Popular (1962-1981)*. Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 2004.

_____. *Histórias da AP. Estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da*

Ação Popular (AP). Curitiba: Editora Prismas, 2017.

DUARTE, Hugo Villaça. *A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1962-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2010.

FIDEL na praça e na UME. *O Metropolitano* [Órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro]. 10, maio, 1959.

FUNDO DUARTE PEREIRA PACHECO (FDPP). Caixas 3, 4, 5 e 8. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Campinas: UNICAMP.

GARCIA, Marco Aurélio. *AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo*. *Em Tempo*, São Paulo, 1979.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.

GUEVARA, Che. A guerra de guerrilhas. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Edições Populares, v. 9, 1981.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 75-81.

OLIVEIRA JR., Franklin. *História da Ação Popular*. Tese (Doutorado em História). Recife, UFP, 2000.

OLIVEIRA, Mônica de. *Militantes operários e operários militantes. A experiência da integração na produção na história da Ação Popular (1965-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução*. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros*.

In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *História do Marxismo no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 130-131.

RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário nos anos 60. In: ALMADA, Izaías, FREIRE, Alípio e PONCE, J. A. Granville (orgs.). *Tiradentes, um presidio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 414-422.

_____. *Ação Popular: cristianismo e marxismo*. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil vol. V*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 213-282.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. O treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

SÁ, Karolina Kneip de. *Ação Popular do Brasil: da JUC ao racha de 1968*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2015.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A política armada. *Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar*. A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SANTANA, Cristiane Soares de. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2008.

SOUZA, Herbert José de. Depoimento. In: CAVALCANTE e RAMOS (orgs.). *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1978.

_____. *No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Rafael Viana da Silva

O debate da Revolução Cubana é geralmente apresentado, como tendo sua influência apenas dentro dos círculos comunistas, trotskistas e nacionais-populares, mas o anarquismo também se defrontará com essa temática, cujos efeitos serão o de polêmicas e profundas dissensões. No marxismo a Revolução Cubana inaugurou um novo período revolucionário e reacendeu a chama do internacionalismo (SILVA, 2016), já no anarquismo, esta também provocou importantes reflexões internas ou modificações em sua política. Vamos analisar centralmente três casos no anarquismo (Argentina, Brasil e Uruguai), dando mais ênfase aos que julgamos terem sido os mais relevantes no continente (Argentina e Uruguai). Cabe afirmar que o anarquismo, longe dos mitos historiográficos que o restringiram temporalmente e espacialmente até o fim das barricadas da Espanha em 1939, seguiu ativo – ainda que com força política consideravelmente menor que as décadas anteriores – em diferentes países e continentes na década de 1940 e 1950.

A especificidade da realidade americana já tinha sido abordada pelo anarquismo dos países anteriormente mencionados, desde 1957, ano em que é organizada a 1ª Conferência Anarquista Americana, em Montevidéu, Uruguai entre os dias 14 e 21 de abril. Participaram da conferência organizações e grupos anarquistas do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Cuba. A conferência se dedicou, entre outros temas, a estudar a especificidade da realidade americana e definir minimamente um plano de ação em comum. Reafirmou como principal estratégia a atuação sindical e formulou uma posição anti-imperialista (SILVA, 2014). A presença do anarquismo cubano nesse evento demonstra a preocupação de tentar compreender a agitação ocorrida durante a década de 50 em Cuba e articular o anarquismo por uma via e identidade própria do continente.

Nesse sentido é impossível falar da recepção da Revolução Cubana no anarquismo sul-americano sem mencionar essas correntes transnacionais, que envolvem a presença do anarquismo em Cuba. Este, apesar de duramente atingido pela ditadura de Gerardo Machado e suas leis antianarquistas na década de 30, prosseguiu com certa presença, durante as décadas de 1940 e 1950 com a chegada de novos imigrantes. Apesar de numericamente reduzidos, os anarquistas cubanos conseguiam manter uma razoável influência em alguns setores de trabalhadores. Diversos anar-

quistas irão se integrar ao nascente Movimento Revolucionário 26 de Julho (MR26-J), que fez algumas reuniões na sede da *Asociación Libertária de Cuba* (ALC). A perseguição do regime de Batista aos revolucionários cubanos também atingiu os anarquistas. Por exemplo, Gilberto Lima e Isidro Moscú, anarquistas vinculados ao MR26-J são presos e torturados, o que causaria a “quedada” de diversos anarquistas que preparavam uma ação armada na província de Pinar del Río e tiveram de rumar ao exílio (FERNÁNDEZ, 2000, p. 85). Apesar de a historiografia tradicionalmente ignorar ou apagar tal presença, os anarquistas participaram tanto da luta urbana, quanto da guerrilha oriental em Escambray, aliados taticamente aos outros setores de oposição a ditadura de Batista. Mas passaram a sofrer crescente oposição por parte do MR26-J, especificamente do Partido Comunista Cubano (PCC) que atuava dentro dessa organização (FERNÁNDEZ, 2000, p. 89).

Com a caída da ditadura de Fulgêncio Batista e a formação do novo Estado Cubano, os anarquistas irão empreender algumas críticas ao processo em curso. Chegam a participar do *X Congreso Nacional da Confederación de los Trabajadores de Cuba Revolucionária* e em 1960 a ALC polemizava com o PCC, criticando o centralismo democrático, a estatização, defendendo o federalismo, o trabalho coletivo e os sindicatos como pedra angular da construção da nova sociedade cubana. Terminavam afirmando que a Revolução Cubana é como o mar “de todos” e criticavam a ação do PCC, afirmando que “toda sua atividade está dirigida a uma só causa: o monopólio do Poder político, o estabelecimento de sua própria ditadura, a malfadada ‘ditadura do proletariado’” (BERKMAN, 1960, s/p). Cabe ressaltar um acontecimento relevante para a chegada de informações sobre o processo cubano no anarquismo uruguaio e argentino (e por consequência, no brasileiro), que é a visita de dois anarquistas na década de 1960 à ilha.

O primeiro foi Luís Danussi, em 1960, secretário-geral da *Federación Argentina de Trabajadores de Imprenta* (FATI), que retorna a Argentina com diversas críticas ao regime cubano, ressaltando o rígido controle do Estado cubano aos sindicatos. O segundo, Abraham Guillén, em 1962, um veterano da guerra civil espanhola e autor de diversos livros sobre a luta armada que viajara junto de uma delegação heterogênea de militantes socialistas. Guillén aproveita o encontro em Cuba para polemizar com Ernesto “Che” Guevara acerca da conveniência em se iniciar a luta armada urbana ou rural. Guevara como sabido defendia a adoção de um foco guerrilheiro rural

como eixo central da estratégia de luta revolucionária, já Guillén inclinava-se pela outra opção, a de adoção de uma estratégia de luta armada, urbana cujo eixo reflexivo, originava-se da experiência das esquerdas na Guerra Civil Espanhola (SILVA, 2018). Sobre este encontro, Guillén falaria alguns anos mais tardes, sobre suas impressões.

Conheci o “Che” Guevara em 1962, em plena “crise do Caribe”, uma noite longa conversando os dois em presença de Alicia Eguren, esposa do líder peronista, exilado em Cuba, John William Cooke. Os barcos de guerra e aviões norte-americanos estavam rodeando as praias de Cuba. [...] Não nos entendemos nunca bem o “Che” Guevara e eu. Era um homem bem mais dogmático. O dissuadi de fazer empreitadas guerrilheiras de montanha com poucos homens (grupos de 25 guerrilheiros), por entender que, no caso dos “Uturuncos” – algo que eu havia experimentado –, a contraguerrilha operava com seções de mais de 30 homens dotadas de alguns morteiros. Portanto, o combate frente a frente tinha assim uma correlação de forças desfavoráveis para a guerrilha. Mas o “Che” seguia o regulamento cubano como um dogma. Eu era partidário de 4 a 5 grupos de 25, vivendo separados no bosque e montanha, mas combatendo juntos contra as seções de mais de 30 contraguerrilheiros. (GUILLÉN, 1978, p. 4)

Desde o final de 1960, o anarquismo sofria forte oposição do PCC, e em 1961 já não há nenhum indício de presença política anarquista em Cuba. A maioria da militância caminha ao exílio ou é presa na ilha (FERNÁNDEZ, 2000). É a partir de 1961, portanto, que a polêmica ganha contornos transnacionais e se espalha para o continente sul-americano.

No verão de 1961 se constituiu em Nova York o *Movimiento Libertário Cubano en el Exilio* (MLCE), “por um grupo não muito numeroso de anarquistas exilados nessa cidade” (FERNÁNDEZ, 2000, p. 104). Rapidamente estabelecerão relações com os exilados espanhóis agrupados em torno do periódico *Cultura Proletária*; mas sua principal interlocutora, será a organização Liga Libertária, fundada em 1954. Numa entrevista dada pelos anarquistas cubanos recém-chegados a Nova York à revista *View and Comments* (em 1961), a questão da perseguição aos anarquistas cubanos ganha projeção internacional no anarquismo e passa a ser objeto de debate permanente.

• A POLÊMICA DA REVOLUÇÃO CUBANA NO ANARQUISMO BRASILEIRO

As décadas de 1940 e 1950 foram momentos de reorganização do anarquismo brasileiro, com tentativas de reconstrução de um espaço de inserção política próprio, por meio da criação de jornais específicos e da realização de congressos anarquistas, que visavam, entre outras questões, instituir uma Federação Anarquista nacional. Tentativas de atuação sindical foram realizadas no Rio de Janeiro e São Paulo, na categoria dos gráficos, trabalhadores da Light e professores, assim como a tentativa de formação de uma “tendência” sindical com outras correntes do socialismo, intitulada Movimento de Orientação Sindical (MOS). As organizações anarquistas mais atuantes eram a União Anarquista do Rio de Janeiro (UARJ) e União Anarquista de São Paulo (UASP). Ações culturais (refundação do Centro de Cultura Social em SP e fundação do Centro de Estudos Professor José Oiticica no RJ) e de solidariedade internacional também foram testadas no período. Mas, de maneira geral, o fim da década de 1950 é marcado por dificuldade de enraizamento das propostas libertárias planejadas em certos espaços sindicais. Apesar de alguma renovação, o anarquismo tinha perdido figuras importantes para sua reorganização (como José Oiticica) e o desejo de criação de uma organização política nacional fora substituído, na prática, por organizações modestas e restritas ao eixo Rio-São Paulo e Rio Grande do Sul (SILVA, 2014). A chegada da Revolução Cubana no anarquismo brasileiro é mencionada pela primeira vez em 1959, no periódico, *Ação Direta*. É no mês de outubro de 1960 que a polêmica se inicia.

No artigo “Cuba e seu destino”, o anarquista Guillarte apresenta a Revolução Cubana como aquela que “teve a virtude de aunar a admiração e o apoio moral de quantos no mundo consideram que a liberdade é o mais precioso dos direitos humanos”. Se num primeiro momento a matéria evidencia um apoio à Revolução Cubana, pontua críticas, temendo que “qualquer demagogo ‘bem falante’ pode converter-se em caudilho” (GUILLARTE, 1960, p. 4). Pontuando sua crítica, o artigo alerta para os perigos de uma revolução que advém do poder de um só homem ou de um só partido.

Apesar da crítica da possível burocratização da Revolução Cubana, ressaltam que “A nós anarquistas, não nos adormece a interessada propaganda das agências monopolizadas pelo imperialismo norte-americano” (GUILLARTE, 1960, p. 4). O tema voltará a ser debatido, mas desta vez, a

crítica dos anarquistas brasileiros se centrará na figura de Fidel Castro e não no processo revolucionário cubano. Em junho de 1961 afirmarão que:

É tão chocante a notícia de que Fidel Castro propôs a troca de 1.200 prisioneiros por 500 tratores”. Ressaltarão que “Se alguma dúvida houvesse ainda quanto à orientação marxista da revolução cubana, que inicialmente foi aplaudida e festejada por todos quantos anseiam por uma vida livre, essa notícia viria confirmar o temor de todos aqueles que ainda cultivam no pensamento uma idéia de liberdade. (O LIBERTÁRIO, 1961, p. 1)

Ressalta-se que esse texto não é assinado individualmente, mas é praticamente um texto editorial, o que já indica a formalização coletiva que caminha para um consenso, não sem antes gerar certas dissensões. Em agosto de 1961, Ernesto Che Guevara visitará o Brasil, sendo condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul pelo presidente Jânio Quadros. Neste momento, o anarquista Souza Passos sistematiza uma posição que será a majoritária entre os militantes paulistas em 1961. Sob o título “Os anarquistas e a Revolução Cubana”, o militante afirmará que um “movimento revolucionário como o que se produziu em Cuba não podia ser indiferente aos anarquistas” e que “em todas as refregas revolucionárias estiveram os anarquistas presentes”. Mas criticavam o que consideravam os “desvios da revolução”. Fazia críticas ao “controle totalitário do Estado” e a “cimentação de um regime político ditatorial que conduz à estruturação de um Estado policial” (PASSOS, 1961, p. 1). Por fim, o texto evidencia um dissenso interno. Segundo o autor:

Nos causa estranheza a atitude dos companheiros que compõe o Centro Ferrer de Estudos Sociais na vizinha cidade de Santos, endereçando ao Centro de Cultura Social desta Capital uma carta em que discordam da publicação, em O LIBERTARIO, de julho passado, do comentário acerca da proposta de Fidel Castro sobre a troca de prisioneiros por tratores. (PASSOS, 1961, p. 1)

Para Souza Passos, “a imprensa anarquista de todo o mundo está conosco nesta maneira de encarar os acontecimentos de Cuba”. Afirma que “Não estamos contra a revolução cubana, mas contra o desvio de um dos

mais empolgantes movimentos revolucionários depois da Revolução Espanhola” (PASSOS, 1961, p. 1).

O debate sobre a Revolução Cubana prosseguirá na imprensa anarquista brasileira, mas desta vez com contornos mais bem definidos. À medida que as informações iam chegando e o anarquismo europeu alinhava-se em torno da questão, os anarquistas aumentariam o tom de voz. A ameaça de fuzilamento do libertário Luiz Miguel Linsuain (um militante anarquista acusado de anticomunismo) tornava a posição mais refratária ao processo na ilha. Em contato com militantes argentinos do jornal *Acción Libertária*, traduzirão uma espécie de programa ou formulação mínima, que sistematizava as principais críticas ao processo cubano e às propostas dos anarquistas. Aliás, será a relação com os anarquistas argentinos que pautará em grande medida a posição dos anarquistas brasileiros. Realçemos que o debate da Revolução Cubana foi bem mais presente na Argentina do que em solo brasileiro.

O assunto só seria retomado em 1963, quando os anarquistas publicarão o artigo “Em defesa da Revolução Cubana”. Reafirmam o caráter da luta anticolonial em que se envolveu historicamente o anarquismo e a participação de um setor libertário durante a Revolução Cubana. Afirmam que os anarquistas “estão com a revolução libertadora do povo cubano”, mas não podem “concordar com ditadores que estão desvirtuando as finalidades pelas quais essa revolução foi feita”. Referindo-se diretamente aos anarquistas, os militantes brasileiros condenarão a prisão de anarquistas em Cuba, que motivou ações de solidariedade em outros países (O LIBERTÁRIO, 1963b, p. 1).

Eles também identificam Fidel Castro como um dos elementos que possibilitaram o que consideram como “contrarrevolução” (O LIBERTÁRIO, 1963b, p. 2). Condenam o controle rígido dos sindicatos e o fechamento da imprensa anarquista. Baseiam-se, principalmente, nos depoimentos dos anarquistas cubanos, exilados em solo argentino e norte-americano.

Em janeiro de 1964, o tema da Revolução Cubana será alvo de debate, desta vez, dentro das variadas discussões realizadas no âmbito do último encontro anarquista nacional (1963-64) realizado antes do golpe militar. Tal postura visava dar uma posição definitiva sobre o tema, baseada num consenso coletivo dos anarquistas espalhados no território nacional. Reafirmarão o caráter de apoio as lutas anticoloniais e ressaltam a participação dos anarquistas no processo revolucionário cubano. Afirmam que esse “movimento de protesto contra as perseguições a participantes da revolução, não

podem ser confundidos com atos de elementos capitalistas, que são contrários a todos os movimentos de libertação social” (O LIBERTÁRIO, 1963b, p. 2). Prosseguem afirmando que continuam a “defender a revolução cubana”, mas “condenam o novo regime ditatorial estabelecido em Cuba” (O LIBERTÁRIO, 1963b, p. 2). Podemos chegar à conclusão de que os anarquistas brasileiros apoiaram a Revolução Cubana no período de 1959-1964, mas tinham uma visão crítica do processo que instaurou o controle dos comunistas nos sindicatos, e criticavam a perseguição aos anarquistas no processo.

O debate, apesar de ter gerado certos dissensos, caminhou para um consenso interno, resolvido no encontro de 1963. Não houve nenhum elemento que pudesse impactar as dissensões a ponto de provocar uma cisão, como veremos no caso do Uruguai, ou que abalasse completamente as relações internas, como na Argentina. As táticas empregadas pela Revolução Cubana (foquismo) e suas críticas centrais não chegaram a ser debatidas, já que a situação do anarquismo no período de 59-64 era de esvaziamento de sua inserção nos espaços sindicais e não havia iniciativa ou condições locais para um debate mais aprofundado sobre esse tema. Em termos de organização política, o anarquismo passa a operar com horizontes mais limitados, portanto, o sentido da Revolução Cubana parecia não imprimir tantos desafios organizativos.

• A POLÊMICA DA REVOLUÇÃO CUBANA NO ANARQUISMO ARGENTINO

No caso argentino, entretanto, o impacto se demonstrou mais acentuado e operou no longo prazo. O anarquismo argentino apesar de ter passado por dificuldades, manteve-se mais preservado que seu congêner brasileiro. Augustin Nieto afirma que: “Num território que teria que estar deserto de anarquistas, encontramos uma ilha ácrata (uma estranha sobrevivente jurássica?), depois outra, e outra mais...”. Assim estas “ilhas” vão configurando um denso “arquipélago libertário” na década de 1940 (NIETO, 2013, p.8). Em tabela construída pelo pesquisador, pode-se identificar a presença anarquista em 20 cidades. Nieto também demonstra a inserção desses núcleos em atividades econômicas diversas, demonstrando que a militância anarquista do período (1939-49) atuou em setores da alimentação, construção, transporte, gráfica, madeira, têxtil, estatal, metalurgia, comércio, serviços e rural. Nieto (2013) afirma que durante os anos

40 militantes anarquistas da *Federación Anarco-Comunista Argentina* (FACA) conseguiram avançar em sindicatos dirigidos por outras correntes, organizaram sindicatos “paralelos”, conseguiram impor sua linha política em assembleias de organizações operárias hegemônicas pelos comunistas e deslocaram estes da direção de importantes sindicatos e federações (Nieto, 2013, p. 19). Os anarquistas também terão um papel central na histórica greve (a mais longa da história da Argentina) da *Federación de Obreros en Construcciones Navales* (FOCN), realizada em 1956, mas já num contexto diferente da década anterior.

No período que precede o desenrolar da Revolução Cubana, o anarquismo, portanto, longe de ter desaparecido, seguia de forma modesta, tentando influir no meio sindical e político argentino, hegemônico pelo debate do peronismo. Duas organizações merecem ser mencionadas. A primeira é a Federação Libertária Argentina (FLA), antiga Federação Anarco-Comunista Argentina (FACA), que mantinha a direção da *Federación Gráfica Bonaerense*, inserção na categoria dos portuários e trabalhadores navais da *Federación de Obreros en Construcciones Navales* (FOCN), que agrupava 7.000 trabalhadores. Outra organização era a *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA), que até os anos 60 se limitou a ter influência na categoria dos encanadores, motoristas e nos trabalhadores navais, em grande medida, com maior presença em Buenos Aires. Estavam aderidos a FORA, a *Sociedad de Resistencia Plomeros, Cloaquistas, Hidráulicos y Anexos*, *Sociedad de Resistencia Obreros del Puerto del Capital*, *Sociedad de Resistencia Oficinas Vários de Moron y Matanza*, *Sociedad de Resistencia Obreros Mozoz y Anexos de la Capital*. Essas entidades, como dissemos anteriormente, eram pequenas agrupações sindicais, espalhadas por determinadas categorias de trabalhadores. Apesar de modestas, possuíam um trabalho sindical e articulação política. Uma das principais revistas do universo intelectual anarquista argentino era a revista *Reconstruir*, ligada aos militantes da FLA. E, além dos jornais especificamente sindicais, o principal era *La Protesta*, onde a polêmica da Revolução Cubana encontrou grande espaço. A primeira organização anarquista argentina a debater publicamente o tema cubano foi a FORA. Opinando sobre Cuba, ressaltaria que “em lugar de simpatias e eufóricas adesões” criticava o que chamava de concepção de “Estado-capitalista ou totalitário” e fustigava os setores anarquistas que em sua opinião usavam “artifícios dialéticos” para justificar seu apoio irrestrito (FORA, 1960,

p. 1). No mesmo ano criticarão o modelo sindical de Cuba e as detenções de militantes na ilha (FORA, 1960, p. 2).

A primeira leva de exilados em 1961 marcou decisivamente este setor do anarquismo argentino. A invasão planejada pela *Central Intelligence Agency* (CIA) na praia de Girón, que fica na Baía de Cochinos (ou Baía dos Porcos), em abril de 1961, aprofundou a crescente sovietação do regime cubano (FERNANDEZ, 2000). Tal evento provocou reação não apenas nos comunistas ligados a Castro, mas havia confusão no interior das próprias fileiras anarquistas sobre o fato, em alguns casos – no caso de certos setores europeus – extrapolando para certo anticomunismo. Mas essa posição não era uníssona.

No mês seguinte, especificamente na comemoração do Primeiro de Maio (Dia do Trabalhador) em 1961, Fidel Castro afirma que Cuba é um país socialista, de tendência marxista-leninista, o que provocará uma ampla e imediata reação negativa dos periódicos anarquistas em solo argentino que já desconfiavam da aproximação de Castro com o comunismo (BELLÉ, 2009, p. 12).

No editorial da Revista *Reconstruir*, as críticas começam a ser sistematizadas de maneira mais profunda, gerando certas polêmicas internas sobre o tema. De um lado, ainda que limitados pelo contexto e discussão política, havia uma tentativa de alguns militantes de arejarem o anarquismo com conceitos e elementos para analisar a realidade, inspirados por um latino-americanismo difuso que tinha em Cuba e em outras experiências um exemplo. Por outro lado, uma postura que considerava o uso compartilhado de determinados conceitos (tais como anti-imperialismo) como praticamente um sinônimo de desvio doutrinal evidenciava um forte ar eurocêntrico em relação ao anarquismo. Tal oposição, já delineada de forma embrionária em 1961 – e que tem como centro o debate cubano – se radicalizará ainda mais nos anos seguintes.

A FLA será a organização anarquista mais crítica à Revolução Cubana em 1961 enquanto celebra a revolução como uma “festa da liberdade”, criticará os caminhos sindicais na ilha. A crescente aproximação de Cuba ao socialismo de tipo soviético e a perseguição aos anarquistas, faz com que a crítica endereçada de *Reconstruir* passe a alertar para o risco de o regime cubano adotar um tipo de regime “totalitário”, categoria, aliás, utilizada de maneira compartilhada com o anarquismo brasileiro. Apesar de mencionarem as conquistas socialistas, da “reforma agrária, desarticulação de um exército mercenário, eliminação das empresas colonialistas”, temiam o “perigo que [...] representa o desvio até o totalitarismo russo” (VIADÍU, 1961, pp. 28-32).

Com a divulgação, em 1962, pelos anarquistas cubanos, do *Boletín de Información Libertaria* sobre as frequentes perseguições aos anarquistas, o tema caminharia para uma definição mais clara. Apesar de os anarquistas cubanos terem recebido solidariedade de norte-americanos e argentinos, a confusão existente parecia manter alguns focos ainda favoráveis a Cuba no anarquismo mundial. Em fevereiro de 1962, a questão tinha sido pautada nas fileiras da FORA, indicando que havia elementos suficientes para dar fim ao debate. Em janeiro, a FORA afirmaria que “condena a tirania sangrenta desencadeada em Cuba e exercida por Fidel Castro [...] com a intervenção dos agentes e instrumentos do bolchevismo”. A FORA também afirmaria que “reputa o despotismo do capitalismo internacional e em particular o norte-americano que constitui o perigo direto na América Latina” (FORA, 1962, s/p).

O fim da diversidade organizativa no campo da esquerda era o ponto mais relevante para a crítica anarquista em solo argentino. No dia 26 de março de 1962 (em Cuba) é criado o Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURSC), que nasceu da fusão do M26-J, o PSP, o Diretório Revolucionário 13 de Março e as Organizações Revolucionárias Integradas. Em artigo publicado em *Reconstruir*, o anarquismo argentino ecoava as palavras do anarquista francês e ex-combatente na Espanha que afirma que “tão logo um partido chamado revolucionário em princípio, elimina os outros revolucionários, estamos na presença de um princípio de ditadura” (LEVAL, 1962, p. 25).

Na Argentina, a FLA reuniu-se nos dias 16, 17 e 18 de agosto e realizou um congresso extraordinário. Além de uma declaração de princípios afirmarão sua solidariedade ao Movimento Libertário Cubano no exílio e se declaram contrários ao encadeamento de Cuba aos “regimes totalitários comunistas” (FLA, 1963a, p. 3). Denunciava o encarceramento dos opositores, o paredão como estado permanente, o controle da imprensa, dos sindicatos, da educação e da distribuição dos alimentos (FLA, 1963a, p. 3). Apesar disso, sempre que possível, a FLA se posicionava contra o imperialismo estadunidense e rejeitava a ideia de um retorno capitalista a ilha.

A presença da questão cubana no jornal da FLA segue constante durante os próximos anos enquanto denúncia. Essa presença permanente pode ser explicada por vários fatores. Primeiro, a onda de organizações que adotam a Revolução Cubana como referência, em sua maioria ligada ao campo comunista e que atuam não apenas na Argentina, mas também no restante da América Latina. Segundo – reflexão que se depreende da primeira questão – e não

menos importante, a questão aberta pelo método de luta adotado em Cuba e o debate sobre o uso da violência revolucionária que teve consequências fundamentais para o anarquismo do Rio da Prata, especialmente o Uruguai.

Terceiro, pela presença de alguns exilados anarquistas cubanos na Argentina, que como dito anteriormente, se converte num "consulado" informal do MLCE na América Latina. E, por fim, a divisão existente – em específico no Uruguai – sobre duas concepções de anarquismo que se encontrarão em posições completamente distintas acerca não somente da Revolução Cubana, mas também sobre o que ela representava em termos de práticas concretas em seu próprio território nacional. No Uruguai, como veremos adiante, a posição de apoio à Revolução Cubana foi mais decisiva dentro do anarquismo. Havia uma disputa em curso sobre o tema no Uruguai, que acelerou as reações do anarquismo argentino. Principalmente sobre o tema da luta armada.

Em setembro de 1962, por exemplo, o jornal da FLA divulga um panfleto da *Unión Socialista Libertária de Rosario* (aderida a FLA) com o título "Violência e Criatividade Revolucionária", assinado pela anarquista uruguaia Lucce Fabri, que defenderá um conceito de revolução que se propõe a "empregar e libertar a força, se opor à violência, criar espaços livres para os germens vitais e espontâneos da história do amanhã". Contrariando grande parte da história do anarquismo, Fabri afirma que a violência se opunha ao conceito de liberdade defendido pelos anarquistas (FABRI, 1962, p. 3).

Como consequência dos efeitos do debate da Revolução Cubana, durante toda a década de 1960, polêmicas importantes em torno não tanto de Cuba, mas da vigência da violência revolucionária e da luta armada no anarquismo, tomaram as páginas de *La Protesta* e opuseram mais adiante, um novo e revigorado campo anarquista ao anarquismo clássico da FLA, da FORA e de *La Protesta*. Depois de uma polêmica dura sobre o uso da violência revolucionária, espalhada por anos nos jornais anarquistas, um grupo de militantes se desligará de *La Protesta* em 1972 (a polêmica vai e volta por anos).

No contexto de "caça as bruxas" da política peronista, mas de eferescência dos movimentos populares e organizações políticas de esquerda (inclusive do campo guerrilheiro), em 1973, um congresso anarquista reuniu os grupos anarquistas argentinos Ação Direta (AD), Resistência Libertária (RL) e a Organização Anarquista Revolucionária (OAR), com a intenção de constituir uma organização específica anarquista nacional. Em 1974, fundam a organização anarquista Resistência Libertária (RL), que além de

reivindicar criticamente a experiência da Revolução Cubana, defendem a vigência da violência revolucionária, da luta armada e da ação em nível sindical e popular. Formam-se, rapidamente, pequenos núcleos em Buenos Aires, Córdoba e La Plata, constituídos por algumas dezenas de militantes atuando em espaços sindicais, estudantis e comunitários.

RL é fruto de uma ruptura entre um “velho” anarquismo, ligado a *La Protesta*, a FLA e a FORA e um anarquismo revigorado, muito influenciado pela comunidade deste campo guerrilheiro latino-americano – com a qual sempre manteve diálogo – e pela Revolução Cubana. RL se inscreve dentro da ideia de uma organização que se entende como político-militar. A compartimentação da organização foi levada a extremos, era costumeiro um militante não conhecer outro integrante da RL e tampouco se apresentavam publicamente. Isso também gerou memórias distintas sobre a própria organização e dificulta, até hoje, compreender exatamente certas questões. Sua composição, segundo depoimento de um ex-militante, Trujillo, era majoritariamente composta por estudantes e que foram se integrando a espaços da classe trabalhadora (proletarização). Trujillo estima a idade dos militantes entre 19 e 25 anos, e Maria Esther Tello, num relato autobiográfico, diz que havia grande presença de mulheres. Quase todos terminaram ou abandonaram a universidade, se incorporando às lutas sindicais (TELLO, 2006).

Apesar de sua atuação ter sido mais modesta e menos influente que o caso uruguaio, incorporaram o debate da violência revolucionária no seu cotidiano político. Em depoimento, um ex-membro de RL afirma que, em determinados conflitos, os agrupamentos internos do sindicato pensavam em ações políticas contra os *carneros* (“pelegos”) e o próprio agrupamento pensava nas ações de represália.

A que eu participei [ação], as duas que eu participei tiveram que haver com o carro, fazer ‘voar’ o carro. Tentar fazer voar o carro. Haviam outros companheiros, em todo este périplo, digamos, algum companheiro que nos dava um par de questões mínimas de saber o que é uma arma, como havia de trata-la, em caso de algum dia ter que a usá-la e o mesmo com o assunto de algum tipo de explosivo caseiro, que disse se tratava o assunto dos carros. (QUIJANO, 2017, s/p).

As pequenas ações realizadas por RL foram basicamente feitas para formar uma infraestrutura mínima. Segundo depoimento de Fernando Lopez Trujillo objetivava:

Prover material para militância, imprensa, dinheiro, carros, coisas do tipo, não estávamos à favor da formação de um exército e nem estávamos tratando de construir um exército. Os grupos armados da organização tinham finalidade de autoproteção, fundamentalmente eram defensivos, de caráter defensivo não ofensivo. Os objetivos que tinham esses grupos armados eram para a construção de infraestrutura. (TRUJILLO, 2017, s/p)

Por isso parece difícil afirmá-la como uma organização “guerrilheira”, sendo melhor entendê-la como uma organização política simpática à luta armada e que realizou pequenas ações com uso da violência e apoiava tais ações. Em 1975, diversos militantes ativos de RL têm sua captura recomendada pelos setores da inteligência e outros são identificados pela repressão, o que obriga o núcleo da organização em La Plata a abandonar a cidade (DÍZ; TRUJILLO, 2007).

Já durante a ditadura, em 1978, a organização sofreu subseqüentes golpes em sua estrutura. Oficialmente RL conta com 12 militantes anarquistas na categoria de desaparecidos: Rita Artabe (La Turca), Edison Oscar Cantero Freire (Melena), Fernando Díaz Cárdenas (Pata), Elsa Martínez de Ramírez (Elsa), Elvio Mellino (Yogurt), Raúl Olivera Cancela (el Flaco), Hernán Ramírez Achinelli (Pelado), Marcelo Tello (Negro), Pablo Tello (Bigote), Rafael Tello (El Rata), Ernesto (El Chino), Patricia (Pastilla).

• A POLÊMICA DA REVOLUÇÃO CUBANA NO ANARQUISMO URUGUAIO

O Uruguai digeriu a polêmica da Revolução Cubana com muito mais efeitos colaterais. Isso se deu em grande medida pelo fato de a maior parte do anarquismo uruguaio estar concentrado numa mesma organização. Anarquistas ligados ao comitê pró-federação libertária uruguaia já acompanhavam a luta em Sierra Maestra com simpatia (RUGAI, 2012). Recém-fundada em 1956, a FAU – segundo o depoimento de Juan Carlos Mechoso – fez adesivos reivindicando o exemplo do assalto ao quartel de Moncada, realizado em 1953 em Cuba (MECHOSO, 2017). Afirma que a alusão a esse tipo de ação se inscrevia na crítica à tese da coexistência pacífica, defendida

pelo Partido Comunista Uruguaio.

Assim que se inicia a Revolução Cubana, a FAU trabalha ativamente na formação de comitês de apoio a Cuba. O tema central para a FAU era o enfrentamento ao imperialismo e o resgate dos métodos de ruptura que considerava combativos, mas ainda assim, se posicionam desde o início nas balizas de um apoio *crítico*. Aqui cabe dizer que a posição da FAU no início não é diferente da posição do restante do anarquismo latino-americano. Em 1959, a FAU publicará o primeiro texto de apoio ao evento revolucionário, e a Revolução Cubana permanecia como uma inspiração.

De maneira geral, afirmava que a “revolução cubana pertence ao povo, em especial à juventude. Se uma intervenção armada se produzisse ali, os povos da América teriam que defendê-los, porque se os deixássemos destruir, estaríamos nos suicidando” (FAU apud MECHOSO, 2006, p. 119). Em três de maio de 1959, Fidel Castro chega ao Uruguai, apenas cinco meses depois de ter triunfado a Revolução Cubana. O país estava arrasado por fortes inundações ocorridas no mês anterior. Fidel permaneceu dois dias no país, falou com a imprensa, negou que sua revolução fosse comunista e participou de um programa de televisão.

Cabe lembrar que antes de 1962 Cuba não estava associada ao marxismo-leninismo. No país, “a Revolução Cubana não foi rechaçada de imediato, mas sim à medida que foram adotando as disposições controversas – como a aplicação da pena de morte – e que o governo de Fidel Castro foi estreitando vínculos com o bloco soviético” (BROQUETAS, 2015, p. 91).

Nesse sentido, o apoio da FAU à revolução cubana – ainda com todos os quadros que mais adiante romperiam com a organização pela questão cubana – era uníssono. Para a FAU a sobrevivência da revolução em Cuba dependia “do que ocorra em Cuba, do que façamos todos os povos latino-americanos” e “para impedir que seja traída sua revolução de dentro ou por fora” (FAU, 1959, p. 1). A FAU também sublinhava Cuba como exemplo de uma revolução feita de maneira independente da lógica binária da Guerra Fria, o que fortalecia sua tese de uma “terceira via do socialismo”.

Em 1960, os anarquistas da FAU, após plenário, se posicionarão de maneira mais sistematizada. No texto intitulado “Porque apoiamos e defendemos a Revolução Cubana” afirmarão que em “Cuba está começando uma autêntica revolução”, mas chamam atenção para o fato de que “dirigentes incrustados nos grêmios para servir consignas partidárias”, longe de

ser uma garantia, constituem uma trava e um perigo para a revolução (FAU apud MECHOSO, 2006, p. 12-13). Cientes dos possíveis “desvios” da Revolução, os anarquistas da FAU dirão que “sabemos que a Revolução Cubana não é – pelo menos neste momento – o tipo de revolução popular que previamente postularíamos”, mas aceitam que esta pode ser um “avanço, abertura de uma via latino-americana até o socialismo e a liberdade” (FAU apud MECHOSO, 2006, p. 12-13).

Este primeiro texto sistemático, produzido pela FAU demonstra que esta jamais apoiou acriticamente a Revolução Cubana. Desde seus primeiros pronunciamentos já indica que “sem negar ou ignorar seus aspectos negativos nem os fatores que podem lhe desvirtuar, entendemos que devemos apoiar a Revolução Cubana”.

A FAU chamou atenção para o perigo da revolução “perder seu dinamismo”, burocratizar-se ou cair na aparente efetividade das ditaduras e dos “homens fortes” (FAU apud MECHOSO, 2006). Longe de apenas emitir um apoio, delineou com precisão, propostas que poderiam ser aplicadas na realidade cubana. O apoio da Revolução Cubana pela FAU teve grandes implicações. Primeiramente, a FAU participou de forma ativa e foi pioneira no Uruguai, na formação de comitês de apoio a Cuba que reuniam setores importantes da esquerda. Esses comitês, organizados em bairros e fábricas foram fundamentais para contrapor a linha da FAU com a de outras correntes políticas e dar uma identidade própria a essa organização. Para a FAU, a Revolução Cubana era não apenas um debate abstrato de ideias, mas também implicava na defesa de uma determinada perspectiva revolucionária “a respeito da luta armada, emprego da violência, crítica a atuação parlamentar e radicalização das lutas populares” (RUGAI, 2012). O exemplo de Cuba para FAU, era a prova de que a revolução ainda era possível. Este confronto de perspectivas ajudou a conformar um campo político em comum, campo que o historiador Eduardo Rey Tristán chama de esquerda revolucionária. Lembremos que a revolução cubana reabria para a esquerda latino-americana, temas que estavam cristalizados em seu pensamento. Reafirmava a atualidade do socialismo nos países do continente e questionava a ideia hegemônica de que a burguesia nacional desempenharia um papel revolucionário (SALES, 2005, p. 2).

O segundo impacto da Revolução Cubana no anarquismo se deu no interior da própria FAU. Os que seguiram organizados na FAU reivindicando

a Revolução Cubana defendiam uma organização política que atuasse de maneira programática – contrariando a ideia de unir diversos anarquistas numa mesma organização pela mera identidade filosófica – e pudesse ter real incidência na luta de classes do país. O setor que se opunha a tal caminho associava uma organização mais estruturada e com maior grau de unidade interno e disciplina, como fruto de uma suposta influência marxista, ainda que isso não seja correto do ponto de vista da própria história do anarquismo em longo prazo²⁶³.

Em 10 de janeiro de 1961, um ato anticastrista foi realizado por grupos de direita e contou com duas mil e quinhentas pessoas. O ato se inscrevia numa campanha de defesa da ruptura diplomática do Uruguai com Cuba e era promovida pelos setores anticomunistas. Ao final do ato, parte dos manifestantes de direita marcharam em direção à sede do Partido Comunista e diante estudantes vinculados à universidade e que apoiavam Cuba começaram um enfrentamento com pedras, armas de fogo que terminou com diversos feridos e um manifestante anticomunista morto (BROQUETAS, 2015, p. 10).

Nesse contexto de polarização entre esquerda e direita, a FAU seguiria no debate interno sobre o tema cubano. Com a presença de mais de 60 militantes e com um longo debate, estendido até três horas da manhã, a FAU reafirmará o apoio à Revolução Cubana em julho de 1961. Lembremos que é neste ano que as principais críticas ao processo cubano no anarquismo são consolidadas. E, no caso da Argentina, já há uma posição bem mais definida em relação a Cuba, o que certamente pressionava a FAU.

Apesar dos dissensos internos, que avaliavam a crescente influência comunista, se produziu um acordo interno, no qual a FAU manteve apoio ao processo revolucionário cubano com correlação de forças internas, majoritariamente favorável a Cuba (FAU, 1961). Também se recomendou a participação da militância da organização nos comitês de solidariedade a Cuba.

Uma zona cinza desse período é a não menção da FAU aos presos políticos anarquistas em Cuba, enquanto na Europa e na Argentina, tal campanha seguia ativa. Para os anarquistas uruguaios, no entanto, a questão terceiro-mundista teve maior peso e o apoio à Revolução Cubana se manteve, mesmo com as críticas. A FAU se sustentava, também para preservar uma relação entre correntes políticas dentro do próprio Uruguai, mantendo

²⁶³ Diversas organizações anarquistas de cunho programático existiram em diferentes momentos da história.

do assim, um campo de diálogo em comum que foi valioso nos anos que se seguiram. A FAU, sintonizada com o terceiro-mundismo avaliava, em novembro de 1962, que seus membros pertenciam a “geração que no marco dos países do Terceiro Mundo livra a batalha definitiva contra o imperialismo e o subdesenvolvimento” (FAU, 1962). Para a FAU o contexto era de luta de libertação dos povos subdesenvolvidos; crise do regime capitalista e do colonialismo e imperialismo; e fratura do monolitismo e crise nos países da área soviética e na própria URSS (FAU, 1962).

Sua posição “terceiro-mundista” não lhe impedia de realizar duras críticas ao modelo soviético que paulatinamente passa a ser adotado na ilha. Ainda em 1962, a FAU denunciaria a “criação do Partido Único” na ilha como algo que “conspira contra o desenvolvimento da revolução” (FAU, s/d, p. 223). Nesse documento, os membros da FAU defendem a autodeterminação dos povos, o anti-imperialismo (contra o imperialismo estadunidense como o soviético), a autogestão social, democracia direta, além de fazerem crítica ao partido único e ao marxismo-leninismo. Reconhecem que dentro de Cuba “distintas medidas adotadas, seja por imperativos internos, seja por desorientação ideológica” constituem um desvio de seus postulados originais. Afirmam que “só por uma inadmissível irresponsabilidade ou torpeza política [...] se possa confundir uma covarde e reacionária neutralidade entre colonialismo e país colonizado, ou entre ditadura e povo dominado, com a Terceira Posição”. Para a FAU, a luta dos países subdesenvolvidos “estava completamente desconectada desta doutrina [comunista]” (FAU, s/d).

Paradoxalmente estavam presentes nos jornais e materiais da FAU, ainda que minoritariamente, citações de determinadas frases de Fidel Castro ou de Che Guevara – sempre inseridas numa tentativa de pautar a luta existente entre um campo revolucionário versus a burocracia soviética – numa tentativa de disputar uma figura reconhecida no amplo campo da esquerda revolucionária e tentar lhe impingir cores libertárias. O que certamente, chocou grande parte do anarquismo europeu.

Em 1963, portanto, as divergências internas sobre Cuba se tornaram insuportáveis. Os temas mais importantes para a cisão da FAU foram: Cuba, estrutura orgânica, prioridade operária e violência revolucionária (MECHOSO, 2006). Percebemos que os temas em questão, em maior ou menor grau, estavam todos relacionados com a temática cubana. A “ruptura” da FAU consolidou a linha revolucionária e que apoiava a Revolução Cubana den-

tro da organização. A consequência disso foi formatar a organização com uma estrutura organizativa mais sólida e maior disciplina interna. Também reforçaram a prioridade do anarquismo na atuação operária e a defesa da necessidade da violência revolucionária (TRISTÁN, 2006). Tal reivindicação da Revolução Cubana, entretanto, nunca possibilitou grandes diálogos com a ilha. Em 1965, como apontado pelo historiador Daniel Alves, “a FAU havia se desentendido com uma delegação cubana que visitara o Uruguai antes da OLAS” e isso, ainda segundo o autor, prejudicou as possibilidades de visita da FAU a Cuba (ALVES, 2016, p. 92).

Naquela ocasião, a FAU, contando com a participação de Gerardo Gatti e Juan Carlos Mechoso, intercambiou opiniões a respeito dos respectivos processos de cada país e sobre um possível apoio técnico, no caso, viagens à Cuba para cursos de capacitação militar. Em meio a conversação, o delegado cubano fixou como exigência à FAU a modificação de seu nome – no caso, deixar de denominar-se anarquista – para que, então, pudesse receber tais cursos. (ALVES, 2016, p. 92).

Tal exigência jamais foi aceita, mas o grupo que saíra da FAU pela polémica cubana tinha um trânsito maior no movimento anarquista internacional e passou a caracterizar a FAU como uma organização castrista. Esse grupo também tinha um bom relacionamento com o anarquismo brasileiro e argentino, fato que fez com que a FAU fosse isolada por décadas em todo continente. E isso se deveu, exclusivamente, à questão cubana e ao mito de que a FAU era “castrista” ou tinha influências marxistas. Mito reforçado pelos livros do historiador Edgar Rodrigues que ajudou a difundir, nas décadas de 80 e 90, a linha de Luce Fabbri de uma FAU pró-Castro (SILVA, 2018).

Este isolamento também ocorreu mediante a adoção de perspectivas políticas originais pela FAU, e que se chocava com certa ortodoxia e eurocentrismo reinante no meio libertário. A organização da FAU nutriu-se de uma experiência latino-americana que caminhava com uma identidade própria e que se diferenciava do hegemônico modelo do anarquismo europeu e incorporado por uma parte significativa e influente do anarquismo latino-americano naquele momento.

A Revolução Cubana foi, portanto, central para os debates internos da FAU e do anarquismo uruguaio. Marcou sua identidade latino-ameri-

cana e definiu, ainda que guardadas as realidades locais, perspectivas políticas importantes. Paradoxalmente o isolamento da FAU do restante do anarquismo europeu, ou de sua tradição europeia em solo latino-americano, não contribuiu para seu isolamento da luta de classes em seu país. A cisão da FAU, como apontado por Rugai (2012) e Alves (2016) de maneira indubitável, longe de enfraquecê-la, tornou-a uma organização com maior grau de unidade política e com um potencial de acionar mais efetivo, em sintonia com a realidade de seu país e do continente latino-americano. Com as discussões sobre Cuba dirimidas, o uso da violência revolucionária não seria mais um assunto divergente dentro da organização, o que lhes possibilitou dar passos mais audaciosos em direção ao seu projeto revolucionário e começar a discutir as possibilidades do uso da luta armada. Ao sair de Cuba, Abraham Guillén viaja para o Uruguai no momento em que se desenrolava a polêmica interna da FAU. Guillén leva reflexões teóricas que influenciarão parte da esquerda revolucionária uruguaia, dentre elas, talvez a mais importante no ideário anarquista, a de que as experiências armadas deveriam responder a uma ação social de massas e nunca dela se distanciar. Guillén, segundo relatos de antigos militantes da FAU, participara de formações internas onde o tema da luta armada era debatido e a organização consolidava sua posição (SILVA, 2018).

A FAU ajudou então a constituir o primeiro organismo de luta armada no país, o *Coordinador*, que funcionou de 1962 a 1965, realizando pequenas ações armadas e que futuramente, deram origem ao maior movimento de luta armada do país, o *Movimiento de Libertación Nacional - Tupamaros*²⁶⁴. A FAU passou a ter uma influência relevante no conjunto da classe trabalhadora do país e a preparar a organização para uma possível clandestinidade (ocorrida em 1967). A FAU é uma força decisiva na fundação da *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT) em 1964, que em seu congresso de unificação (em 1966) se torna o espaço sindical mais importante do país. A FAU também funda a *Tendencia Combativa* em 1966, que atuava como oposição a política majoritária do PCU (ocupando alguns cargos de direção na CNT); constituiu também em 1968 a *Resistencia Obrero Estudiantil* (ROE), uma tendência política com forte presença da FAU e que chegou a ter milhares de militantes (militantes estudantis, sindicais e atuando nos bairros). Em 1969,

²⁶⁴ A FAU se desliga do Coordinador assim que a proposta de criação do MNL-T é formulada.

a FAU também fundou seu aparato armado, a *Organización Popular Revolucionária 33 Orientales* (OPR-33), que realizou inúmeros sequestros, expropriações e ações armadas no país (SILVA, 2018). Da Revolução Cubana, a OPR tomou a inspiração da luta armada, mas desenvolveu um rico arsenal crítico ao foquismo. Não acreditavam na vanguarda armada substituindo a classe. A linha estratégica da FAU para seu aparato armado era o de só intervir caso as ferramentas de organização sindical e popular tivessem chegado ao seu limite. O documento de luta armada mais conhecido da FAU foi escrito em novembro de 1972, e editado com o nome de *Copey*, basicamente, uma análise crítica do foquismo e uma defesa estratégica das possibilidades da luta armada em outros termos.

O isolamento do campo libertário teve um custo político alto, mas por outro lado permitiu à organização certa liberdade diante uma ortodoxia de determinadas organizações e correntes. O apoio da FAU à Revolução Cubana deve ser entendido como a defesa de uma perspectiva revolucionária *latino-americanista*, que lhe garantiu um rico cabedal de ferramentas políticas e a afastou de um anarquismo ossificado. Abatida pela repressão em 1974, realiza um recuo estratégico para Buenos Aires, deixando um rastro de inúmeros desaparecidos, torturados e mortos pela ditadura militar do Uruguai e da Argentina, sendo reconstruída apenas na década de 1990. Sua constituição política, entretanto, de profunda inspiração latino-americana, seguiu como uma influência importante na trajetória do anarquismo deste continente.

• APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Sabemos também, que essas formas de dominação e de exploração permanentemente aperfeiçoadas, podem sempre ser destruídas, como ocorreu na Rússia em 1917, na China em 1948 e em Cuba, em 1959

(*Acción Directa* jornal anarquista argentino, 1973)

Apesar de não podermos reduzir toda a trajetória histórica do anarquismo pós-59 nos três países a essas polêmicas, a influência da Revolução Cubana de fato foi um marcador de posições políticas relevantes, principalmente no Uruguai e na Argentina. Tal influência obviamente foi mais relevante na medida em que estavam presentes as condições materiais para

o desenvolvimento de certos postulados, que dizem respeito a inúmeras variáveis, como relação entre o Estado e a classe trabalhadora, a manutenção do anarquismo no período e de certo sindicalismo autônomo (maior no Uruguai e quase inexistente no Brasil), etc. Como vimos anteriormente, as polêmicas chegam mais ou menos no mesmo período e se desenrolam fundamentalmente até 1963. No Brasil, o anarquismo caminhava para um refluxo de suas condições organizativas e, por tal motivo, a Revolução Cubana não teve tanto efeito. Afinal, principalmente o debate da viabilidade da luta armada no nosso continente não fazia sentido ao anarquismo brasileiro, pelo fato de, naquele momento, estar restringido (a partir de 1964) a pequenos núcleos. De 1964 a 1969 iniciativas modestas, mas importantes, foram tocadas pelo anarquismo no Brasil, com a criação do Movimento Estudantil Libertário (MEL) e as atividades culturais tocadas pelo Centro de Cultura Social e Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO). A principal preocupação do anarquismo era, portanto, reconstruir sua base social, e a proposta de uma organização política anarquista (definida em congressos anteriores) se esvaneceu. A repressão sofrida pelo anarquismo em 1969 (com prisão de 18 integrantes vinculados ao MEL e CEPJO) desmantelou os espaços sociais libertários, que a partir de 1972 (com o fim do processo), passam a se reunir em semiclandestinidade para garantir a sobrevivência do anarquismo.

Na Argentina, a polêmica parecia estancada em 1963, mas uma nova geração de militantes libertários inspirados pelo que conceituamos como *gramática guerrilheira* (SILVA, 2018) passa a trazer tensões internas ao anarquismo argentino. Os ventos de 1968 (que varreram os três países) inspiram reflexões políticas muito profundas no anarquismo da região e trouxeram novos atores sociais. Na Argentina, paralelamente enquanto se inserem em atividades comunitárias, estudantis e sindicais, os anarquistas de 1968 a 1970 passam a polemizar abertamente com os representantes do anarquismo “clássico” (representados pela FORA e pela FLA), até formarem, como visto antes, sua própria organização em 1974, inspirada por esse campo guerrilheiro. Tinham críticas à Revolução Cubana, mas não utilizavam para isso o conceito de *totalitarismo*. Reivindicavam-na como um exemplo de formas de dominação que podem ser confrontadas. Essa categoria de totalitarismo foi usada pelos anarquistas brasileiros e por largos setores do anarquismo argentino e obliterava a capacidade de tentar enxergar, no processo revolucionário cubano, o que poderia ser reivindicado pelos liber-

tários e o que não poderia²⁶⁵.

No Uruguai tal posição era bem clara. Ao reivindicarem criticamente a Revolução Cubana, estavam mais preocupados em formar uma identidade latino-americana para o socialismo e, em consequência, para o anarquismo. Tal posição fez com que formassem inúmeras iniciativas em comum (como o jornal *Época*) com outras correntes do socialismo fora do escopo do Partido Comunista, o que não evitou críticas e polêmicas internas, mas ajudou a constituir no Uruguai um campo revolucionário crítico ao parlamentarismo e à esquerda eleitoral, com relevante inserção do anarquismo.

A FAU também digeriu o foquismo com reticências, criticando o que considerava como *vanguardismo*, que colocava a luta armada na frente das chamadas lutas de massas. Evitava também o que considerada “desvios militaristas”. A OPR-33 estava subordinada às decisões estratégicas da FAU e não realizou ações contra forças de segurança (focavam em “expropriações” para financiamento e sequestros). Operavam suas ações armadas no intuito de apoiar as ações sindicais.

De maneira geral, o acontecimento cubano (somado com outras condições) também apressou certa renovação teórica dentro do anarquismo e a busca de ferramentas explicativas para compreensão da realidade e renovação ideológica interna. Também apressou o debate da necessidade de uma organização política anarquista (crítica da estratégia do anarco-sindicalismo) que atuasse na realidade sindical e popular com um programa político determinado.

Tal fato também provocou, principalmente no Uruguai, uma busca permanente pela heterodoxia, que procurou constituir uma identidade anarquista original, que viria a ser formalizada posteriormente (nos anos 90, principalmente) como *especificismo*, um anarquismo de fortes marcas latino-americanas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daniel Augusto de Almeida. *Arriba los que luchan! Sindicalismo Revolucionário e Luta Armada. A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973*. Porto Alegre, 2016. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

²⁶⁵ Há todo um debate sobre o uso do conceito de totalitarismo e a influência liberal deste conceito, que não pretendo aprofundar aqui.

BELLÉ, Júnior. *Revolução Cubana: Mais à esquerda que o Castrismo*. São Paulo: Editora Fáiça, 2009.

BERKMAN, Alejandro. *Kronstadt*. Habana: Cooperativa de Publicaciones Libertárias: Asociacion Libertaria de Cuba Editorial, septiembre de 1960.

BROQUETAS, Magdalena. *La Trama autoritária: derechas y violencia em Uruguay (1958-1966)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2015.

DIZ, Verônica; TRUJILLO, Fernando Lopez. *Resistencia Libertaria*. Ed. Buenos Aires: Madreselva, 2007.

FABRI, Luce. Violencia y Creatividad Revolucionarias. *Acción Libertária*, Buenos Aires, nº 178, septiembre, 1962.

FAU. Cuba y el Tercer Mundo. *Suplemento de Lucha Libertária*, Montevideo, noviembre de 1962

_____. Ideas para aplicar. *Lucha Libertária*, Montevideo, Maio de 1959.

_____. Justa Posición de FAU Sobre Revolución Cubana. *Folheto*, s/d.

_____. Pleno reafirmó la solidaridad com la Revolución Cubana, FAU, *Boletín Informativo*. Ano 1, n. 12. Julio de 1961.

FERNÁNDEZ, Frank. *El Anarquismo en Cuba*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2000.

FLA. Se realizó el congreso extraordinario de la F.L.A. *Acción Libertária*, Buenos Aires, n. 182, diciembre, 1963a.

_____. Solidaridad para con los Cubanos Antitotalitarios. *Acción Libertária*, Buenos Aires, n. 182, diciembre, 1963b.

FORA. La situación cubana. *Consideración en Torno a la Reunión Regional de Delegados de la F.O.R.A. Realizada en Buenos Aires los días 4, 5, 6, 7, y 8 de Enero de 1962*. Organización Obrera. Buenos Aires, Febrero de 1962.

_____. *Referencias ilustrativas sobre Cuba*. Organización Obrera, Buenos Aires, nº 146, julio, 1960

_____. *Revoluciones Antiemancipadoras*. Organización Obrera, Buenos Aires, nº 145, mayo, 1960.

GUILLARTE. Cuba e seu Destino. *O Libertário*, São Paulo, n. 02, Novembro de 1960.

GUILLÉN, Abraham. Entrevista a Abraham Guillén, gran teórico de la guerrilla. *Revista Bicicleta*, Año 1, n. 9, octubre de 1978.

LEVAL, Gastón. El Castro-comunismo no puede enganar a nadie. *Reconstruir*, Buenos Aires, nº 21, p. 25, noviembre-diciembre, 1962.

MECHOSO, Juan Carlos. *Acción Directa Anarquista: Una historia de FAU*. Montevideo, Recortes. s/d.

_____. *Acción Directa Anarquista: Una historia de FAU. Tomo II La Fundación*. Montevideo: Editorial Recortes, 2005.

_____. *Acción Directa Anarquista: Una historia de FAU. Tomo III Los primeros años*. Montevideo: Editorial Recortes, 2006.

_____. *Acción Directa Anarquista: Una historia de FAU. Tomo I Raíces, 1870-1940*. Montevideo: Editorial Recortes, 2001.

_____. Juan Carlos Mechoso: depoimento [abr. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideú, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

NIETO, Agustín. Activación anarquista en el mundo obrero. Un mapeo elemental de la militancia sindical libertaria en la Argentina de los años cuarenta. *X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales*, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

O LIBERTÁRIO. A Contra-Revolução Bolchevista em Cuba. *O Libertário*, n. 24-25, São Paulo, Outubro/Novembro de 1963a.

_____. A Revolução Cubana. *O Libertário*, São Paulo, Janeiro de 1964, nº 26, p. 01

_____. Em Defesa da Revolução Cubana. *O Libertário*, São Paulo, Agosto/Setembro de 1963b, nº 22-23, p. 01.

_____. Um Libertário ameaçado de "Paredón". *O Libertário*, São Paulo, Outubro de 1961, nº 05, p. 04

PASSOS, Souza. "Os Anarquistas e a Revolução Cubana." *O Libertário*, São Paulo, Outubro de 1961, nº 05, p. 01

QUIJANO, Hugo Quijano. Depoimento [09 de outubro. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3 (1h:40 min.).

RUGAI, Ricardo Ramos. *Um Partido Anarquista*. O Anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU. São Paulo: Ascaso, 2012.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*: Seropédica, RJ. 2014. 174p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

_____. *Um Anarquismo Latino-americano: Estudo Comparativo e Transnacional das Experiências na Argentina, Brasil e Uruguai (1959-1985)*. Seropédica, RJ. 2018. 282p Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

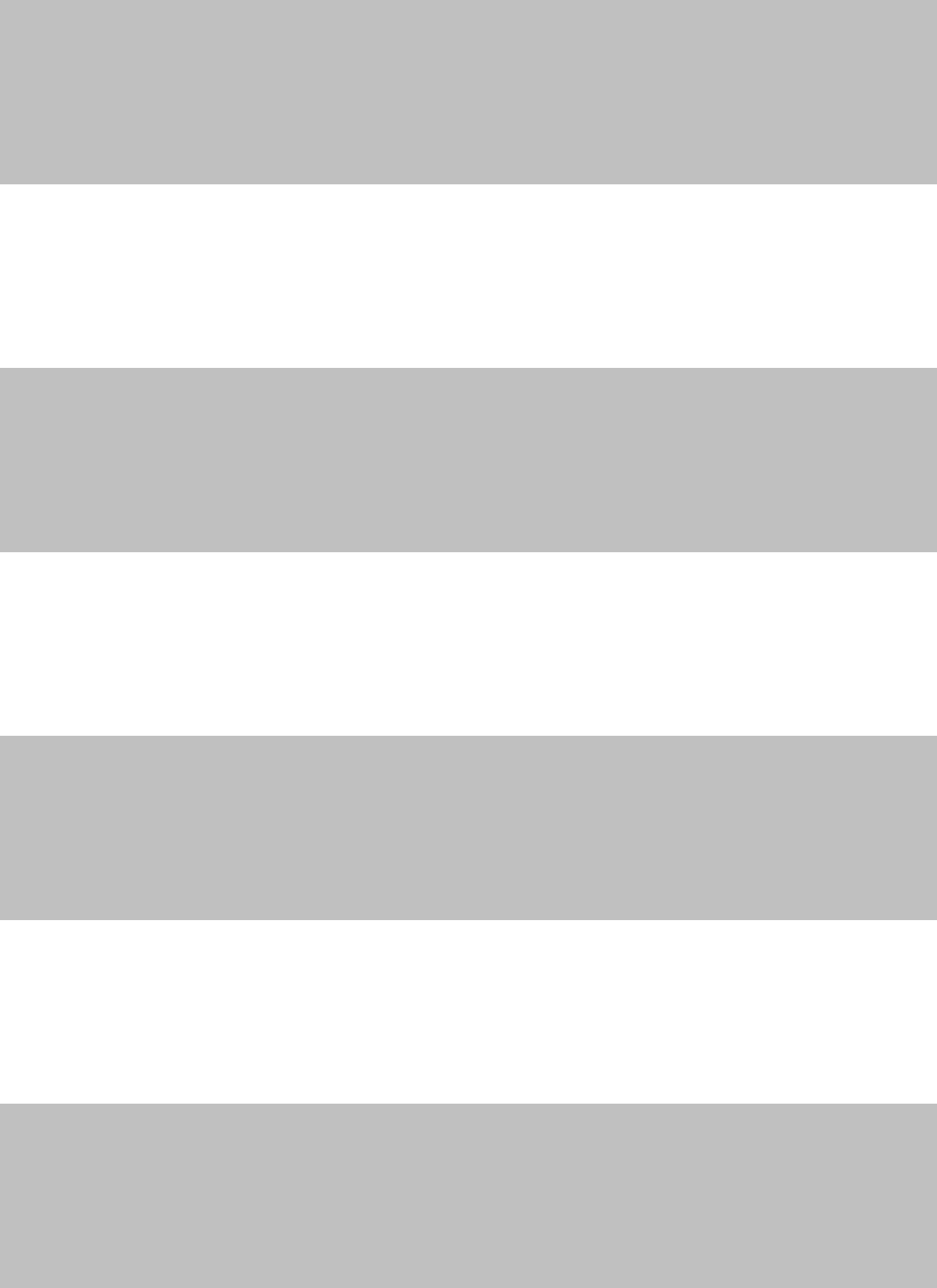
SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *"Por ti, América": Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na Trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

TELLO, María Esther. "Mis primeros contactos con militancia libertaria." In. *Fondation Besnard. Francia*, 2006. Disponível em < <http://www.fondation-besnard.org/spip.php?article443>>.

TRISTÁN, Eduardo Rey. *A la vuelta de la esquina. La izquierda revolucionaria uruguayo*. 1955-1973. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

TRUJILLO, Fernando López. Fernando López Trujillo: depoimento [jul. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (1h:39 min.).

VIADIÚ, José. Ayer España; Hoy Cuba. *Reconstruir*, Montevideo-Buenos Aires, n. 13, pp. 28-32, julio-agosto, 1961.



Izabel Pimentel da Silva

*Dizia-se “Ilha” ou “Ponto Um” e todos
nós sabíamos que era Cuba, nome tão
impronunciável como nossos nomes.*

(Flávio Tavares)

A pequena ilha caribenha de Cuba foi um dos últimos bastiões do poder espanhol na América. Em 1868, irrompeu a primeira e longa batalha pela libertação nacional. Nesta Primeira Guerra de Independência (1868-1878), destacou-se a figura do poeta e ensaísta José Martí, que lutou contra o colonialismo e a favor da independência cubana. Após a derrota na guerra, Martí, ainda muito jovem, viveu no exílio no México e nos Estados Unidos, onde ajudou a fundar o Partido Revolucionário Cubano, idealizando-o como instrumento para retomar a luta pela independência e a instalação de uma República democrática e independente. Em seu texto mais famoso, *Nuestra América*, Martí defendia ainda a união da América Hispânica e alertava para os perigos da ingerência dos Estados Unidos em Cuba e no restante do continente. Tornou-se, assim, um ícone na luta anti-imperialista e, após sua morte em 1895, logo no início da segunda Guerra de Independência (1895-1898), foi erigido ao patamar de herói (SANTOS, 2012).

Segundo Paulo Barsotti e Terezinha Ferrari, o pensamento de Martí “aponta para o caráter internacional que o processo de libertação nacional tinha: o de ser uma barreira às pretensões do jovem imperialismo norte-americano de estender-se primeiro sobre as Antilhas e na sequência por todas as terras latino-americanas” (BARSOTTI; FERRARI, 1998, p. 136-137). Nesse sentido, Martí – como outros líderes da independência da América Espanhola (como Simon Bolívar, por exemplo) – concebeu a independência de Cuba intrinsecamente ligada a uma perspectiva latino-americanista e contribuiu para desenvolver uma “consciência oposta ao imperialismo econômico desde uma posição democrático-revolucionária” (LOGUERCIO, 2007, p. 11).

Décadas depois de sua morte, os ideais de José Martí, em especial seu anti-imperialismo, serviram como inspiração para os líderes da Revolução Cubana, deflagrada em 1959 e considerada um divisor de águas na história da América Latina. Ao derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista e oligarquia que a representava, as esquerdas revolucionárias de Cuba se tornaram um modelo para as esquerdas latino-americanas. E mais, ao re-

sistir ao imperialismo estadunidense, aquela pequena ilha tornou-se um farol para significativas correntes das esquerdas na América Latina, que a encaravam como fonte de doutrina, estratégia e táticas revolucionárias. Além disso, como salientou Eduardo Rey Tristán, a Revolução Cubana desencadeou um processo de *internacionalização da mobilização e da ação revolucionária*, na medida em que impulsionou a ascensão das esquerdas revolucionárias latino-americanas (TRISTÁN, 2006, p. 48-49).

Nesse sentido, ao longo deste texto, discutiremos a influência da Revolução Cubana no surgimento das esquerdas revolucionárias na América do Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970, especialmente entre os grupos que levantaram a bandeira do internacionalismo e do latino-americanismo, e destacaremos como o processo revolucionário cubano redimensionou os projetos internacionalistas das esquerdas, que, por sua vez, foram abraçados e repaginados por significativas organizações revolucionárias de *Nuestra América*.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que se podemos considerar a Revolução Cubana *um* marco na circulação das ideias internacionalistas e latino-americanistas, isso *não* significa que a vitória dos revolucionários em Cuba representou o *marco-zero* do internacionalismo das esquerdas. Ao contrário, o internacionalismo protagonizado pela Revolução Cubana não só é crítico em relação às *tradições internacionalistas já existentes*, como pretendia romper com essas tradicionais propostas internacionalistas. Assim sendo, podemos afirmar que o internacionalismo abraçado por significativas organizações revolucionárias sul-americanas ao longo das décadas de 1960 e 1970 possui um longo histórico, que se estende para além das Américas. Vejamos brevemente esse histórico das ideias internacionalistas das esquerdas.

• A CONSTRUÇÃO DO INTERNACIONALISMO REVOLUCIONÁRIO DAS ESQUERDAS

A perspectiva do internacionalismo revolucionário remonta aos escritos de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Segundo Michael Löwy, o marxismo “possui no internacionalismo a pedra angular de sua visão de mundo e de sua estratégia revolucionária” (LÖWY, 2000, p. 8). Ainda de acordo com Löwy, o socialismo marxista:

Não se dirige para uma nação, qualquer que seja ela, mas para um sujeito histórico internacional (o proletariado) e para um objetivo histórico internacional: a transformação socialista do mundo. Ele é internacionalista por razões éticas e materiais ao mesmo tempo. (...) O socialismo é, então, um movimento internacionalista em razão do caráter universalista e humanista de seus valores e de seus objetivos. (LÖWY, 2000, p. 80).

De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista, o internacionalismo “teve importância fundamental para o pensamento e a atividade de Marx e Engels, que deram uma base de classe (o internacionalismo proletário) à ideia de fraternidade humana proclamada pela Revolução Francesa” (BOTTOMORE, 1988, p. 199). Assim sendo, a noção de internacionalismo proletário desenvolvida por Marx e Engels baseia-se na “solidariedade das classes trabalhadoras oprimidas pela ordem social vigente e vê na eliminação da sociedade dividida em classes, por meios revolucionários, a base da superação dos antagonismos nacionais” (BOBBIO, 1998, p. 643).

O avanço do movimento operário organizado na Europa, concomitante aos esforços para estabelecer laços permanentes de união entre os trabalhadores de diversos países, levou à fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores – mais tarde conhecida como *Primeira Internacional*. Fundada em Londres em 1864, a I Internacional – que contava com Karl Marx em sua direção – foi oficialmente dissolvida em 1876, num contexto marcado pelo agravamento da tensão internacional, que desembocou na guerra franco-prussiana de 1870 e reacendeu sentimentos nacionalistas, e pela crise econômica iniciada em 1873, que debilitou o desenvolvimento das lutas operárias. No entanto, a dissolução da I Internacional não representou o desaparecimento das aspirações internacionalistas. Com o avanço do socialismo e do movimento operário em partes significativas da Europa, surgiu em 1889 aquela que ficaria conhecida como a *Segunda Internacional*, fundada em Paris no centenário da Revolução Francesa (BEER, 2006, p. 549-557).

No início do século XX, as tensões interimperialistas, entre outros fatores, polarizam a Segunda Internacional. Neste sentido, a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 acarretou na fragmentação e no colapso da II Internacional, na medida em que a maioria dos partidos socialistas vinculados à organização apoiaram a guerra travada por seus respectivos

países e governos, afastando-se ainda mais dos princípios internacionalistas (BEER, 2006, p. 565-592). Entretanto, isso não representou o malogro das perspectivas internacionalistas:

Naquela ocasião, a FAU, contando com a participação de Gerardo Gatti e Juan Carlos Mechoso, intercambiou opiniões a respeito dos respectivos processos de cada país e sobre um possível apoio técnico, no caso, viagens à Cuba para cursos de capacitação militar. Em meio a conversação, o delegado cubano fixou como exigência à FAU a modificação de seu nome – no caso, deixar de denominar-se anarquista – para que, então, pudesse receber tais cursos. (ALVES, 2016, p. 92).

Entre estes grupos que levantavam a bandeira do internacionalismo, destacavam-se os bolcheviques russos, liderados por Vladimir Lênin (1870-1924). Segundo o Dicionário do Pensamento Marxista, Lênin, durante e depois da Primeira Guerra Mundial, sempre enfatizou a necessidade de “união entre os proletários revolucionários dos países capitalistas adiantados e as massas revolucionárias dos países onde não há, ou quase não há, um proletariado, isto é, as massas oprimidas dos países coloniais e orientais contra o imperialismo” (BOTTOMORE, 1988, p. 199). Com a vitória da Revolução Russa de outubro de 1917, Lênin e os bolcheviques acreditavam que ela seria a precursora de uma revolução socialista internacional, ao mesmo tempo em que consideravam que a “sobrevivência do próprio poder soviético na Rússia dependia da ampliação e consolidação do processo revolucionário fora de suas fronteiras” (BOBBIO, 1998, p. 646). Nesse contexto, surge a *Terceira Internacional*, também chamada de Internacional Comunista ou *Komintern*, fundada em Moscou em 1919 por iniciativa dos bolcheviques que lideraram a vitória da Revolução Russa dois anos antes.

As divergências internas no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) refletiram-se no *Komintern*. Com a morte de Lênin em 1924 e a ascensão de Josef Stalin (1878-1953) à direção soviética – o que representou um processo de asfixia dos debates e liquidação (física, inclusive) das oposições – delineou-se uma revisão da “teoria do caráter internacional da revolução socialista” (CLAUDÍN, 2013, p. 91). Nesse sentido, Stalin passou a “postular a possibilidade da realização plena do socialismo no marco nacional” (CLAU-

DÍN, 2013, p. 91), o que também representou uma “revisão estratégica da revolução mundial, baseada no papel do Estado soviético” (PONS, 2014, p. 125).

Após a ascensão de Stalin na III Internacional, a perspectiva do internacionalismo revolucionário perde força, sobressaindo-se uma “visão acentuadamente unilateral do processo revolucionário” (BOBBIO, 1998, p. 646). Concomitantemente, ao longo das décadas de 1920 e 1930 iniciou-se um processo de *stalinização* dos partidos comunistas criados pela III Internacional, o que representou, na prática, “a criação, em cada partido, de um aparelho dirigente – hierárquico, burocrático e autoritário – intimamente ligado, do ponto de vista orgânico, político e ideológico, à liderança soviética e que seguia fielmente as mudanças de sua orientação internacional” (LÖWY, 2006, p. 27).

A III Internacional foi dissolvida em maio de 1943 com o argumento “de que as condições diferentes sob as quais o movimento comunista internacional tinha agora de operar tornavam sua direção impossível por um centro internacional. A dissolução do Comintern teve igualmente a finalidade de tranquilizar os aliados ocidentais de Stalin” (BOTTOMORE, 1988, p. 198), já no contexto da Segunda Guerra Mundial e das opções adotadas pela diplomacia soviética.

A perspectiva do internacionalismo revolucionário e a defesa da necessidade de um novo reagrupamento mundial do proletariado continuaram a ser defendidas por correntes oposicionistas ao stalinismo, em especial a liderada por Leon Trotski (1879-1940). Em 1938, Trotski e grupos ligados a ele fundaram, em Paris, a *Quarta Internacional*, em oposição à *Terceira Internacional*, considerada por eles “contrarrevolucionária”. Além da crítica à burocratização do Estado soviético e da “rejeição de uma aliança estratégica com a burguesia local, considerada incapaz de desempenhar um papel revolucionário significativo” (LÖWY, 2006, p. 36), o internacionalismo proletário também se configura como um dos principais pilares do trotskismo²⁶⁶, que defendia a perspectiva de uma “revolução permanente” que:

Transcenderia as fronteiras geográficas fixadas pelo homem e passaria de sua fase nacional a uma fase internacional, no rumo da criação de uma sociedade sem classes e sem Estado em escala global. Embora a revolução deva começar em bases nacionais (podendo inclusive condenar o Estado revolucionário a um período de isolamento), isso constituirá inevitavelmente apenas o primeiro ato do drama, seguido de outro ato representado em outro lugar da arena internacional. O internacionalismo, que é o segundo aspecto da permanência da revolução, constitui assim uma característica indelével do trotskismo. (BOTTOMORE, 1988, p. 394).

O trotskismo permaneceu como corrente internacional minoritária, dilacerada por cisões internas e com limitado poder de influência, apesar de seu crescimento ao longo da década de 1960, em especial na América Latina.

No que tange à América Latina, nos interessa perceber como os pressupostos teóricos e práticos do marxismo foram apropriados pelas esquerdas latino-americanas ao longo do século XX, a fim de compreender a trajetória das ideias internacionalistas que servirão de referencial para a prática revolucionária dos grupos da esquerda armada latino-americana nos anos 1960 e 1970.

Desde o século XIX, uma das principais problemáticas a ser enfrentada pelo marxismo na América Latina referia-se a como aplicar a teoria marxista à realidade latino-americana. Nesse sentido, Michael Löwy destaca que duas tendências antagônicas se cristalizaram na região: o excepcionalismo indo-americano e eurocentrismo (LÖWY, 2006, p. 10). No primeiro caso, as especificidades latino-americanas foram absolutizadas, levando ao questionamento do próprio marxismo enquanto teoria exclusivamente europeia. Já na segunda concepção, que teria sido predominante no continente, tratou-se de transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos explicativos do desenvolvimento socioeconômico da Europa, renegando as particularidades latino-americanas (LÖWY, 2006, p. 10-11).

Michael Löwy distinguiu três períodos na história do marxismo na América Latina. O primeiro período, chamado pelo autor de *período revolucionário*, abarca a década de 1920 até meados da década de 1930, cuja expressão teórica mais importante foi a obra do escritor e jornalista peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930). O pensamento mariateguiano foi pautado pela “síntese dialética entre o universal e o particular, o internacional e o latino-americano” (LÖWY, 2006, p. 17). Em 1928, publicou o livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, considerado “a primeira tentativa de análise marxista de uma formação social latino-americana concreta” (LÖWY, 2006, p. 18). Mariátegui defendia o socialismo como a única alternativa à dominação imperialista no continente. Mas o pensador peruano propunha um *socialismo indo-americano*, que não deveria ser uma mera reprodução das experiências europeias, em especial da União Soviética, mas que incorporasse as tradições milenares indígenas.

²⁶⁶ O trotskismo – termo por diversas vezes repudiado por Trotski – não constituiu uma doutrina codificada nem um movimento organizado, devendo ser compreendido, ao contrário, como o conjunto das reflexões teóricas e da produção científica de Trotski.

A morte prematura de Mariátegui em 1930 coincidiu com o processo de *stalinização* dos partidos comunistas. Para Löwy, o intervalo que vai de meados da década de 1930 até o final da década de 1950 configura o segundo período da história do marxismo na América Latina: *o período stalinista* (LÖWY, 2006, p. 9). Nesta etapa, a interpretação soviética do marxismo foi hegemônica – embora coexistisse com tendência críticas, que propunham outro comunismo, como o movimento trotskista – e resultou na “adoção da doutrina da revolução por etapas e do bloco de quatro classes (o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional) como fundamento da sua prática política, cujo objetivo era a concretização da etapa nacional-democrática (ou anti-imperialista ou antifeudal)” (LÖWY, 2006, p. 27). A teoria da revolução por etapas definia a etapa na América Latina como nacional-democrática, na medida em que, nessa óptica, os países não desenvolvidos não possuiriam as condições necessárias para uma revolução socialista.

A morte de Josef Stalin em 1953 e as mudanças na linha política da União Soviética provocaram profundas transformações no movimento comunista internacional. Em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o secretário-geral do partido, Nikita Khrutchev, divulgou um relatório “secreto” denunciando os crimes praticados por Josef Stalin, morto três anos antes. O relatório, logo publicado na imprensa mundial, chocou os Partidos Comunistas de todo o mundo, provocando crises internas, cisões e dolorosas autocríticas no seio de suas fileiras.

A nova linha política inaugurada na União Soviética a partir da morte de Stalin – já no contexto da Guerra Fria – se caracterizou, entre outros elementos, pela defesa da coexistência pacífica com o mundo capitalista e pela defesa da participação dos comunistas nas disputas eleitorais nos países com democracias estabelecidas, a fim de chegar ao poder e lograr uma transformação pacífica ao socialismo (TRISTÁN, 2006, p. 43). As mudanças na linha política soviética provocaram significativos atritos com o Partido Comunista Chinês, com profundas repercussões no movimento comunista internacional. A partir de então, China e União Soviética passaram a disputar a hegemonia sob o campo socialista e sob o movimento comunista internacional, especialmente nos países não desenvolvidos.

Com algumas exceções, na América Latina, a linha soviética continuou a ser predominante. Assim sendo, na segunda metade da década de 1950, os partidos comunistas latino-americanos, de maneira geral, manti-

veram-se alinhados à União Soviética e defenderam a teoria da revolução por etapas. Essa teoria, como vimos, sustentava que nos países onde o capitalismo convivia com relações “feudais ou semifeudais” – como se julgava ser o caso da América Latina – era necessário, antes de atingir a meta final do socialismo, atravessar uma etapa prévia caracterizada por uma transformação nacional-democrática (“anti-imperialista e antifeudal”), para a qual era primordial uma política de alianças, que incluísse a burguesia nacional. Nessa óptica, a construção do socialismo no continente estava relegada a uma etapa futura (CARNOVALE, 2011, p. 27-28).

No entanto, os acontecimentos que sacudiram a vida política de uma pequena ilha caribenha no final da década de 1950 colocariam em xeque esta teoria, subvertendo “a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemônica na América Latina” (LÖWY, 2006, p. 29). E, para além de contrariar os pressupostos defendidos pelos partidos comunistas latino-americanos, os eventos que se desenrolaram nesta ilha favoreceram a ascensão de *novas esquerdas*, marcadas pelo signo da radicalidade política.

• UMA ILHA, UM FAROL: A REVOLUÇÃO CUBANA E AS ESQUERDAS REVOLUCIONÁRIAS NA AMÉRICA DO SUL

Quando o exército revolucionário liderado por Fidel Castro e Ernesto Guevara, entre outros, entrou triunfantemente na cidade de Havana no primeiro dia de janeiro de 1959, a história de Cuba ganhava um novo e significativo capítulo. Mas não seria só a história daquela pequena ilha caribenha que seria alterada após a derrubada da ditadura liderada por Fulgêncio Batista. A Revolução Cubana, que depois se assumiu socialista, representou um marco na história da América Latina e impactou profundamente as esquerdas do continente.

Segundo a cronologia proposta por Michael Löwy, a Revolução Cubana marca o início do terceiro período da história do marxismo na América Latina: o *novo período revolucionário*, caracterizado pela “ascensão (ou consolidação) de correntes radicais, cujos pontos de referência comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimidade, em certas situações, da luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara” (LÖWY, 2006, p. 10).

A Revolução Cubana reacendeu a chama do internacionalismo na América Latina. Seus líderes defendiam a experiência cubana como um modelo a ser seguido e propunham um *novo caminho* a ser trilhado pelas esquerdas

latino-americanas. Os primeiros discursos de Fidel Castro, após a vitória em 1959, destacavam as possibilidades continentais da Revolução: “Como os povos do nosso continente necessitam de uma Revolução como a que foi feita em Cuba!” (CASTRO apud GOTT, 2006, p. 246). Como assinalou Richard Gott, posteriormente, Fidel Castro defenderia que “os Andes poderiam se transformar na Sierra Maestra da revolução latino-americana” (GOTT, 2006, p. 246).

A vitória da Revolução Cubana, além de representar uma nova etapa na circulação das ideias internacionalistas entre as esquerdas revolucionárias e desencadear o temor das direitas e das forças de segurança latino-americanas, também implicou o recrudescimento das discussões, no seio das esquerdas, acerca do caráter da revolução na América Latina e dos caminhos rumo ao socialismo. Nesse sentido, o modelo cubano era diametralmente oposto ao defendido pelos partidos comunistas latino-americanos. Até o final da década de 1950, como vimos, os PC's na América Latina, de forma geral, alinhavam-se às orientações soviéticas e defendiam a teoria da revolução por etapas. Por outro lado, a Revolução Cubana – a primeira revolução socialista da América – não foi liderada por revolucionários alinhados ao modelo soviético stalinista. Ao contrário, a experiência cubana, como demonstrou Michael Löwy, “subverteu claramente a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemônica na América Latina. (...) e demonstrou a possibilidade objetiva de uma revolução combinando tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário *ininterrupto*” (LÖWY, 2006, p. 45). Na óptica dos revolucionários que lideraram a Revolução Cubana, o caráter da revolução na América Latina deveria ser *anti-imperialista e socialista simultaneamente*. Essa concepção não era uma caracterização nova da revolução na América Latina. Ao contrário, reconhecia e resgatava antecedentes de alguns intelectuais revolucionários dos anos 1920, como o peruano José Carlos Mariátegui (CARNOVALE, 2011, p. 29).

Ao retomar a concepção da revolução anti-imperialista e socialista, os revolucionários latino-americanos a partir do final da década de 1950 também colocavam em xeque a política de alianças com as burguesias nacionais, defendida pelos partidos comunistas. Nas palavras do líder Ernesto “Che” Guevara: “as burguesias autóctones perderam toda a sua capacidade de oposição ao imperialismo – se é que alguma vez a tiveram – e agora são apenas seu reboque. Não há mudanças a fazer, ou revolução socialista ou caricatura de revolução” (GUEVARA, 2006b, p. 304).

Partindo dessas premissas, significativas correntes das esquerdas latino-americanas, inspiradas na experiência cubana, passaram a questionar as tradicionais formas de atuação política, criticando, por exemplo, a participação nos processos eleitorais como via para a transformação social. Nesse sentido, apostaram em novas formas de organização e ação política, o que as diferenciava e afastava dos partidos comunistas tradicionais. Para estas esquerdas revolucionárias, a vitória da Revolução Cubana tornou-se uma prova concreta de que o caminho para a revolução implicava na aposta em novas formas organizativas, no rompimento com os padrões clássicos de luta preconizados pelas esquerdas tradicionais latino-americanas e na defesa da ação revolucionária, pautada, sobretudo, na luta armada. Cuba trilhou esse caminho. Caberia aos demais revolucionários latino-americanos seguir a senda iluminada pela ilha caribenha.

Assim sendo, as esquerdas radicais surgidas a partir do início da década de 1960, que impactaram a conjuntura política de diversos países do mundo ocidental, passaram a defender *novos* projetos políticos vinculados às novas concepções revolucionárias de uma *nova geração* política. Nessa perspectiva, utilizamos o conceito de *geração*, proposto por Jean-François Sirinelli, que parte da definição de Jean Luchaire, para o qual “uma geração é uma reunião de homens marcados por um grande evento ou uma série de grandes eventos” (LUCHAIRE apud SIRINELLI, 1996, p. 255). Desta vivência comum, são gestados o que Sirinelli chama de “efeitos da idade”, capazes de produzir os “fenômenos de geração” (SIRINELLI, 2002, p. 131-137). Para o autor, um “estrato demográfico só se torna uma geração quando adquire uma existência autônoma e uma identidade – ambas geralmente determinadas por um acontecimento inaugurador –, às vezes esse processo só se verifica em um setor bem determinado” (SIRINELLI, 2002, p. 133). O “evento fundador”, por sua forte amplitude, atinge toda uma sociedade, sendo, ao mesmo tempo, responsável pelo surgimento de uma classe de idade nova.

No que tange às esquerdas latino-americanas, podemos falar de uma “nova geração” política, cujo “evento fundador” seria a Revolução Cubana. Em sua maioria, esta nova geração – que, de maneira geral, adotou uma linha castrista-guevarista – afastou-se dos partidos comunistas tradicionais ou *rachou* com eles, consolidando um novo campo de “novas”²⁶⁷ esquerdas

²⁶⁷ Ressaltamos que a expressão “nova” significa, neste contexto, *diferente e alternativa*, ou seja, não temos a intenção de caracterizar as forças políticas das esquerdas existentes até então como “velhas”, no sentido pejorativo, ou ultrapassadas.

– dissidentes, alternativas, radicais, revolucionárias. A Revolução Cubana aparecia aos olhos desses grupos revolucionários como o prelúdio de uma nova etapa na história latino-americana. A luta revolucionária seria, a partir de então, travada em outro patamar, a partir de um *marco zero*, que essas esquerdas radicais julgavam inaugurar.

Dentro do campo das esquerdas revolucionárias – inspiradas na Revolução Cubana e que adotaram a corrente *castrista-guevarista* – surgidas na América do Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970, destacamos a experiência da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), que foi uma das organizações que ergueram ao máximo as bandeiras do internacionalismo e do latino-americanismo; bandeiras que a Revolução Cubana reascendeu e redimensionou. A *Junta de Coordinación Revolucionaria* foi uma organização revolucionária internacionalista integrada por quatro dos mais significativos grupos da esquerda armada sul-americana: o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T do Uruguai); o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR do Chile); o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP da Argentina) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN da Bolívia). A criação da Junta representava uma tentativa de resgatar o projeto internacionalista encarnado na figura do líder revolucionário Ernesto “Che” Guevara, que foi o maior símbolo da revolução sem fronteiras, do guerrilheiro cuja pátria era a América Latina. Guevara incentivou a criação de “dois, três, muitos Vietnãs” e conclamou os grupos armados da América Latina a “formar uma espécie de junta de coordenação para tornar mais difícil a tarefa repressiva do imperialismo ianque e facilitar a própria causa” (GUEVARA, 2006b, p. 305).

O ponto de partida para a formação de uma “junta de coordenação” entre grupos da esquerda sul-americana foi o contato com os sobreviventes cubanos *Ejército de Liberación Nacional* da Bolívia (ELN), que, após o fracasso da guerrilha guevarista, que culminou no assassinato de dezenas de guerrilheiros, incluindo o próprio Guevara, conseguiram chegar (clandestinamente) ao Chile, depois de caminhar mais de 1000 km em condições subumanas. Os sobreviventes foram detidos, mas receberam todo o apoio dos principais grupos da esquerda chilena, em especial do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Após uma forte campanha de solidariedade organizada pelos militantes da esquerda chilena e os esforços do então senador Salvador Allende, o grupo conseguiu ser repatriado para Cuba.

Desde então, os militantes do ELN mantiveram contatos sistemáticos

os *miristas* chilenos. A partir de 1970, quando Salvador Allende assumiu a presidência da República, o Chile, além de um lugar de refúgio²⁶⁸, sobretudo em vista das várias ditaduras civil-militares que já se espalhavam pela América do Sul, tornou-se um espaço fundamental de trocas políticas para os militantes da esquerda armada sul-americana. Guerrilheiros do ELN boliviano, uruguaios do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T) e argentinos do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) conviviam, debatiam, confirmavam afinidades políticas e aproximavam-se dos militantes do MIR chileno, entre outras organizações. No final de 1972, a sintonia entre estas organizações, que já se consideravam *hermanas*, começou a ganhar contornos de formalização. Em novembro daquele ano, reuniram-se em Santiago as principais lideranças do MIR, do ERP e do MLN-Tupamaros. Foi então criada a *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), que deveria ser a concretização da visão estratégica de “Che” Guevara. Em uma segunda reunião realizada em junho de 1973, desta vez na cidade argentina de Rosário, o ELN da Bolívia – que até então só mantinha conversas bilaterais com as outras três organizações, mas contava com grande prestígio e força simbólica por ser representante da guerrilha iniciada pelo próprio Guevara – foi formalmente integrado à recém-fundada *Junta de Coordinación Revolucionaria* (MARCHESI, 2009).

Nos primeiros anos da *Junta de Coordinación Revolucionaria*, o Chile exerceu um papel fundamental, afinal tinha sido o “anfitrião” das outras três organizações que, juntamente com os *miristas* chilenos, dariam origem à JCR. No entanto, com o golpe de Estado perpetrado pelo general Augusto Pinochet, em setembro de 1973, a violência repressiva que se seguiu alterou radicalmente o cenário chileno. Até meados de 1975, a maioria dos militantes do MIR estava presa ou “desaparecida”. Com o avanço repressivo, os chilenos foram perdendo sua centralidade dentro da JCR. Após o golpe no Chile em 1973 – antecedido, entre outros, pelo golpe na Bolívia em 1971 e no Uruguai em junho de 1973 – a Argentina, que então vivia um momento democrático, tornou-se um porto para os refugiados políticos e as organizações revolucionárias (embora este período também tenha sido marcado na Argentina pela repressão à esquerda armada)²⁶⁹. Contudo, com o golpe

²⁶⁸ O governo Allende promoveu uma ampla política de solidariedade para os refugiados latino-americanos, o que provocou constantes conflitos com as direitas chilenas, que não viam com bons olhos a entrada no país desses refugiados, sobretudo os guerrilheiros.

²⁶⁹ A repressão à esquerda armada recrudescceu na Argentina após a criação, em 1974, da Aliança Anticomunista Argentina, mais conhecida como *Triple A*, uma organização de extrema-direita, que liderou uma série de perseguições e assassinatos políticos e atuou particularmente no governo de “Isabel” Perón (1974-1976).

de 1976, toda e qualquer margem de atuação da JCR na Argentina foi duramente cortada (SILVA, 2018).

O cerco estava se fechando na América do Sul. Assim sendo, diante da intensificação da repressão – cada vez mais internacionalizada, a partir da crescente ação coordenada dos órgãos de inteligência e repressão na América do Sul – os remanescentes da JCR partiram para o exílio, espalhando-se pela Europa, México e Cuba, muitas vezes usando o Brasil como rota de saída. No entanto, a trajetória destes militantes no exílio foi marcada pela fragmentação política, pelas dificuldades de comunicação e pelos conflitos internos. Atuar fora da América do Sul representou para as organizações que integravam a Junta, de um lado, uma tentativa de sobrevivência física e sobrevivência política de projetos coletivos, e de outro, um momento-chave para autocríticas e redefinições de rumos. A viagem forçada para fora do Cone Sul da América acabou significando, para esses grupos, a desagregação, a dissolução, o afastamento, o fim (SILVA, 2018).

A trajetória da JCR foi atravessada pelo controle e repressão das ditaduras que se espalharam pelo Cone Sul da América a partir da década de 1950. Na realidade, o momento de criação da Junta correspondeu ao período mais limitado para a institucionalização desse internacionalismo através da fundação de uma organização que defendia a revolução para além das fronteiras nacionais. De qualquer maneira, em que pese o fracasso de sua experiência, a *Junta de Coordinación Revolucionaria* representou o auge do internacionalismo revolucionário na América Latina na segunda metade do século XX.

Nesse sentido, ressaltamos que, na concepção dos quatro grupos guerrilheiros que fundaram a JCR, somente a partir da prática internacionalista seria possível combater o imperialismo estadunidense – encarado como o inimigo em comum aos povos latino-americanos – e caminhar rumo ao socialismo.

Así actúa el enemigo, y frente a él; habremos de responder dando a la guerra revolucionaria que ya estamos librando, un carácter solidario y continental, centralizando y coordinando nuestros esfuerzos. Para ello surge esta Junta de Coordinación Revolucionaria, como expresión de la decisión de lucha de los pueblos del Cono Sur de América Latina. (...) Tal el legado del Che Guevara, cuyo camino estamos transitando. (EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO, 1974, p 2).

Nessa perspectiva, a *Junta de Coordinación Revolucionaria* – como outras organizações revolucionárias sul-americanas que se guiavam pela luz irradiada pelo farol cubano – defendia que a revolução na América Latina deveria ter, concomitantemente, *um carácter socialista, continental e anti-imperialista*.

La revolución latinoamericana es un proceso radical de transformaciones antiimperialistas y anticapitalistas, democráticas e populares, de liberación nacional y socialistas. Ello equivale a decir que, como lo demostró la Revolución Cubana, el proceso revolucionario en nuestro continente integra, en una misma dinámica, la expropiación de los monopolios y la liquidación de la explotación del hombre por el hombre, la reforma agraria y la democratización más radical de la sociedad, las reivindicaciones nacionales y la construcción de una sociedad socialista. (JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA, 1975b, p. 11).

Enfrentar o imperialismo, derrubar as forças contrarrevolucionárias, promover a construção do socialismo e unir a América Latina. Eram grandes os sonhos e perspectivas dos revolucionários que fundaram a JCR – queriam “tomar o céu de assalto”, para usar a expressão cunhada por Karl Marx.

Partindo desses projetos revolucionários, as quatro organizações sul-americanas que integravam a JCR consideravam Cuba a vanguarda revolucionária da América Latina.

Nuestras organizaciones, unidas en la Junta de Coordinación Revolucionaria, saludan la Revolución Cubana como inicio de nuestra segunda independencia y de la Revolución Latinoamericana. (...) Los pueblos latinoamericanos festejaron como suyos los primeros logros de la Revolución Cubana. (...) América Latina veía en su propio solo, el camino revolucionario de su liberación. (...) Ya desde el primer momento Cuba fue reconocida como vanguardia y guía de la Revolución Latinoamericana. (JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA, 1975a, p. 15).

Inspirada na Revolução Cubana e nos caminhos trilhados por Guevara, a JCR defendia, sobretudo, a perspectiva do internacionalismo revolucionário em *Nuestra America*:

La Revolución Cubana plateó con fuerza la actualidad de la revolución en Latinoamérica. (...) La revolución latinoamericana es continental, como producto de nuestras raíces históricas de continente sometido al mismo destino por las potencias coloniales e imperialistas, dominada hoy por la misma potencia imperial, con los mismos métodos y objetivos, explotado por el mismo enemigo de los pueblos. (...) Por ello, los revolucionarios latinoamericanos son combatientes internacionalistas, que sienten como suyas las injusticias que se cometen en cualquier de este continente y de otros lugares del mundo. (JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA, 1975b, p. 9-12).

Esse internacionalismo inspirava-se fortemente no pensamento de Ernesto “Che” Guevara, que defendia a luta revolucionária em *carácter continental*:

Os ianques intervirão por solidariedade de interesses e porque a luta na América é decisiva. De fato, já intervêm na preparação das forças repressivas e na organização de um aparelho continental da luta. Mas, doravante, farão isso com todas as suas energias. (...) Dado este panorama americano, é difícil que a vitória seja obtida e consolidada em um país isolado. Deve-se responder à união das forças repressivas com a união das forças populares. Em todos os países em que a opressão chegar a níveis insustentáveis, deve-se erguer a bandeira da rebelião, e esta bandeira terá, por necessidade histórica, caracteres continentais. A Cordilheira dos Andes está destinada a ser a Sierra Maestra da América, como disse Fidel, e todos os imensos territórios deste continente estão destinados a ser cenários da feroz luta contra o poder imperialista. (GUEVARA, 2006a, p. 298).

O internacionalismo revolucionário, como já apontamos, possuía um longo histórico, para além das Américas. Contudo, as esquerdas revolucionárias surgidas em *Nuestra América* na segunda metade do século XX – inspiradas no pensamento e na trajetória de vida de Ernesto Guevara e na experiência da Revolução Cubana – conferiram ao internacionalismo uma nova roupagem, com novas características, especialmente associadas à noção de *latino-americanismo*.

Essa noção de “latino-americanismo” possui uma historicidade. O

termo *América Latina* surgiu em meados do século XIX, envolto em debates políticos e ideológicos. Como destacaram as historiadoras Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino, a origem do termo foi, durante muito tempo, controversa. Para algumas correntes, o termo teria sido criado pelos franceses a fim de justificar as pretensões da França sob a América, em nome de uma suposta *latinidade*²⁷⁰. Para outras, o termo seria criação dos próprios latino-americanos, inseridos em um processo de construção de uma identidade em oposição aos anglo-saxões dos Estados Unidos (PRADO; PELLEGRINO, 2014, p. 8). Alinhamo-nos à segunda perspectiva, que defende que o primeiro a cunhar o termo “América Latina” foi o ensaísta colombiano José María Torres Caicedo, no poema *Las dos Américas*, publicado em 1857:

*Mas aislados se encuentran, desunidos,
Esos pueblos nacidos para aliarse:
La unión es su deber, su ley amarse:
Igual origen tienen y misión;
La raza de la América latina,
Al frente tiene la sajona raza,
Enemiga mortal que ya amenaza
Su libertad destruir y su pendón.*

Os versos defendiam a integração dos países latino-americanos frente ao avanço dos Estados Unidos e suas pretensões expansionistas na região. Assim sendo, a denominação “América Latina” não surgiu como uma imposição externa aos latino-americanos; antes o termo foi “cunhado e adotado conscientemente por eles mesmos e a partir de suas reivindicações” (PRADO; PELLEGRINO, 2014, p. 9).

A proposta de união dos povos latino-americanos perpassou o século XIX, sendo empunhada por alguns dos chamados *libertadores da América* no processo de independência da América Espanhola, e foi ressignificada nos anos 1960 e 1970 do século XX pelas esquerdas revolucionárias, em especial pelas organizações internacionalistas. Neste novo contexto, o latino-americanismo das esquerdas estava intrinsecamente relacionado à noção de *terceiro-mundismo*.

²⁷⁰ Nessa concepção, teria sido o intelectual e viajante francês Michael Chevalier o criador do termo “América Latina”, cunhado por ele em 1836.

O termo “Terceiro Mundo” surgiu no período da Guerra Fria para designar os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que apresentavam sérios problemas econômicos e profundas desigualdades sociais. A expressão foi oficialmente adotada em 1955 por ocasião da realização da Conferência de Bandung, na Indonésia, que reuniu países africanos e asiáticos. Nessa terminologia, o “Primeiro Mundo” seria formado pelos países desenvolvidos capitalistas e o “Segundo Mundo” pelos países socialistas industrializados. Desde o fim da União Soviética, estes termos vêm gradativamente caindo em desuso.

A Conferência de Bandung, nos anos seguintes, culminou na criação do *Movimento dos Países Não Alinhados*, que consolidou o então chamado Terceiro Mundo no sistema internacional. Em um contexto marcado pela bipolaridade e pelos movimentos de independência das colônias europeias na África e na Ásia, as teses terceiro-mundistas reivindicavam a independência em relação aos Estados Unidos e à União Soviética e valorizavam o potencial revolucionário dos países do Terceiro Mundo, na medida em que as contradições do capitalismo seriam mais agudas nestas regiões. Ao mesmo tempo em que buscava construir uma identidade para os países excluídos do Primeiro e Segundo Mundo, o terceiro-mundismo também representou uma bandeira libertária e revolucionária para estes povos.

La agenda política e intelectual resultante proponía el repudio de toda potencia colonial y postuló un antiimperialismo que, sin renunciar a la idea de soberanía y liberación nacionales, convivió con la expectativa de que la revolución mundial se había puesto en marcha. Se consolidó además la convicción de que la Historia cambiaba de escenario y que habría de transcurrir, de allí en más, en el Tercer Mundo. (GILMAN, 2012, p. 46).

A América Latina desempenhou um importante papel dentro da concepção terceiro-mundista e sua luta contra o imperialismo em escala mundial. A *Segunda Declaração de Havana*, de fevereiro de 1962, reforçou os laços entre os povos do Terceiro Mundo: “Que é a história da América Latina senão a história da Ásia, da África e da Oceania? E que é a história de todos esses povos senão a história da exploração mais impiedosa e cruel do imperialismo no mundo inteiro?” (CASTRO, 2009, p. 101).

Cuba era um símbolo da luta contra o imperialismo estadunidense. Não à toa foi escolhida para ser a sede da *Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Asia, África y América Latina (Tricontinental)*, realizada em Havana em janeiro de 1966. A Conferência – que contou com a participação de representantes de mais de 80 países, incluindo 27 delegações da América Latina – enfatizou a potencialidade revolucionária do Terceiro Mundo e seu papel decisivo na luta contra a exploração imperialista. No caso específico da América Latina, Ernesto “Che” Guevara – cujo paradeiro era desconhecido (ele já estava clandestinamente atuando na Bolívia) – fortaleceu, em uma mensagem enviada à Conferência, a importância dos países latino-americanos na luta revolucionária contra o imperialismo e pelo socialismo:

A América, continente esquecido pelas últimas lutas políticas de libertação, que começa a se fazer ouvir por intermédio da Tricontinental, por meio da voz da vanguarda de seus povos, que é a Revolução Cubana, terá uma tarefa de muito maior relevância: a da criação do segundo ou terceiro Vietnã ou do segundo e terceiro Vietnã do mundo.

Definitivamente, deve-se levar em conta que o imperialismo é um sistema mundial, última etapa do capitalismo, e que é preciso batê-lo em um grande confronto mundial. A finalidade estratégica dessa luta deve ser a destruição do imperialismo. (...) O elemento fundamental dessa finalidade estratégica será, portanto, a libertação real dos povos; libertação que ocorrerá pela luta armada, na maioria dos casos, e que terá, na América, quase inexoravelmente, a propriedade de se transformar em uma Revolução Socialista. (GUEVARA, 2006b, p. 305).

A mensagem de Guevara reforçava a adoção da luta armada pelos movimentos revolucionários latino-americanos, como também o fez Fidel Castro em seu discurso proferido no encerramento da Conferência Tricontinental: “Nosotros creemos que en este continente, en todos o en casi todos los pueblos, la lucha asumirá las formas más violentas. Y cuando se sabe eso, lo único correcto es prepararse para cuando esa lucha llegue, ¡prepararse!” (CASTRO, 1966, s/p). Apesar de seus intentos, a Tricontinental não foi capaz de coordenar efetivamente os movimentos anti-imperialistas no Terceiro Mundo, atuando mais como um órgão de divulgação da luta revolucionária e denúncia contra a exploração imperialista (SADER, NOBILE,

MARTINS, 2006, p. 1174). Ainda assim, a Conferência repercutiu significativamente entre as esquerdas latino-americanas, na medida em que permitiu estruturar uma rede continental de militantes, organizações e partidos de esquerda (TRISTÁN, 2006, p. 45).

Um ano após a realização da Tricontinental e diante da consolidação das esquerdas revolucionárias na América Latina, Cuba foi palco novamente de um importante momento do internacionalismo e latino-americanismo na região: a realização da primeira conferência da *Organización Latinoamericana de Solidaridad* (OLAS). Realizada em Havana entre julho e agosto de 1967, a OLAS representou, segundo Eduardo Rey Tristán:

La culminación de la orientación revolucionaria del castrismo hacia América Latina, la vía para la constitución de una nueva internacional dominada por La Habana, que tendría como bases teórico-políticas las tesis difundidas por los teóricos del castrismo y que aunaría, bajo dirección cubana, a todos los movimientos revolucionarios del continente, que pasarían a ser los protagonistas y casi únicos representantes verdaderos de la izquierda y la revolución. (TRISTÁN, 2005, p. 1695-1696).

A Declaração Final do evento apresentava, entre outras, suas principais resoluções:

1. *Que constitui um direito e um dever dos povos da América Latina fazer a revolução (...).*
2. *Que o conteúdo essencial da revolução na América Latina está dado por seu enfrentamento ao imperialismo e às oligarquias de burgueses e latifundiários. Consequentemente, o caráter da revolução é o da luta pela independência nacional, para se emancipar das oligarquias, e o caminho socialista para seu pleno desenvolvimento.*
3. *Que a luta revolucionária constitui a linha fundamental da revolução na América Latina (...).*
4. *Que a guerrilha – como embrião dos exércitos de libertação – constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria de nossos países.* (BARÃO, 2003, p. 270-271).

A primeira conferência da OLAS afirmou, portanto, a oposição da organização ao imperialismo estadunidense na América Latina e reforçou

abertamente a opção pela luta armada como instrumento de emancipação dos povos latino-americanos. Em sua concepção, os movimentos guerrilheiros deveriam espalhar-se como “ondas” (*olas* em espanhol), estendendo a revolução por todo o continente.

E, de fato, dezenas de organizações latino-americanas lançaram-se às ações armadas urbanas e rurais nas décadas de 1960 e 1970 – uma “imersão geral na luta armada”, para usar, em uma escala maior, a expressão cunhada por Jacob Gorender para referir-se às esquerdas armadas brasileiras (GORENDER, 1999, p. 167). Chegara a hora das organizações revolucionárias assumirem, por um breve período, o centro do palco. Além do papel de *resistência*²⁷¹ às ditaduras civil-militares que também marcaram o cenário político na América do Sul na segunda metade do século XX, esses grupos guerrilheiros sobressaíram-se também e, sobretudo, pela *perspectiva ofensiva* e pela elaboração de *projetos revolucionários* que visavam à construção de uma nova sociedade. No entanto, na segunda metade da década de 1970, quase todas as organizações da esquerda armada sul-americana já estavam dizimadas e seus militantes, em sua maioria, estavam mortos, “desaparecidos”, presos ou exilados.

Em relação aos projetos revolucionários que defendiam, as organizações revolucionárias que compunham a *Junta de Coordinación Revolucionaria* compartilhavam o que chamamos de uma *cultura política guerrilheira latino-americana*, baseada em um conjunto de postulados teóricos e práticos em comum, que fortalecia uma identidade guerrilheira entre seus militantes: o internacionalismo; o latino-americanismo; o anti-imperialismo; o resgate da figura dos *libertadores da América* e a atualização de sua luta (defendendo uma segunda independência na América Latina); a adoção da luta armada, encarada como o único caminho que conduziria à derrocada do imperialismo e do capitalismo; e a defesa do caráter imediatamente socialista e continental da revolução, vinculado aos movimentos de libertação do então chamado Terceiro Mundo, inserida em uma luta global dos povos contra a opressão imperialista (SILVA, 2018).

Essas organizações, fortemente influenciadas pela Revolução Cubana,

²⁷¹ Apesar de seu papel no combate às ditaduras, algumas organizações das esquerdas armadas sul-americanas – inseridas em conjunturas nacionais radicalizadas e influenciadas pelas experiências internacionais da Revolução Cubana, da Revolução Chinesa, da Guerra do Vietnã e das guerras anticoloniais travadas na África – surgiram *antes* mesmo do estabelecimento das ditaduras civil-militares na América do Sul, ainda em períodos democráticos, levantando a bandeira do socialismo e do combate ao capitalismo, às desigualdades sociais e ao imperialismo estadunidense.

não inauguraram o internacionalismo revolucionário entre as esquerdas. No entanto, como demonstramos, ressignificaram a perspectiva de internacionalismo, conferindo-lhe uma nova especificidade: o latino-americanismo, que estava intrinsecamente relacionado à noção de terceiro-mundismo. Nesse sentido, ressaltamos que a JCR é fruto de um contexto político mais amplo onde se valorizava o potencial revolucionário dos países do Terceiro Mundo, na medida em que as contradições do capitalismo seriam mais agudas nestas regiões.

Além disso, podemos constatar que as organizações revolucionárias atuantes no Cone Sul das Américas ao longo das décadas de 1960 e 1970 – incluindo a JCR – não chegaram a representar, na prática, uma alternativa de mudança com possibilidades reais de concretização. Nesse sentido, concordamos com o historiador Eduardo Rey Tristán que afirmou que as esquerdas revolucionárias constituíram, ao longo de sua existência, “una minoría; amplia, calificada y de mucha presencia exterior por sus movilizaciones o acciones, pero minoría” (TRISTÁN, 2006, p. 416). Além disso, apesar de seu desenvolvimento e potencial, e de ter canalizado de forma original no contexto latino-americano grande parte do descontentamento mais radical frente às crises e influências que a Revolução Cubana gerou, essas esquerdas não estavam preparadas direta e seriamente para disputar o poder (TRISTÁN, 2006, p. 417).

Portanto, essas esquerdas radicais nunca chegaram a ameaçar, de fato, o poder constituído. Mas é inegável que o influenciaram e provocaram, em alguns momentos, mudanças significativas em suas linhas de ação. Além disso, se podemos afirmar que estes grupos atingiram um contingente expressivo em suas fileiras e ainda conquistaram a simpatia e o apoio de algumas camadas da população, também é correto que, em sua maioria, as sociedades sul-americanas preferiram continuar apoiando organizações que defendiam a institucionalidade democrática.

Assim sendo, a atuação da esquerda armada internacionalista na América do Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970 correspondeu ao crescente isolamento dos guerrilheiros nos contextos sociais em que estavam inseridos. Ao almejam um internacionalismo revolucionário, de cunho latino-americanista e inspirado na Revolução Cubana, as organizações revolucionárias sul-americanas não conseguiram estabelecer laços sólidos com as sociedades que sonhavam transformar.

REFERÊNCIAS

BARÃO, Carlos Alberto. "A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60". In: MORAES, João Quartim de & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil – Volume I: O impacto das revoluções*. Campinas: UNICAMP, 2003.

BARSOTTI, Paulo; FERRARI, Terezinha. "A propósito de Cuba e da Revolução". In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). *América Latina: História, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOTTOMORE, Tom (org). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

CASTRO, Fidel. Segunda Declaração de Havana, 4 de fevereiro de 1962. In: ALI, Tariq (org.). *Fidel Castro: As Declarações de Havana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CASTRO, Fidel. Discurso proferido na cerimônia de encerramento da Conferência Tricontinental de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina. Teatro Chaplin, Havana, 15 de janeiro de 1966. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/f150166e.html>>. Acessado em: 16/02/2016.

CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP). "En el camino del Che. Editorial". *Estrella Roja*, nº 31, 4 de março de 1974. El Topo Blindado – Centro de Documentación de las Organizaciones Politico-Militares Argentinas.

GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1999.

GOTT, Richard. *Cuba: Uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUEVARA, Ernesto “Che”. “Guerra de guerrilhas: um método”, 1963. In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006a.

GUEVARA, Ernesto “Che”. “Mensagem à Tricontinental”, 1967. In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006b.

JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Saludo de la JCR al XVI aniversario del triunfo de la Revolución Cubana”. *El Combatiente*, Año VIII, nº 151, 08 de janeiro de 1975a. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Lucha revolucionaria de los pueblos latinoamericanos”, 1975b. *Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2*.

LOGUERCIO, Edgardo Alfredo. *Pan-americanismo versus latino-americanismo: Orígenes de um debate na virada dos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LÖWY, Michael. *Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.

MARCHESI, Aldo. “Geografías de la protesta armada: nueva izquierda y latinoamericanismo en el cono sur. El ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria”. *Revista Sociohistórica*, nº 25, 2009.

PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo (orgs.). *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. "Nuestra América segundo José Martí: Soberania e modernidade alternativa em Cuba no final do século XIX". *Revista Contemporânea*, Ano 2, nº 2, 2012.

SILVA, Izabel Pimentel da. "*Por Ti, América*": *Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na Trajetória das Esquerdas Sul-Americanas*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

SIRINELLI, Jean-François. "A geração". In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

TRISTÁN, Eduardo Rey. *A la vuelta de la esquina: La izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2006.

TRISTÁN, Eduardo Rey. "La Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS) y la polémica sobre las formas de la revolución latinoamericana. El caso uruguayo". In: GUTIERREZ ESCUDERO, Antonio & CUETOS, María Luisa Laviana. (orgs.) *Estudios sobre América, siglos XVI-XX*. Sevilla, AEA, 2005.

Elisa de Campos Borges & Joana Salém Vasconcelos

“Quero dizer aos companheiros que gritam revolução, que Fidel Castro não estaria no Chile, se aqui não houvesse triunfado um governo revolucionário (aplausos)”
Salvador Allende, 18 de novembro de 1971

“Que venham todas as novas variantes! Pois se por muitos caminhos se chegam a Roma, oxalá haja muitos caminhos para se chegar à Roma revolucionária! (aplausos)”
Fidel Castro, 23 de novembro de 1971

• INTRODUÇÃO

O ano de 1971 foi emblemático para a relação política entre Chile e Cuba. A visita de 24 dias que Fidel Castro realizou no Chile criou expectativas nos setores da esquerda e de direita, já que significava o encontro de duas propostas de revolução socialista trilhadas por caminhos distintos: uma pela via armada e outra pela conquista gradual do poder executivo e legislativo. O objetivo deste artigo é refletir sobre a importância da Revolução Cubana na configuração do projeto e do processo chileno, sabendo que entre as duas concepções existiam divergências intransponíveis, mas ao mesmo tempo travaram um diálogo revolucionário único. Em um contexto de radicalização dos movimentos insurgentes ao redor do mundo, as revoluções cubana e chilena compartilharam desafios e preocupações comuns à transição socialista em território latino-americano. Sugerimos neste artigo que os registros e vestígios desse diálogo excepcional têm, ainda hoje, potencial explicativo sobre os impasses da América Latina. Para tanto, analisaremos os discursos e materiais produzidos durante a visita de Fidel ao Chile, buscando mapear, por um lado, as ideias que o líder cubano pretendia transmitir à população chilena e, por outro, a sua recepção e diálogo social e político em um contexto de crescente polarização.

O primeiro gesto de política externa de Salvador Allende, empossado em 4 de novembro de 1970, foi o reestabelecimento das relações diplomáticas com Cuba, interrompidas desde 1964 pelo governo do democrata-cristão Eduardo Frei Montalva. Nessa circunstância, Allende convidou oficialmente Fidel Castro para uma visita ao Chile²⁷². Um ano depois, em

10 de novembro de 1971 o líder cubano desembarcou em Santiago onde percorreu o país de ponta a ponta, conhecendo de perto a recém-iniciada “via chilena ao socialismo”. Fidel começou sua viagem pelo norte salitreiro, onde conversou com trabalhadores do cobre e do salitre em Tarapacá, Antofagasta e Arica. Seis dias depois voou para a cidade de Concepción, 500 quilômetros ao sul da capital, onde encontrou-se com os mineiros de Lota e com os estudantes e camponeses da região de Biobio. Em seguida, desceu ainda mais para a fria Puerto Montt, onde se resfriou e perdeu a voz. Por causa da inesperada afonia, no dia 18 de novembro Fidel entregou ao presidente Allende a tarefa de discursar “em nome do Chile e de Cuba”²⁷³. Em seguida, Fidel e Allende partiram para uma viagem no navio “Riveros” da Armada Chilena, que durante 48 horas navegou em águas tormentosas até Punta Arenas, o extremo antártico chileno²⁷⁴. Lá Fidel conversou com os trabalhadores e estudantes *magallánicos* por dois dias e regressou para capital. Em 23 de novembro, reuniu-se com a direção da CUT em Santiago. Nos 10 dias que se seguiram, Fidel participou de inúmeras atividades públicas na região metropolitana de Santiago e no Vale Central, nas províncias de O’Higgins e Valparaíso²⁷⁵. Como despedida, no dia 2 de dezembro, junto com Allende promoveu um ato público no Estádio Nacional.

Foi uma visita cheia de simbolismos e intempéries, que suscitou discussões acaloradas entre as esquerdas sobre as diferenças dos projetos, mas também entre a direita e o centro político, que viam na aproximação dos dois países uma possibilidade de maior radicalização da via chilena. A presença de Fidel Castro foi, inclusive, discutida em sessões no parlamento chileno. Na ocasião, o Partido Nacional (PN), representante da direita e das oligarquias, indig-

²⁷² Em 1972 foi a vez de Salvador Allende retribuir a visita de Fidel Castro. Na ocasião, 13 de dezembro de 1972 discursou na *Plaza de la Revolución*, em Havana. O discurso de Allende está disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/allende/1972/diciembre13.htm>.

²⁷³ “Levando em conta a greve das minhas cordas vocais”, brincou Fidel, “permitam vocês que nós peçamos ao nosso querido presidente que hoje fale em nome do Chile e de Cuba” (Castro, 1971, p. 77).

²⁷⁴ Houve apreensão durante esses dois dias, pois os chefes de Estado navegaram juntos em uma zona de alta periculosidade. *El Mercurio*, *Allende y Castro en zona de canales*. 20/11/1971.

²⁷⁵ Entre as atividades de Fidel nestes dias estão uma visita à CEPAL com a presença do economista Raul Prebisch, uma passagem pela Universidade Técnica do Estado, um encontro com sacerdotes revolucionários do agrupamento Cristãos pelo Socialismo, viagens às comunas de San Miguel, Rancagua, Santa Cruz e Valparaíso, discursos em Estádios, reuniões com as Forças Armadas, com ministros de estados, além de conferências de imprensa. O itinerário dos 24 dias de Fidel Castro no Chile pode ser visualizado no mapa que acompanha este artigo, anexo I.

nou-se na voz do deputado Víctor Carmine, alegando que o líder cubano falava todos os dias nos jornais e rádios e estaria dando conselhos sobre como fazer a revolução e como unificar a esquerda no país, uma clara ingerência na política interna²⁷⁶. O PN chegou a apresentar um “proyecto de acuerdo” para que se declarasse oficialmente encerrada a visita oficial, o que de fato não ocorreu.

A esquerda latino-americana estava dividida após o XX Congresso da União Soviética (1956), que além de denunciar os crimes de Stalin, aprovou a linha política da coexistência pacífica, sugerindo uma transição ao socialismo que prescindia da insurreição armada. Esse congresso despertou contrariedade da China e dividiu as esquerdas em várias as partes do mundo. Na América Latina, a vitória da Revolução Cubana de 1959 e a declaração oficial do seu caráter socialista em 17 de abril de 1961, acirrou ainda mais o clima de controvérsias. No Chile dos anos 1960, os dois principais partidos de esquerda, Partido Comunista (PC) e Partido Socialista (PS), aprovaram em seus programas políticos distintas resoluções sobre os caminhos para a construção do socialismo. Embora não costumassem admitir o peso das influências externas nas suas dinâmicas internas, tanto comunistas, quanto socialistas foram impactados pela Revolução Cubana.

Esse impacto foi evidente, por exemplo, na radicalização do PS após os Congressos de Linares (1965) e Chillán (1967). Se antes o partido havia operado com uma tendência mais “parlamentarista” ou “legalista”, como definiu seu dirigente Carlos Altamirano, a linha insurrecional se expandiu e se instalou nas resoluções desse período. O XXI Congresso do PS em Linares definiu que seria “um falso dilema apresentar se devemos ir pela ‘via eleitoral’ ou pela ‘via insurrecional’”, pois “a insurreição terá que se produzir quando a direção do movimento popular compreender que o processo social que ela mesmo impulsionou chegou à maturidade” (apud ALTAMIRANO & SALAZAR, 2011, p. 210). Dois anos depois, no Congresso de Chillán, os socialistas deram um passo além ao definir que “a violência revolucionária é

²⁷⁶ Víctor Carmine foi um dos mais radicais agitadores do golpe de 1973. Proprietário de terras em Cautín e líder do Consórcio dos Agricultores do Sul (CAS), em fevereiro de 1971, ameaçou funcionários da Corporação de Reforma Agrária com armas em punho, atirou nos pneus dos carros oficiais e os impediu de executar uma expropriação de terras dentro da lei. Carmine atuou junto às milícias fascistas do grupo Patria y Libertad em ações de “retomas” de terras mapuche na região da Araucania (ver Steenland, 1977, p. 112; Mallon, 2004, p. 101). Sobre o discurso de Víctor Carmine contra a visita de Fidel Castro, ver: Cámara de Diputados. Legislatura extraordinária. Sesión 21, en martes 30 de noviembre de 1971, pg.1667. Disponível para consulta na Biblioteca Nacional do Congresso, Chile. Ver também: El Mercurio, “Castro se intrometió em assuntos internos”, dicen diputados nacionales, 04/12/1971.

inevitável e legítima” e “constitui a única via que conduz à tomada do poder” (apud ALTAMIRANO & SALAZAR, 2011, p. 211). Ao contrário dos comunistas, os socialistas eram divididos por frações internas, o que proporcionava uma convivência contraditória entre setores minoritários de trotskistas e elenos (defensores dos Exércitos de Libertação Nacional - ELN) com lideranças de bases mais amplas e hegemônicas, como Raúl Ampuero e Salvador Allende, que se esquivavam de modelos importados e propunham concepções autenticamente chilenas para a revolução.

Já o Partido Comunista, ao menos desde 1958, definiu a possibilidade de uma revolução sem armas. Após o XX Congresso da União Soviética e ainda antes da Revolução Cubana, os comunistas chilenos sustentaram a possibilidade da conquista do governo pelo movimento popular. Apesar de manter boas relações com os dirigentes revolucionários cubanos, o PC chileno se mantinha alinhado aos soviéticos, adequando a sua linha política à interpretação da realidade nacional²⁷⁷. Ao mesmo tempo, embora reconhecidos como legalistas, na sua história os comunistas chilenos desenvolveram inúmeras atividades clandestinas, greves ilegais e ocupações, especialmente atreladas à luta camponesa²⁷⁸. Isso sem falar da experiência de clandestinidade forçada que atingiu a militância comunista entre 1948 e 1958, enquanto vigorou a chamada “Lei Maldita”, que bania o partido da legalidade.

Enfim, mesmo com diferenças estratégicas entre comunistas e socialistas, uma questão os unificava: eram partidos construídos organicamente a partir da luta social e das disputas eleitorais. Acreditavam na revolução socialista, se referenciavam no marxismo e admiravam as posições cubanas no continente. Não há dúvida, conforme aponta Michael Löwy (2006), que a Revolução Cubana modificou a problemática marxista na América Latina. Cuba evidenciava a viabilidade da luta armada e demonstrava a “possibilidade objetiva de uma revolução combinando tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário ininterrupto” (LÖWY, 2006, p. 45). A figura simbólica de Che e a eloquência dos discursos de Fidel agitavam um

²⁷⁷ Sobre a estratégia do Partido Comunista ver Luis Corvalán, 2003; Rolando Álvarez, 2011; Carmelo Furci, 2008; Elisa de Campos Borges, 2005.

²⁷⁸ Ao contrário dos trabalhadores urbanos, os camponeses chilenos permaneceram excluídos do Código Laboral de 1925 até 1967, proibidos de organizar sindicatos e greves. O legalismo do PC não os impediu de canalizar a militância para luta do campesinato. Sobre a história das lutas do campesinato chileno no século XX e da Federação Camponesa e Indígena impulsionada por comunistas e socialistas, ver Almino Affonso et al., 1970 e Brian Loveman, 1976.

sentimento de urgência da prática revolucionária²⁷⁹. Sob essa influência, em 1965 surgiu no Chile o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR)²⁸⁰.

A construção do programa da Unidade Popular, em 1969, se inspirou no caráter anti-imperialista, antimonopolista e anti-oligárquico do processo cubano. A UP criticava as receitas “reformistas” impulsionadas pelo governo anterior, de Eduardo Frei Montalva, financiada pelos Estados Unidos por meio da Aliança para o Progresso (PROGRAMA DE GOBIERNO, 1969, p. 14). No programa, a UP apontava que o Chile deveria passar por transformações profundas que abrissem caminho para construção do socialismo. O governo teria que contar com o apoio dos trabalhadores e das organizações políticas dos movimentos populares.

Em tese, o socialismo chileno seria edificado a partir da conquista, expansão e aprofundamento da democracia política. Seria por meio dela que ocorreria a passagem do capitalismo para o socialismo, ao mesmo tempo em que a democracia só encontraria o seu pleno significado social e filosófico se rompesse com o capitalismo. Essa democracia no futuro seria pluralista e hegemônica pelos trabalhadores, já que a UP rechaçava o unipartidarismo.

A visita de Fidel em novembro de 1971 foi muito esperada. Nessa ocasião, os diálogos revolucionários entre Cuba e Chile ganharam corpo.

• MENSAGENS DE CUBA PARA A REVOLUÇÃO CHILENA

Durante os 24 dias que permaneceu no país, Fidel realizou um volume tão atribulado de atividades, que muitas vezes iniciava seus discursos comentando sobre a falta de tempo e a velocidade do programa de encontros no qual estava engajado. Em Iquique, em 16 de novembro, brincou: “hoje nós tratamos de vencer o programa; acho que até agora, realmente, o programa nos estava vencendo” (CASTRO, 1971, p. 107). Dois dias depois, já a 2.800 quilômetros ao sul, iniciou exclamando: “esse é o quarto ato de mas-

²⁷⁹ O surgimento de organizações internacionais das esquerdas terceiro-mundistas, como a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) e a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL) impulsionavam movimentos revolucionários latino-americanos com divergências em relação às posições soviéticas. Sobre a história da OLAS e da OSPAAAL, ver a entrevista Cervantes & Vasconcelos, 2015.

²⁸⁰ O MIR surgiu de uma dissidência à esquerda do Partido Socialista inspirada no guevarismo, anunciada em 1965 pelo líder Miguel Enriquez. O número dois da organização era um sobrinho de Salvador Allende, Andrés-Pascal Allende.

sas do dia de hoje e o sexto ato de massas em menos de 30 horas! (*aplausos*). (...) Já percorremos as secas pampas do salitre, o Norte Grande, a terra do cobre, o litoral do norte, até chegarmos hoje em Puerto Montt” (CASTRO, 1971, p. 73). No meio do caminho, havia conversado com dezenas de milhares de chilenos da região de Biobio, um polo efervescente da esquerda estudantil e da luta camponesa, onde comentou: “faz 7 dias que saímos de Cuba (...), mas para mim já parecem 2 ou 3 meses” (CASTRO, 1971, p. 87).

Em Santiago, em 25 de novembro, Fidel começou sua prédica na sede da comuna:

“Houve uma vez o milagre dos peixes e dos pães, esse milagre que nós, revolucionários, dizemos que queremos repetir. Mas dessa vez ocorreu também o milagre do tempo!”. E completou: “ontem a essa hora estávamos em Rancagua inaugurando a sede de um sindicato, e depois havia a concentração, depois havia que ir a Coya, e depois que percorrer a província de Colchagua, visitar um Centro de Reforma Agrária (...), e depois ainda caminhar nas ruas da capital da província, e depois um ato em Santa Cruz com os camponeses (...). E chegamos aqui vivos! (aplausos)” (CASTRO, 1971, p. 213-214).

Era evidente que Fidel Castro estava excitado com a Revolução Chilena. Preocupou-se em conversar com os trabalhadores dos mais diferentes territórios e experiências, com os estudantes de todas as ideologias (incluídas as juventudes do Partido Nacional e da Democracia Cristã), além dos camponeses das mais diversas regiões, que advogavam por diferentes propostas de reforma agrária. A revolução chilena era múltipla e polifônica, marcada por uma heterogeneidade social e um pluralismo político radicalmente distintos da experiência cubana. Fidel Castro, com sua personalidade intensa e com um método dialógico, aberto à escuta e ao aprendizado, parecia disposto a absorver a complexidade da revolução chilena em cada centímetro percorrido, para lapidar cuidadosamente seu discurso em distintos contextos. Era notável, nesse sentido, que a mensagem de Fidel aos chilenos se construía de maneira dialógica, a partir de interlocuções e aprendizados que o próprio líder cubano entretencia com seus anfitriões.

Houve momentos, como nas Universidades de Concepción e de Punta Arenas e na reunião com a CUT, que o “hóspede ilustre”²⁸¹ escutou

²⁸¹ La Prensa Austral, *Fidel Castro, huésped ilustre de la ciudad*. 19/11/1971.

atentamente às perguntas dos estudantes e trabalhadores e as respondeu de maneira direta. Em outras, a relação se invertia e Fidel se transformava no entrevistador. Foi o que aconteceu, por exemplo, com os trabalhadores do salitre em Antofagasta. Diante de uma massa de mineiros, o primeiro ministro de Cuba interrogou o administrador de uma mina recém-nacionalizada sobre detalhes técnicos da produção, metas, planos de expansão e mercados potenciais para o salitre da comuna de Pedro de Valdivia. A situação beirava o constrangimento público: o líder cubano parecia desafiar o funcionário a responder, diante da massa de trabalhadores, detalhes sobre a composição química do solo, o valor de investimento necessário para expansão da planta, o papel do salitre no desenvolvimento econômico nacional. Ao mesmo tempo, a aparente impertinência de Fidel gerava um diálogo realista e pedagógico sobre os desafios da transição socialista. Algo muito semelhante se deu junto aos estudantes da Universidade de Punta Arenas, que foram interrogados pelo líder cubano sobre o papel de professores e alunos no desenvolvimento e na elevação da produtividade.

Nestas e em outras circunstâncias, Fidel transmitia, através do diálogo, uma das mensagens mais fundamentais da sua visita: que aos processos revolucionários latino-americanos era imprescindível o aumento da disciplina laboral, a organização consciente da produção e, sobretudo, o sentimento dos trabalhadores de que o desenvolvimento econômico nacional dependia da dedicação máxima de cada um e dos sacrifícios coletivos de todos. Para isso, durante a visita, Fidel Castro se mostrou empenhado em fortalecer o sentido moral da revolução chilena, incentivar uma atitude de disciplina dos trabalhadores, que seria imprescindível para demonstração da superioridade de um “socialismo latino-americano” frente ao capitalismo. Para Fidel, era muito importante que todos os trabalhadores desenvolvessem a consciência de que, conforme a revolução chilena tomava posse dos meios de produção, expandindo a área de propriedade social (APS), o território dos assentamentos, dos centros de reforma agrária e a nacionalização do cobre e do salitre, cada vez mais o aumento da produção desaguaria diretamente seus benefícios para maioria.

“Saibam que cada esforço que se faça”, sublinhou aos mineiros de Antofagasta, “não vai mais enriquecer a ninguém em particular, mas sim vai incrementar os rendimentos do país, vai aumentar as riquezas para todo o país, e vai ampliar as possibilidades futuras de todos vocês e dos seus filhos” (CAS-

TRO, 1971, p. 179). E arrematou: “a arma mais poderosa dos trabalhadores é a consciência” (CASTRO, 1971, p. 187). O mesmo argumento foi transmitido por Fidel aos trabalhadores de Chuquicamata, uma das maiores minas de cobre do mundo. “Vocês são os produtores fundamentais das divisas da nação chilena”, enalteceu, “vocês jogam um papel decisivo na economia do Chile, jogam um papel decisivo no bem-estar do Chile, jogam um papel decisivo no futuro do Chile. O que vocês fazem, o que vocês produzem é fundamental para o povo e para a nação chilena” (CASTRO, 1971, p. 204). E completava:

É preciso cuidar extraordinariamente de tudo o que exista de bom na organização. É preciso manter as máquinas, é preciso manter a disciplina, porque se antes havia disciplina para enriquecer ao exterior e não à pátria chilena, (...) com muito mais razão os trabalhadores conscientes de seu dever precisam manter e melhorar a organização, manter e melhorar a disciplina do trabalho (aplausos) (CASTRO, 1971, p. 206, grifos nosso).

Nessa mensagem estava em jogo uma das mais complicadas armadilhas das transições socialistas, sobre a qual Fidel Castro e a Revolução Cubana desenvolveram uma forte discussão: como seria possível que um processo de transformações revolucionárias promettesse a emancipação dos trabalhadores dos sistemas de superexploração em que se encontravam aprisionados e, simultaneamente, o aumento da produtividade do trabalho, considerando a ausência de recursos tecnológicos e a dependência quase exclusiva da disciplina laboral para realização das metas do desenvolvimento? Ou em outras palavras, como conciliar emancipação social e aumento da produtividade em um mesmo processo histórico, sem com isso reproduzir terríveis métodos de exploração e disciplinamento que se pretendia superar? A resposta que a Revolução Cubana havia encontrado para esse dilema, pela prática de experiências frustradas e bem-sucedidas, era o enaltecimento da “consciência revolucionária” e da moral coletivista, entendidas como alavancas centrais dos processos econômicos²⁸².

“Nos contaram”, exaltou Fidel aos mineiros do carvão em Playa Blan-

²⁸² Sobre o papel da consciência, dos estímulos morais e do trabalho voluntário no desenvolvimento econômico da revolução cubana, ver Bertram Silverman (1978), Luiz Bernardo Pericás (2004) e Joana Salém Vasconcelos (2016b).

ca (Biobio), “que os trabalhadores decidiram ressarcir o déficit de produção do dia de hoje, trabalhando em um dia de feriado (...). Os trabalhadores são a coluna fundamental da vida de um país” (CASTRO, 1971, p. 243). Segundo a lógica de Fidel, essa *economia moral revolucionária* era uma das principais condições de êxito para as revoluções latino-americanas. Seria preciso ativá-la dentro de um processo político de captura dos meios de produção pelo Estado, que despertasse um sentimento patriótico, o engajamento pleno da população nas mudanças e um impulso quase heroico das classes trabalhadoras. “A consciência de um povo e dos trabalhadores terá alcançado seu grau mais alto”, definiu o primeiro ministro cubano em Chuquicamata, “quando sejam capazes de trabalhar, como homens livres, muito melhor do que trabalhavam quando eram homens explorados e escravizados (*aplausos*)” (CASTRO, 1971, p. 208).

Essa agitação discursiva da moral revolucionária encontrava um terreno fértil de experiências entre os trabalhadores chilenos, que já vivenciavam novos arranjos de poder cotidiano durante o governo da UP, além de melhorias imediatas das condições materiais de vida. Não era apenas um discurso que os convencia, mas sim as próprias mudanças já vividas no curso da Revolução Chilena. Para muitos chilenos, trabalhar em dia de feriado, realizar turnos de trabalho maiores ou organizar guardas de vigília contra uma possível sabotagem de grupos de direita já faziam parte da sua contribuição para o processo. Assim, as palavras de Fidel potencializavam um espírito revolucionário somente porque se ressoavam uma experiência efetivamente vivida pela população que o escutava²⁸³.

Evidentemente, se tal “consciência revolucionária” (disciplina laboral, sacrifício coletivo, sentido de responsabilidade individual) era um fator imprescindível para as revoluções, não era suficiente. Por isso, uma segunda mensagem de Fidel Castro para a revolução chilena enfatizava a amizade entre os povos e a integração latino-americana, como chaves igualmente importantes. A construção discursiva dessa amizade foi exposta como uma verdadeira aula de história. Em Rancagua, para um estádio lotado de trabalhadores, estudantes e camponeses, Fidel Castro narrou a luta dos cubanos por sua independência: “pelo sul da província de Oriente chegava [José] Martí em um bote, acompanhado de Máximo Gómez e outros combatentes;

²⁸³ Sobre a relação entre trabalhadores, trabalho, processos de participação e governo da Unidade Popular, ver Elisa de Campos Borges (2005).

pelo norte da província desembarcava [Antonio] Maceo, mas ao final de alguns meses já havia milhares de homens unidos a eles" (CASTRO, 1971, p. 54).

Fidel narrou os detalhes sobre a morte heroica de Martí em 19 de maio de 1895 e a humilhação representada pela Emenda Platt, explicou o que foi a revolta operária-estudantil que derrubou Gerardo Machado em 1933, analisou as consequências do imperialismo no sequestro dos recursos produtivos da ilha e do seu sentido de nacionalidade, discursou sobre a funcionalidade do analfabetismo popular para as classes dominantes, e esmiuçou toda sorte de vinganças que os Estados Unidos desencadearam após a revolução de 1959. "Em nosso país, praticamente não havia uma noite, durante muitos anos, em que não se produzia uma infiltração de mercenários por nossas costas", enunciou. "Essa luta foi dura e essa batalha contra os mercenários do imperialismo, contra a CIA, nosso povo ganhou" (CASTRO, 1971, p. 65).

Sua narrativa histórica era sedutora, uma mistura bem dosada de paixão e análise. A euforia dos ouvintes atingia o ápice quando as lutas populares cubanas se encontravam com as batalhas chilenas. As similaridades das lutas dos séculos XIX e XX entre os dois países, vertidas por Fidel diretamente aos chilenos, pareciam forjar uma identificação instantânea, capaz de produzir um sentido de entrelaçamento das revoluções cubana e chilena rumo ao socialismo vinda de uma poderosa ancestralidade: "Então surgiu a frase da nossa revolução, 'Patria o Muerte, Venceremos!' (*aplausos*), que em essência é o mesmo conteúdo dessa linda frase: 'O viver con honor, o morir con gloria!' (*aplausos*)", exclamava, harmonizando o *slogan* da Revolução Cubana com a frase atribuída a Bernardo O'Higgins, líder da independência chilena (CASTRO, 1971, p. 66). Era um recurso retórico que servia para legitimar a aproximação entre os dois países: era preciso criar o máximo possível de conexões culturais alicerçadas nos dois projetos revolucionários.

Ao mesmo tempo, também era importante pensar pragmaticamente. A aproximação comercial entre Cuba e Chile era uma necessidade, sobretudo para a ilha, que estava submetida ao bloqueio econômico dos Estados Unidos, estendido a tantos países capitalistas latino-americanos. Se a Revolução Cubana parecia condenada a trocar com nações distantes e amargar a dependência de combustível alheio, o Chile também já sofria com algumas sanções norte-americanas, por exemplo em relação ao preço do cobre e à compra de peças de reposição para indústrias. Em seus diálogos com as multidões, Fidel mostrava que, para Cuba, não bastava convencer os líderes

da revolução chilena a respeito da solidariedade internacional e da planificação bilateral: era preciso garantir que uma massa de trabalhadores estivesse ciente desse problema e o encarasse como parte da sua própria luta diária.

“Fizeram o máximo, durante 150 anos, não apenas para despojar-nos de parte dos nossos territórios, mas também para nos mantermos divididos, para nos mantermos frágeis, fomentar hostilidades e ódios entre os povos latino-americanos”, concluía Fidel em Rancagua. “As revoluções (...) superam essas ideias e proclamam a fraternidade dos povos, a irmandade dos humildes, dos explorados e dos oprimidos” (CASTRO, 1971, p. 68). Fidel se emocionou ao lembrar, em Playa Blanca, que os mineiros de carvão em Lota que agora lhe escutavam haviam protagonizado uma greve de 48 horas, em abril de 1961, em solidariedade aos cubanos que estavam sendo invadidos por tropas mercenárias na Baía dos Porcos. Em Iquique, oito dias antes, onde Fidel foi interrompido 21 vezes por aplausos e arrancou risos do público pelo menos treze vezes, discorreu enfaticamente sobre a frota cubana de barcos que iria expandir a indústria pesqueira chilena: “como país pequeno e subdesenvolvido, (...) o pouco que estiver ao nosso alcance, tenham certeza, os chilenos podem contar como coisa sua (*aplausos*)” (CASTRO, 1971, p. 122). Aos salitreiros, indignou-se contando que o Chile gastava dezenas de milhões de dólares comprando açúcar e máquinas para criar sua indústria açucareira, enquanto Cuba comprava fertilizantes e gastava milhões de dólares erguendo novas indústrias químicas, apenas porque suas relações estavam bloqueadas pelo imperialismo²⁸⁴. O argumento da solidariedade e amizade entre os povos cubano e chileno permeou toda sua visita, como pedra angular da revolução socialista latino-americana.

Por último, mas não menos importante, um terceiro eixo fundamental da mensagem que o líder cubano pretendeu transmitir aos chilenos dizia respeito aos caminhos das revoluções e a polêmica entre a via não armada e via insurrecional. Durante a visita, Salvador Allende procurou reafirmar que a via chilena era revolucionária, mas percorria um caminho distinto ao de Cuba, o que não a descredenciava diante da radicalidade do seu projeto. E definiu a revolução chilena como um processo coletivo que transformava a economia e incorporava o povo na grande responsabilidade de uma ta-

²⁸⁴ Nesse ponto, Fidel cometeu anacronismo: o plano de desenvolvimento da indústria *remolachera* (de açúcar de beterraba) no Chile datava dos tempos de Carlos Ibañez, isto é, desde os anos 1950, antes da revolução cubana e do bloqueio (ver Chonchol & Robles-Ortiz, 2016, p. 79).

refa comum. Por isso, Allende frisou: “nunca mentimos: dissemos que a herança de Cuba não é realidade no Chile; nós temos que fazer nosso próprio caminho... A revolução no Chile não se faz gritando *revolução*. Revolução se faz conscientemente com o povo organizado, que sabe os riscos que corre e tem que aceitá-los” (apud CASTRO, 1971, p. 81-82). Conhecendo muito bem as polêmicas vividas pela esquerda chilena, Fidel se viu em uma situação delicada e precisava caminhar *entre la espada y la pared*. Pontuou em diversas ocasiões que os processos políticos dos dois países eram distintos, apesar de partirem de um mesmo objetivo:

A forma em que se produz o acesso ao poder dos revolucionários foi completamente diferente. Se vamos falar de coisas comuns, devemos dizer que, em primeiro lugar, temos o mesmo objetivo social, econômico e humano. (...) Temos a mesma concepção filosófica, a mesma concepção ideológica, digamos: a mesma doutrina política. As forças fundamentais desse processo chileno são inquestionavelmente forças trabalhadoras, o papel dos trabalhadores é fundamental e decisivo. A forma que se desenvolve a luta, os chamados caminhos, são o que realmente nos diferenciam (CASTRO, 1971, p. 18).

Fidel Castro tentou se esquivar de polêmicas quanto à via chilena. Foi aos poucos tecendo sua visão sobre o processo, ora de forma mais direta, ora de maneira subliminar. Sem perder a irreverência, Fidel sempre lembrava que sua passagem pelo país estava sendo observada por muitos, inclusive pela imprensa internacional, o que estabelecia balizas às suas palavras e gestos. “Naturalmente, como vocês compreenderão, a franqueza que vamos empregar aqui tem um limite”, alertou aos trabalhadores da CUT, em Santiago. “Não estamos falando apenas com vocês (...). Está a imprensa nacional e também a imprensa internacional. E os assuntos de família não devem ser tratados em um fórum universal (*aplausos*)” (CASTRO, 1972, p. 333).

Era evidente que tanto as perguntas dos chilenos para Fidel, como a pressão direitista da oposição anti-Allende, incidiam prioritariamente sobre a tensão entre os caminhos. Por um lado, da parte da esquerda radical havia interesse em fortalecer suas posições insurrecionais dentro da revolução chilena através do discurso do líder guerrilheiro, que afinal era aclamado por todos os setores da UP. Por outro, interessava à oposição de direita que

Fidel Castro se exaltasse e pregasse a violência revolucionária, para que os opositoristas pudessem justificar sua própria violência contra as esquerdas, acendendo o combustível do clima golpista. No entanto, nem um, nem outro setor puderam extrair, das palavras de Fidel, a força que buscavam para suas posições no Chile. Simultaneamente, para os setores da UP alinhados com Allende era interessante ver suas posições respaldadas pelo líder cubano, indicando que independente das distintas vias revolucionárias, havia respeito, apoio e cooperação mútuos.

O comandante cubano repetiu incontáveis vezes que respeitava o caminho chileno, que cada país possuía sua especificidade histórica e era preciso ter grande sensibilidade para identificar as rotas revolucionárias viáveis dentro de cada circunstância. Nessas ocasiões, o Fidel *professor de história* voltava a dar lições: “não acredito que existam dois processos socio-históricos exatamente iguais (...). Nosso processo revolucionário não foi igual a nenhum” (CASTRO, 1971, p. 17). E anunciava sem meias palavras: “ninguém aqui pode nos acusar de estarmos fazendo uma incursão em questões internas” (CASTRO, 1971, p. 18).

Se levarmos em conta a essência das mensagens de Fidel para a revolução chilena, era Allende quem parecia mais fortalecido pela sua presença. Na sua meta-narrativa sobre a amizade histórica entre os povos cubano e chileno, por exemplo, Fidel festejava a vitória eleitoral de Salvador Allende: “igual a vocês, nós seguíamos hora por hora os escrutínios e os prognósticos. (...) Comecei por minha conta a fazer alguns cálculos e tive certeza que tínhamos obtido o triunfo (*aplausos*). Em nosso país se recebeu com uma grande alegria aquele fato, como uma grande vitória popular” (CASTRO, 1971, p. 21). E prosseguia legitimando a estratégia *allendista*, dirigindo-se com agudeza aos interlocutores que pareciam preferir a inimizade entre a via cubana e a via chilena:

*Como poderíamos ver aquele fato? Com tristeza, mortificados, porque se produziu uma vitória eleitoral e sem armas? Seria preciso nos considerar uns cretinos completos, uns incapazes, uns estúpidos, uns ruins e uns miseráveis para supor semelhante atitude em revolucionários (*aplausos*). Ao contrário: (...) estamos em disposição de olhar com júbilo qualquer nova variante que se apresente. Que venham todas as novas variantes! Pois se por muitos caminhos se chegam a Roma, oxalá haja muitos caminhos para se chegar à Roma revolucionária! (*aplausos*) (CASTRO, 1971, p. 21).*

Allende, por sua vez, fez questão de demonstrar publicamente que estavam sintonizados. Ambos se empenharam em argumentar que era preciso que as revoluções se retroalimentassem, se apoiassem reciprocamente. Ao fim e ao cabo, aquele diálogo revolucionário poderia aprofundar a legitimação das diferenças. Mais que isso, Allende tinha inteligência política de sobra para utilizar a presença de Fidel Castro no Chile como alavanca de fortalecimento da sua própria linha política, contra a via armada e assim transformou a própria presença de Fidel em um atestado de radicalidade revolucionária do seu próprio governo:

Quero dizer aos companheiros que gritam revolução, que Fidel Castro não estaria no Chile, se aqui não houvesse triunfado um governo revolucionário (aplausos). Fidel Castro não se prestaria para a farsa de vir aqui visitar um país de oportunistas e um governo claudicante. Ele (...) sabe que o que nós fazemos é uma revolução, de acordo com a nossa realidade (aplausos) (ALLENDE apud CASTRO, 1971, p. 82).

O tom de amizade entre as revoluções e de compreensão mútua sobre a autodeterminação dos processos não era mera retórica. Tratava-se de uma estratégia diplomática, geopolítica e comercial, dentro de uma concepção revolucionária respeitosa e pragmática da integração latino-americana. Sobretudo, Fidel Castro e Salvador Allende se preocuparam em demonstrar uma visão antidogmática para transformação da América Latina, que definia *a multiplicidade dos caminhos revolucionários como componente positivo na história das revoluções, e não o contrário*. Era um fato político e pedagógico que os comandantes de diferentes vias revolucionárias expusessem, lado a lado na tribuna, uma leitura não-sectária da revolução e uma defesa explícita das “novas variantes”.

Afinal, não foi por motivações burocráticas que Allende havia reestabelecido as relações cubano-chilenas. Sua trajetória de aliança com revolucionários radicais ia muito além do que qualquer político convencional poderia praticar. A constante defesa da via eleitoral para se chegar ao socialismo no Chile não impediu, por exemplo que, ainda como senador, em março de 1968, Allende desempenhasse um papel central no resgate dos guerrilheiros da Bolívia. Após a morte de Che Guevara, ele viajou até

a fronteira norte para resgatar guerrilheiros remanescentes da derrota. Como presidente do Senado, não mediu esforços para protegê-los: depois de pressionar o governo de Eduardo Frei sem sucesso para que não os deportassem, acompanhou os guerrilheiros pessoalmente em suas escalas na ilha de Páscoa e no Tahiti, além de contatar o presidente Charles De Gaulle para pousassem em território francês com segurança, de onde seguiriam para Praga e Havana. Naquela ocasião, o *Los Angeles Times* definiu Allende como um político com “formidáveis credenciais de anjo da guarda de guerrilheiros latino-americanos”²⁸⁵. Décadas mais tarde, nas suas memórias, Carlos Altamirano declarou: “Allende simpatizava com as revoluções violentas desde fora (amigo de Ho Chin Min, Fidel...), mas era socialdemocrata por dentro” (ALTAMIRANO & SALAZAR, 2011, p. 338).

Tudo isso não minimizava as tensões, que eram inevitáveis. Ora em tom bem-humorado, ora mordaz, Fidel Castro soube entregar mensagens mais ou menos assertivas sobre suas diferenças com a “revolução legalista”. Quando perguntado por um militante da União Pesqueira Revolucionária de Concepción sobre como a Revolução Cubana destruiu o Estado burguês, por exemplo, sua resposta foi abrupta: “quando a revolução toma o poder, já não há Estado burguês (*aplausos*)” (CASTRO, 1971, p. 156-157). Em seguida, completou: “se nós tivéssemos vivido a situação de vocês, teríamos que pensar muito sobre o que fazer e como fazer. Mas por sorte ou por desgraça, não chegamos a essa situação e não enfrentamos esse tipo de dificuldades” (CASTRO, 1971, p. 158).

Além disso, Fidel fez piadas públicas sobre o protocolo oficial da visita que ele, como bom rebelde, em geral descumpriu. A desobediência sistemática de Fidel ao protocolo e sua insistência em fazer disso um assunto aberto de *bromas* e ironias transmitia, naquele contexto, uma tremenda mensagem. “Hoje estou descontente com essas acusações que o presidente me fez”, brincou Fidel. “Não lhe quis obedecer no dia de hoje e descí às minas. Visitei as minas. Então a única falta que cometi, não é a que dizem por aí. Pois realmente cometi uma falta de desobediência com o presidente (*risos*)”. E prosseguiu: “O conselho ele me deu como médico. Portanto a desobediência não foi com o presidente, mas com o médico! (*risos e aplausos*)” (CASTRO, 1971, p. 74). Allende tratou de emendar a brincadeira: “o compa-

²⁸⁵ LA Times, *Chilean Leftist run to aid Che's Survivors*, 03/03/1968.

nheiro Fidel Castro me tem feito várias acusações e eu tenho que refutá-las. (...) Eu lhe disse ‘olhe Fidel, eu lhe peço como amigo, lhe exijo como médico e rogo a você como presidente que se cuide’”. Depois discorreu sobre os cuidados que o líder cubano deveria ter com a voz devido ao frio. Ao final emendou “declaro diante de todos vocês que não vou lhe passar a conta do meu atendimento médico (*risos*)” (ALLENDE apud CASTRO, 1971, p. 75).

Naquele contexto, meias palavras bastavam. Com esse jogo de obedecer e desobedecer ao presidente Allende, Fidel Castro sinalizava ao público uma brincadeira sobre as vias revolucionárias. Assim, ao mesmo tempo que exaltava a disciplina laboral, declarava sua amizade com a revolução chilena e legitimava o caminho *allendista*, propunha um relaxamento do protocolo, uma rebeldia contra as regras da sua própria visita, projetando com seu próprio corpo em trânsito a mensagem que não podia transmitir em palavras. E os chilenos riam. A cada *broma* de Fidel criticando o protocolo oficial, risos. Risos espertos, que liam a sutileza política da piada. Ali acontecia, sem dúvida, um sutil diálogo revolucionário subterrâneo, tão ou mais importante do que os diálogos visíveis.

• MENSAGENS DO CHILE PARA REVOLUÇÃO CUBANA

“Fidel, o Chile lhe abre seu coração”, dizia a manchete de *El Clarín* no dia da chegada do líder cubano a Santiago. Chamado pelo jornal de *hóspede do povo*, Fidel Castro despertava forte interesse dos chilenos apoiadores da Unidade Popular. “Você chega em sua casa, companheiro”, dizia outra manchete. E também: “As duas estrelas já não estão solitárias”²⁸⁶. Para além das boas-vindas da imprensa, seu trajeto foi acompanhado por centenas de milhares de pessoas, conforme demonstram as reportagens e fotos de diferentes jornais da época. Cinco dias antes da sua chegada, *El Siglo* reportou que a cada doze pessoas entrevistadas nas ruas de Santiago, dez consideravam a visita de Fidel com simpatia, incluindo até alguns membros da opositora Democracia Cristã²⁸⁷. “O governo o convidou em nome dos trabalhadores”, disse a lojista Rosa Martínez ao *La Nación*, “é também um convidado nosso”²⁸⁸.

²⁸⁶ El Clarín, *A su casa no más llega, compañero Fidel...!*, 09/11/1971. *¡Fidel! Chile te abre su corazón*, 10/11/1971. *Las dos estrellas ya no están solas*, 11/11/1971.

²⁸⁷ El Siglo, *Los chilenos nos sentimos orgullosos*, 06/11/1971.

²⁸⁸ La Nación, *Santiago opina sobre la visita de Fidel*, 07/11/1971.

Evidentemente, também havia sentimentos de oposição à chegada de Castro, acompanhando a polarização política crescente no país. O jornal *El Mercurio*, oposição à UP, se encarregou de veicular as opiniões anti-castristas. Nele, o grupo fascista Pátria e Liberdade publicou um manifesto no qual acusava o regime cubano de ser “um dos sistemas mais tirânicos, sangrentos e ineficazes da história americana” e convocava os chilenos a refletir sobre “as verdadeiras convicções e intenções políticas que movem aqueles setores do nosso país que com tanto entusiasmo se regozijam do que Castro realizou”²⁸⁹. *El Mercurio* também denunciou prisões preventivas para garantir a segurança do líder cubano, executadas com base na lei de segurança interior²⁹⁰. Além disso, seus editoriais o acusavam interferir na política interna chilena²⁹¹. Ao contrário, em nota oficial, a Democracia Cristã adotou uma postura diplomática e cordial perante o visitante: “diante de qualquer estrangeiro representante de um povo, seja da ideologia que for, adotamos uma atitude de respeito e cordialidade”²⁹².

Era impossível ocultar o entusiasmo massivo com a chegada de Fidel. Foram numerosas as aglomerações de chilenos para escutá-lo em estádios, nas ruas, nas universidades, em sindicatos, fábricas e assentamentos. Ao vê-lo frente a frente, a população chilena lhe lançava convites espontâneos para que Castro conhecesse outras regiões. “Nos convidaram a muitos outros lugares”, comentou Fidel em Iquique, “os estudantes queriam que lhes fizéssemos uma visita; muitos centros de trabalho nos pediram também que lhes visitássemos. Mas isso resultou absolutamente impossível”. E lamentou: “para nós foi muito dolorido não haver tido a possibilidade de visitar os demais centros. As horas que investimos conversando com os trabalhadores tem sido, para nós, de extraordinária utilidade” (CASTRO, 1971, p. 107).

“Venha nos ver, Fidel!”, gritou uma mulher em Puerto Montt, convidando-o para visitar a cidade de Castro, na ilha grande de Chiloé. Ao que ele respondeu: “há uma questão que se chama programa, há uma questão que se chama protocolo e isso não fomos nós que inventamos; isso é chi-

²⁸⁹ *El Mercurio, Al Pueblo de Chile*. 10/11/1971, p. 15.

²⁹⁰ *El Mercurio, En forma preventiva: Varios detenidos por visita de Fidel Castro*, 11/11/1971, s/p.

²⁹¹ Os opositores da UP, contudo, não esconderam seu desejo de alterar a política cubana. Os vereadores de Santiago aprovaram uma moção exigindo eleições “livres, secretas e democráticas” a Fidel Castro. *El Mercurio, Municipio de Santiago pide elecciones en Cuba*, 12/11/1971.

²⁹² Nota oficial da DC. *El Mercurio, Allende y Fidel Castro llegan hoy a Punta Arenas*, 21/11/1971.

leno puro (*risos*). Portanto, discutam com o protocolo (*aplausos*)” (CASTRO, 1971, p. 77). Diferentemente do que dizia Fidel, o protocolo da visita não só havia sido pactuado entre os dois países, como Lucio Parada, dirigente cubano responsável por sua agenda, havia chegado ao Chile com cinco dias de antecedência²⁹³. Mas o líder guerrilheiro seguia ironizando a formalidade diplomática e declarando publicamente sua vontade de incluir novos convites no roteiro, como parte de seu diálogo sedutor.

Durante os 24 dias da visita, houve um entusiasmo recíproco no contato de Fidel com os trabalhadores chilenos. Em 14 discursos perante centenas de milhares de trabalhadores, Fidel foi interrompido aproximadamente 212 vezes por aplausos e mais de 50 vezes por risadas da plateia²⁹⁴. O público gritou, cantou, perguntou, aplaudiu, gargalhou, exclamou convites e propôs diálogos fora do protocolo, demonstrando uma recepção calorosa e curiosa. Algumas vezes Fidel chegou a pedir para o público baixar os numerosos cartazes de mensagens revolucionárias levadas pelos trabalhadores, para assim garantir uma comunicação visual direta com a massa, sem perder o olho-no-olho.

As manchetes de jornais de matizes opostos indicavam uma recepção efusiva: “o povo se arruma para dar boas-vindas ao Fidel”, anunciava *El Clarín*²⁹⁵. O anti-castrista *El Mercurio* relatou a invasão de populares em zonas restritas para saudar Castro, destacando a multidão afoita que foi lhe receber no aeroporto²⁹⁶. As reportagens narravam que “a população de Santiago tributou uma calorosa recepção ao Primeiro Ministro Cubano”²⁹⁷. Em Antofagasta, “ao redor de 2 mil pessoas aos gritos de ‘Fidel, Fidel’ receberam o primeiro ministro de Cuba”²⁹⁸. Em Rancagua, um jornal local destacava a presença de cinco mil pessoas no Estádio Braden para escutar Fidel. Em uma das passagens, relatavam o comentário do líder cubano diante da empresa Shewell: “eu vim saltando de *cerro en cerro*, porque alguém me disse que aqui quem não salta é *momio* (risos generalizados)”²⁹⁹. Fidel tam-

²⁹³ El Siglo, *Llego jefe de protocolo de Fidel*, 06/11/1971.

²⁹⁴ “Aplausos” e “Risos” foram registrados e transcritos nos discursos publicados em Fidel Castro, 1971 e 1972.

²⁹⁵ El Clarin, *El pueblo se encacha para dar bienvenidas a Fidel, chico*, 07/11/1971.

²⁹⁶ El Mercurio, *Fidel Castro inició Gira en Chile*. 11/11/1972.

²⁹⁷ El Mercurio, *Calurosa recepción tributó Santiago a Fidel Castro*, 11/11/1971.

²⁹⁸ El Mercurio, *Entusiasta recepción le tributó Antofagasta*, 13/11/1971.

²⁹⁹ *Momio* é uma expressão típica chilena para se referir de modo pejorativo e irônico a setores da direita conservadora El Rancaguino, *Buen humor del primero ministro*, 25/11/1971.

bém constrangeu os executivos da empresa nacionalizada ao exigir que os jornalistas acompanhassem sua descida nas escavações, o que tinha sido proibido pela direção operária da empresa.

Apesar das acusações da oposição e da imprensa, a recepção popular chilena seguiu calorosa de norte a sul. Em Playa Blanca, o discurso de Fidel foi interrompido logo no início pela chegada de massas de trabalhadores de diferentes comunas da região de Biobío. “Um trem que faz esse percurso entre Lota e Coronel passou por aqui e tivemos que interromper”, explicou um locutor ao microfone. E descreveu a cena, de aspecto cinematográfico: “é um grosso contingente de pessoas que vem chegando a esse setor, muita gente vem chegando. Indiscutivelmente se produziu uma interrupção não programada do discurso do primeiro ministro Fidel Castro. A chegada desse contingente, na realidade, *transtorna* um pouquinho os planos nos quais estamos empenhados” (locutor anônimo apud CASTRO, 1971, p. 243, grifo nosso). O incômodo do locutor, contudo, foi invertido em seguida quando Fidel recomeçou: “maravilhoso espetáculo de se ver estes trens de trabalhadores chegando ao ato, é uma festa...” (CASTRO, 1971, p. 243).

Comidas caóticas como essa se repetiram em várias regiões do país e revelavam outros aspectos subterrâneos do diálogo revolucionário. As reações ao imprevisto mostravam diferentes formas de se relacionar com o caos e com o descontrole, trazendo à tona as controvérsias das revoluções latino-americanas. O caos podia ser um “transtorno”, como indicou o locutor anônimo. Mas o mesmo caos podia também ser uma “festa” e um “espetáculo maravilhoso”, aos olhos envaidecidos do primeiro ministro cubano. O contato direto da revolução chilena com o Fidel Castro era, a um só tempo, encontro e confronto. Cada convite espontâneo que o guerrilheiro recebia dos trabalhadores chilenos era um clamor improvisado vindo de baixo, que transtornava o protocolo e evidenciava uma paixão popular pela Revolução Cubana. Como uma metáfora da revolução, na própria organização da agenda de Fidel havia um conflito entre controle e descontrole, entre regras pactuadas e uma encenação de desobediência.

“Comandante”, irrompeu uma voz anônima e fora da ordem protocolar de perguntas na Universidade de Concepción, “em representação do movimento campesino revolucionário queremos convidá-lo à província de Cautín para que conheça ali a luta camponesa (*aplausos*)”. Incentivado e imiscuído no meio da plateia, o desconhecido seguiu: “acreditamos que nosso povo ir-

mão de Cuba não conhecerá bem o processo do Chile se o companheiro não for a província de Cautín, conhecer qual é o objetivo do Movimento Campe-sino Revolucionário (*aplautos*)” (anônimo apud CASTRO, 1971, p. 145). A interrupção durou alguns segundos, mas era representativa de um problema histórico de longa duração. O convite anônimo da frente camponesa do MIR, chamada MCR, foi aplaudido duas vezes e cortado pelo mediador, que restituiu a palavra às Juventudes Comunistas, pela sequência do protocolo. Fidel Castro não respondeu o convite. No entanto, no ato político de despedida do Chile, lembrou do tema e frisou em tom ambíguo que, apesar da limitação da lei de reforma agrária, isto não impediu que sua aplicação gerasse a ira dos latifundiários e uma dinâmica de ação popular (CASTRO, 1971, p. 476).

Para o MCR, a revolução chilena não poderia ser plenamente compreendida por quem não adentrasse em Cautín, pois ali havia um território de desobediência e rebeldia. Cautín foi palco de uma radicalização da reforma agrária chilena, conhecido como *cautinazzo*, que testou e ultrapassou os limites da lei 16.640, aprovada pelo governo anterior. Ali, um levante indígena e camponês retomou milhares de hectares das terras usurpadas por conta própria³⁰⁰. Entre 1967 e 1973, ocorreram 320 *tomas de fundos* na comuna de Cautín, que afetaram 269 propriedades, correspondentes a cerca de 10% das 3.340 ocupações de propriedades rurais em todo país naquele período (REDONDO, 2017, p. 87; TINSMAN, 2002, p. 195, 251).

No contexto dos debates revolucionários chilenos, o *cautinazzo* foi um exemplo especial da sincronia entre a revolução insurgente e a revolução legalista. Com a pressão indígena e camponesa da Araucania, Jacques Chonchol, ministro da agricultura de Allende, trabalhou em Temuco durante janeiro e fevereiro de 1971. O governo, naquela ocasião, foi permeável à insurgência popular e conseguiu “legalizar o *cautinazzo*”, expropriando fazendas ocupadas com amparo da lei. Daí que o ministro tornou-se odiado pelos proprietários da região, que posteriormente pressionaram pela suspensão de seu título profissional pelo Colégio de Agrônomos, o que de fato ocorreu em 1972³⁰¹.

A experiência em Cautín mostrava um aspecto pouco valorizado do

³⁰⁰ Embora o MCR vocalizasse o *cautinazzo* e chamasse atenção por seu dinamismo insurgente, segundo o historiador espanhol Jesus-Ángel Redondo, 40% das 320 ocupações de terras em Cautín (1967-1973) não foram protagonizadas por nenhum partido político, enquanto 24% contaram com a participação do MIR (REDONDO, 2017, p. 109).

³⁰¹ Chile Hoy, Andanzas de la Orden Agronómica”, *Revista Agraria* n° 1, Dic.1972.

debate revolucionário da época: a revolução popular insurgente dentro da revolução chilena nem sempre foi tratada como “confrontação” ao poder do governo popular. Ao contrário, como mostra o *cautinazzo* ou a *toma* da fábrica Yarur investigada por Peter Winn (1986), alguns momentos bem-sucedidos da revolução foram possibilitados pela *composição de estratégias aparentemente contraditórias*, quando os esforços da via insurgente e da via legalista foram costurados no mesmo sentido - o que nunca ocorreu sem tensões. Havia uma dinâmica insurrecional possível dentro da via chilena, pela mobilização disruptiva das massas como força propulsora do processo. Essa multiplicidade de concepções, temporalidades e ritmos presentes dentro da revolução chilena certamente reforçava o interesse popular em aprender sobre a experiência cubana. A presença de Fidel no Chile de Allende, portanto, acionava um jogo de espelhos paradoxal.

É claro que a figura de Castro despertava a curiosidade pela guerrilha e pela via armada e, portanto, é perfeitamente notado que Salvador Allende buscava reafirmar o caráter revolucionário da UP. Ter Fidel ao seu lado ajudava a sinalizar para os grupos mais radicais que a ilha se posicionava em conformidade com a via chilena. Na cidade de Puerto Montt, Allende ressaltou que embora Cuba desse lições importantes para a América Latina, o processo chileno era único e específico:

O que é a revolução, companheiros? É o fazer-se de uma classe social dona do poder para que no poder, as maiorias, especialmente os operários e camponeses estejam no governo. (...) Eu não sou um presidente a mais, eu sou um presidente de um governo popular, nacional e revolucionário e devo dizer que temos cumprido e que o povo está no governo (aplausos e gritos) (ALLENDE apud CASTRO, 1972, p. 82).

Allende exemplificava sua revolução com as ações realizadas no seu governo: a nacionalização do ferro, salitre, petróleo e cobre; a estatização dos bancos; o fim do latifúndio. Queria demonstrar, ao lado de Fidel, que o Chile, a sua maneira, estava dando passos na construção do socialismo, com sabor de vinho tinto e empanadas. Não cabia rotular Cuba como “revolucionária” e o Chile como “reformista”. Allende reforçava que não havia modelos revolucionários. Cada país deveria construir seus próprios trilhos, ao mesmo tempo em que a solidariedade das revoluções era uma necessidade cotidiana.

Allende, em seu último discurso na presença de Fidel, fazia questão de ressaltar que a Revolução Cubana e a revolução chilena eram depositária das melhores tradições libertárias “que nos deu o povo”. E assegurava: “somos os que, com direito, podemos assinalar que estão conosco, como exemplo de suas vidas e com seu pensamento, O’Higgins, Bolívar, San Martín y Martí, que indicaram o caminho da rebelião revolucionária dos povos para fazer possível ontem, a independência política, e hoje, a independência econômica”. E arrematava: “ontem contra o império, e hoje contra outro império” (ALLENDE apud CASTRO, 1972, p. 510). Para Allende, Chile e Cuba demonstravam uma nova etapa no projeto revolucionário latino-americano e os dois países caminhavam juntos na conquista de suas “segundas independências”. Ele se mostrou preocupado com os inimigos comuns, que desferiam ataques econômicos e ideológicos. E por isso, junto com o líder cubano, conclamou o povo a permanecer unido. A presença de Fidel trazia um apelo à unidade que Allende vocalizou e reforçou³⁰². Unidade essa que deveria ser a maior arma de resistência:

Aqueles que não entendem a necessidade da discussão e do diálogo; aqueles que creem que podem superar as distancias com iniciativas próprias à margem da revolução política da UP devem entender e compreender que estão facilitando o caminho das forças da contrarrevolução. Jamais a UP negará o diálogo (aplausos). (...) Creio que a melhor e mais grande demonstração que podemos dar a Cuba é que posso dizer ao amigo e companheiro de tantos anos, Fidel Castro, que tenho a certeza e a segurança de que a unidade revolucionária não se quebrará (ALLENDE apud CASTRO, 1971, p. 86).

Enfim, é certo que a longa viagem de Fidel Castro ao Chile alterou a dinâmica cotidiana do país. Por onde passava, o líder cubano gerava o caos das multidões, demandava medidas logísticas extraordinárias e um descomunal aparato de segurança. Devido ao incômodo que aquela presença gerava na oposição ao seu governo, Allende tampouco poderia relaxar: precisou manter-se atento e acompanhar os passos de Castro mesmo à distância, para evitar que aquela passagem ampliasse a crise política.

• CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Que fácil é chegar, e que difícil é ir embora”, declarou Fidel em despedida³⁰³. Seu último discurso de massas ocorreu no Estádio Nacional do Chile, em Santiago, em 2 de dezembro de 1971. Coincidência ou não, era uma data simbólica para Revolução Cubana: dia da chegada do iate Gramna no Oriente da ilha, nas proximidades da Sierra Maestra em 1956. O diálogo estabelecido entre Fidel Castro e os chilenos foi um momento especial em que a Revolução Cubana e a Revolução Chilena se comunicaram com poucas mediações, no corpo a corpo. Nos vestígios desse encontro, é possível escutar os ecos da Revolução Cubana no Chile e, ao mesmo tempo, a efervescência, as conquistas, as contradições e os limites da própria da Revolução Chilena. Durante aqueles dias, a conversa entre as experiências revolucionárias cubana e chilena sinalizou não apenas seus descompassos, mas especialmente a quadratura dos seus desafios comuns, na busca por desatar a armadilha do subdesenvolvimento pela via socialista.

Fidel e Allende dividiram a tribuna na despedida. Com retórica afinada, pendulavam entre os êxitos da revolução chilena e as denúncias contra seus inimigos externos e internos, os Estados Unidos e as milícias fascistas que tentavam enfraquecer o governo popular. A mensagem era de resistência e de aposta na unidade para dar continuidade às mudanças. Em tom de seriedade, Allende convocou a responsabilidade de todos os chilenos com a revolução. Nesta ocasião, pronunciou uma frase que seria lembrada após o golpe militar de 1973: “defenderei esta revolução chilena e defenderei o governo popular, porque foi esse o mandato que o povo me concedeu. Não tenho outra alternativa. Só me crivando de balas poderão impedir minha vontade de cumprir o programa do povo” (ALLENDE apud CASTRO, 1971, pg. 481). Fidel o seguiu, emocionado, brincando com a plateia e impressionado com a frase anterior de Allende. Reforçou a ideia de que estava no país para aprender com um processo vivo e atacava as interferências externas dos Estados Unidos. Estimulava o público a defender o governo e atuar contra o fascismo, fazendo referência à resistência armada cubana na tentativa de invasão da Baía dos Porcos em 1961. Entre gritos e palavras de ordem, Fidel terminou seu discurso evocando *Pátria ou Morte; Venceremos*, retomando a vinculação das bandeiras da Revolução Cubana e chilena.

Como resultado diplomático da visita, os dois países divulgaram uma

declaração conjunta. Na primeira parte, analisavam a conjuntura mundial e da América Latina; e na segunda, reafirmavam compromissos estabelecidos pelos dois países, entre eles, a ativação de convênios de cooperação. A carta apontava para o futuro, para uma integração prática entre as revoluções. O otimismo em relação à expansão do socialismo no mundo, à derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e à entrada da República Popular China no Conselho da ONU dão o tom do documento. Ao agradecer a hospitalidade do povo chileno, Fidel convida Allende para uma visita oficial a Cuba, que ocorreu em 1972.

Em suma, o que pretendíamos sugerir com o presente texto é que os diálogos revolucionários entre Cuba e Chile, intensificados durante a visita de Fidel Castro, conformam um legado político para os latino-americanos. Em primeiro lugar, porque expressavam a construção de um entendimento comum sobre os dilemas e limites das revoluções no continente, as potencialidades da integração latino-americana e o papel decisivo das sensibilidades populares na transformação. Em segundo, porque revelam que a revolução socialista latino-americana era multifacetada, polifônica, erguida por múltiplos sujeitos políticos e sociais e sobretudo que, apesar das suas zonas de tensão, havia uma enorme zona de diálogo efetivo. E o mais importante: esse diálogo não era um privilégio das vanguardas. O fazer da política revolucionária era cotidiano e estava calcado em um sentimento massivo de amizade entre os povos. Como mostrou o itinerário de Fidel e seu método político-pedagógico, multidões de trabalhadores, camponeses, técnicos e jovens intelectuais estavam ativamente implicadas nos mesmos dilemas, escutando, refletindo, perguntando e com uma ânsia por aprendizados que pudessem fortalecer o seu próprio fazer histórico. A política e o diálogo sobre a revolução escapavam dos círculos privilegiados dos partidos e sindicatos tradicionais, atravessando a vida cotidiana. E terceiro, mas não menos importante, que nesse jogo de espelhos da cultura revolucionária e da participação popular, a presença de Fidel no Chile de Allende foi, paradoxalmente, uma tentativa de fortalecer a legitimidade da via *allendista*. Ainda que, no mesmo ato de legitimação da UP, com uma atitude cênica de improvisos e desobediências, Fidel transmitisse uma mensagem sobre a alegria e a necessidade da transgressão.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. Uma visita insólita: Fidel Castro no Chile de Allende. *História*, São Paulo, 22 (2): 151-166, 2003.

AFFONSO, Almino.; GÓMEZ, Sergio.; KLEIN, Emilio.; RAMÍREZ, Pablo. *Movimiento campesino chileno*. 2 tomos. ICIRA, Santiago, 1970.

ALTAMIRANO, Carlos; SALAZAR, Gabriel. *Conversaciones con Carlos Altamirano. Memorias críticas*. 2ª ed. Santiago: Editorial Debate, 2011.

ALVAREZ, Rolando. *Arriba los pobres del mundo*. Santiago: Lom, 2011.

BORGES, Elisa de Campos. *O Projeto da via chilena ao socialismo do Partido Comunista Chileno: "Nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas."* Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em história social, PUC-SP. Defendida em 2005.

_____. *Con la Unidad Popular ahora somos gobierno! A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

CASTRO, Fidel. *Chile 1971: habla Fidel Castro*. Santiago: Editorial Universitária, 1971.

CASTRO, Fidel. *Cuba-Chile, Encuentros Históricos*. Santiago: Ediciones políticas. Comisión de Orientación revolucionaria del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, 1972.

CORVALÁN, Luis. *El gobierno de Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2003.

CERVANTES, Lourdes & VASCONCELOS, Joana Salém. Quando o terceiro mundo encontrou-se com o segundo. *Roraima: EXAMÁPAKU - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais*, V. 8, N. 2, 2015. Disponível em: <https://revista.ufr.br/examapaku/article/view/3108> Último acesso: 21.Set 2018.

CHONCHOL, Jacques; ROBLES-ORTIZ, Claudio. *Jacques Chonchol: un Cristiano revolucionário en la política chilena del siglo XX. Conversaciones con Claudio Robles Ortiz*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2016.

FURCI, Carmelo. *El partido comunista de Chile y la vía al socialismo*. Chile: Ariadna, 2008.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914–1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JOBET, Julio Cesar. *El partido socialista de Chile*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1971.

LOVEMAN, Brian. *Struggle in the countryside. Political and rural labor in Chile, 1919-1973*. 1a ed. Bloomington: Indiana University Press, 1976.

LÖWY, Michel (org.). *Marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 3. Ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

MALLON, Florencia. *La sangre del copihue: La comunidad Mapuche de Nicolás Ailío y el estado chileno, 1906-2001*. Santiago: LOM, 2004.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.

REDONDO, Jesús-Ángel. *Tierra, trabajo y libertad Conflictos campesinos e indígenas en la provincia de Cautín (1967-1973)*. Santiago de Chile: LOM, 2017.

SILVERMAN, Bertram. Organización económica y conciencia social: algunos dilemas. In: BARKIN, David;

STEENLAND, Kyle. *Agrarian reform under Allende: Peasant revolt in the south*. EUA: University of New Mexico Press, 1977.

TINSMAN, Heidi. *Partners in conflict. The politics of gender, sexuality, and labor in the Chilean agrarian reform, 1950-1973*. Durhan & London: Duke University Press, 2002.

VASCONCELOS, Joana Salém. *História agrária da revolução cubana: dilemas do socialismo na periferia*. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2016a.

_____. *Trabalho voluntário e socialismo nos canaviais cubanos: uma história da safra de 1970*. Revista da ANPHLAC N. 21, São Paulo, Jul/Dez. de 2016b. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2495/2255> Último acesso: 22.Set 2018.

_____. *Cuba e a dependencia externa: pasado e presente*. In: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, REBELA, v.6, n.1, jan/abr. 2016c. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/rebela/revista/volume-6-numero-1-2016/>

rebela/revista/artigo/cuba-e-dependencia-externa-passado-e Último
acesso: 26.Set.2018.

WINN, Peter. *Weavers of revolution. The Yarur workers and the Chile's road to socialism*. New York: Oxford University Press, 1986.

DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS

Programa da Unidad Popular. Programa de Gobierno, 1969.

Teses Políticas do XXI Congresso Geral Ordinário do Partido Socialista (Linares, jun.1965)

Teses Políticas do XXII Congresso Geral Ordinário do Partido Socialista (Chillán, nov.1967)

Teses Políticas do XXIII Congresso Geral Ordinário do Partido Socialista (La Serena, jan.1971)

LEIS E DEBATES LEGISLATIVOS

Camara de Diputados. Legislatura extraordinária. Sesión 21, en martes 30 de noviembre de 1971, pg.1667. Disponível na Biblioteca Nacional do Congresso, Chile

CHILE, Ley nº 16.640 de Reforma Agraria. Santiago, 28 de julio de 1967. Disponível em: <http://www.leychile.cl>

JORNAIS CONSULTADOS

Punto Final. Santiago, nov. a dez. 1971.

El Mercurio, Santiago, nov. a dez. 1971.

La Nación, Santiago, nov. a dez. 1971.

El Siglo, Santiago, nov. a dez. 1971.

El Clarín, Santiago, nov. a dez. 1971.

La Prensa Austral, Punta Arenas, nov. a dez. 1971.

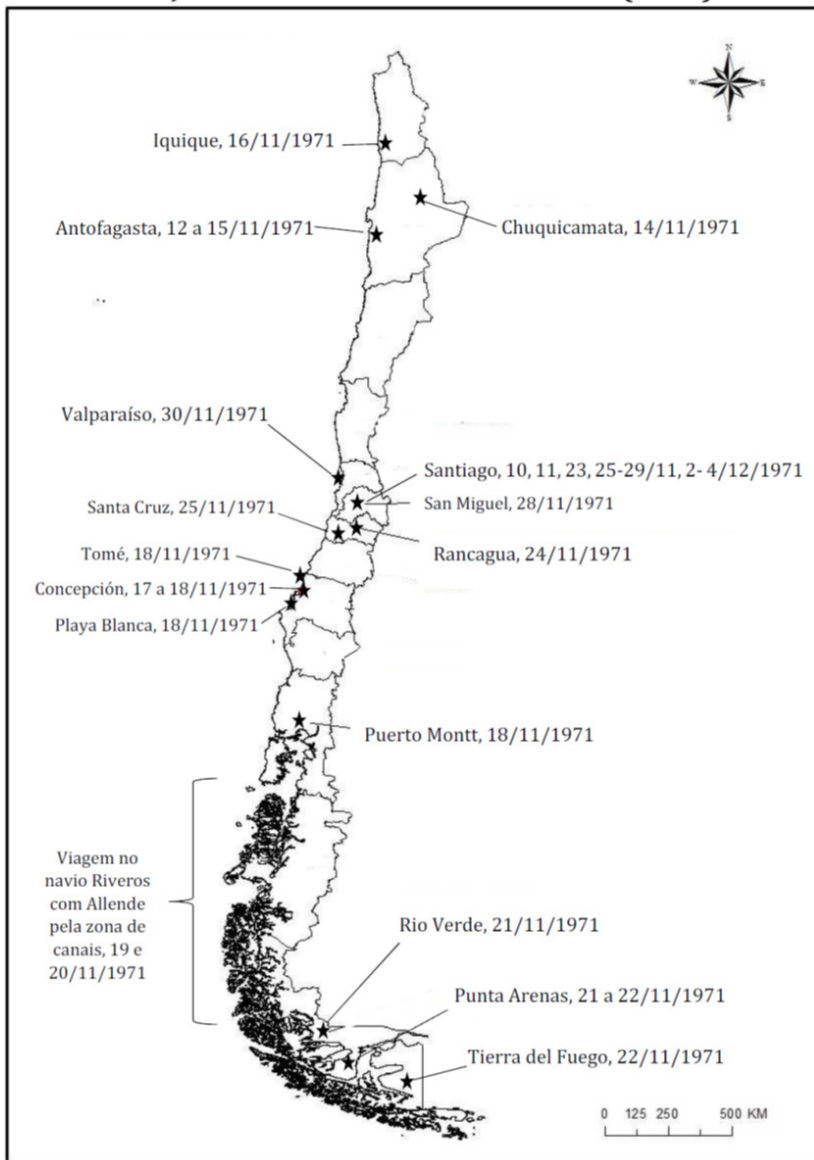
El Rancaguino, Rancagua, nov. a dez. 1971.

Chile Hoy. Santiago, Dez. 1972.

Los Angeles Times. EUA, mar.1968.

ANEXO I

TRAJETO DE FIDEL CASTRO NO CHILE (1971)



Elaborado por Joana Salém Vasconcelos

**Rafael Araújo &
Tiago Silva**

• INTRODUÇÃO

A vitória dos jovens rebeldes de Sierra Maestra, comandados por Fidel Castro, Raul Castro, Ernesto “Che” Guevara, Camilo Cienfuegos, entre outros nomes marcantes, foi um dos acontecimentos mais relevantes e, por isso, um dos mais influentes da história latino-americana da segunda metade do século XX. O contexto da Guerra Fria e os impactos dessa revolução na região resultam no surgimento de grupos guerrilheiros que buscaram no modelo cubano a referência para a transformação social, fazendo, daquela experiência, o paradigma para os que desejavam a realização da utopia revolucionária na América Latina entre as décadas de 60’ e 80’ do século XX (GOTT, 2006; BANDEIRA, 2009; BROWN, 2010). Além disso, o êxito da revolução também modificou as perspectivas do marxismo entre os latino-americanos, já que, após Fidel Castro se assumir marxista-leninista, em 1961, parte significativa da esquerda regional buscou a inspiração revolucionária em Havana e não mais em Moscou. Esse aspecto renovou o interesse pela teoria marxista, impulsionando, fortemente, a “nova esquerda” intelectual na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos (WILLIAMSON, 2012, p. 367).

A influência dos revolucionários cubanos na América Latina diminuiu nos anos 1980. A superação do passado ditatorial, sobretudo no Cone Sul, levou a uma fase de enaltecimento da democracia e dos direitos humanos nos grupos de esquerda. Isso desencadeou contestações ao governo cubano, pois a opção pela continuidade da orientação stalinista o isolou daqueles princípios que foram valorizados entre os militantes. Esse adverso cenário político foi incrementado nos anos 90 do século passado em decorrência da expansão das práticas políticas e econômicas neoliberais e também pela estagnação econômica vivenciada pelos cubanos, decorrente do fim da União Soviética e da perpetuação do embargo econômico norte-americano. Em decorrência desses fatores, uma fase de arrefecimento da luta de classes e do horizonte da revolução ocorreu na América Latina. Nesse período de névoa para os desejosos da radical transformação política e social, os cubanos continuaram a ser o espelho, embora com reticências por conta dos traços autoritários do seu regime. No entanto, a sua capaci-

dade de resistência à asfixia promovida pela potência vencedora da Guerra Fria impressionou os lutadores sociais latino-americanos. Se ao longo dessa fase os cubanos não possuíram, como outrora, as condições materiais para impulsionar revoluções, permaneceram enquanto o arquétipo para as lideranças políticas e para as organizações sociais e partidárias da esquerda.

Esse difícil período para a esquerda latino-americana começou a ser superado em dezembro de 1998. A eleição de Hugo Chávez para a presidência da Venezuela inaugurou um ciclo político que teve alguns contornos revolucionários. A ascensão de governos de esquerda e o protagonismo dos movimentos sociais fizeram com que distintos projetos de sociedade ganhassem notoriedade a partir de então. Nas experiências mais radicalizadas, como as ocorridas na Bolívia, Equador e Venezuela, a história da Revolução Cubana foi constantemente resgatada. Os traços nacionalistas, pró-socialistas e de soberania nacional, que pareciam esquecidos nos anos neoliberais, foram retomados e tornaram-se consígnias transformadoras a serem espalhadas pelo nosso continente. Nesse processo, há uma apropriação política do discurso revolucionário cubano que, no entanto, não ocorreu em todos os governos da onda rosa³⁰⁴. Somente nos mais radicalizados as bandeiras políticas de Cuba foram recorrentemente utilizadas e ressignificadas. Nos casos sociais-liberais, o passado da ilha caribenha foi valorizado nas referências à história de luta do povo latino-americano, mas ele não foi utilizado com o viés político ocorrido na Venezuela durante o governo Chávez, por exemplo.

Dessa forma, há de se dividir a esquerda latino-americana em dois grupos. O primeiro foi de centro-esquerda. Este teve um programa de governo que coadunou políticas sociais à manutenção dos paradigmas econômicos neoliberais. Nesse agrupamento enquadrados os governos de Nestor e Cristina Kirchner na Argentina, transcorridos entre 2003 e 2015; de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, entre 2003 e 2016; Tabaré Vázquez e Pepe Mujica, representantes da Frente Ampla que governa o Uruguai desde 2005, entre outros casos. O segundo grupo foi composto

³⁰⁴ A expressão “onda rosa” refere-se ao momento político da história latino-americana vivido no início do século XXI. A partir da eleição de Hugo Chávez à presidência venezuelana, em 1998, assistimos a uma sucessão de vitórias em diversos escrutínios de partidos, movimentos sociais e lideranças políticas de esquerda. Embora apresentassem perspectivas políticas e programáticas diferenciadas, tais governos simbolizaram um novo período da nossa história, que foi marcado pelo predomínio político da esquerda. Com os golpes de estado sofridos por Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012, e Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016, e o êxito eleitoral de Mauricio Macri, em novembro de 2015 na Argentina, essa tendência sofreu fortes impactos, não obstante o protagonismo político de alguns grupos de esquerda ainda persistir.

por uma esquerda mais radicalizada que possuiu em suas gestões traços nacionalistas, reivindicadores do aprofundamento da participação popular, via democracia participativa, e pró-construção do socialismo do século XXI. Evo Morales (Bolívia), Rafael Corrêa (Equador) e Hugo Chávez representaram um setor que se perfilou contrariamente aos paradigmas neoliberais e que implementou radicais transformações políticas e sociais em seus países. Esse grupo resgatou a luta contra o colonialismo europeu, as resistências ao imperialismo norte-americano e as experiências revolucionárias chilena e, sobretudo, cubana. Estes eventos foram retomados e ressignificados pelos três governos que, pela radicalidade de suas propostas, se destacaram na fase recente da nossa história política.

Um aspecto relevante desse último grupo consistiu nos usos políticos do anti-imperialismo. Essa modalidade de resistência política e cultural, articulada por meio de símbolos, gestos e de um discurso mobilizador, foi empregada largamente por Evo Morales, Hugo Chávez e Rafael Corrêa. Como poderá ser observado neste ensaio, o anti-imperialismo mobilizou o imaginário político de heterogêneos grupos sociais e assumiu um contorno antiamericanista, como em outros momentos da nossa história. Como destacou Ana Maria Vara (2013), o anti-imperialismo foi um contra-discurso articulado nas décadas iniciais do século XX. Vivenciávamos na ocasião o primeiro ciclo de insurreições populares e ações coletivas que marcaram a nossa história durante aquela centúria. Essa forma de reação política e cultural também se destacou em outros períodos, como no ciclo de lutas populares entre as décadas de 1960 e 1970 (VARA, 2013). Ao refletir sobre a pertinência do anti-imperialismo no ciclo de governos de esquerda das duas primeiras décadas do século XXI, Luis Wainer (2015) ressaltou que a crise dos paradigmas neoliberais derivou na apropriação dessa modalidade de resistência política e cultural. Os discursos e as ações anti-imperialistas se fundamentaram em tradições de lutas da nossa história, nas críticas ao neoliberalismo e também na defesa da integração latino-americana e caribenha (WAINER, 2015). No caso de Hugo Chávez, foco deste ensaio, as narrativas e as tradições anti-imperialistas se fundamentaram em variados episódios da nossa história. Ele resgatou revoluções ocorridas na região, como as de independência, retomou os pactos cívicos-militares ocorridos em experiências políticas regionais e se apropriou de progressistas lideranças militares que marcaram a história latino-americana, como Omar Torri-

jos, Jacob Arbenz, Juan José Torres e Juan Velasco Alvarado (WAINER, 2015).

Além dessa, outras particularidades adquiriram notoriedade no segundo grupo de governos de esquerda. O anti-neoliberalismo, o resgate do passado de lutas independentistas do século XIX e a defesa da unidade regional estiveram presentes nos programas de governo e nos discursos das suas lideranças. Houve, ainda, uma variada apropriação da história da Revolução Cubana. A retomada da memória das suas lutas por justiça social e solidariedade; suas ações favoráveis à unidade latina; a sua resistência às pressões econômicas, políticas e militares estadunidenses; e, sobretudo, o seu incentivo à ocorrência de outras revoluções adquiriram notoriedade no vocabulário político das lideranças da esquerda mais radicais. Hugo Chávez, por exemplo, utilizou largamente a história da Revolução Cubana durante o seu governo. Um lema simbólico dos discursos de Fidel Castro, o *"Patria o Muerte"*, foi recorrentemente manuseado em períodos de lutas políticas. O objetivo consistiu em sedimentar no imaginário político dos venezuelanos a necessidade da soberania nacional e de constante vigilância revolucionária contra grupos políticos de oposição que, supostamente, eram aliados ao imperialismo norte-americano.

A forte conexão entre Hugo Chávez e Fidel Castro fez com que o projeto bolivarianista do chavismo exemplificasse de forma mais veemente a influência da Revolução Cubana nos grupos de esquerda latino-americanos que ganharam projeção política no início do século XXI. A aliança entre esses dois ícones da história latino-americana, iniciada em dezembro de 1994, deveu-se à recíproca admiração e a interesses políticos, econômicos e geopolíticos. Para Hugo Chávez, a cooperação com Fidel possibilitou que ele se tornasse uma figura reconhecida regionalmente e uma referência política para a geração de revolucionários surgida na primeira década do século XXI. Já para os cubanos, a proximidade com o comandante venezuelano viabilizou, a partir de 2000, o estabelecimento de uma série de acordos cooperativos que oportunizaram à Cuba o não isolamento político e o não estrangulamento econômico. Esses elementos foram reconhecidos por Fidel Castro em inúmeros discursos, como os que compõem esse trabalho.

Dividiremos este artigo em duas partes, além destas notas introdutórias e das considerações finais que o compõem. Na primeira, analisaremos os discursos políticos de Hugo Chávez com o intuito de buscar as raízes históricas do projeto bolivariano por ele defendido. Na segunda, avaliaremos as apropriações da Revolução Cubana pelo chavismo e demonstraremos as

iniciativas que materializaram a parceria daqueles dois proeminentes líderes da nossa história. Como analisaremos na segunda parte deste artigo, a iniciativa da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) materializou a proximidade entre as duas nações caribenhas e ensejou em nosso continente a perspectiva de um projeto de unidade continental sustentado em valores que historicamente foram reivindicados pelos cubanos, como a solidariedade e a justiça social. O pacto entre os dois comandantes se manteve até os últimos dias de vida do líder venezuelano. Chávez realizou todo o seu tratamento de câncer em Cuba. Entre junho de 2011 e fevereiro de 2013, ele esteve em torno de 17 vezes em solo cubano e foi operado quatro vezes naquele país. A última fase do seu tratamento contra o câncer ocorreu entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013. Ela foi infrutífera e não foi capaz de salvar a vida desse relevante personagem da história latino-americana, que faleceu em cinco de março de 2013.

• OS DISCURSOS POLÍTICOS, O PASSADO E A REVOLUÇÃO NA VENEZUELA

Um dos temas a serem explorados e conectados, quando analisamos as revoluções cubana e venezuelana, consiste no uso recorrente do passado de resistência à colonização espanhola e das lutas de independência ocorridas no século XIX. Alguns dos personagens simbólicos das lutas contra os espanhóis, como Francisco de Miranda (1750-1816), Simón Rodríguez (1769-1854), Simón Bolívar (1783-1830) e José Martí (1853-1895), foram largamente resgatados por Fidel Castro e Hugo Chávez para legitimar as duas revoluções. A história e a memória daqueles processos emancipatórios foram operadas para criar uma relação identitária com o passado e sustentar a retórica reivindicativa da segunda independência de Cuba e da Venezuela. A utilização das figuras simbólicas da luta contra o colonialismo espanhol também embasou o conteúdo anti-imperialista do castrismo e do chavismo. Assim, atores simbólicos da resistência à colonização ressurgiram nos discursos dos comandantes com o intuito de legitimar as suas revoluções. A apropriação do passado atendeu ao desejo de construção da imagem de líderes revolucionários desses dois personagens e da própria validação dos seus projetos transformadores. Com o uso dessa estratégia, tanto Castro quanto Chávez recorrem a um tipo de *myse-en-abyme* histórico, encarando os processos revolucionários que implementaram como componentes de

uma narrativa histórica maior, da qual suas revoluções fariam ou fazem parte. Desse modo, do ponto de vista político, eles se alinham aquilo que, do ponto de vista estético, Octavio Paz define como sendo um traço marcante da identidade da América Latina: um esforço para fazer ressuscitar realidades enterradas, reaparecer o reprimido, o recalcado do passado no presente, entrecruzando temporalidades e signos (PAZ apud CHIAMPI, 1998), através da construção e, simultaneamente, conexão com um passado glorioso perdido, que legitimaria o próprio processo revolucionário e impulsionaria o nosso continente para um novo.

Em Cuba, por exemplo, os jovens rebeldes recorreram não só às imagens dos próceres da independência, mas também à tradição revolucionária e anti-imperialista latino-americana na ocasião da insurreição contra a ditadura de Fulgêncio Batista (HOBSBAWM, 2017, p. 299). Já na Venezuela, os usos políticos do passado anticolonial e da Revolução Cubana almejarão a construção de uma imagem de si por Chávez, que é a meta fundamental do discurso político. Demonstrar que o projeto bolivariano almejou a criação de uma nova independência nacional e que esta estava associada às mudanças socioeconômicas, à radicalização da democracia e à construção de um novo socialismo, constituíram objetivos centrais de Chávez. Por isso, a retórica anti-imperialista e pró-socialista foi largamente utilizada, dando significado histórico e até mitológico à narrativa enlaçada pelo líder venezuelano, associando a imagem que construía de si com a imagem de outros líderes revolucionários, separando-a da temporalidade presente, mesmo que em sintonia com essa, e vinculando-a, também, ao passado e ao futuro, e à utopia; à ideia de uma nova Venezuela, livre, justa e independente, igualitária e solidária.

Essas estratégias objetivaram glorificar as duas revoluções com as áureas do passado. Utilizá-lo em períodos revolucionários não significa parodiá-lo ou fazê-lo caminhar outra vez, mas aclamar as novas lutas e engrandecer, na imaginação popular, as tarefas e os sacrifícios revolucionários a serem cumpridos, como afirmou Karl Marx no livro³⁰⁵. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte* (MARX, 2006). Na Venezuela, a apropriação dos símbolos e dos mitos históricos, a evocação dos heróis nacionais e a realização de cerimônias públicas intencionaram solidificar no imaginário político vene-

³⁰⁵ Essa nossa abordagem deriva da leitura do capítulo 1 da obra de Karl Marx.

zuelano a associação de Chávez com a ocorrência de transformações políticas e sociais. Com isso, intencionou-se a construção do apoio ao bolivarianismo revolucionário por meio de um imaginário político que recorreu a discursos políticos, pois estes pretendem "(...) ser, em seu propósito, um discurso de verdade que diz qual é o sistema de valores em nome do qual deve se estabelecer o elo social (...)" (CHARAUDEAU, 2008, p. 190). Longe de ser uma peculiaridade venezuelana, essa articulação de temporalidades é um processo comum na construção do discurso político, seja onde for, pois é através dela que o sujeito se associa ao mito, ao conjunto de valores que organizam a vida de uma coletividade, vinculando-se aos modelos de conduta que conferem significação e valor existencial às práticas cotidianas desenvolvidas ao longo do tempo, que converteram o homem no que ele é, ligando-se "às histórias primordiais que o constituíram existencialmente" (ELIADE, 2007, p. 16). Através dessa associação com a história e com os valores plasmados no mito se captura verdades psicológicas, cosmológicas e metafísicas de um povo, reverberando suas principais preocupações em uma construção que une elementos diversos e ajuda a preservar a integridade, a continuidade e a saúde de uma sociedade (*ibid.*).

O chavismo associou as suas bandeiras nacionalistas e revolucionárias à história hispano-americana. Como ocorrido em Cuba, essa ligação ocorreu por meio da evocação das seguintes temáticas: anticolonialismo, soberania nacional, liberdade, dignidade e construção de uma identidade nacional pautada por símbolos e valores locais. Os acontecimentos do passado propiciaram a coesão social e legitimaram as ações políticas perpetradas por Chávez ao longo do seu governo. O passado de lutas intencionou despertar o nacionalismo nos venezuelanos. Por isso, a abordagem de temáticas, como soberania nacional e anti-imperialismo, foi tão recorrente. Ao mesmo tempo, os variados discursos de Chávez contribuíram para o surgimento de uma consciência de classe que ganhou dimensões cívico-nacionais, pois associou as melhorias socioeconômicas à realização de um conjunto de tarefas nacionais, como, por exemplo, a nacionalização do petróleo, o desenvolvimento produtivo e a distribuição de renda.

O fomento da consciência revolucionária no chavismo derivou da relação dialética com as múltiplas reminiscências das lutas de independência e da Revolução Cubana. Isso possibilitou a construção de uma identidade nacionalista e anti-imperialista que esteve fortemente presente em nosso

vizinho durante a presidência de Hugo Chávez. A utilização do passado de lutas contra o colonialismo espanhol para legitimar as ações revolucionárias do bolivarianismo pode ser identificada nos discursos de Chávez, como o que remetemos abaixo:

São cinco as raízes da revolução, da dialética e da concentração de ideias: Miranda, Sucre, Zamora, Bolívar e Simón Rodríguez (...). A Universidade Militar Bolivariana também poderá formar profissionais civis em soberania, segurança, defesa e quantas formas de saber que tenham a ver com as tarefas de defesa nacional, de desenvolvimento nacional. (...) nossa academia nasceu em plena efervescência revolucionária, para servir à revolução. (...) Estamos aqui 200 anos depois, em revolução, como nascemos e como seremos de agora em diante e para sempre, escola de revolucionários, de patriotas (CHÁVEZ, 2010a, p. 5, tradução nossa).

O emprego político dos símbolos da luta por independência sustentou o ideário de construção de uma nova Venezuela por Hugo Chávez. Mais do que as referências políticas, intencionava-se o desenvolvimento de uma nova ideologia, sustentada em uma cultura que reivindicava a memória daquele passado. Até o novo socialismo foi justificado na história dos próceres, o que é altamente discutível do ponto de vista científico, pois eles não pleiteavam a sua construção. O uso do passado emancipatório para a geração de novos valores ideológicos pode ser constatado a seguir:

Bolívar era um pensador pré-socialista ou socialista utópico. Simón Rodríguez desenvolveu, um pouco mais, a tese de um socialismo concreto, mas não alcançou, entretanto, o nível científico de Karl Marx, Frederico Engels, Lênin e outros que sustentaram, cientificamente, a tese do socialismo e a transição do capitalismo ao socialismo. Bolívar e seu planejamento, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora formam as três raízes fundamentais, autóctones e profundas de nosso modelo de socialismo científico, alimentando mais uma de suas raízes, como da revolução chinesa, da revolução russa e da revolução cubana. Estamos criando nosso socialismo, que, para nós, é o caminho da democracia verdadeira e profunda, bem como do Estado popular, social de direito e de justiça, como diz nossa Constituição (CHÁVEZ, 2011, p. 9, tradução nossa).

É importante ressaltarmos que o mandato presidencial de Chávez marcou mais uma fase do uso da figura de Simon Bolívar em nosso vizinho. O Bolívar reaquistado não foi o herói isolado, mas o mito opulente e responsável pelo êxito dos hispano-americanos contra a colonização espanhola. Temos, portanto, a utilização do Bolívar revolucionário e integrador, que nutriu, durante parte de sua vida, o sonho da união dos povos hispânicos. O chavismo apropriou-se da imagem do Bolívar revolucionário para legitimar os aspectos nacionalista, anti-imperialista e latino-americanistas do projeto bolivarianista. A presença daquele herói nos discursos de Chávez ocorreu desde o início da sua trajetória política. Desde a fundação do Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200)³⁰⁶, em 1982, a imagem, as referências teóricas e ideológicas do emancipador foram utilizadas (ELIZALDE e BÁEZ, 2004). Segundo Chávez (1994, 2002):

O movimento revolucionário foi carregado de uma ideologia, a ideologia bolivariana. Nós a formulamos durante muito tempo. Essa ideologia tem uma sustentação ética, filosófica e política, que foi articulada a de outros pensadores e autores venezuelanos, como o general Zamora, Simón Rodríguez, o sábio, o Rousseau americano, como chamou Bolívar em algumas ocasiões. Assim, fomos criando uma força transformadora, uma força cívico-militar, pouco a pouco nos fomos armando de uma ideologia, de uma força e de uma estratégia (CHÁVEZ, 2002, p. 18-19, tradução nossa).

Simón Bolívar caminha nos olhos das crianças e nos milharais dos campos venezuelanos. Ele faz parte do mito nacional, quer dizer, do sonho de uma Venezuela distinta (...). Pela noite, despedi-me dos soldados, que me ajudaram a recolher meus pertences no Hospital Militar. Dizia-lhes: "serão os últimos soldados, neste momento, que comandarei para a tarefa de recolher livros". Identifiquei-me bastante com os soldados que ali estavam. Vejo neles Bolívar (...). Nosso herói está presente no espírito nacional, e sua história nos dá esperança. Dizem que o bolivarianismo é anacrônico, mas creio que, como dizia Simón Rodríguez, que se trata de inventar. Bolívar concebeu o sonho de uma República, e existem dois projetos de Constituição elaborados por seu gênio. Uma concepção geopolítica que está vigente. O novo bolivarianismo está acompanhado da ideia, digamos filosófica, de Simón Rodríguez e da concepção social de Ezequiel Zamora. Creio que é exatamente o que este mundo venezuelano e latino-americano sem ideologia necessita, para que exista um planejamento sério, original e próprio. Isso é uma bandeira ideológica para lutar pela ideologia (CHÁVEZ, 1994, p. 90-1, tradução nossa).

Curiosamente, a imagem de Simón Bolívar refletido nos olhos das crianças representa, perfeitamente, a estratégia chavista de associação com o passado histórico de seu país e de fundação de uma realidade distinta, encapsulando o seu projeto em uma figura ideal – uma criança que vê o passado. Chávez parte da carência de uma ideologia, o que impossibilitaria a existência de “um planejamento sério, original e próprio” não só na Venezuela, mas em toda a América Latina. Contudo, como pontua Žižek (1999, p. 7), a ideologia está em tudo, sendo a “matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação.” Assim, crente na inexistência impossível da ideologia, já que nada está fora dela, mas sempre dentro e em função dela; todo gesto, toda ação e todo movimento estão inseridos no escopo da ideologia, Chávez recorre à própria ideologia e cria um discurso mobilizador, que se não supera a problemática que o preocupava, é capaz de estimular a ação social em função daquilo que ele considera ideal, de seu projeto de país, mas esbarra, constantemente, na necessidade de retorno ao passado, ao antiamericanismo, etc., em uma relação de interdependência e anteposição àquilo que buscava ultrapassar.

O bolivarianismo chavista retomou pontos específicos do discurso de Simón Bolívar. Todorov (2002), ao discutir os usos políticos da memória e os esforços de rememoração realizados pelo aparato de propaganda dos governos, ressalta que o esquecimento é uma opção, isto é, trata-se de um afastamento de detalhes que, por alguma razão, interessam ou não. Longe de se opor à memória, o esquecimento é um de seus traços constituintes.

A memória configura-se no contraste e na interação entre a supressão e a conservação de determinados fatos ou acontecimentos (TODOROV, 2002). Essa seleção certamente envolve critérios, conscientes ou não, que orientam variadas formas de utilização do passado. Dessa maneira, o Bolívar revolucionário utilizado por Chávez decorreu da sua intensa luta pela legitimação da ideologia de seu compatriota mais antigo, mas também de um processo de esquecimento e apagamento de seus traços autoritários e conservadores, presentes nas falas do herói da emancipação, dando ênfase a adoção de um discurso político revolucionário que também apontou para o desenvolvimento da integração regional e para a construção de um novo socialismo.

A utilização da imagem de Bolívar pelo chavismo possui encontros e desencontros. No que se refere aos encontros, a ligação com o herói revolucionário, anticolonial e defensor da integração da região possui sustentação

histórica, por isso, parece-nos acertado reivindicar “esse Bolívar” para alicerçar as bandeiras do bolivarianismo chavista. Em relação aos desencontros, consideramos equivocada a vinculação da imagem de Bolívar ao socialismo do século XXI. Essa associação ocorreu com o uso arbitrário e seletivo dos escritos do “libertador”. Relacionar, por exemplo, a reivindicação de igualdade, liberdade, luta contra as injustiças e equidade social ao socialismo consistiu em uma descontextualização dos fatos históricos. Os libertadores da América tiveram como principal teoria inspiradora o iluminismo.

Por isso, consideramos a reivindicação de um Bolívar socialista anacrônica e equivocada, pois essa apropriação desconsiderou o contexto histórico e os aspectos teóricos que inspiraram os atores centrais das lutas emancipatórias hispano-americanas. Essa apreensão também afastou o chavismo do espírito crítico e da objetividade que devem guiar a própria produção do conhecimento científico. O chavismo, portanto, cria seu próprio Bolívar, selecionando elementos do passado e do presente, para reconstruir um personagem próprio, distinto. Sendo assim, o Bolívar presente no discurso de Hugo Chávez é uma construção, uma encruzilhada heterocrônica e heterotópica, diria Walter (2009), criada a partir da sobreposição da memória, de várias temporalidades, de elementos da experiência, e dos interesses de seu autor.

Por outro lado, a utilização política da independência ressalta que o povo pode ser protagonista da própria História. E é povo, também, por causa desse uso, da possibilidade de construir suas próprias narrativas, sua própria história e seus mitos, a partir de personagens que também lhe são próprios. Em outras palavras, as imagens dos próceres da independência são utilizadas pelo chavismo para desenhar uma linha de continuidade entre as lutas independentistas do século XIX aos processos políticos do início do século XXI. Segundo Villafaña (2007):

Não é um Marx desconhecido e distante das maiorias sociais quem convoca agitando as bandeiras da luta contra a injustiça social. É o próprio Bolívar, em companhia de Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora, quem se descobre como agitador, propagandista, organizador e estrategista de nosso processo de libertação. É a História que dignifica e compromete (...), em que o impulso ideológico conduz os povos à mobilização (...), mas a satisfação coletiva de se sentir parte da resistência indígena; das lutas de independência com Bolívar a frente e de sucessivas confrontações contra os inimigos da pátria ao longo de nossa História (VILLAFAÑA, 2007, p. 64).

O passado de embates contra o colonizador também é utilizado para demonstrar que o exército venezuelano cumpre um papel revolucionário e é um aliado da população:

Pudera dizer que nós somos e – certamente é assim – herdeiros do exército de Bolívar, o exército libertador. Mas isso não basta porque aqui passamos por fases nas quais os militares também assumiram ditaduras contra o povo, massacraram o povo (...). Em todo caso, havia antecedentes distantes que são necessários e justos invocar. Em verdade, nosso exército nasceu das mãos de orientação bolivariana, é um exército libertador. Assim se chamou desde a origem: o Exército Libertador. Essa marca tem um peso histórico que não se pode negar (CHÁVEZ, 2003, p. 30, tradução nossa).

Os triunfos revolucionários do século XIX foram empregados com o objetivo de legitimar as revoluções cubana e venezuelana. Nesse último caso, o uso político, às vezes abusivo e até anacrônico da história dos próceres da independência, decorreu da necessidade de legitimar o bolivarianismo e algumas das suas bandeiras políticas, tais como: soberania popular, independência política, integração regional, entre outros. Com a estratégia de uso das personagens históricas, Hugo Chávez renova o passado e constrói um discurso que unifica e dá coesão à sua atuação, reforçando e motivando a ação política da coletividade em prol de uma trajetória singular, situada em um escopo ético e ideológico também peculiar, enredado a partir de elementos que se relacionam com o processo de construção não só de seu país mas de toda a América Latina. No próximo tópico deste trabalho abordaremos as possíveis influências do castrismo no projeto bolivariano de Hugo Chávez. Buscaremos as prováveis conexões e avaliaremos a relação desses dois ícones da história recente latino-americana, pois cremos que isso permitiu uma forte cooperação entre Cuba e Venezuela nas últimas duas décadas.

• FIDEL CASTRO E HUGO CHÁVEZ: UMA PARCERIA EM NOME DA SOBERANIA E DA INDEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA

Os cubanos construíram a partir da década de 1960 uma rede de compromissos e colaboração com a esquerda latino-americana. Com a

constituição da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)³⁰⁷, eles tentaram fomentar outras revoluções em nosso continente, pois essa organização foi identificada como uma condição necessária para a sobrevivência da revolução. Por esta razão, entre as décadas de 1960 e 1970, os cubanos apoiaram organizações guerrilheiras, colaboraram com governos de esquerda, como o de Salvador Allende³⁰⁸, entre 1970-1973, e incentivaram revoluções, como a salvadorenha³⁰⁹ e a nicaraguense³¹⁰. Na década de 1990, outra conjuntura política foi experimentada em nosso hemisfério. Com a desintegração da União Soviética e o conseqüente fim da Guerra Fria, as possibilidades de novas revoluções se tornaram menos exequíveis. O fim do socialismo real contribuiu para o retrocesso global da luta de classes e, na América Latina, essa circunstância foi perniciosa para os defensores da revolução social. Na Nicarágua, por exemplo, o novo contexto intensificou a pressão dos “Contras”³¹¹ e contribuiu para derrota dos sandinistas, em 1990. Concomitantemente, os cubanos se depararam com uma situação internacional desfavorável. Com o fim do apoio soviético e

³⁰⁷ A OLAS surgiu em 1967. A organização buscou fomentar revoluções pela América Latina. Por isso, apoiou com armas, dinheiro e treinamento os militantes que optaram pela luta armada revolucionária na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980. Ver: ANSALDI e GIORDANO, 2006, p. 76-77.

³⁰⁸ Sobre o governo de Allende, consultar o artigo de Elisa Campos, que também compõe este livro.

³⁰⁹ O desencadeamento da luta armada em El Salvador ocorreu no início da década de 1970 a partir de cisões ocorridas nos partidos comunista e democrata-cristão, cujos militantes organizaram grupos guerrilheiros espelhados no caso cubano. Em outubro de 1980, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) foi criada. Ela uniu cinco estruturas políticas que atuaram no país ao longo da década de 1970, a saber: Partido Comunista de El Salvador (PCS), as Fuerzas Populares de Liberación “Farabundo Martí” (FPL), o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), a Resistencia Nacional (RN) e o Partido Revolucionario de los Trabajadores Centroamericanos (PRTC). A luta armada foi identificada como o mecanismo de conquista da democracia e de um governo que tivesse condições de impulsionar um programa nacionalista e propositor de reformas socioeconômicas. A coesão do exército e das elites salvadorenhas, associados ao irrestrito apoio norte-americano, levaram a uma forte reação a FMLN. Em razão disso, presenciemos uma forte guerra civil entre a guerrilha e as forças repressivas. A violência do conflito levou ao início de negociações de paz em 1987. Estas foram seladas em 16 de janeiro de 1992 em Chapultepec, México. Ver: SUE-MONTGOMERY e WADE, 2006. e *História del FMLN*. In: <http://www.fmln.org.sv/index.php/nuestro-partido/historia-del-fmln> Acesso: Agosto/2018.

³¹⁰ Em 1963, surgiu na Nicarágua a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Inspirada no modelo cubano de luta guerrilheira, os membros dessa organização reivindicaram Augusto Cesar Sandino como o modelo de líder revolucionário nacionalista, progressista e anti-imperialista que deveria ser seguido. Entre 1977 e julho de 1979 a FSLN conquistou apoio popular e conseguiu a sua vitória. O desgaste da ditadura Anastacio Somoza, em virtude da violenta repressão e da crise econômica do período, fez com que os guerrilheiros sandinistas ampliassem o seu apoio interno. Jovens católicos, influenciados pela Teologia da Libertação, frações da burguesia e da classe média, juventude, operários e camponeses apoiaram o movimento. Naquele período, ações armadas dos sandinistas se conjugaram a insurreições populares realizadas de forma autônoma pelos trabalhadores urbanos. Ver: ANGELL, 1997 e ZIMMERMANN, 2006.

a manutenção do embargo econômico norte-americano, a economia de Cuba foi asfixiada e a possibilidade de apoio logístico a movimentos revolucionários completamente se extinguiu.

O cenário adverso não impediu, no entanto, que a aproximação entre Hugo Chávez e Fidel Castro ocorresse. O venezuelano havia liderado em fevereiro de 1992 uma tentativa de golpe de Estado contra o governo de Carlos Andrés Pérez. Na história recente do nosso vizinho, esse evento é tratado como paradigmático para analisarmos o esfacelamento do Pacto de Punto Fijo³¹² e dos paradigmas democráticos estabelecidos em 1958. A partir de dezembro de 1994, ocasião da primeira visita de Chávez a Cuba, ele e Fidel Castro estabeleceram uma estreita relação. As perspectivas teóricas distintas, as quais abordaremos posteriormente, não impediram que o líder cubano fosse para Chávez uma das suas principais referências teóricas para a realização da luta por soberania e por independência nacional. Por outro lado, o comandante cubano nutriu uma forte admiração pelo seu par. Em razão disso, foi estabelecida uma possante parceria, que durou até março de 2013. Isso pode ser constatado em trechos dos discursos dos dois ex-mandatários que citamos abaixo; ambos remetem aos quase 19 anos de intensas relações políticas:

À noite, durante a viagem para Cuba, fugaz, mas profunda, uma compatriota cubana me perguntou no avião se era a primeira vez que eu vinha para cá. Disse que sim. Mas, ao mesmo tempo, disse algo que quero repetir nesse momento tão emocionante. Primeira vez que venho fisicamente, porque em sonhos, para Cuba, os jovens latino-americanos vieram muitas vezes. Nos sonhos, para Cuba, viemos uma infinidade de vezes, nós, soldados bolivarianos do exército venezuelano, que durante os últimos anos decidimos entregar nossas vidas a um projeto revolucionário, a um

³¹¹ Os “Contras” consistiram em grupos armados contrarrevolucionários formados a partir da união de antigos membros da guarda nacional de Anastacio Somoza, presidente deposto pela guerrilha sandinista em 1979, e sandinistas dissidentes. Eles receberam financiamento, foram treinados por agentes norte-americanos durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989) e tiveram como bases para o desencadeamento de suas ações Honduras e Costa Rica (WILLIAMSON, 2012, p. 370).

³¹² O Pacto de Punto Fijo foi estabelecido em outubro de 1958. O acordo uniu os principais partidos políticos venezuelanos e foi justificado pela necessidade de criação de condições de governabilidade democrática em nosso vizinho. Por isso, as diferenças ideológicas e programáticas entre as principais agremiações partidárias foram amainadas. Em razão desse pacto, os partidos Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e a Aliança Democrática (AD) se alternaram no poder e suas gestões foram conhecidas pela ausência de grandes diferenças programáticas (MYERS, 2007).

projeto transformador, (...). Algum dia, esperamos chegar a Cuba em condições de estender nossos braços e em condições de nos alimentarmos mutuamente em um projeto revolucionário latino-americano, imbuídos, como estamos há séculos, na ideia de um continente hispano-americano, latino-americano e caribenhinho integrado como uma única nação (...) Cuba é um bastião da dignidade latino-americana. Como tal, devemos vê-la, segui-la e sustentá-la (CHÁVEZ, 1994, p. 1-2 e 7-8; tradução nossa).

Assim é a minha relação com Fidel. Eu digo irmão, pois ele é como um irmão mais velho. Veja, eu vou te dizer algo. Meses atrás, Fidel me enviou um texto de várias folhas escritas manualmente (...) Depois de lê-las, escrevi uma carta. Demorei uma noite inteira. Uma noite e um dia (...). No texto que escrevi a Fidel, havia uma frase que saiu da minha alma, onde lhe disse que acabara de ler uma a uma as seis páginas de sua carta, cada letra e depois de lê-las, fiquei em dúvida se devia chamá-lo de irmão ou pai. É um relacionamento muito bonito (...) Sinto-me muito honrado pela amizade de Fidel e toda vez que sinto necessidade, expresso e agradeço por isso. Não por mim, mas por nosso povo. Esse compromisso de Fidel em cooperar conosco é algo que não acredito que exista precedentes. Não acredito que tenha precedentes de qualquer presidente com outro povo. É uma aliança permanente, consistente e crescente (CHÁVEZ, 2005, p. 94 e 101; tradução nossa).

Poucas vezes na vida, talvez nunca, conheci alguém que tenha sido capaz de dirigir uma revolução verdadeira e profunda por mais de dez anos, sem um único dia de descanso, em um território de menos de um milhão de quilômetros quadrados, nesta região do mundo colonizada pela península ibérica, que durante 300 anos dominou uma superfície 20 vezes maior que a sua, de imensas riquezas, onde impuseram as suas crenças, a sua língua e a sua cultura (CASTRO, 2010a, p. 1; tradução nossa).

No dia cinco de março faleceu o melhor amigo que o povo cubano teve ao longo de sua história. Uma ligação via satélite comunicou a amarga notícia. O seu significado foi inconfundível.

Embora soubéssemos do estado crítico de sua saúde, essa notícia nos atingiu fortemente. Lembrei-me das vezes em que ele brincou comigo dizendo que quando nós dois concluíssemos nossa tarefa revolucionária, ele me convidaria a passear pelo rio Arauca, localizado na Venezuela, que o fazia recordar do descanso que ele nunca teve. Estamos honrados por termos compartilhado com o líder bolivariano os mesmos ideais de justiça social e apoio aos explorados (CASTRO, 2013, p. 1; tradução nossa).

Nesses fragmentos, há o reconhecimento explícito das parcerias que foram constituídas entre os dois Estados e, além disso, da interrelação cordial que os dois chefes estabeleceram entre si, entre suas ideias e países, evidenciando de forma contundente um ideário comum, pautado na crença de integração dos Estados latino-americanos. Estrategicamente, como marcado na primeira parte deste ensaio, Chávez apaga ou não menciona as contradições do regime cubano, esquecendo-se de fazer, em relação a este, o que fez em relação ao seu Exército Libertador – marcar que nem tudo é consenso e que também é justo invocar os erros, o autoritarismo, por exemplo, assumido pelo processo revolucionário, mesmo que essas contradições não desfaçam sua importância política e social. De qualquer maneira, a Revolução Cubana foi a referência para o projeto transformador que Chávez construiu. Por isso, a união dos dois países foi vista pelo venezuelano como fundamental para a estruturação do projeto bolivariano e para o fomento da integração latino-americana. Segundo ele:

Mesmo com os seus 83 anos de idade, completos na última quinta-feira, 13 de agosto, Fidel ainda segue na linha de frente da batalha: ele nunca saiu ou sairá dela. Desde a trincheira de ideias, este grande pai dos revolucionários e revolucionários de nossa América continua nos guiando. Sua palavra é, mais do que nunca, necessária e esclarecedora, agora quando o império contra-ataca (CHÁVEZ, 2009b, p. 1, tradução nossa).

Na segunda-feira, oito de novembro, celebramos o 10º aniversário do Convênio Integral de Cooperação entre Cuba e Venezuela, em Havana. Não foi pouca coisa o que conquistamos durante os dez

anos de sua vigência. Desde aquele luminoso dia 30 de outubro de 2000, quando ele foi assinado pelo Comandante Fidel Castro e este servidor, Cuba e Venezuela iniciaram um novo modelo de relacionamento entre os dois países, entre os dois povos. Dez anos... Devemos analisar a quantidade de obstáculos que tivemos que superar para realizar o conjunto de grandes benefícios que nossos povos gozam hoje: benefícios que, mais do que nunca, merecem o fortalecimento do Convênio para que passem mais dez anos e isso nos ajude a consolidar as nossas revoluções, cada uma com suas nuances, visões e propósitos, mas com uma poderosa raiz fundamental de onde nossas repúblicas recebem suas inspirações. Refiro-me ao legado de Bolívar e Martí e ao nosso sentimento americano e de pátria humanidade: é o legado do qual o Comandante Fidel Castro é uma encarnação viva. Tenhamos em mente que este acordo foi a pedra fundamental da ALBA. Cuba e Venezuela traçaram um caminho comum e compartilhado que vai muito além da integração, para retomar e recuperar totalmente a bandeira histórica que nossos libertadores nos deixaram: a unidade. A unidade fraterna baseada na cooperação, na complementaridade, na interdependência, no apoio mútuo e na plena identificação com a causa do socialismo: o socialismo não como uma receita, como dogma, mas como uma construção coletiva e, dizendo como Mariategui, como criação heroica de cada povo. A irmandade entre Cuba e Venezuela tem uma longa história. Uma história que começa com os planos de Bolívar e Sucre para libertar Cuba, abortados pelos então inimigos históricos de nossos povos, Páez e Santander (CHÁVEZ, 2010b, p. 1; tradução nossa).

Embora seja inegável a leitura apaixonada que Chávez faz de Fidel, tendo em vista: a construção discursiva do mandatário cubano enquanto batalhador incansável; a confusão afetiva que estabelece entre si o outro, colocando-se ora como filho, ora como irmão, e, ainda, a ênfase que dá a bandeira da unidade latino-americana, um ponto comum entre a história da Venezuela e o projeto do chefe cubano, a aproximação entre os dois comandantes não ocorreu com uma completa afinidade ideológica, como muitas vezes o tema foi abordado na academia e na grande mídia. Consideramos Chávez um bonapartista progressista³¹³ que resgatou a tradição nacional-estatista³¹⁴ latino-americana. Ele retomou aspectos daquela cultura política³¹⁵ em seus quase 15 anos de mandato presidencial. Inclusive, a proposta do socialismo do século XXI, propagandeada por ele após as

eleições presidenciais de 2006, continha nítidos traços daquele projeto, o que o distanciou do socialismo construído em Cuba.

A proposta do socialismo do século XXI reuniu diversas matrizes teóricas. O nacionalismo, o keynesianismo, as teses da socialdemocracia europeia e o cristianismo influenciaram aquele projeto, como Chávez reconheceu em inúmeras ocasiões. Ideologicamente, portanto, o bolivarianismo chavista coligou distintas teorias. Esse projeto abarcou desde a perspectiva liberal e anticolonial dos próceres da independência até as vertentes teóricas acima citadas. Já Fidel Castro, construiu a Revolução Cubana em uma perspectiva nitidamente socialista. A influência soviética contribuiu para que o marxismo guiasse o projeto revolucionário daquele país. Em razão disso, o projeto dos cubanos não envolveu variadas matrizes teóricas. As

³¹³ Acreditamos no caráter bonapartista da revolução bolivariana. A ascensão de Chávez à presidência ocorreu em um momento no qual inexistiam forças políticas organizadas, tanto da direita quanto da esquerda, que pudessem assumir a direção política do nosso vizinho. O conceito de “Bonapartismo Sui Generis” foi cunhado por Leon Trotsky durante o seu exílio no México entre 1937-1940 ao analisar os governos pós-oligárquicos e, em especial, a gestão de Lázaro Cardenas. Na experiência por ele analisada, o aparelho governamental manobrou politicamente com o proletariado fazendo concessões a estes, o que possibilitou certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. Os regimes que se encaixaram nessa variante de “esquerda” dos “bonapartismos sui generis” latino-americanos foram apresentados como possuidores de um caráter “semibonapartista democrático”. Tendo sempre em mente as condições históricas da América Latina, Trotsky apontou a dubiedade presente nesses governos, partidos e movimentos vinculados a essa modalidade “semibonapartista democrática”. cremos que o bonapartismo progressista de Chávez foi fundamental para o desencadeamento da revolução bolivariana. Ele cumpriu o papel de mediador entre as classes internas, posicionou a Venezuela na luta anti-imperialista, impulsionou a conscientização política de setores populares, fomentou a organização popular, na qual o projeto das comunas foi central, e possuiu uma postura profundamente anti-neoliberal, que derivou na defesa do nacionalismo econômico e na proposta do socialismo do século XXI. Ver: TROTSKY, 2000.

³¹⁴ O nacional-estatismo adquiriu importância na América Latina entre as décadas de 30 e 50 do século XX. Os impactos socioeconômicos e políticos da crise de 1929 e de um contexto internacional que fragilizou a capacidade de controle das grandes potências na região, em razão da tensa e instável conjuntura das relações internacionais que culminou na deflagração da 2ª Guerra Mundial, possibilitou esse cenário. Os governos nacional-estatistas foram marcados pelas seguintes características: I - tendência nacionalista, antiliberal e anti-oligárquica; II - orientação econômica nacionalista e industrializante; III - composição social policlassista; IV - discurso nacionalista e anti-imperialista; V - ampliação da participação política das massas e construção de uma cidadania que reconhecia o trabalhador como o sujeito histórico; VI - institucionalização do movimento operário; VII - realização de reformas sociais; VIII - presença de líderes carismáticos; IX - construção de um imaginário social voltado para o controle social e X - conciliação de classes (ANSALDI e GIORDANO, 2006; WILLIAMSON, 2012).

³¹⁵ Segundo Daniel Aarão Reis Filho, a cultura política consiste em representações que possuem normas e valores que forjam a identidade dos grupos políticos. Tem códigos e referências difundidas em uma família ou tradição política, contribuindo, dessa forma, para a constituição de uma visão de mundo. Ao se constituir, ela colabora para modelar as sociedades nas quais vigora e responde a reivindicações econômicas, políticas e culturais. Segundo ele, a cultura política nacional-estatista está fortemente arraigada no Brasil e na América Latina e fundamentou políticas de estado que foram desenvolvidas ao longo das últimas décadas por diversos governos da região (REIS FILHO, 2014, p. 14-15).

distâncias de programa foram reconhecidas por essas duas personalidades em alguns momentos, como pode ser constatado a seguir:

Querido Hugo: hoje se completam 15 anos de nosso encontro na sua Aula Magna na Universidade de Havana, em 14 de dezembro de 1994 (...) de forma espontânea e transparente você expôs as suas ideias bolivarianas e demonstrou as condições do seu país na luta pela independência da Venezuela contra a tirania do império. Depois do esforço de Bolívar e outros colossos que, cheios de sonhos, lutaram contra o jugo colonial espanhol, a independência da Venezuela foi aparente. Nenhum momento histórico é igual a outro; nenhuma ideia ou evento humano pode ser julgado fora do seu próprio tempo. Nós dois utilizamos conceitos que evoluíram ao longo dos séculos e que têm muito em comum com a história distante ou recente da humanidade, nas quais a divisão da sociedade em senhores e escravos, exploradores e explorados, opressores e oprimidos era sempre desagradável e detestável (...) Você, eu e os milhões de venezuelanos e cubanos compartilhamos dessas ideias. Você partiu dos princípios cristãos de sua formação e de um sentimento rebelde. Eu, das ideias de Marx e de um caráter também rebelde. Há princípios éticos universais que são válidos tanto para um cristão quanto para um marxista. A partir deste ponto de partida, as ideias revolucionárias são constantemente enriquecidas pelo estudo e pela experiência (CASTRO, 2009b, p. 1, tradução nossa).

Assumo minha responsabilidade. A única maneira de solucionarmos, definitivamente, o problema da pobreza e da exclusão é avançando pela via do socialismo e da igualdade de todos. Como um dia disse Bolívar: "Algum dia na Venezuela não teremos mais do que uma classe. Seremos cidadãos e teremos os mesmos direitos e deveres..." Em nosso país, não poderá haver cidadãos de primeira, segunda e terceira. Somos todos filhos de Deus, da mesma pátria e do mesmo povo. Os obscenos privilégios dos que se creem superiores devem terminar. Igualdade, igualdade. Isso vem lá de trás, do Cristo, nosso Senhor. "Amai-vos uns aos outros", dizia ele (...). Cristo foi um dos maiores socialistas. O primeiro da nossa era. Judas é o maior capitalista, um exemplo do que é o capitalismo, o Judas (CHÁVEZ, 2011, p. 60, tradução nossa).

Desde a juventude me considero socialista. No entanto, temos que analisar o homem e as circunstâncias. Chávez, candidato presidencial em 1998, não possuía condições objetivas e subjetivas para pleitear o socialismo. Isso não se tratou de uma decisão voluntarista ou individual (...). Propus uma revolução democrática. Ganhamos as eleições e realizamos a constituinte. Posteriormente, sofremos com a agressão imperial e burguesa. Percebi a impossibilidade de conciliação com essa burguesia capitalista e com os governos imperialistas. O golpe de Estado em 2002 foi o momento de definição (...). Ao final de 2004 e início de 2005, reivindiquei o caráter socialista da revolução bolivariana em Moscou, Pequim e no Brasil. Inaugurou-se um intenso debate (...). Na campanha de 2006, o candidato Chávez teve um programa, de fato, socialista. Reivindiquei esse programa por todas as partes e o explicava. Ganhamos as eleições (...), e eu sigo convocando esse povo ao socialismo. Esse é o caminho para a dignificação do ser humano e da pátria (...) (CHÁVEZ, 2005, p. 370-1, tradução nossa).

Observamos, igualmente, que a aproximação entre os dois líderes não se deveu, exclusivamente, à referência revolucionária dos cubanos para os lutadores sociais da região. A promoção dos instrumentos de cooperação econômica e de integração regional também os uniu. A partir de 2000, as duas nações assinaram uma série de convênios e tratados comerciais que permitiram aos cubanos superarem as dificuldades econômicas da década de 1990. A relevância da parceria com a Venezuela pode ser identificada nas palavras de Fidel:

Após o colapso da URSS, o governo bolivariano promoveu um extraordinário crescimento comercial com Cuba, que incluiu a troca de bens e serviços. A relação entre os dois países nos permitiu enfrentar um dos períodos mais difíceis de nossa gloriosa história revolucionária (CASTRO, 2010b, p. 3, tradução nossa).

Quando o movimento bolivariano obteve a vitória nas eleições de 1999, o petróleo valia menos de US\$ 10 o barril. Eu me lembro bem porque você me convidou para a sua posse. O seu apoio a

Cuba foi espontâneo, como sempre foi a nossa cooperação com o povo irmão da Venezuela. Durante o período especial, quando a URSS entrou em colapso, o império endureceu seu brutal bloqueio contra nosso povo. Em um determinado momento, os preços do petróleo subiram e o nosso abastecimento se tornou exíguo. Você garantiu o abastecimento seguro e estável para o nosso país. Não podemos esquecer que depois do golpe político contra a revolução bolivariana, em abril de 2002, e sua brilhante vitória contra o golpe petrolero, no final daquele ano, os preços subiram acima de US\$ 60 o barril e você, em seguida, nos ofereceu fornecimento de combustível e facilitou o seu pagamento (...) nunca perdoarão a revolução bolivariana pelo apoio a Cuba quando o império imaginou que o nosso povo, depois de quase meio século de heroica resistência, cairia novamente em suas mãos (...) Transcorreram dez anos de exemplar e frutífera cooperação entre Venezuela e Cuba. A ALBA nasceu nesse período (...) hoje o império mobiliza as forças direitistas na América Latina para atacar a Venezuela e, com isso, os estados da ALBA. Se ele se apoderarem novamente dos recursos petrolíferos e gasíferos da pátria de Bolívar, os países do Caribe e da América Central perderão as generosas condições de abastecimento oferecidos pela Venezuela revolucionária (CASTRO, 2009b, p. 1-2, tradução nossa).

A parceria das duas nações caribenhas não se deveu a motivações meramente revolucionárias. Houve nítidos objetivos políticos na relação. Chávez, por exemplo, resgatou um traço importante da política externa venezuelana da década de 1970, sobretudo, da primeira presidência de Carlos Andrés Pérez, ocorrida entre 1974-1979. Na ocasião, o pragmatismo e a independência política em relação aos Estados Unidos moveram as ações externas venezuelanas. O país buscou expandir sua influência em relação aos estados caribenhos e centro-americanos. A diplomacia do petróleo foi utilizada e o país ampliou o auxílio econômico e a interdependência comercial com essas áreas. De uma forma análoga, assistimos à implementação desses elementos na gestão de Chávez e isso permitiu a ampliação da sua influência política naquelas regiões (VALENTE, 2015, p. 275). Uma das expressões centrais dessa autônoma relação com os países da América Central, Caribe e América do Sul foi a *'Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América'* (Alba), criada em 2004 com o objetivo de fazer uma

antítese à Área de Livre-Comércio das Américas (Alca). Essa iniciativa foi a mais à esquerda das propostas de integração regional surgida em nosso hemisfério nas duas primeiras décadas do século XXI. O bloco materializou a formação de um espaço político para a propagação das consígnias anti-imperialistas, integradoras, cooperativistas e de solidariedade internacional defendidas por castristas e chavistas. Podemos observar tais aspectos nas palavras de Fidel Castro:

O império não decretou um bloqueio econômico contra a Venezuela - como fez com Cuba - após os fracassos dos seus golpes contra o povo venezuelano, porque teria bloqueado a si mesmo, em razão da sua dependência energética do exterior. Mas, ainda assim, não renunciou ao seu propósito de liquidar o processo bolivariano e ao seu generoso apoio em recursos petrolíferos aos países do Caribe e da América Central, América do Sul, China, Rússia e numerosos Estados da Ásia, África e Europa. A Revolução Bolivariana goza de simpatia em grandes setores de todos os continentes. A relação com Cuba impacta especialmente o império, em razão do bloqueio criminoso contra o nosso país que dura meio século. A Venezuela de Bolívar e a Cuba de Martí, através da ALBA, promovem novas formas de relações e trocas com base racional e justa (FIDEL, 2009, p. 2, tradução nossa).

Milza (2003) apontou que as atividades internacionais expressam os debates políticos, identitários, econômicos, entre outros, presentes em cada nação. Nesse sentido, há interações entre a política interna e a externa, as quais influem na elaboração de uma sobre a outra (MILZA, 2003). A Alba expressou, internacionalmente, a radicalização política vivida pela América Latina no início do século XXI e simbolizou, como dissemos, a aproximação entre cubanos e venezuelanos. A diminuição das assimetrias políticas, econômicas, sociais e jurídicas dos seus membros consistiu no principal objetivo do bloco. Para que isso fosse conquistado, os seus participantes previram o estabelecimento de um comércio justo e solidário, o intercâmbio de bens e serviços, a complementação produtiva e a cooperação nas áreas científica, cultural e tecnológica (ACUERDO entre..., 2004)³¹⁶. Os participantes da Alba desenvolve-

³¹⁶ Em especial, consultar os artigos 2, 3, 5, 9, 10 e 11 do acordo de criação do bloco.

ram entre 2004 e 2012 instrumentos que objetivaram o desenvolvimento socioeconômico dos seus membros. Como exemplo disso, podemos citar o surgimento da empresa petrolífera Petroamérica, do Banco de Desenvolvimento do Sul (BANCOSUR), do canal televisivo TELESUR e do plano para a adoção de uma moeda única facilitadora da transação comercial entre os países do bloco, no caso, o Sistema Unitário de Compensação Regional (SUCRE).

A Petroamérica foi importante para o fomento do projeto de integração impulsionado pelo bloco. O chavismo utilizou o petróleo como instrumento promotor de alianças estratégicas entre os países membros da Alba, a partir de 2008. Fundamentada nos princípios da solidariedade e da complementaridade, essa empresa almejou a utilização dos hidrocarbonetos para o desenvolvimento socioeconômico comum dos seus membros (GARCIA, 2009). O uso do petróleo com tal propósito esteve presente no acordo de fundação da Alba. O convênio estabeleceu que a Venezuela venderia petróleo subsidiado para Cuba e, em contrapartida, este país cederia aos venezuelanos aproximadamente 15 mil médicos, além de formar educadores com os métodos, as técnicas e os programas cubanos para atuarem nas diversas missões sociais criadas na gestão de Chávez (ACUERDO entre ..., 2004)³¹⁷.

A Alba perdeu influência na América Latina após o falecimento de Hugo Chávez, em março de 2013. Também contribuiu para isso o recrudescimento das forças políticas conservadoras e os impactos da crise econômica, que desde 2014 atinge fortemente a região. Apesar disso, acreditamos na necessidade de valorizar essa iniciativa de integração regional, pois ela foi a principal materialização do projeto anti-imperialista e de unidade continental defendido pelos dois comandantes caribenhos entre 1998 e 2013. A Alba foi justificada no passado de lutas dos latino-americanos contra o colonialismo espanhol, o imperialismo britânico e, principalmente, norte-americano. Esse projeto almejou divulgar entre os latino-americanos os ideais de soberania, independência e unidade largamente reivindicados por Fidel Castro e Hugo Chávez. Por isso, apesar do seu enfraquecimento, sua existência deve ser ressaltada na análise da história recente latino-americana, pois a iniciativa retomou o importante debate sobre a unidade regional que permeou vários momentos da nossa história política.

³¹⁷ Consultar os incisos 10 e 11 que estabeleceram os compromissos cubanos no acordo entre os dois países.

• CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fidel Castro e Hugo Chávez estabeleceram entre 1994 e 2013 uma contundente relação política. A Revolução Cubana foi a referência para o projeto bolivarianista de Chávez, pois alguns dos seus aspectos centrais, como a soberania nacional, a justiça social, a solidariedade entre os povos e a unidade latino-americana foram incorporados aos discursos e ao programa político do comandante venezuelano. No mesmo sentido, os cubanos também inspiraram o contra-discurso anti-imperialista de Chávez. Como em outros períodos da história da região, essa forma de reação política e cultural foi largamente utilizada. Os ataques aos Estados Unidos, aos paradigmas neoliberais e a defesa da integração latino-americana pautaram essa retórica. Esta fundamentou-se na evocação de variados episódios da nossa história, como as lutas de independência do século XIX e a própria Revolução Cubana. O efeito prático dessa evocação dos líderes libertadores e independentistas do passado é a gestação de uma aura mitológica, quase salvacionista, que passa a envolver a figura de Hugo Chávez e a motivar a ação política de seus apoiadores, capturando e mobilizando o sonho daqueles que querem ver a Venezuela reinventada, livre, mais justa, mais solidária, sem, no entanto, atravessar o pântano da dependência em relação aos discursos e às forças políticas em ação no país. Nesse sentido, longe de promover as transformações sociais aspiradas, o discurso criado por Chávez se retroalimenta daquilo que combate, fazendo sentido, principalmente, enquanto o inimigo estadunidense persiste, enquanto os fenômenos de dominação e dependência são perceptíveis, sendo necessário, portanto, a constante evocação, também, do inimigo norte-americano.

Embora possuíssem raízes teóricas distintas, como abordamos ao longo deste ensaio, Fidel e Chávez estabeleceram uma profícua parceria que ficou marcada na história da região, erguendo novas bases para a cooperação entre os países latino-americanos. Através dessa aproximação, Cuba e Venezuela criaram mecanismos que redefiniram as relações entre os países membros das organizações que criaram, a Alba, por exemplo, favorecendo o fortalecimento de parcerias sul-sul, em campos tão diversos quanto o desenvolvimento econômico e social, a cooperação cultural, particularmente através da criação da TELESUR, a segurança energética, etc. Esses dois ícones da esquerda latino-americana utilizaram-se do carisma e

de uma forte capacidade de liderança para demonstrarem que a utopia da transformação social não estava enterrada em um sombrio período onde o “Fim da História”, defendido por Francis Fukuyama (1992), vigorava e encantava aqueles que se identificavam com os paradigmas societários dos vencedores da Guerra Fria. Apesar disso, os dois líderes esbarraram nos limites do sonho, da utopia, que, impossibilitada de transformar a realidade, completamente, consegue apenas manter vivos os processos de mudança, transformação e luta.

REFERÊNCIAS

ACUERDO entre el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela y el Presidente del Consejo de Estado de Cuba para la aplicación de la Alternativa Bolivariana para las Américas. La Habana, el 14 de diciembre, 2004. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2004/esp/a141204e.html>

ANGELL, Alan. La izquierda en América Latina desde c. 1920. In: BETHELL, Leslie. História de América Latina - Política y sociedad desde 1930. Barcelona, Editora Crítica, 1997.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Veronica. História de América Latina. Madrid, Editora Dastin, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. De Martí a Fidel - A revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

BROWN, Archie. Ascensão e queda do comunismo. Rio de Janeiro, Editora Record, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Fidel. La hermandad entre la República Bolivariana y Cuba. Havana, Abril, 2010a. Disponível em: https://www.telesurtv.net/pages/Especiales/Chavez_y_Fidel/pdf/la_hermandad_entre_la_republica_bolivariana_y_cuba.pdf Acesso: Junho/2018.

CASTRO, Fidel. La Revolución Bolivariana y la Paz. Havana, Novembro, 2009a. Disponível em: https://www.telesurtv.net/pages/Especiales/Chavez_y_Fi-

del/pdf/la_revolucion_bolivariana_y_la_paz.pdf Acesso: Junho/2018.

CASTRO, Fidel. La Revolución Bolivariana y Las Antillas. Havana, Fevereiro, 2010b. Disponível em: https://www.telesurtv.net/pages/Especiales/Chavez_y_Fidel/pdf/la_revolucion_bolivariana_y_las_antillas.pdf Acesso: Junho/2018.

CASTRO, Fidel. Mensaje al Presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Havana, Dezembro, 2009b. Disponível em: https://www.telesurtv.net/pages/Especiales/Chavez_y_Fidel/pdf/mensaje_al_presidente_de_la_republica_bolivarina_de_venezuela_4.pdf Acesso: Junho/2018.

CASTRO, Fidel. Perdimos nuestro mejor amigo. Havana, Março, 2013. Disponível em: https://www.telesurtv.net/pages/Especiales/Chavez_y_Fidel/pdf/perdimos_nuestro_mejor_amigo.pdf Acesso: Junho/2018.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político. São Paulo: Editora Contexto, 1º edição, 1º reimpressão, 2008.

CHÁVEZ, Hugo Chávez. Hacia la victoria admirable contra la burguesia y el imperialismo. Caracas, 2011. Disponível em: http://www.alopresidente.gob.ve/material_alo/12/p--7/tp--31/ Acesso: Fev/2011.

CHÁVEZ, Hugo. Chávez - um homem que anda por aí. Uma Entrevista com Hugo Chávez por Aleida Guevara. Havana, Ocean Press, 2005, 1ª Edição.

CHÁVEZ, Hugo. Chávez en la ONU: Nada podrá detener la Revolución en América Latina. 24, sep., 2009a Disponível em: <http://www.chavez.org.ve/temas/discursos/chavez-onu-nada-podra-detener-revolucion-america-latina/> Acesso: Dez/2010.

CHÁVEZ, Hugo. Chávez y la revolución bolivariana. Conversaciones con Luis Bilbao. Buenos Aires: Capital Intelectual S.A, 2002.

CHÁVEZ, H. Discurso del presidente Hugo Chávez en el acto conmemorativo de los 200 años de la Academia Militar de Venezuela. 3, sep., 2010a. Disponível em: <http://blog.chavez.org.ve/temas/discursos/academia-militar-venezuela/>

CHÁVEZ, Hugo. De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías. 1994.

CHÁVEZ, Hugo. Discurso del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación del III Encuentro Mundial de la solidaridad con la revolución bolivariana. In: 2005 – Año del salto adelante. Hacia la construcción del socialismo del siglo XXI. Gobierno bolivariano. Año 7. Caracas, Ediciones de la Presidencia de la República. 2005.

CHAVEZ, Hugo. Discurso en Aula Magna Universidad de La Habana. Havana, dezembro de 1994. Disponível em: https://www.telesurtv.net/pages/PDF/Discurso_en_Aula_Magna_Universidad_de_La_Habana.pdf Acesso: Junho/2018.

CHÁVEZ, Hugo. Fidel...¡Viva Fidel! Caracas, Agosto de 2009b. Disponível em: https://www.telesurtv.net/pages/Especiales/Chavez_y_Fidel/pdf/fidel_viva_fidel.pdf Acesso: Junho/2018.

CHÁVEZ, Hugo. Soldado Bolivariano! 14/11/2010b. Disponível em: https://www.telesurtv.net/pages/Especiales/Chavez_y_Fidel/pdf/soldado_bolivariano.pdf Acesso: Junho/2013.

CHIAMPI, I. Barroco e Modernidade: ensaios sobre literatura latino-americana. São Paulo: Perspectiva, 1998.

ELIADE, M. Mito e Realidade. Tradução Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ELIZALDE, Rosa Miriam; BÁEZ, Luis. Chávez Nuestro. Havana (Cuba), Editora Abril, 2004.

FUKUYAMA, Francis. O fim da História e o último homem. Editora Rocco, São Paulo, 1992.

GARCIA, Luis Britto. América Nuestra – integración y revolución – Tomo II. Caracas, Fondo Cultural da Alba, 2009, 1ª Edição.

GOTT, Richard. Cuba – uma nova história. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

HOBSBAWM, Eric. Viva la revolución - a era das utopias na América Latina. Organização Leslie Bethell. 1ª. Edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

MARX, Karl. O dezoito brumário de Louis Bonaparte. 6ª Edição. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. IN: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003. 2ª Edição.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura que mudou o Brasil. 1ª. Edição. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

SUE-MONTGOMERY, Tommie; WADE, Christine. A Revolução Salvadorenha. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX. São Paulo: Editora ARX, 2002.

TROTSKY, Leon. Escritos latinoamericanos. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky. 2ª Edição, 2000.

VALENTE, Leonardo. A política externa da Venezuela entre Punto Fijo e Hugo Chávez: rupturas e continuidades. IN: SCHURSTER, Karl e ARAUJO, Rafael. A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente. Rio de Janeiro/Recife. Autografia/Edupe. 2015, 1ª Edição.

VARA, Ana Maria. Sangre que se nos va. Naturaleza, literatura y protesta social en América Latina. Sevilla, CSIC, 2013.

VILLAFANA, Luis. Revolución en la revolución. Caracas, Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

WAINER, Luis. Posneoliberalismo y antiimperialismo en la primera etapa de proceso chavista. In: KOZEL, Andrés; GROSSI, Florencia; MORONI, Delfina (coord). El imaginario antiimperialista en América Latina. Buenos Aires, Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini/CLACSO, 2015.

WALTER, Roland. Afro-América: Diálogos Literários na Diáspora Negra das Américas. Recife: Bagaço, 2009.

WILLIAMSON, Edwin. História da América Latina. 2ª Edição. Lisboa, Edições 70, 2012.

ZIMMERMANN, Matilde. A Revolução Nicaraguense. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

ŽIŽEK, S. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, S. (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.



**SOBRE OS
AUTORES**

- **ANA PAULA CECON CALEGARI:** mestre em História pela UERJ. Doutoranda em História pela UFMG.
- **ELISA DE CAMPOS BORGES:** doutora em História Social e Professora de História da América Latina na Universidade Federal Fluminense. Autora do livro *Con la Unidad Popular ahora somos gobierno! A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende* (Rio de Janeiro, Ed. Multifoco, 2015).
- **IZABEL PIMENTEL DA SILVA:** doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é pós-doutoranda em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP), onde também atua como professora visitante no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) e no Departamento de Ciências Humanas (DCH).
- **JACQUELINE VENTAPANE:** doutora em Ciência Política e Co-coordenadora do projeto de recuperação do acervo da revista *Cadernos do Terceiro Mundo* (LPPE/UERJ).
- **JEAN SALES:** doutor em História pela UNICAMP. Professor da graduação e Pós-graduação em História da UFRRJ.
- **JOANA SALÉM VASCONCELOS:** historiadora (USP), Mestra em Desenvolvimento Econômico (IE/Unicamp), doutoranda em História Econômica pela USP com bolsa FAPESP. Autora do livro *História agrária da revolução cubana: dilemas do socialismo na periferia* (São Paulo, Ed. Alameda/Fapesp, 2016).
- **JULIAN ARAUJO BRITO:** mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ). Professor de Sociologia da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ).
- **LUIZ EDUARDO MERGULHÃO RUAS:** licenciado e bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com Pós-Graduação *Latu Sensu* em História da América pela Universidade Santa Úrsula (USU), mestrado e doutorado em História Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Rede Pública Municipal e Esta-

dual do Rio de Janeiro, integra a direção da Associação Cultural José Martí – RJ, entidade que presta solidariedade à Cuba.

• **RAFAEL ARAÚJO:** professor Adjunto de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em História pelo PPGHC/UFRJ (2013). Tem experiência na área de História da América e História Contemporânea. Participa como historiador convidado do projeto “1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War” organizado pela Freie Universität e pelo Friedrich-Meinecke-Institut. Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos da Imigração (LABIMI)/UERJ, ao Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET) da UFS e ao Grupo de Pesquisa Estudos de História do Tempo Presente da PUC/RS. É membro do comitê científico da Revista Expressão Científica (REC) do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

• **RAFAEL VIANA DA SILVA:** doutor em História pela UFRRJ.

• **RAPHAEL MOREIRA FERRAZ:** mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

• **RICARDO MENDES:** mestre em História Social pela UFRJ, Doutor em História Moderna e Contemporânea pela UFF e Pós-Doutor em História da América Latina pela UERJ. Atua como professor da graduação e pós-graduação da UERJ, sendo atualmente coordenador do Doutorado do Programa de Pós-Graduação da mesma instituição. Vinculado ao Núcleo de Estudos das América (NUCLEAS), ao GrPESQ Direitas, Memória e História e ao Grupo de Pesquisa “Brasil Republicano” – Pesquisadores em História Cultural e Política (BR-PEHCP).

• **TIAGO SILVA:** professor do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Doutor em Letras pelo PPGL/UFPE (2018). Pesquisador associado ao Grupo de Estudos de Literatura e Crítica Contemporâneas (GELCCO), UEPB/UFCEG, e ao Grupo de Pesquisa em Estudos de Texto, Leitura e Linguagem (GETELL), do ISF.

Em janeiro de 1959, o Movimento Revolucionário 26 de Julho, liderado por Fidel Castro, derrubou a ditadura de Fulgencio Batista em Cuba. A partir desse acontecimento, a pequena ilha do Caribe se tornou epicentro da política latino-americana. Questões como o do enfrentamento em relação ao imperialismo norte-americano, a implantação de um sistema socialista nas Américas, os debates ideológicos da Guerra Fria, as diversas manifestações de apoio e repúdio aos revolucionários cubanos foram objeto do debate que envolveram a ilha caribenha e os seus vizinhos americanos.

Este livro utiliza a efeméride dos 60 anos da chegada dos revolucionários cubanos ao poder para reunir uma série de estudos sobre a história da Revolução Cubana e da recepção do seu ideário em diversos países da América Latina.

Com abordagens de pesquisadores que apresentam trajetórias diversas, a proposta é fruto de uma concepção de que o diálogo entre novos e velhos percursos impõe uma dinâmica importante à historiografia.